



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	6
1. Conjuntura.....	10
1.1 – Economia Mundial	10
1.2 – União Europeia e Zona Euro	18
1.3 – Nacional	19
1.3.1 – Evolução político-legal.....	19
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico.....	21
1.3.3 – Portugal no contexto global	32
1.4 – Conjuntura na área do Município	37
1.4.1 – Caracterização do Município.....	37
1.4.2 – Análise SWOT.....	38
1.4.2.1 – Pontos Fortes.....	38
1.4.2.2 – Oportunidades.....	38
1.4.2.3 – Pontos Fracos	39
1.4.2.4 – Ameaças	40
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	40
2. Enquadramento interno.....	64
2.1 – Alterações no órgão executivo	64
2.2 – Política de recursos humanos adotada.....	66
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal.....	66
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos	66
2.3 – Atividades desenvolvidas.....	70
2.3.1 – Divisão de Gestão Financeira.....	71
2.3.1.1 – Setor de Contabilidade	77
2.3.1.2 – Setor de Património	80
2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA	82
2.3.2 – Divisão de Recursos Humanos e Informática	95
2.3.2.1 – Setor de Informática.....	95
2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos	97
2.3.3 – Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos.....	101

2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas	101
2.3.3.2 – Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro	103
2.3.4 – Divisão de Ordenamento do Território	104
2.3.5 – Divisão de Ação Cultural	108
2.3.6 – Divisão de Educação, Ação Social e Saúde	143
2.3.6.1 – Setor de Educação	143
2.3.6.2 – Setor de Ação Social e Saúde	157
2.3.7 – Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	190
2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Município	190
2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros	193
2.3.7.3 – Setor de Transportes	198
2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia	206
2.3.8 – Serviço de Projetos Técnicos	210
2.3.9 – Serviço de Turismo e Relações Internacionais	222
2.3.10 – Serviço de Fiscalização e Contencioso	239
2.3.11 – Serviço de Ambiente e Sustentabilidade	246
2.3.12 – Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	328
2.3.13 – Serviço Municipal de Proteção Civil	332
2.3.14 – Gabinete de salubridade animal e saúde pública	340
2.3.15 – Equipa Multidisciplinar de imagem corporativa, Eventos e Protocolo	341
3. Análise Orçamental	345
3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica	345
3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica	352
3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas	359
3.3.1 – Evolução das GOP's	359
3.3.2 – Estrutura das GOP's	366
3.4 – Evolução da execução orçamental	367
3.4.1 – Orçamento da Receita	368
3.4.2 – Orçamento da Despesa	369
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	370
3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes	372

3.6 – Evolução dos resultados orçamentais	373
3.6.1 – Resultado corrente	373
3.6.2 – Resultado orçamental.....	374
4. Fontes de Financiamento	376
4.1 – Receitas Próprias	376
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias.....	376
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	377
4.1.3 – Indicadores	377
4.2 – Outros Financiamentos.....	378
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos.....	378
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	379
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado.....	379
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	381
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais.....	382
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	383
4.2.5 – Fundos Comunitários.....	383
4.2.6 – Endividamento Municipal.....	383
4.2.6.1 – Curto Prazo	383
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	383
4.2.7 – Indicadores	384
5. Aplicação dos Recursos Financeiros.....	386
5.1 – Despesas de Funcionamento.....	386
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	386
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento.....	387
5.1.3 – Indicadores	387
5.2 – Despesas com pessoal	388
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal.....	388
5.2.2 – Indicadores	388
5.3 – Aquisição de bens e serviços	388
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços.....	389
5.3.2 – Indicadores	389

5.4 – Serviço da dívida	390
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida.....	390
5.4.2 – Indicadores	390
5.5 – Apoios concedidos a terceiros.....	391
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros.....	391
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	391
5.5.3 – Indicadores	392
5.6 – Investimento Municipal	392
5.6.1 – Investimento direto	392
5.6.1.1 – Evolução do investimento direto	392
5.6.1.2 – Indicadores	393
5.6.2 – Investimento total (direto e indireto)	393
5.6.2.1 – Evolução do investimento total.....	394
5.6.2.2 – Indicadores	394
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	394
6. Cumprimentos legais na despesa.....	396
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal	396
6.2 – Cumprimento dos limites de endividamento	398
6.2.1 – Endividamento líquido – SEC/2010	399
6.2.2 – Endividamento de curto prazo	400
6.2.3 – Endividamento de médio e longo prazo.....	400
6.2.4 – Volume de pagamentos em atraso	401
6.2.5 – Limite da dívida total	401
7. Análise Económico-Financeira	403
7.1 – Análise da Situação Económica	403
7.1.1 – Condições Económicas	403
7.1.2 – Proveitos.....	405
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos	405
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos.....	405
7.1.3 – Custos	411
7.1.3.1 – Estrutura dos custos.....	411
7.1.3.2 – Evolução dos custos.....	411

7.1.4 – Resultados	418
7.1.4.1 – Resultado operacional.....	418
7.1.4.2 – Resultado financeiro.....	418
7.1.4.3 – Resultado corrente.....	418
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício.....	419
7.2 – Análise da Situação Financeira	422
7.2.1 – Condições Financeiras	422
7.2.2 – Dívidas de terceiros	424
7.2.3 – Dívidas a terceiros	427
8. Contabilidade de custos	431
9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro.....	445
10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal.....	456
11. Outras disposições	457
11.1 – Proposta de aplicação de resultados.....	457
11.2 – Evolução previsível da atividade.....	457
11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.....	457
Índice de ilustrações.....	459

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO



O Relatório e Contas de 2018, é o primeiro exercício completo que este executivo municipal apresenta neste fórum, tendo em consideração que no ano de 2017, apenas completámos 2 meses de exercício.

O Relatório agora apresentado, vem ao encontro do rigor das contas municipais que temos procurado imprimir e refletem todo o enorme esforço de poupança e contenção que foi possível realizar. Foi assim que a nossa governação à frente dos destinos do Município de Ourém exigiu a implementação de um processo muito responsável, suplantando lacunas, que considero terem sido constatadas, com inevitáveis reflexos nos domínios económico e financeiro, que, no entanto, considero terem sido encarados e supridos, como, aliás, seria nossa obrigação.

Este documento apresenta um resultado líquido positivo de cerca de 712 Mil Euros, o que contrasta com os resultados apresentados nos últimos 12 anos, em que o mesmo foi consecutivamente negativo e que contribuíram para a deterioração dos capitais próprios do Município em cerca de 36 Milhões de Euros.

É por isso que o resultado do exercício de 2018 é histórico e que terá repercussões no investimento que temos previsto realizar no concelho nos próximos meses.

Permitam-me, para além do já referido, que mencione alguns dos aspetos mais significativos do presente documento e que passo a detalhar:

RECEITAS

- Grau de execução da receita na ótica das cobranças líquidas de 89,8%, superando a meta dos 85%, definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- Lembro que em relação ao exercício de 2017, foi necessário efetuar uma revisão orçamental em baixa para conseguirmos atingir esta meta;
- Excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo de gerência anterior, as receitas líquidas refletem um aumento de 4,4%, face ao ano anterior;

- Aumento dos Impostos diretos, particularmente no IMI, com mais 243 Mil Euros, e na Derrama com mais 252 Mil Euros;

DESPESAS

- As despesas realizadas assinalam uma diminuição de 10,3%, o que representa um decréscimo de 3,5 Milhões de Euros;
- Aumento das despesas com o Pessoal, em 1,7 Milhões de Euros, decorrentes do processo de internalização da Ourém Viva;
- Diminuição na aquisição de bens em cerca de 43,9 Mil Euros e na aquisição de serviços em cerca de 2,6 Milhões de Euros.

RESULTADOS ORÇAMENTAIS

- Resultado Corrente positivo em 9,7 Milhões de Euros;
- Resultado orçamental positivo em cerca de 6,9 Milhões de Euros.

PAGAMENTOS EM ATRASO

- Inexistentes

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

- 19 Dias, quando em 2017 era de 25 dias.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

- -Margem face ao limite legal previsto, 33,15 Milhões de Euros, quando em 2017 era de 31,1 Milhões de Euros.

PROVEITOS

- Aumento em 9,3%, o que representa um acréscimo de 2,9 Milhões de Euros;
- Aumento generalizado.

CUSTOS

- Diminuição global em 6,2%;
- Diminuição dos Serviços e Fornecimentos Externos em cerca de 2,5 Milhões de Euros;
- Transferências e subsídios correntes concedidos com um decréscimo de cerca de 267,4 Mil Euros;
- Amortizações do Exercício com uma redução de cerca de 268,6 Mil Euros;

- Custos e Perdas Extraordinárias com uma diminuição de cerca de 200,7 Mil Euros.

RESULTADOS

- Resultado Líquido do Exercício positivo em cerca de 712,8 Mil Euros, quando em 2017 o mesmo tinha sido negativo em cerca de 4,4 Milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DE 2018

- Em 2018, o Fundo de Maneio revela um valor positivo ligeiramente superior a 9,4 Milhões de Euros, o que representa uma melhoria deste indicador em cerca de 4,5 Milhões de Euros.

DÍVIDAS

- As dívidas a terceiros situaram-se num valor próximo de 8,9 Milhões de Euros, evidenciando uma diminuição de cerca de 2,7 Milhões de Euros. É o valor historicamente mais baixo do período comparado (POCAL 2002/2018), conforme quadro que se encontra no Relatório.

PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) – Monitorização

- Foram atingidas as metas, sendo superadas em 1,2 milhões de euros quanto à maximização da receita e 1,5 milhões de euros na minimização da despesa.
- Relativamente ao volume da dívida, tendo por referência as disponibilidades existentes no final do exercício e excluída a participação no FAM, seria exequível que a dívida líquida fosse inferior a 2,6 milhões de euros, ou seja, evidenciando uma superação da meta, neste contexto, ligeiramente superior a 6,1 milhões de euros.

Estas são as principais notas a reter de um documento extenso, em que se pode verificar que as contas do Município de Ourém estão notoriamente equilibradas, o que irá permitir que, no futuro, venhamos a dispor de melhores condições para realizar uma lista de investimentos, que têm vindo a ser adiados.

Nesta mesma reunião é proposta uma revisão orçamental em alta, que prevê um reforço de 1 Milhão de Euros, passando o orçamento municipal para 43,965 milhões de euros.

É proposto que deste valor sejam alocados, na aquisição das quotas dos sócios da Fatiparques e no pagamento das dívidas existentes na empresa, para que possamos, de uma vez por todas, resolver mais este gravíssimo problema, que herdámos e que agora está perto de ser resolvido.

Quanto ao restante valor, propõe-se que seja considerado para reforço da verba disponível relativa à beneficiação de estradas e caminhos municipais.

No cumprimento do nosso projeto político e de desenvolvimento para o Município de Ourém continuaremos em linha com a nossa orientação inicial pois estamos convictos de que o nosso povo espera que falemos sempre do futuro e dos seus desafios. Do mesmo futuro para cuja gestão nos foi conferido mandato, para apresentarmos as soluções mais convenientes a bem do interesse municipal.

São assim estes os documentos, para os quais propomos aprovação.

Ourém, abril de 2019

O Presidente da Câmara Municipal



1. CONJUNTURA

1.1 – ECONOMIA MUNDIAL

Em 2019, a economia mundial expandiu-se ao ritmo mais lento desde a crise financeira global. A desaceleração da atividade económica foi altamente sincronizada, com tendências de crescimento em praticamente todas as principais economias. O crescimento anual desacelerou em todas as regiões geográficas, exceto em África.

Segundo as Nações Unidas¹, cerca de dois terços dos países do mundo, deverão apresentar em 2019, um crescimento do PIB inferior ao verificado no ano anterior.

A desaceleração do crescimento do PIB nas regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, verificado em 2019, resulta, essencialmente, no enfraquecimento observado na atividade comercial e da existência de investimentos domésticos mais moderados. Complementarmente, será de salientar a desaceleração observada no comércio de mercadorias e o enfraquecimento da produção industrial.

Por outro lado, o consumo privado manteve-se relativamente estável na maioria dos países durante todo o ano, sustentado por mercados de trabalhos firmes e por pressões inflacionárias modestas. Porém, houveram sinais de que os gastos das famílias foram mais moderados, denotando que os consumidores estiveram cada vez menos otimistas.

No decurso do ano em análise, observou-se um incremento da escalada de disputas comerciais, um aumento das tensões geopolíticas e, em contraponto, uma diminuição da propensão para se promover investimento de risco.

As fragilidades financeiras, em particular a existência de elevados níveis de endividamento, ameaçaram comprometer a estabilidade financeira e reduzir a resiliência das economias a choques. Ao mesmo tempo, os riscos de longo prazo associados à crise climática, converteram-se num desafio cada vez maior para muitos países, tendo como horizonte os objetivos de 2030.

Em adenda ao disposto, a economia mundial continuou a enfrentar uma série de fatores macroeconómicos fundamentais que associados a desafios estruturais impediram um crescimento robusto e inclusivo. Efetivamente, o baixo crescimento da produtividade do

¹ United Nations, *World Economic Situation and Prospects – 2020*

trabalho foi complementado por um aumento das desigualdades salariais, salientando que um conjunto significativo de países ainda está a sofrer os efeitos da desaceleração do preço das matérias-primas ocorrido no período de 2014 a 2016, o qual resultou em persistentes perdas de produção e retrocessos assinaláveis no que concerne à redução da pobreza.

Com motivo de preocupação, verifica-se que em cerca de um terço dos países, a rendimento per capita verificado em 2019, é mais baixo que o ocorrido em 2014.

Nas economias desenvolvidas, o ritmo de crescimento diminuiu consideravelmente desde meados de 2018. Nos Estados Unidos da América, o crescimento em 2019, deverá ter-se situado em 2,2% (2,9% em 2018), tendo induzido a uma diminuição na taxa dos fundos federais, com o objetivo de estimular a atividade económica, verificando-se um lento crescimento do emprego com influência na procura interna.

Na Europa, particularmente na União Europeia, o crescimento permaneceu modesto (1,4% em 2019, tendo sido de 2% em 2018).

O setor industrial permaneceu influenciado pela adversidade das tensões comerciais e pela desaceleração económica na China, ao qual se associou a incerteza política que marcou o ano de 2019, no que concerne ao impacto da saída do Reino Unido da União Europeia. A influência negativa identificada foi atenuada pelo crescimento sólido do consumo privado, apoiado em mercados de trabalho robustos, bem como pelos estímulos monetários adicionais ocorridos.

O desempenho do Japão continuou enfraquecido, com um crescimento económico que deverá ter ficado nos 0,7%, pautado por um aumento dos impostos sobre o consumo, uma queda dos salários reais.

O crescimento das economias em desenvolvimento, denotou um enfraquecimento (2,7%), se observada a tendência do ano anterior, denotando maior incerteza política, fragilidades financeiras, interrupções nos fornecimentos e um ambiente externo mais adverso. Apesar dos constrangimentos, o Leste Asiático permaneceu como a região de crescimento mais rápido do mundo e o maior contribuinte para o crescimento mundial.

O crescimento económico em África sofreu uma pequena aceleração, tramitando de 2,7% em 2018 para 2,9% em 2019, mas assinalando um ritmo manifestamente insuficiente que permita suprir os desafios prementes do desenvolvimento, e denotando necessidades de reformas

estruturais adicionais que permitam promover uma maior diversificação económica a médio prazo.

A América Latina e a região do Caribe, permaneceram atolados numa queda económica prolongada, caracterizada por condições internas adversas e contextos de instabilidade política pronunciada.

Segundo a ONU, o crescimento económico global deverá ter desacelerado de 3% em 2018 para 2,3% em 2019.

Comércio Mundial

As prolongadas tensões comerciais e a desaceleração da atividade económica exacerbaram uma contração no comércio internacional. Em 2019, o crescimento do volume do comércio global de bens e serviços desacelerou acentuadamente para uma baixa pós-crise de 0,3%, ante 3,9% em 2018.

Durante o ano, as tensões comerciais também se tornaram mais difundidas, estendendo-se além da China e dos Estados Unidos a outros países e grupos de produtos. A incerteza relacionada com o Brexit as reclamações contra tarifas indianas por vários países, as alegações de protecionismo entre a União Europeia e os Estados Unidos e uma disputa comercial entre a República da Coreia e o Japão, favoreceram um aumento das tensões comerciais, havendo sinais de interrupção nas cadeias de suprimentos globais.

Notavelmente, as disputas comerciais ampliaram ventos cíclicos nos setores de eletrónicos e automóveis, sendo que ambos possuem extensas redes de produção entre países. Um elevado grau de incerteza em torno do futuro das ações comerciais, resultaram numa deterioração da confiança dos negócios, prejudicando o investimento e consequentemente o crescimento em muitos países. Esses desenvolvimentos, por sua vez, suprimiram a procura global por bens de capital e intermediários, contribuindo para a queda na atividade de comércio internacional.

A desaceleração do crescimento do comércio mundial de mercadorias em 2019 foi impulsionada, principalmente, por uma contração na procura de importação da China e de outras economias asiáticas emergentes, refletindo as tensões na região.

Entre as outras regiões em desenvolvimento, o impacto das tensões comerciais sobre o crescimento das importações foi exacerbado por fatores específicos de país ou região.

Para os grandes exportadores de matérias-primas, incluindo várias economias de África, Ásia Ocidental e América Latina, os preços moderados que as matérias-primas registaram, continuaram a constranger o investimento. Na América Latina, o aprofundamento da crise económica na Argentina resultou num colapso na procura e uma forte contração nos gastos de capital. A desaceleração económica na Índia e em outras economias do sul da Ásia também induziu uma quebra da procura de mercadorias.

O Comércio global da exportação de serviços, área que representa cerca de um quarto das exportações mundiais, manifestou assinalável resiliência ao aumento das tensões comerciais, se efetuara comparação com a exportação de bens. Em 2018, a exportações de serviços tiveram um crescimento sustentado de 7,7%. Já em 2019, segundo a OMC (Organização Mundial do Comércio), o crescimento do volume do comércio mundial de serviços perdeu força, com o tráfego aéreo de passageiros e viagens, serviços financeiros e serviços de construção expandindo abaixo de suas respetivas tendências. O turismo internacional perdeu algum impulso durante 2019.

De salientar que a disputa comercial entre a China e os Estados Unidos escalou pela primeira vez no início de 2018 e estendeu-se para 2019. Durante o ano, as políticas comerciais dos dois países flutuaram rapidamente entre a intensificação e a diminuição das tensões, alimentando a já elevada incerteza no ambiente do comércio internacional. A participação do comércio bilateral entre a China e os Estados Unidos, que tem sido alvo de tarifas durante as três fases do conflito comercial. Na fase inicial, os Estados Unidos concentraram a sua ação no estabelecimento de tarifas de máquinas, equipamentos de transporte e instrumentos de precisão chineses. Em contraste, a China retaliou com tarifas no setor agroalimentar e equipamento de transporte. Nos estágios subsequentes da escalada, os Estados Unidos expandiram as tarifas sobre a China para abranger quase todo o comércio bilateral entre os dois países. Contudo, nas importações dos Estados Unidos de alguns instrumentos de precisão da China foram excluídas tarifas adicionais dos Estados Unidos. Enquanto isso, as importações da China de alguns equipamentos de comunicação (como microprocessadores) e equipamentos de transporte (incluindo grandes aeronaves) dos Estados Unidos foram excluídos das tarifas chinesas. O conflito comercial entre os Estados Unidos e a China teve um impacto imediato e

impacto direto no comércio entre os dois países. Nos três primeiros trimestres de 2019, o valor das importações americanas da China caiu cerca de 13% em comparação com os três primeiros trimestres de 2018.

Enquanto as tensões comerciais foram uma tônica dominante entre a China e os Estados Unidos, vários outros países continuaram a progredir na formação de blocos comerciais regionais ou a negociação de novos acordos comerciais. Em 2019, a União Europeia alcançou uma tentativa acordo comercial com os Estados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que incluem Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Ásia também avançou em alguns acordos comerciais relevantes, incluindo um acordo abrangente e progressivo liderado pelo Japão, designado de Parceria Transpácífica (CPTPP), assinada em 2018, e o Programa Global Abrangente, Acordo de Parceria Económica (RCEP), que se previa assinar em 2020.

Taxas de juro

Desde a crise financeira global, as reduzidas taxas de juros impeliram a emissão de títulos soberanos no que concerne aos países em desenvolvimento nos mercados de capitais internacionais. Contudo, em alguns casos, as preocupações decorrentes da sustentabilidade da dívida estão agora mais expostas, especialmente quando os encargos de reembolso estão sujeitos a movimentos cambiais significativos. A oferta de financiamento público internacional, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento (ODA – *Official Development Assistance*), dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, continuaram a aumentar ligeiramente, mas permaneceram abaixo das metas das Nações Unidas.

O aumento da ODA reflete, em parte, os recursos gastos pelos refugiados nos países de acolhimento.

Inflação

Com a atividade económica enfraquecida e aos preços mais baixos das matérias-primas, a inflação foi moderada. Nas economias desenvolvidas, a tendência de inflação persistentemente baixa observada desde a crise financeira global continuou. A inflação dos preços ao consumidor nas principais economias desenvolvidas variaram de 0,7% no Japão a 1,8% nos Estados Unidos, em 2019. A escalada das tarifas nas principais economias elevou os preços ao produtor em

alguns setores, mas os preços mais baixos da energia e a inflação limitada no setor de serviços, geralmente, mais do que compensou qualquer impacto na inflação média dos preços ao consumidor.

O contexto inflacionário esteve ancorado nas expectativas de crescimento lento dos salários e a sua influência significativa na inflação.

A inflação média nos países em desenvolvimento permaneceu bastante estável em 2019, com as pressões de preços a denotarem uma quebra em África e na Ásia Ocidental, enquanto aumenta no sul da Ásia e na América Latina e na região do Caribe. Persistem, no entanto, algumas exceções importantes que continuaram a impulsionar as médias sub-regionais, resultante de alguns países que vivenciam graves desequilíbrios macroeconómicos ou restrições de oferta, incluindo Argentina, República Islâmica do Irão, Sudão do Sul, Sudão e República Bolivariana da Venezuela.

Investimento e produtividade

Desde a introdução de novas medidas restritivas ao comércio em meados de 2018 e como tensões comerciais se intensificaram, a incerteza da política comercial aumentou nos Estados Unidos e no mundo

Nesse cenário, as empresas tornaram-se cada vez mais pessimistas em relação a curto prazo e na definição de perspetivas. A confiança nos negócios caiu acentuadamente durante 2019, tendo uma influência preponderante ao nível dos investimentos. Nas economias desenvolvidas, o investimento em máquinas e equipamentos enfraqueceram-se significativamente como resultado da forte desaceleração da produção industrial, e o investimento residencial também diminuiu.

À medida que as empresas se tornam mais relutantes em investir, o crescimento da produtividade continuou a desacelerar. A tendência de queda na produtividade do trabalho é atribuível a uma menor dinâmica observada nos ativos de não-tecnologia da informação e comunicação (não-TIC) – e da produtividade total dos fatores (PTF).

Emprego

Embora os números de desemprego tenham permanecido até agora amplamente isolados do cenário económico global de desaceleração, a situação geral do mercado de trabalho pautou-se por condições menos favoráveis. Em várias regiões, os salários reais continuam a crescer lentamente devido a ganhos de produtividade moderados.

A qualidade do emprego geralmente é precária, especialmente para os mais vulneráveis. Emprego e pobreza no trabalho ainda são muito comuns e são preocupantemente persistentes em muitos países em desenvolvimento. Mulheres, jovens, pobres e sem instrução, em particular, denotam muita dificuldade em garantir o acesso ao mercado de trabalho e encontrar emprego estável.

De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego mundial caiu para um valor ligeiramente inferior, situando-se similar ao observado na fase anterior à crise financeira (OIT, 2019). O desemprego é em média de 5,4% para as mulheres, sendo de 4,7% para os homens, embora as mulheres tenham uma menor taxa de participação no trabalho do que as mulheres.

O declínio do desemprego global em 2019 é principalmente o resultado de mais ganhos de emprego nas principais economias desenvolvidas. Na União Europeia, a taxa média de desemprego caiu para cerca de 7,4%, o nível mais baixo desde 2008. Nos Estados Unidos, o desemprego caiu em 2019, atingindo a maior quebra em 50 anos (desemprego em 3,6%) . No Japão a taxa de desemprego está nos 2,2%, a menor taxa em 27 anos.

Globalmente, estima-se que cerca de 700 milhões de trabalhadores se encontrem em situação de pobreza extrema ou moderada. Embora tenham sido efetuados progressos substanciais na redução do número de trabalhadores pobres na China e em alguns países de rendimento médio o oposto verificou-se na África Subsariana, onde quase dois terços dos trabalhadores vivem na pobreza.

Finalmente, será de referir que ainda existem disparidades significativas no acesso ao emprego entre diferentes grupos populacionais, com idade e sexo representando fatores-chave, bem como uma faixa substancial de subutilização do trabalho (pessoas que não procuram emprego nem estão disponíveis para começar a trabalhar dentro de um curto espaço de tempo, que nos Estados Unidos da América se estimam em 1,5 milhões de pessoas).

A incidência de longo prazo do desemprego também permanece elevada, principalmente entre as gerações mais velhas, aumentando o risco de que números substanciais nesse grupo fiquem permanentemente ociosos.

No que concerne à juventude o desemprego e o subemprego são uma grande preocupação em grande parte do mundo. No sul da Ásia, um terço da juventude está desempregada em ou situação de subemprego, e no Afeganistão, Bangladesh, Paquistão, Sri Lanka e na Índia a taxa é superior a 40%.

As barreiras de género no acesso às oportunidades do mercado de trabalho levam a grandes discrepâncias entre as taxas de participação da força de trabalho para homens e mulheres em todo o mundo. No sul da Ásia, por exemplo, apenas uma em cada quatro mulheres participa da força de trabalho. Situações como essas prejudicam os esforços para atingir as metas de igualdade de género e reforçar a subutilização significativa do trabalho.

Outros indicadores macroeconómicos

Em dezembro de 2019, a cotação média do spot do petróleo (dólares/barril de *Brent*), foi de 65,615 USD. A cotação média situou-se em 64,16 USD, continuando a revelar algum excesso de oferta na economia mundial.

Ao longo do período em análise, verificou-se uma desvalorização do euro face ao dólar norte americano, assinalando-se uma taxa de câmbio Eur/USD, no mês de dezembro de 2019, em 1,123.

A erradicação da pobreza

Perto de 10% da população mundial continua a viver abaixo do limiar de extrema pobreza (US \$1,90 por dia). Vários países, notadamente exportadores de matérias-primas, sofreram aumentos dos níveis de pobreza nos últimos anos. O número de pessoas que vivem em extrema pobreza aumentou em vários países da África Subsaariana, onde os níveis de pobreza já são muito altos, bem como em partes da América Latina, Caribe e Ásia Ocidental.

Como o crescimento do rendimento capita a permanecer fraco em muitos países, a erradicação da pobreza depende, cada vez mais, de esforços para lidar com altos níveis de desigualdade. Garantir um padrão de vida adequado para todos os habitantes de um país depende

criticamente de como o rendimento é distribuído pela população. Mesmo num país onde o nível médio do rendimento per capita é elevado em relação ao limiar de pobreza extrema, a pobreza pode ser difundida se a renda for distribuída de forma muito desigual. De facto, mais de metade da pobreza extrema mundial, vive em países de rendimento médio, tais como a Índia e a Nigéria, territórios que representam um terço dos extremamente pobres.

Contudo, o aumento da qualidade de vida continua a denotar algumas melhorias em algumas dimensões, sobretudo na expectativa de vida que continua a aumentar e nas reduções verificadas na taxa de mortalidade infantil e não obstante, a crise climática e a insegurança alimentar e os crescentes conflitos e desastre naturais que têm induzido um aumento do número de pessoas subnutridas, desde 2015.

1.2 – UNIÃO EUROPEIA E ZONA EURO

União Europeia

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE28

Indicador	Unidade	Fonte	2018	2019	I T 19	II T 19	III T 19	IV T 19
União Europeia (UE-28) - PIB Real	VH	Eurostat	1,9	1,4	1,7	1,4	1,4	1,1
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,3	102,2	105,6	103,1	100,7	99,2
Área do Euro (AE-19) - PIB Real	VH	Eurostat	1,8	1,2	1,4	1,2	1,2	0,9
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	113,7	103,4	106,1	104,1	102,4	101,0
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	4,0	-1,7	-0,8	-1,4	-2,1	-2,7
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	1,9	2,2	2,4	2,1	2,8	1,8
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	8,2	7,6	7,8	7,6	7,5	7,5
IHPC	VH	Eurostat	1,8	1,2	1,4	1,4	1,4	1,0

Em 2019, o PIB da União Europeia (EU-28) apresentou um moderado crescimento, em termos homólogos reais (1,4%, que contrasta com 1,9% em 2017). A deterioração no nível de crescimento da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países.

O indicador de sentimento económico na UE28 denotou uma quebra, se efetuada comparação com o ano anterior.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 1,2% (1,8% em 2018) e a taxa de desemprego foi apresentando ligeiras melhorias (7,8% no 4.º T/2019).

Área Euro

O PIB da Área do Euro a (AE-19) apresentou uma atividade económica positiva (1,2% em 2019, face a 1,8% em 2018), mas denotando um abrandamento do grau de crescimento, situando-se num valor próximo do nível de crescimento verificado na UE-28.

Em 10 de março de 2016, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (main refinancing operations), de 0,050% (taxa definida em 4 de setembro de 2014) para 0,0%, circunstância que permaneceu inalterada no decurso de 2019.

1.3 – NACIONAL

1.3.1 – EVOLUÇÃO POLÍTICO-LEGAL

Eleições

No decurso de 2017 verificaram-se eleições autárquicas a 1 de outubro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:
 - Presidente e 3 vereadores (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 3 vereadores (PS).
- Assembleia Municipal:
 - 11 membros (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 8 membros (PS);
 - 2 membros (MOVE)
 - 13 Presidentes de Freguesia:
 - 10 Presidentes (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS)
 - 3 Presidentes (PS).

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2018, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro 2 – Legislação do ano 2019 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
14/01	Dec. Lei nº 5/2019	Estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais
30/01	Dec. Lei nº 22/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura
04/03	Dec. Lei nº 32/2019	Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade
01/04	Dec. Lei nº 44/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil
15/04	Portaria nº 114/2019	Regulamentação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, adiante designado por PEPAL
30/04	Portaria nº 125-A/2019	Regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho
14/05	Portaria nº 142/2019	Fixação do número máximo de estágios para a segunda fase da 6.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

28/06	Dec. Lei nº 84/2019	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019
02/07	Dec. Lei nº 86/2019	Procede à aplicação aos bombeiros municipais das categorias e das remunerações previstas para os bombeiros sapadores
02/07	Dec. Lei nº 87/2019	Regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação ou reforma dos trabalhadores integrados nas carreiras de bombeiro sapador e de bombeiro municipal
24/07	Lei nº 50/2019	Sexta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o regime jurídico das armas e suas munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, primeira alteração à Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, sobre a revisão da lei quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro, que estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal
02/09	Lei nº 78/2019	Estabelece regras transversais às nomeações para os gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos, dirigentes da Administração Pública e gestores públicos

1.3.2 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Evolução

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2019 assinala um aumento do PIB em volume de 2,2% (2,4% em 2018). Segundo o INE, esta variação resultou do contributo positivo da procura externa líquida, que mais que compensou a redução do contributo da procura interna.

Ao nível do consumo privado, em termos anuais, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 4,5% (4,1% em 2018).

Relativamente ao investimento, será de reportar que o indicador de FBCF apresentou uma variação positiva em 6,4%, embora com quebras no volume de vendas de bens de investimento (-0,5%), nas vendas de veículos comerciais ligeiros (-2,1) e nas vendas de veículos comerciais pesados (-3,1).

No que concerne ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego assinalou uma pequena subida no último trimestre de 2019, situando-se a média anual nos 6,5% (7% em 2018). No final de 2019, encontravam-se registados, nos centros de emprego, 310 482 mil desempregados, representando 66,8% de um total de 464 874 mil pedidos de emprego. As ofertas de emprego por satisfazer, no final de dezembro de 2019, totalizavam 11.503, correspondendo a uma redução anual de 6,6% (-813). No término de 2019, estima-se que cerca de 2,1 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho. Quanto às remunerações médias implícitas, consolida-se a trajetória ascendente, que no final do ano se estima que estivesse nos 4%.

No âmbito dos preços, o ano de 2019 nota uma variação homóloga do IPC (Índice de Preços do Consumidor) de 0,3% (1% em 2018). Por seu lado, o IPC dos Bens foi negativo em 0,3% (0,5% em 2018) enquanto o IPC dos Serviços registou uma variação positiva em 1,2% (1,7% em 2018).

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,4%, uma desaceleração de 0,3 p.p face a 2018.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2019, foi de 0,3% (0,9 p.p abaixo do valor de 2018). Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 1,2% (+0,2 p.p do que no ano anterior), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,9p.p.

Já o Índice de Preços na Produção Industrial foi marcado por uma contração na segunda metade do ano, tendo a variação homóloga do IPPI se fixado em -0,4%, contrapondo ao crescimento de 3,2% registados em 2018.

Comércio Internacional

Relativamente ao comércio internacional, os resultados preliminares das estatísticas apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 3,6%, em termos homólogos, com as importações a aumentarem 6,6%. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) agravou-se 16,2%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4,5% e as importações registaram uma variação homóloga positiva de 7,4%.

No ano de 2019, as exportações representaram 74,6% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos as exportações passaram a representar 79% das importações (menos 2,2 p.p. que em igual período do ano transato).

No ano em análise, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 17,4% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 4,5% e as importações a aumentarem 7,5%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 12,7%.

No âmbito das exportações, entre janeiro e dezembro de 2019, destaca-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2.9.9), seguido do contributo dos “Produtos acabados diversos (0,7p.p) dos “Químicos” e das “Aeronaves, embarcações e suas partes” (ambos com 0,6 p.p.). O “Material de transporte terrestre e suas partes” é o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15%). Seguem-se as “Máquinas e aparelhos e suas partes” (14%), os “Químicos” (12,5%) e “Agroalimentares” (12,2%).

No ano de 2019, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,8%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação positiva homóloga positiva (0,7%), mas inferior à das exportações Intra Eu.

As exportações de mercadorias para a Alemanha (0,9 p.p) foram as que registaram um maior contributo intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e Espanha (0,8 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente). Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (45.5%), Turquia (26,8%) e Suíça (8,.1%). No mesmo período destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia

(-24%) e Angola (-18,1%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais.

De janeiro a dezembro de 2019, no aumento de 6,6% verificado, destaca-se o contributo positivo das importações de “Aeronaves, embarcações e suas partes” (2,7 p.p.) “Máquinas, aparelhos e suas partes” (1,3 p.p.), “Químicos” e “Material de transporte terrestre e suas partes” (ambos com 0,8 p.p.).

A UE mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,4%). No ano de 2019, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 7,5%, em termos homólogos, com as provenientes da UE-15 a crescerem 7% e as provenientes dos países do Alargamento 17,2%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 3,6%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,7% do total). Seguem-se os EUA (1,9%) e a Rússia (1,4%).

De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo INE, as exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 4,4%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (2,2 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais. Nos doze meses de 2019, a componente dos Serviços representou 37,7% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,2 p.p) para o seu crescimento. Do lado das Importações o peso desta componente foi de 19,2% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das Importações totais (5,2%) em 2,1 p.p..

O défice acumulado da balança corrente, até dezembro de 2019 situou-se em 182 milhões de euros, o que representa um agravamento de 974 milhões em termos homólogos. Este resultado traduz, a deterioração do saldo da balança de bens e da balança de rendimentos primários, parcialmente compensada pela melhoria do saldo da balança de rendimentos secundários e da balança de serviços.

Entre janeiro e dezembro de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 1.871 milhões de euros (o que compara com uma capacidade de financiamento de 2.382 milhões de euros no período homólogo do ano anterior).

Finanças Públicas

No final do ano de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 599 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 1-643 milhões de euros em termos homólogos e de 1.618 milhões de euros face ao previsto no OE2019. Para a redução do défice em termos homólogos contribuiu o crescimento de 4,3% da Receita Efetiva, que mais do que compensou o aumento da Despesa Efetiva de 2,3%.

A evolução da receita resultou sobretudo do crescimento da Receita Fiscal (3,7%), assim como das Contribuições da Segurança Social (6,8%), justificado pelo bom desempenho da economia. Do lado da despesa, observou-se uma diminuição das Outras Despesas Correntes (-29,8%) e dos Juros e Outros Encargos (-4,1%). Em sentido inverso, destaca-se o crescimento das Transferências Correntes (3,4%) e em particular das pensões pagas no âmbito da Segurança Social, das Despesas com Pessoal (4,6%) e do Investimento (8,1%). O Saldo Primário atingiu 7.487 milhões de euros, mais 1.300 milhões de euros que em 2018 e mais 1.400 milhões de euros que o previsto.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 3.868 milhões de euros, a Administração Regional e Local um excedente de 461 milhões de euros e a Segurança Social obteve um Saldo Positivo de 2.808 milhões de euros.

Em 2019, o Saldo Orçamental da Administração Central (AC) atingiu um défice de 3.868 milhões de euros, melhorando 774 milhões de euros em termos homólogos e menos 681 milhões de euros do que o previsto no OE2019. O Saldo Primário registou um excedente de 3.903 milhões de euros, mais 424 milhões de euros que em 2018.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da Receita Efetiva em 2,9% que mais do que compensou o aumento da Despesa Efetiva em 1,5%. O comportamento da receita é fundamentalmente explicado pelo aumento da Receita Fiscal (3,8%). Do lado da despesa, é de salientar o aumento das Despesas com o Pessoal (4%), das Transferências Correntes para as Administrações Públicas (6,3%) e da Despesa de Capital (8,5%). Em sentido inverso, a despesa com Juros e Outros Encargos diminuiu 4,3%, ficando aquém do previsto em 258 milhões de euros.

- Estado

Por subsetores, o subsetor Estado, registou em 2019 um défice de 3.969 milhões de euros (-303 milhões de euros que em 2018), tendo o saldo primário atingindo 3.200 milhões de euros. Neste subsetor destaca-se o crescimento de 3,8% da Receita Fiscal do Estado, acima do previsto em 0,5 p.p.. Os Impostos Diretos cresceram 0,7% assinalando-se o aumento da receita com IRS em 2,1% e a diminuição dos outros Impostos em 23,1%, devido à cobrança de execuções fiscais da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético em dezembro de 2018. Os Impostos Indiretos aumentaram 6,3%, para o qual contribuiu o comportamento do IVA e do ISP (7%), e ainda do Imposto de Selo (7,7%). Em sentido oposto, é de salientar a diminuição do ISV (-5,2%) e do IABA (-4,1%). Relativamente à receita não fiscal é de referir o crescimento de 9,3% devido essencialmente ao aumento dos dividendos do Banco de Portugal e da Caixa Geral de Depósitos.

- **Serviços e Fundos Autónomos**

O subsetor dos Serviços e Fundos e Autónomos (incluindo EPF) apresentou um excedente de 101 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 1.076 milhões de euros para o qual contribuiu a melhoria do saldo das EPR em 1.383 milhões de euros.

O crescimento da receita (4,4%) é justificado pelo aumento das Transferências das Administrações Públicas (6,1%) e pelo aumento das Taxas Multas e Outras Penalidades (7,5%), parcialmente compensada pela diminuição das Transferências correntes e de capital da UE (-63,7%) e das Outras Receitas Correntes (-5,3%).

Do lado da despesa, é de registar a redução significativa dos Juros e Outros Encargos (-42,6%), devido, em parte, ao efeito base decorrente de pagamentos efetuados no âmbito do acordo judicial relativo aos swaps, e ao aumento da Despesa com Pessoal (5,8%) e a Aquisição de Bens e Serviços (2%). Por entidades, destacam-se a melhoria dos saldos da Parpública S.A. (757 milhões de euros), do IEFP (194 milhões de euros) e do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (335 milhões de euros) e do Fundo de Resolução (135 milhões de euros). Pela negativa, salienta-se o agravamento do saldo do IAPMEI, I.P. (-118 milhões de euros) e do Parque Escolar, E.P.E. (-102 milhões de euros).

- **Serviço Nacional de Saúde**

A execução financeira do SNS em 2019 registou um défice de 621 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 112 milhões de euros face a 2018, ainda que tenha ficado aquém

do previsto em 531 milhões de euros. A receita total aumentou 6,3% atingindo 10.060 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 7,2% das Transferências do Orçamento do Estado que se fixaram em 9.403 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 93,5% do total da receita. A despesa total aumentou 4,8% em termos homólogos, atingindo 10.681 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 7,3% nas Despesas com pessoal e de 5,1% da Despesa com Aquisição de Bens e Serviços. Em sentido contrário, é de salientar a redução da despesa com Parcerias Público-Privadas (-1,1%), que reflete a passagem da Parceria Público-Privada de Braga, a Hospital de Braga, E.P.E..

- Caixa Geral de Aposentações

No que concerne à Caixa Geral de Aposentações (CGA), 2019 apresenta um excedente da execução orçamental em 54 milhões, o que representa uma diminuição de 47 milhões de euros quando comparado com 2018 e uma melhoria de 114 milhões de euros face ao previsto. Em termos homólogos, a variação do saldo reflete um decréscimo da Receita Efetiva (-0,2%) e um aumento da Despesa Efetiva (0,3%).

Do lado da receita, verificou-se uma diminuição da receita de Quotas e Contribuições para a CGA (-1%), devido à diminuição do número de subscritores (2,5%, em termos médios mensais) e das Outras Receitas Correntes (-9%). Quanto à despesa efetiva, a despesa com as Pensões e Abonos da Responsabilidade da CGA diminuiu -0,4%, enquanto as Pensões e Abonos da Responsabilidade do Orçamento do Estado aumentaram 19,1%. A variação da despesa com pensões reflete o aumento do número de novos pensionistas, que auferem pensões em média mais baixas.

- Segurança Social

Relativamente à Segurança Social, será de reportar um excedente de 2.808 milhões de euros, superior ao do ano anterior em 831 milhões de euros e ao previsto no Orçamento do Estado em 1.144 milhões de euros. A Receita Efetiva aumentou 8,1% em termos homólogos, devido essencialmente ao crescimento das receitas com Contribuições e Quotizações (8,6%) para o qual contribuiu a evolução positiva do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo, para além das medidas de combate à fraude, assim como o aumento das Transferências do Orçamento do Estado (8,2%). Será ainda de salientar que das Transferências do Orçamento do Estado, as

transferências para cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social face a 2018 aumentaram 352 milhões de euros, a receita de IRC consignada à Segurança Social 129 milhões e euros, o adicional ao IMI em 73 milhões de euros e o IVA social em 30 milhões de euros. A despesa efetiva aumentou 5,5%, reflexo fundamentalmente resultante do aumento da despesa com pensões (5,5%), do subsídio familiar a crianças e jovens (10,8%), da Prestação Social para a Inclusão (30,9%) e da Ação Social (4,3%). Em particular, a evolução das pensões é justificada pelas atualizações extraordinárias das pensões em 2018 e em 2019, e pelo aumento do número de pensionistas de pensão de velhice (0,6% em média anual) e invalidez (3,5%). Em sentido oposto, assistiu-se a uma redução de 3,7% da Prestação de desemprego.

- Administração Regional

No final de 2019, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 130 milhões de euros, o que representa uma redução de 97 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pelo aumento da Despesa Efetiva (4,6%), dado que a Receita Efetiva se manteve quase inalterada (0,9%).

Ambas as regiões autónomas apresentaram défices (de 97 milhões de euros a Região autónoma da Madeira e de 33 milhões de euros a Região Autónoma dos Açores) que se agravaram face ao ano anterior (mais 8 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores e mais 89 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira).

Para o aumento da Despesa Efetiva contribuiu, fundamentalmente, o aumento da Despesa com Pessoal (5,6%), dos Juros e Outros Encargos (13,5%) e da Aquisição de Bens de Capital (16,3%), parcialmente compensada pelo decréscimo da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços (-1,8%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 3,4% da Receita Fiscal e de 32,3% das Transferências de Capital do Orçamento do Estado. Em sentido oposto, é de referir a diminuição nas Transferências Correntes e de Capital da UE (-21,4%) e das Outras Transferências Correntes (-12,3%).

- Administração Local

O saldo do subsetor da Administração Local em 2019 aumentou 135 milhões e euros face ao registado no período homólogo, atingindo 591 milhões de euros. Para tal contribuiu um crescimento da Receita Efetiva acima da Despesa Efetiva em 1,3 p.p.

Neste contexto, observou-se um aumento da Venda de bens de Investimento (+ 216 milhões de euros), em parte influenciado pela venda de terrenos pelo Município de Lisboa. As Transferências Correntes e de Capital do Orçamento do Estado aumentaram 4,7%, devido à Transferência do Orçamento do Estado relativa ao adicional de 2018 (+ 72 milhões de euros) e às Transferências no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro (2%). Adicionalmente, as Outras Receitas de Correntes, as Taxas Multas e Outras Penalidades e a Receita Fiscal, apresentaram evoluções positivas, aumentando, 5,6%, 18,9% e 1,8%, respetivamente. No caso particular da Receita Fiscal, o principal contributo foi dado pela Derrama (14,8%), ainda que parcialmente compensada pelo decréscimo da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (-1,2%).

O crescimento da despesa assenta no aumento das Despesas com Pessoal (7,7%), da Despesa de Capital (9,5%), da Aquisição de Bens e Serviços (4,9%), e dos Subsídios (37,4%). A contrapor, registou-se uma redução da despesa com Juros e Outros Encargos de 38,7%.

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

No final de 2019, a dívida das Administrações Públicas, atingi 117,7% do PIB, correspondendo a uma diminuição de 4 p.p. face a 2018. Em termos nominais, a dívida pública cifrou-se em 249.740 milhões de euros no final de 2019, o que representa um aumento anual de 597 milhões de euros.

Os depósitos das AP fixaram-se em 14.490 milhões de euros, o que representa uma diminuição em 2.134 milhões de euros face ao final de 2018

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas no final de 2019 atingiu 1.741 milhões de euros, menos 24 milhões do que em dezembro de 2018. O comportamento homólogo é resultante da redução da dívida não financeira da Administração Regional e Local (em 109 milhões de euros e 107 milhões de euros, respetivamente), parcialmente compensada pelo aumento na Administração Central (mais 191 milhões de euros).

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 447 milhões de euros em dezembro, ou seja, menos 262 milhões de euros que o valor apurado no final de 2018. Para a evolução homóloga contribuiu a redução dos pagamentos em atraso verificada nos Hospitais EPE (-227 milhões de euros) para um valor mínimo deste o início da publicação dos dados, e na Administração Local e Regional (31 milhões de euros e 28 milhões de euros, respetivamente).

Dívida Direta do Estado

No final de 2019, a dívida direta do Estado atingiu 251.012 milhões de euros (250.351 após cobertura cambial), verificando-se um aumento de 4.291 milhões de euros em termos mensais e de 5.364 milhões de euros face ao final de 2018. Em termos anuais, salienta-se, principalmente, o aumento do saldo de Obrigações do Tesouro (+ 5.793 milhões de euros), de CEDIC (+2.125 milhões de euros), de Certificados de Aforro e do Tesouro (+ 780 milhões de euros), parcialmente compensada pela redução dos empréstimos no âmbito do PAEF (- 2 mil milhões de euros).

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	2,7	2,4	2,2
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	1,9	2,3	2,3
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	2,4	0,5	-3,5
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	3,7	3,3	2,6
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	14,8	14,1	12,3
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-22,2	-11,9	-11,1
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	4,3	-0,5	-1,1
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	6,1	0,6	0,1
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	5,9	5,0	2,5

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	0,5	-4,8	-6,8
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	4,0	4,1	4,5
Bens alimentares	INE	VH	2,4	3,7	0,8
Bens não alimentares	INE	VH	5,3	4,0	1,5
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	7,1	2,7	-1,6

Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	6,6	4,7	1,6
--	-----	----	-----	-----	-----

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	2,3	4,4	6,4
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-1,1	-2,7	6,3
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	2,9	10,6	-2,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	4,9	7,4	-3,1
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-8,5	-8,1	-0,5
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	14,6	-3,7	57,2
Importação de Bens de Capital	INE	VH	0,6	2,2	7,5
Índice Vol. Neg. da IT de Bens. de Investimento	INE	VH	-1,1	-0,2	1,1

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	7,9	4,9	5,2
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	7,9	3,7	3,7
Saídas de bens	INE	VH (nominal)	4,9	5,3	3,6
Entradas de bens	INE	VH (nominal)	12,5	8,0	6,6
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	2 699	903	1 871
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-12 108	-14 707	-16 666
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	15 619	15 718	17 484
Saldo Balança de Rendimentos Primários	BP	10 ⁶ Euro	-4 859	-5 701	-5 211
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	BP	10 ⁶ Euro	2 226	2 459	4 212

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Taxa de Desemprego	INE	%	8,9	7,0	6,5
Emprego Total	INE	VH	3,3	3,5	1,0
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	-16,3	-16,0	-1,6
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-11,5	-6,1	-0,7
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	-1,5	-8,7	-2,8
Contratação Coletiva	MSESS	VHA	1,7	2,2	2,2
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	2,5	3,0	2,7

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	1,4	1,0	0,3
IPC - Bens	INE	VH	0,9	0,5	-0,3
IPC - Serviços	INE	VH	2,1	1,7	1,2
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	1,1	0,7	0,5
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	3,4	3,2	-0,4
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	1,6	1,2	0,3
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	0,1	-0,6	-0,9

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2017	2018	2019
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	1,9	1,7	0,4
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	149	148	92
PSI 20	CMVM	VC	15,2	-12,2	10,2
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V. Anual	8,9	-1,1	7,7
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V. Anual	-1,7	9,9	1,0
Empréstimos a empresas	BP	V. Anual	-2,2	3,0	0,4
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	1,13	1,11	1,05
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	2,65	2,47	2,31

1.3.3 – PORTUGAL NO CONTEXTO GLOBAL

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2020: Doing Business 2019 report*”, o qual cobre o período de junho de 2018 a junho de 2019, Portugal desceu cinco posições, para a 39.^a posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este indicador é apresentado como um ranking que compara 190 economias. Segundo este ranking, Portugal

perde competitividade há quatro anos consecutivos (em 2015 – *Doing Business* 2016 –, Portugal estava na 23.ª posição).

Quadro 3 – Ranking e indicadores do *Doing Business* 2020

Indicadores	2018	2019	2020
Abertura de negócio	48	57	63
Obtenção de alvarás de construção	32	60	60
Obtenção de eletricidade	58	32	52
Registo de propriedades	28	36	35
Obtenção de crédito	105	112	119
Proteção de investidores	57	64	61
Pagamento de impostos	38	39	43
Comércio entre fronteiras	1	1	1
Execução de contratos	19	35	38
Resolução de insolvências	15	16	15
Ranking "Doing Business"	29	34	39

Fonte: Banco Mundial

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao comércio entre fronteiras (1.ª posição), resolução de insolvências (15.ª posição), e o registo de propriedades (35.ª posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (119.ª posição), abertura de negócio (63.ª posição), e proteção de investidores (61.ª posição).

No primeiro lugar do ranking figura a Nova Zelândia, seguindo-se Singapura e a Hong Kong.

No contexto da UE28, Portugal assinala o 14.º lugar, sendo as primeiras posições ocupadas pela Dinamarca (4.ª), Reino Unido (8.ª) e Suécia (10.ª) as últimas pelo Luxemburgo (72.ª), Grécia (79.ª), e Malta (88.ª posição).

No que concerne à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal detém a melhor posição, seguido, ainda que a larga distância, pelo Brasil (124.º), Cabo Verde (137.º), Moçambique (138.º), São Tomé e Príncipe (170.º), Guiné-Bissau (174.º), Angola (177.º), Guiné Equatorial (177.º) e Timor Leste (181.º).

De referir que a China está a diminuir a distância para o seu principal rival económico, os EUA, no que concerne a este ranking, sendo cada vez mais um país que facilita o estabelecimento de negócios.

Pelo ranking divulgado, conclui-se que é mais fácil fazer negócios na Geórgia do que no Reino Unido.

No extremo do ranking, situa-se a Somália em último lugar, seguida da Eritreia e da Venezuela.

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 divulgado pela Organização das Nações Unidas, Portugal continua no grupo de países com desenvolvimento humano muito alto, mas atrás da maior parte dos países europeus. Portugal subiu duas posições, situando-se agora na 40.ª posição no IDH, num total de 188 países, num ranking liderado pela Noruega, à qual se segue a Suíça e a Irlanda com 0,850, Portugal integra os 62 países de desenvolvimento humano muito elevado, apresentando uma esperança média de vida de 81,9 anos, uma média de escolaridade de 9,2 anos, de escolaridade esperada de 16,3 anos e com um rendimento bruto per capita de 27.935 dólares.

No contexto europeu, poucos são os países com pontuações inferiores a Portugal e, entre os intervencionados pelo FMI, Portugal é o que se apresenta em pior classificação (a Irlanda está em 3.º, a Espanha em 25.º e a Grécia em 32.º).

Ainda no âmbito do relatório em análise, destacam-se as seguintes referências:

- Uma em nove pessoas no mundo está com fome e uma em cada três está desnutrida;
- A diferença ao nível da esperança de vida à nascença entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano é de 19 anos;
- Cerca de 42% dos adultos concluíram o ensino primário nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94% nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.
- Apenas 3,2% dos adultos possuem um grau de ensino superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29% nos países com elevado desenvolvimento humano.
- Relativamente ao acesso à tecnologia, os países em vias de desenvolvimento têm 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento. No que concerne à banda larga, os países com baixo nível de desenvolvimento apresentam menos de 1 assinatura por cada 100 habitantes, em comparação com 28 em cada 100 habitantes nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.
- Os países piores posicionados abrangem 600 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo do limiar de pobreza extrema, um número que dispara para 1,3 mil milhões quando medido segundo o Índice de Pobreza Multidimensional.
- Cerca de 262 milhões de crianças não estão matriculadas no ensino primário nem no secundário e 5,4 milhões de crianças não sobrevivem além dos primeiros 5 anos de vida.
- A esperança de vida aos 70 anos, é duas vezes superior nos países com um nível de desenvolvimento humano muito elevado, em relação aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano.
- A proporção da população adulta com um grau de ensino superior, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, está a aumentar a um ritmo mais do que seis vezes superior ao dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano;

- Apenas 1 em cada 10 homens (e 1 em cada 7 mulheres), não apresentam qualquer forma de preconceito claro contra a igualdade de género.

Acresce dispor e salientar que, segundo a ONU, no âmbito do IDH, *“As pessoas são a verdadeira riqueza das nações e o desenvolvimento humano concentra-se em alargar a capacidade de escolha do indivíduo”*.

Conclui o relatório das Nações Unidas que a crise climática mostra que o preço a pagar pela inação se agrava à medida que o tempo passa, pois gera mais desigualdade, o que, por sua vez, pode dificultar a aplicação de medidas ambientais. A tecnologia já está a transformar os mercados laborais e o modo de vida, embora se desconheça, por enquanto, até que ponto a inteligência artificial possa substituir as pessoas. As desigualdades relativas a algumas das capacidades básicas têm-se estreitado, lentamente, na maioria dos países embora ainda haja muito por fazer. Tanto a esperança de vida à nascença quanto a percentagem da população que concluiu o ensino primário e as assinaturas de telemóveis evidenciam o estreitamento das desigualdades, de forma transversal aos grupos de desenvolvimento humano. As desigualdades chegam a começar antes do nascimento, além de que muitas disparidades se podem agravar ao longo da vida, tornando-se em desigualdades persistentes. Por toda a parte, as disparidades de género estão entre as formas mais enraizadas de desigualdade, afetando metade do território mundial, sendo a desigualdade de género uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano.

De referir que o rendimento per capita no mundo tem aumentado, a pobreza diminuiu e a revolução digital veio interligar pessoas, entre diversos países e sociedades. O trabalho digno veio trazer às pessoas um sentimento de dignidade e a oportunidade de participar plenamente na sociedade.

Porém, subsistem grandes desafios, seja a pobreza persistente e as desigualdades opressivas às alterações climáticas e à sustentabilidade ambiental em geral, passando pelos conflitos e situações de instabilidade. Problemas decorrentes da discriminação e da violência impedem a existência de relações positivas entre o trabalho e o desenvolvimento humano. Em numerosos casos, os trabalhadores em condições de risco estão sujeitos a situações de abuso, insegurança e perda de liberdade e autonomia. A globalização tem gerado ganhos para uns e perdas para outros. A revolução digital criou novas oportunidades, mas também deu origem a novos

desafios, como os contratos irregulares e o trabalho a curto prazo, os quais se encontram assimetricamente distribuídos entre trabalhadores altamente qualificados e os não qualificados.

1.4 – CONJUNTURA NA ÁREA DO MUNICÍPIO

1.4.1 – CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39º 30’ N e 39º 50’e a longitude 8º 30W e 8º 40’W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria”.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias, sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

O turismo e, em particular, o de cariz religioso detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual na ordem dos 6,3 milhões de visitantes (volume verificado em 2019, segundo estimativas do Santuário de Fátima).

1.4.2 – ANÁLISE SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com polos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...);
- Capacidade empreendedora dos Oureenses.

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recessão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;
- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;

- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infraestruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- A reforma judicial com o encerramento de tribunais e a transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – INDICADORES RELATIVOS À ÁREA DO MUNICÍPIO

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em dezembro 2018 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2017, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2016 e 2017.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro 4 – Informação Estatística 2018 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, publicado em dezembro de 2019 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km2)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Comprimento Máximo (Este-Oeste) (Km)	24
1.1.4 - Comprimento Máximo (Norte-Sul) (Km)	34
1.1.5 - Altitude máxima (m)	678
1.1.6 - Altitude mínima (m)	95
1.1.7 - Amplitude altimétrica	583
1.2 - Temperatura média do ar	
1.2.1 - Média	15,4
1.2.2 - Mínima	9,6
1.2.3 - Máxima	21,2
1.3 - Rede Natura 2000	
1.3.1 - Sítios (Rede Natura 2000)	2979
1.3.2 - Áreas Protegidas - Parque Natural	1198
1.4 - Ordenamento do território	
1.4.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.4.1.1 - Urbano	7 422,7
1.4.1.2 - Solo rural	34 220,2
1.4.1.3 - Áreas Protegidas (PEOT) aprovados (un)	1,0
1.5 - Lugares Censitários	
1.5.1 - População isolada	731
1.5.2 - População residente - com menos de 2000 habitantes	30 446
1.5.3 - População residente - de 5000 a 9999 habitantes	14 763
1.6 - Estrutura Territorial	
1.6.1 - Lugares	244
1.6.1.1 - População residente	45209
1.6.2 - Vilas	4

1.6.3 - Cidades	2
1.6.3.1 - População residente	14813
1.6.4 - Freguesias	13
1.6.4.1 - Área média (ha)	3 205,0
1.7 - Indicadores de Ambiente	
1.7.1 - Gestão de resíduos - despesas por 1 000 habitantes (Eur)	43 273,0
1.7.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem (Eur)	14 520,0
1.8 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.8.1 - Análises regulamentares obrigatórias (N.º)	2 068
1.8.2 - Análises realizadas obrigatórias (N.º)	2 095
1.8.3 - Análises em falta (N.º)	0
1.8.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.8.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	3
1.8.4.2 - Total	1 639
1.8.5 - Água segura (%)	99,82
1.9 - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente	
1.9.1 - Receita	
1.9.1.1 - Gestão de resíduos	1248
1.9.1.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	15
1.9.1.3 - Outros	0
1.9.2 - Despesa	
1.9.2.1 - Gestão de resíduos	1914
1.9.2.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	642
1.9.2.3 - Outros	2
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km ²)	105,8
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,76
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,55
2.4 - Taxa de crescimento migratório (%)	-0,21
2.5 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,40
2.6 - Taxa bruta de mortalidade (%)	12,90

2.7 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	4,20
2.8 - Taxa bruta de divórcio (%)	1,60
2.9 - Taxa bruta de fecundidade geral	33,20
2.10 - Nados vivos fora do casamento (%)	43,70
2.11 - Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as	11,20
2.12 - Proporção de casamentos católicos (%)	50,30
2.13 - População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 hab.	0,69
2.14 - Índice de envelhecimento	185,50
2.15 - Índice de dependência de idosos	34,10
2.16 - Índice de longevidade	54,50
2.17 - Relação de masculinidade	89,7
2.18 - População residente segundo grandes grupos etários e o sexo	
2.18.1 - Homens	20 835
2.18.2 - Mulheres	23 233
2.18.3 - Total	44 068
2.18.1.1 - Dos 0 a 14 anos	5 316
2.18.1.2 - Dos 15 a 24 anos	5 077
2.18.1.3 - Dos 25 a 64 anos	23 816
2.18.1.4 - 65 e mais anos	9 859
2.18.1.5 - 75 e mais anos	5 377
2.19 - Movimento da população e população estrangeira	
2.19.1 - Nados-vivos	
2.19.1.1 - Homem	172
2.19.1.2 - Mulher	155
2.19.1.3 - Fora do casamento	143
2.19.1.4 - Em coabitação dos pais	102
2.19.2 - Óbitos	
2.19.2.1 - Homem	290
2.19.2.2 - Mulher	282
2.19.3 - Casamentos	
2.19.3.1 - Entre pessoas de sexo oposto (só civis)	93

2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	94
2.19.3.3 - Casamentos dissolvidos por divórcio	71
2.19.3.4 - Casamentos dissolvidos por morte	231
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	105,1
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	117,9
3.1.2.2 - Ensino Secundário	156
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	1,5
3.2.2 - 2º Ciclo	2,2
3.2.3 - 3º Ciclo	5,1
3.2.4 - Total	3
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	88,6
3.3.2 - Cursos tecnológicos/ profissionais	91,4
3.3.3 - Total	90,1
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	
3.4.1.1 - Público	22
3.4.1.2 - Privado	5
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	25
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3

3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1014
3.5.2 - 1º Ciclo	1574
3.5.3 - 2º Ciclo	987
3.5.4 - 3º Ciclo	1670
3.5.5 - Secundário	2356
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	67
3.6.2 - 1º Ciclo	130
3.6.3 - 2º Ciclo	91
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	328
3.6.5 - Formadores (escolas profissionais)	60
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	343
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Indicadores da cultura e desporto	
4.1.1 - Recintos de espetáculos - lotação média total das salas	350,0
4.1.1.1 - Espectadores por habitante	1,0
4.1.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	5,0
4.1.2 - Visitantes por museu	3 983,0
4.1.3 - Proporção de visitantes escolares (%)	24,4
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	16
4.2.2 - Edições	155
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	1 384
4.2.3.2 - Jornais	957 068
4.2.3.3 - Revistas	...
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	280 970

4.2.4.2 - Jornais	137 320
4.2.4.3 - Revistas	...
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	1
4.3.2 Espetáculos ao vivo	51
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	4
4.4.1.1 - Total de visitantes	
4.4.1.2 - Visitantes escolares	
4.4.1.3 - Bens	
4.4.2 - Galerias	4
4.4.2.1 - Exposições temporárias	11
4.4.2.2 - Obras expostas	709
4.4.2.3 - Autores/as representados	107
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,4
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,5
5.1.4 - Consultas nos hospitais por habitante	0,0
5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2013/2017)	3,30
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2013/2017)	3,30
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,50
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	2,60
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.3.1 - Farmácias	15
5.3.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
5.3.3 - Farmacêuticos de oficina	46
5.3.4 - Profissionais de farmácia	15
5.3.5 - Médicos com residência na área do município	60

6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	27,0
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	9,5
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	946,6
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	10,8
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	16,0
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por setor de atividade (%)	3,5
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	16,4
6.1.8 - Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal (%)	23,2
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	69
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3677
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7743
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por sector de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	731
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	989,06
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	928,30
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações	
6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	72
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1437
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1703
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	3139
6.4.5 - Ensino secundário	3289
6.4.6 - Bacharelato	168
6.4.7 - Licenciatura	1516
6.4.8 - Mestrado	141
6.4.9 - Doutoramento	4
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por conta de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	829,86
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	867,42

6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	875,14
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	872,33
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	893,66
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1 329,65
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1 298,97
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1 323,89
6.5.9 - Doutoramento (em euros)	1 111,47
7. - PROTEÇÃO SOCIAL	
7.1 - Indicadores de proteção social	
7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	4 772
7.1.1.2 - Velhice	4 885
7.1.1.3 - Sobrevivência	2 710
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2 454
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	144
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	896
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	57
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	1 167
7.2.2 - Velhice	8 371
7.2.3 - Sobrevivência	3 135
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	39
7.3.2 - 25 a 29 anos	109
7.3.3 - 30 a 39 anos	261
7.3.4 - 40 a 49 anos	279
7.3.5 - 50 a 54 anos	109
7.3.6 - 55 e mais anos	240
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Abono de família para crianças e jovens	
7.4.1.1 - Beneficiários	2 995
7.4.1.2 - Descendentes ou equiparados	4 946

7.4.2 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa	
7.4.2.1 - Beneficiários	49
7.4.2.2 - Descendentes ou equiparados	50
7.4.3 - Subsídio mensal vitalício	
7.4.3.1 - Beneficiários	
7.4.3.2 - Descendentes ou equiparados	
7.4.4 - Subsídio de funeral	
7.4.4.1 - Beneficiários	69
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	2 894
7.5.2 - Dias processados	165 939
7.5.3 - Valores processados	2 594
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	697
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1194
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	266
8. - ATIVIDADE ECONÓMICA	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	13,00
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	64,70
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,00
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	94,90
8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	3,00
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	265,40
8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	19,12
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	11,09
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A	27 576
8.2.2 - B	6 187
8.2.3 - C	288 725

8.2.4 - D	36
8.2.5 - E	9 646
8.2.6 - F	158 880
8.2.7 - G	636 528
8.2.8 - H	75 914
8.2.9 - I	103 802
8.2.10 - J	7 342
8.2.11 - L	29 848
8.2.12 - M	15 871
8.2.13 - N	41 602
8.2.14 - O	...
8.2.15 - P	3 050
8.2.16 - Q	21 118
8.2.17 - R	11 176
8.2.18 - S	4 399
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	101 097
8.3.2 - Exportações	76 150
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	4 612
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	300
8.4.3.2 - Tinto/Rosado	417
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	212
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	501
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	318
8.4.5.2 Tinto/Rosado	2 864
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	151

8.5.2 - Amendoeira	57
8.5.3 - Castanheiros	57
8.5.4 - Cerejeiras	96
8.5.5 - Damasqueiros	128
8.5.6 - Diospireiros	85
8.5.7 - Kiwi	128
8.5.8 - Laranjeiras	150
8.5.9 - Limoeiros	139
8.5.10 - Macieiras	2 134
8.5.11 - Nogueiras	83
8.5.12 - Pereiras	187
8.5.13 - Pessegueiros	195
8.5.14 - Tangerineiras	21
8.5.15 - Oliveiras	598
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	82
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	16
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	1
8.6.2.3 - Matos	11
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	307
8.7 - Energia	
8.7.1 - Consumo de energia elétrica segundo o tipo de consumo (kWh)	
8.7.1.1 - Total	156 469 389
8.7.1.2 - Doméstico	51 725 404
8.7.1.3 - Não Doméstico	52 421 998
8.7.1.4 - Agricultura	4 508 568
8.7.1.5 - Indústria	36 164 294
8.7.1.6 - Iluminação das vias públicas	8 233 911
8.7.1.7 - Iluminação interior de edifícios do Estado	3 415 214
8.7.2 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	

8.7.2.1 - Total	30 925
8.7.2.2 - Doméstico	26 555
8.7.2.3 - Não Doméstico	3 555
8.7.2.4 - Agricultura	300
8.7.2.5 - Indústria	515
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	205,0
8.7.3.1.2 - Propano	1 120,0
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	85,0
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	6 703,0
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	1 014,0
8.7.3.3 - Petróleo	1,0
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	66 482,0
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	8 757,0
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	2 113,0
8.7.3.7 - Fuel	2 504,0
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	1,90
8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,70
8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	4,80
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	20,20
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	1,70
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,60
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,00
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,70
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	77 610,00

8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	80 975,00
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	8 598,00
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	85 672,00
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	91 514,00
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	4 280,00
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	450,00
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	76
8.8.2.1.2 - Edifícios para apartamentos	4
8.8.2.1.3 - Edifícios, total	85
8.8.2.1.4 - Fogos para habitação familiar	99
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	0
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	0
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	73
8.8.3.1.2 - Empresa privada	26
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	2
8.8.3.2.2 - T2	22
8.8.3.2.3 - T3	61
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	14
8.8.4 - Edifícios concluídos	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	1
8.8.4.1.1.2 - Moradias	58
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	68

8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	60
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	3
8.8.4.3 - Edifícios, total	5
8.8.5 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	22
8.8.5.1.2 - Empresa privada	0
8.8.5.1.3 - Outras entidades	38
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	2
8.8.5.2.2 - T2	9
8.8.5.2.3 - T3	39
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	10
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	24 131
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29 674
8.8.6 - Habitação Social	
8.8.6.1 - Edifícios para habitação social	0
8.8.6.1.1 - Objeto de obras de conservação no último ano	0
8.8.6.2 - Fogos de habitação social	
8.8.6.2.1 - Arrendados	0
8.8.6.2.2 - Objeto de obras de reabilitação no último ano	0
8.8.6.3 - Contratos de arrendamento efetuados no último ano	0
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	20,42
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	6,76
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	4,73
8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	900

8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	434
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	272
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	1
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	21
8.9.2.6 - Pesados, tratores rodoviários	125
8.9.2.7 - Tratores agrícolas	47
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	148
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	195
8.9.3.2.2 - Mortos	10
8.9.3.2.3 - Feridos graves	23
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	162
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	42,06
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	31,2
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	1,99
8.10.1.4 - Estações de correio por 100 000 habitantes	4,52
8.10.1.5 - Postos de correio por 100 000 habitantes	27,13
8.10.2 - Postos telefónicos fixos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	88
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	13 804
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	4 802
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	2
8.10.3.1.2 - Estações fixas	2
8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	12
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	

8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	1,8
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	206,9
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	13,4
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	64,3
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	34,6
8.11.1.6 - Dormidas em estab. de alojamento turístico por 100 habitantes	2 146,8
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	89
8.11.2.1.2 - Hotelaria	56
8.11.2.1.3 - Alojamento local	30
8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	3
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	9 151
8.11.2.2.2 - Hotelaria	7 917
8.11.2.2.3 - Alojamento local	1 158
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	76
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	949 690
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	591 286
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	24 838
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	949 690
8.11.4.2 - Portugal	279 970
8.11.4.3 - Europa (excluindo Portugal)	433 673
8.11.4.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	425 691
8.11.4.5 - Alemanha	15 952
8.11.4.6 - Espanha	186 013
8.11.4.7 - França	51 594
8.11.4.8 - Reino Unido	11 163

8.11.4.9 - África	7 136
8.11.4.10 - América	118 910
8.11.4.11 - Ásia	105 994
8.11.4.12 - Oceânia/n.e.	4 007
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	591 286
8.11.5.2 - Portugal	211 138
8.11.5.3 - Europa (excluindo Portugal)	210 189
8.11.5.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	205 522
8.11.5.5 - Alemanha	7 252
8.11.5.6 - Espanha	79 401
8.11.5.7 - França	30 140
8.11.5.8 - Reino Unido	4 215
8.11.5.9 - África	2 796
8.11.5.10 - América	73 440
8.11.5.11 - Ásia	91 482
8.11.5.12 - Oceânia/n.e.	2 241
8.12 - Sector Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do sector monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	6,3
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,48
8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	58,15
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	6198
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	10,9
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	76
8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2 504
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	2 788
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	

8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	23
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	131
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	14
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	1 071 340
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	90 825
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	471 556
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	274 190
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	...
9.1.1.2 - Penais (meses)	...
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	...
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	...
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	...
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	...
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	...
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	2,9
9.1.6.2 - Contra o património	11,9
9.1.6.3 - Furto/roubo por esticção e na via pública	...
9.1.6.4 - Furto de veículo e em veículo motorizado	0,9

9.1.6.5 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	1,6
9.1.6.6 - Condução sem habilitação legal	0,6
9.2 - Movimento de processos de 1ª instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de Dezembro	...
9.2.1.2 - Entrados	...
9.2.1.3 - Findos	...
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.2.2 - Entrados	...
9.2.2.3 - Findos	...
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.3.2 - Entrados	...
9.2.3.3 - Findos	...
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	1 985
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	788
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	23
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	23
9.3.5 - Doação	191
9.3.6 - Habilitação	569
9.3.7 - Hipoteca	20
9.3.8 - Justificação	191
9.3.9 - Mútuo	148
9.3.10 - Partilha	143
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1 046
9.4.2 - Contra as pessoas	
9.4.2.1 - Total	193
9.4.2.2 - Contra a integridade física	127

9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	524
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	...
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	41
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	255
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	71
9.4.5 - Contra o Estado	...
9.4.6 - Legislação avulsa	
9.4.6.1 - Total	60
9.4.6.2 - Condução sem habilitação legal	27
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para a Presidência da República (2016)	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	48,8
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	1,3
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	1,1
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	76,4
10.1.2 - Eleição para a Assembleia da República (2019)	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	45,8
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	3,7
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	46,4
10.1.2.5 - Partido/ coligação mais votado	PPD/PSD
10.1.3 - Eleição para o Parlamento Europeu (2019)	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	65,2
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	6,1
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	4,1
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	41,4
10.1.3.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD

10.1.4 - Eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.1.4.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.4.2 - Proporção de votos em branco	3,2
10.1.4.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.4.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,2
10.1.4.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.5 - Eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.1.5.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.5.2 - Proporção de votos em branco	3,5
10.1.5.3 - Proporção de votos nulos	2,8
10.1.5.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,6
10.1.5.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.6 - Eleição para as Assembleias de Freguesia (2017)	
10.1.6.1 - Taxa de abstenção	43,9
10.1.6.2 - Proporção de votos em branco	2,7
10.1.6.3 - Proporção de votos nulos	2,6
10.1.6.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	52
10.1.6.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.2 - Resultados e participação na eleição para a Presidência da República (2016)	
10.2.1 - População inscrita	42 863
10.2.2 - Abstenção	20 902
10.2.3 - Votos	
10.2.3.1 - Total	21 961
10.2.3.2 - Em branco	288
10.2.3.3 - Nulos	240
10.3 - Resultados e participação na eleição para a Assembleia da República (2019)	
10.3.1 - População inscrita	41 335
10.3.2 - Abstenção	18 921
10.3.3 - Votos	

10.3.3.1 - Total	22 414
10.3.3.2 - Em branco	819
10.3.3.3 - Nulos	605
10.4 - Participação na eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.4.1 - População inscrita	42 224
10.4.2 - Abstenção	18 559
10.4.3 - Votos	
10.4.3.1 - Total	23 665
10.4.3.2 - Válidos	22 292
10.4.3.3 - Em branco	747
10.4.3.4 - Nulos	626
10.4.4 - Mandatos	7
10.5 - Participação na eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.5.1 - População inscrita	42 224
10.5.2 - Abstenção	18 559
10.5.3 - Votos	
10.5.3.1 - Total	23 665
10.5.3.2 - Válidos	22 189
10.5.3.3 - Em branco	820
10.5.3.4 - Nulos	656
10.5.4 - Mandatos	21
10.6 - Participação na eleição para as Assembleias de Freguesias (2017)	
10.6.1 - População inscrita	42 224
10.6.2 - Abstenção	18 555
10.6.3 - Votos	
10.6.3.1 - Total	23 669
10.6.3.2 - Válidos	22 431
10.6.3.3 - Em branco	629
10.6.3.4 - Nulos	609
10.6.4 - Mandatos	123
10.7 - Resultados e participação na eleição para o Parlamento Europeu (2019)	

10.7.1 - População inscrita	41 265
10.7.2 - Abstenção	26 920
10.7.3 - Votos	
10.7.3.1 - Total	14 345
10.7.3.2 - Válidos	12 875
10.7.3.3 - Em branco	875
10.7.3.4 - Nulos	595

2. ENQUADRAMENTO INTERNO

2.1 – ALTERAÇÕES NO ÓRGÃO EXECUTIVO

No decurso de 2019, a composição do órgão executivo e a distribuição de funções decorreu conforme o quadro que seguidamente se apresenta.

Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque	Presidente	01/01 a 31/12	Coordenação Geral
			Conselho Municipal de Educação
			Conselho Municipal de Segurança
			Conselho Municipal de Ação Social
			Conselho Municipal de Juventude
			Comissão Municipal de Trânsito
			Autoridade Médico-Veterinária Municipal
			Serviço de Assessoria, Planeamento e Coordenação
			Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia
			Contabilidade
			Tesouraria
			Contratação Pública e Aprovisionamento
			Património
			Educação
			Assuntos Sociais
			Igualdade de Género e Cidadania
			Relações Institucionais e Comunicação
Natálio de Oliveira Reis	Vice-Presidente	01/01 a 31/12	Ambiente e Engenharia
			Recursos Naturais
			Obras Particulares
			Planeamento do Território e Reabilitação Urbana
			Sistema de Informação Geográfica
			Turismo

			Apoio ao Empresário
Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
			Informática
			Modernização Administrativa
			Expediente
			Atendimento ao Munícipe
			Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
			Transportes
			Estudos e Projetos Técnicos (Arquitetura e Especialidade)
			Acompanhamento de Obras
			Eficiência Energética
			Sinalização e Trânsito
			Cultura
			Arquivo Municipal
			Biblioteca Municipal
			Museu Municipal
			Fiscalização e Contencioso
			Notariado
			Apoio ao Consumidor
Rui Manuel Simões Vital	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Obras Municipais
			Fiscalização de Obras Municipais
			Administração Direta
			Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)
			Jardins Municipais
			Associativismo, Desporto e Juventude
			Licenciamentos não urbanísticos
			Serviço Municipal de Proteção Civil
Cília Maria de Jesus Seixo	Vereadora	01/01 a 31/12	--
José Augusto Dias dos Reis	Vereador	01/01 a 31/12	--
João Miguel Caldeira Heitor	Vereador	01/01 a 31/12	--

2.2 – POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS ADOTADA

2.2.1 – ESTRUTURA ORGÂNICA E QUADRO DE PESSOAL

Em 2019, manteve-se a estrutura orgânica aprovada em 2018, com publicação em Diário da República, 2ª Série, n.º 199, em 16 de outubro de 2018 (Despacho n.º 9714/2018), tendo ocorrido apenas algumas adaptações internas.

2.2.2 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

Designação	2017	2018	Var. Abs.	Var. (%)	2019	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	12	13	1	8,33	12	-1	-7,69
Técnico Superior	64	90	26	40,63	88	-2	-2,22
Informática	4	4	0	0,00	4	0	0,00
Assistente Técnico	87	108	21	24,14	105	-3	-2,78
Assistente Operacional	200	306	106	53,00	308	2	0,65
Outros Grupos	9	9	0	0,00	10	1	11,11
Total	376	530	154	40,96	527	-3	-0,57
Grau de Tecnicidade Superior	20,21	19,43	-0,78	-3,87	18,98	-0,45	-2,34
Grau de Tecnicidade Geral	44,41	40,57	-3,84	-8,66	39,66	-0,91	-2,25

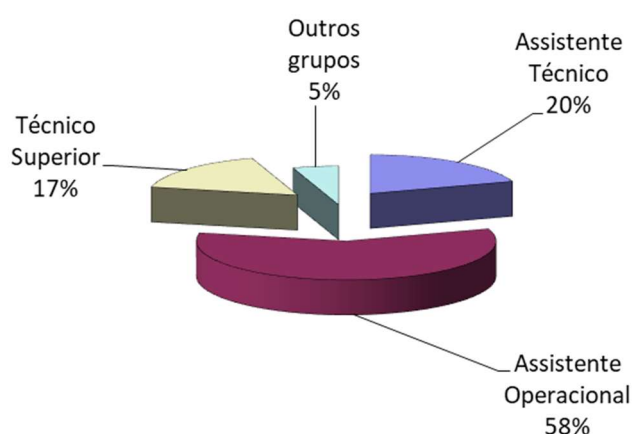
O ano de 2019 demonstra uma ligeira diminuição do número de funcionários da autarquia, na ordem de 0,6%, que, em termos absolutos, significou uma quebra em 3 funcionários (note-se que 2018 sofreu a influência da liquidação da empresa municipal Ourémviva e a internalização dos postos de trabalho considerados fundamentais à prossecução das tarefas incorporadas).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 41, ou seja, cerca de 41% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no

grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se próximo de 19%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (58%), assistente técnico (20%) e técnico superior (17%).

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2017	2018	Var. Abs.	Var. (%)	2019	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	0	0	0	--	1	1	--
25-29	3	2	-1	-33,33	5	3	150,00
30-39	43	74	31	72,09	71	-3	-4,05
40-49	118	174	56	47,46	170	-4	-2,30
50-59	157	200	43	27,39	188	-12	-6,00
60-69	54	79	25	46,30	92	13	16,46
70 ou mais	1	1	0	0,00	0	-1	-100,00
TOTAL	376	530	154	40,96	527	-3	-0,57
Número de Homens	135	179	44	32,59	169	-10	-5,59
Número de Mulheres	241	351	110	45,64	358	7	1,99

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 67,9% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 188 funcionários, apresentando uma variação absoluta negativa, relativa ao ano anterior, em 12 trabalhadores.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância dos escalões etários mais elevados ocorre no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 280 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 92 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Absentismo

Quadro 8 – Evolução do Absentismo

uni: dias

Designação	2017	2018	Var. Abs.	Var. (%)	2019	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	15	0	-15	--	30	30	--
Proteção na Parentalidade	413	852	439	106,30	1162	310	36,38
Falecimento Familiar	95	217	122	128,42	221	4	1,84
Doença	6749	6864	115	1,70	7161	297	4,33
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	147	200	53	36,05	275	75	37,50
Trabalhador Estudante	39	23	-16	-41,03	52	29	126,09
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--
Outras	1194,5	1188	-6,5	--	805	-383	-32,24
TOTAL (dias de ausência)	8652,5	9344	691,5	7,99	9706	362	3,87
Dias de ausência (per capita)	16,33	17,73	1,40	8,57	18,42	0,69	3,88

Face a 2018, o ano de 2019 regista um acréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 3,9%, apresentando uma variação absoluta positiva de 362 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se um aumento em 0,7 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou em 18,4 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 7.161 dias (representam 73,8% do total do absentismo) e a de proteção na parentalidade com um total de 1.162 dias (representam 12% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 9.706 dias em detrimento dos 9.344 dias ocorridos em 2018.

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2019 demonstra uma diminuição do número de acidentes (-10), verificando-se um total de 14, dos quais 6 resultaram em períodos de 4 a 30 dias de baixa e 3 motivaram mais de 30 dias de baixa.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um decréscimo absoluto em 443 dias, face ao verificado no ano anterior.

Consequentemente, verificou-se um total de 240 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local

Importa ainda referir que se verificou 1 acidente “*in itinere*” no decurso de 2019, do qual resultou uma baixa compreendida no intervalo entre 4 a 30 dias.

Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2017	2018	Var. Abs.	Var. (%)	2019	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes	22	24	2	9,09	14	-10	-41,67
1 a 3 dias de baixa	3	0	-3		1	1	--
4 a 30 dias de baixa	12	12	0	0,00	6	-6	-50,00
Superior a 30 dias de baixa	4	7	3	75,00	3	-4	-57,14
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	19	19	0	0,00	10	-9	-47,37

Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	417	683	266	63,79	240	-443	-64,86
1 a 3 dias de baixa	8	0	-8	--	2	2	--
4 a 30 dias de baixa	174	135	-39	-22,41	73	-62	-45,93
Superior a 30 dias de baixa	235	548	313	133,19	165	-383	-69,89
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	0	1	1	--	0	-1	--
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	16	16	--	0	-16	--
Superior a 30 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a1)	417	700	283	67,87	240	-460	-65,71
Número total de Acidentes "in itinere"	5	5	0	0,00	1	-4	-80,00
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	4	0	-4	--	1	1	--
Superior a 30 dias de baixa	1	0	-1	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	5	0	-5	0,00	1	1	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	138	57	-81	-100,00	13	-44	-77,19
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	-100,00	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	95	57	-38	--	13	-44	--
Superior a 30 dias de baixa	43	0	-43	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b1)	138	57	-81	--	13	-44	-77,19
N.º Total de acidentes (a) + (b)	24	19	-5	--	11	-8	-42,11
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	555	757	202	36,40	253	-504	-66,58

2.3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.3.1 – DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espetável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Neste sentido, no primeiro semestre de 2012 surgiu a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, a qual veio agravar um enleado complexo, vasto e desarticulado de uma legislação que tornam a administração pública particularmente burocratizante, obstaculizando a criatividade e impedindo uma correta gestão dos meios materiais e dos recursos humanos, potenciando o risco do cometimento de irregularidades.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excecional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

O Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGO (Direção Geral do Orçamento).

Controlo externo e estatístico

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e Instituto Nacional de Estatística. Persiste alguma incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos díspares.

Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta, não só, o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2019

Designação	Entidade	DESCRIÇÃO	Apoio financeiro (euros)	Obs.
Protocolo de Colaboração	INSIGARE- Associação de Ensino e Formação.	Apoio Financeiro para assegurar os encargos decorrentes do concurso "Jovem talento da Gastronomia-2018".	2 500,00	
Protocolo de Colaboração	Jardim Infantil de Ourém.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos com "Melhoramentos nas Instalações da Associação, concretamente ao nível dos alumínios e pintura interior".	50 000,00	
Protocolo de Colaboração	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira	Apoio ao Investimento, para financiar os encargos com a "Reconstrução de Mercado do em Peixe Freixianda".	70 396,42	

	do Fárrio e Formigais.			
Protocolo de Colaboração	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Fontainhas da Serra - Atouguia.	Apoio Financeiro, que visa assegurar os encargos com "Melhoramentos na sede da Associação", através da construção de um pequeno telheiro.	7 711,60	
Protocolo de Colaboração	Centro Cultural, Recreativa do Olival	Apoio Financeiro, para a realização do " Rally Vila Medieval de Ourém - 2019".	35 000,00	
Protocolo de Colaboração	Cencicano - Centro Cívico de Casal Novo.	Apoio Financeiro, para a "Beneficiação do Adro do Centro Cívico em Casal Novo".	2 271,08	
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima.	Apoio Financeiro, para apoio com os encargos inerentes à realização do "Festival da Paz 2019".	25 000,00	
Protocolo de Colaboração	Colégio de S. Miguel - Fátima.	O Protocolo em por objeto criar condições que favoreçam a execução dos Projetos <i>Erasmus+</i>	
Protocolo de Colaboração	Grupo Desportivo e Cultural de Seica.	Apoio Financeiro - "Comparticipação nas despesas gerais de funcionamento pela cedência gratuita do campo de futebol sintético a Associações Desportivas do Concelho".	10 000,00	
Protocolo de Colaboração	Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, da União das Misericórdias Portuguesas.	Apoio Financeiro, para financiar encargos com "Aquisição de Equipamento para a Prática de Boccia".	2 564,55	
Protocolo de Colaboração	Liga de Amigos da Secção de Bombeiros de Freixianda.	Apoio Financeiro, para as despesas com a "Requalificação do Quartel da Secção de Freixianda dos Bombeiros Voluntários de Ourém".	102 844,00	
Contrato	Grupo Desportivo de Atletismo de Fátima.	Apoio Financeiro, que visa financiar encargos decorrentes da dinamização da "8.ª Caminhada Pela Paz".	2 000,00	
Delegação de Competências	União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.	Delegação de competências no domínio da gestão e manutenção dos Espaços Verdes e Jardins, para o triénio 2019/2021. (anuais)	1 661,31	
Delegação de Competências	União das Freguesias de Freixianda, Ribeira	Delegação de competências no domínio da Gestão e Manutenção dos Espaços Verdes e Jardins, para o triénio 2019/2021. (anuais)	25 051,93	

	do Fárrio e Formigais.			
Delegação de Competências	Freguesia de Caxarias.	Delegação de competências no domínio da Gestão e Manutenção dos Espaços Verdes e Jardins, para o triénio 2019/2021. (anuais)	2 510,86	
Protocolo de Colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Espite.	Apoio Financeiro, para as despesas com a "Requalificação do Adro da Capela do Carvalho".	1 551,88	
Protocolo de Colaboração	Espite Aventura- Associação do Conhecimento de Espite.	Apoio Financeiro, para a realização do "Campeonato Ibérico Super Extreme Trial 4x4".	12 500,00	
Contrato	Casota Comunitária - Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém.	Apoio Financeiro, para as despesas com alimentação dos animais errantes.	6 000,00	
Contrato	Casota Comunitária - Associação de Proteção dos Animais Errantes de Ourém.	Alteração do objeto - apoio financeiro consignado às despesas com alimentação, veterinário, combustíveis e com obras de conservação do espaço, onde os animais são acolhidos.	Adenda
Protocolo de Colaboração	ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins.	Apoio logístico e financeiro para a organização da "2.ª Etapa do 40.º Grande Prémio ABIMOTA", realizada no concelho de Ourém.	5 000,00	
Protocolo de Colaboração	Centro Cultural, Recreativo do Olival.	Apoio Financeiro, para a realização da " Prova do Campeonato Nacional de DRIFT em Ourém - 2019".	15 000,00	
Protocolo de Colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Freixianda.	Apoio Financeiro, para os encargos com a obra - "Reabilitação do Adro da Capela de S. Jorge - Freixianda" .	10 900,00	
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Urqueira.	Protocolo que visa estabelecer as regras, relativamente a ações de proteção e defesa da floresta, através da ESF (Equipa de Sapadores Florestais) nas freguesias de Urqueira e Espite, bem como, a respetiva comparticipação financeira. (anuais)	22 200,00	

Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima.	Apoio Financeiro, para aquisição de placas toponímicas para diversas ruas na zona urbana da cidade de Fátima" .	11 250,00	
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima.	Apoio Financeiro, para a realização da 3.ª Edição do Festival Literário de Fátima, designado de Tábua Rasa.	15 000,00	
Protocolo de Colaboração	Rancho Folclórico Verde Pinho.	Apoio Financeiro, para financiar despesas decorrentes da "Remodelação das Instalações da associação".	8 470,00	
Protocolo de Colaboração	Academia de Música Banda de Ourém.	Apoio Financeiro, para aquisição de um sistema de som.	9 200,00	
Protocolo de Colaboração	Escola Infantil Jacinta Marto.	Apoio Financeiro, com vista a financiar os encargos decorrentes da "Implementação de uma Creche em Fátima".	20 000,00	
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima.	Apoio Financeiro, que visa financiar despesas com atividades específicas desenvolvidas pelos bombeiros.	10 000,00	
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém.	Apoio Financeiro, que visa financiar despesas com atividades específicas desenvolvidas pelos bombeiros.	25 000,00	
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias.	Apoio Financeiro, que visa financiar despesas com atividades específicas desenvolvidas pelos bombeiros.	1 000,00	
Protocolo	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima.	Contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) - atualização da remuneração base mensal, correspondente à tabela remuneratória aplicável à Administração Pública	738,05	Adenda
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém.	Contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) - atualização da remuneração base mensal, correspondente à tabela remuneratória aplicável à Administração Pública	738,05	Adenda
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caxarias.	Contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) - atualização da remuneração base mensal, correspondente à tabela remuneratória aplicável à Administração Pública.	738,05	Adenda

Protocolo de Colaboração	Centro Social de Casal dos Bernardos.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	16 129,22	
Protocolo de Colaboração	Associação do Centro Social da Paróquia de Seiça.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos dos Jardins e Escolas de Fátima.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	13 853,22	
Protocolo de Colaboração	Associação Cultural e Recreativa de Alburitel.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	13 101,55	
Protocolo de Colaboração	Instituto Juvenil Lopes e Vicunha.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	15 348,35	
Protocolo de Colaboração	Fundação Arca da Aliança.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	13 218,81	
Protocolo de Colaboração	Centro Social da Divina Providência.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	9 241,54	
Protocolo de Colaboração	Centro Social Paroquial de Rio de Couros.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	11 077,08	
Protocolo de Colaboração	CRIF-Centro de Reabilitação e Integração de Fátima.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	13 218,46	
Protocolo de Colaboração	Centro Social da Ribeira do Fárrio.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	APDAF-Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	14 062,70	
Protocolo de Colaboração	Lar Santa Beatriz da Silva.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	

Protocolo de Colaboração	Centro de 3.ª Idade de Gondemaria.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal, Vales e Ninho.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	5 902,26	
Protocolo de Colaboração	Centro Social de Matas.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	CRIO - Centro de Recuperação Infantil Ouriense.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 207,49	
Protocolo de Colaboração	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	13 054,73	
Protocolo de Colaboração	Associação de Bem Estar de Urqueira.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	18 978,00	
Protocolo de Colaboração	Jardim Infantil de Ourém.	Apoio Financeiro, que visa financiar os encargos decorrentes da aquisição de uma viatura.	10 732,00	

2.3.1.1 – Setor de Contabilidade

Esta subunidade tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, de forma diária, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes de 2019:

- Operacionalização do modelo 10 com vista ao cumprimento da obrigação declarativa a que se referem a subalínea ii) da alínea c) e a alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC;
- Operacionalização do modelo 25 dando cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado neste diploma legal e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Elaboração de todo o processo do IVA, no sentido de dar cumprimento ao estipulado no artigo 29º do Código do IVA, com as adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de agosto e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Preparação e recolha de informação, anualmente, para preenchimentos de formulários únicos da IES – Informação Empresarial Simplificada, por forma a dar cumprimento ao estipulado na Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 8/2008, de 03 de janeiro, Portaria nº 64-A/2011, de 3 de fevereiro e Portaria nº 26/2012, de 27 de janeiro;
- Comunicação, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, à Inspeção-Geral de Finanças das subvenções e benefícios públicos concedidas a pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social e entidades públicas fora do perímetro das administrações públicas;
- Recolha de informação das participações do Município de Ourém em diversas entidades para submissão no SIPART – Sistema de Informação das Participações do Estado, no portal da IGF, entidade que, de acordo com o Decreto-Lei nº 491/99, de 17 de Novembro - compete organizar e manter atualizado o registo das Participações, em entidades societárias e não societárias, detidas pelo Estado e outros entes públicos, individual ou conjuntamente, de forma direta ou indireta;
- Preparação e recolha de informação, semestral, com vista a dar cumprimento ao solicitado pela DGAL, no âmbito do Fundo Social Municipal (transferência financeira do Orçamento de Estado, consignada ao financiamento de despesas determinadas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social);
- Preenchimento de inquéritos para o INE, no âmbito da APCMAD – Administração Pública Local – Construção no Municípios por Administração Direta, do IMPA – Inquérito aos

- Municípios – Proteção do Ambiente e colaboração com diversos serviços no fornecimento de informação para reporte de diversa informação ao INE;
- Comunicação eletrónica de faturas - envio dos ficheiros SAF-T. Configuração do Sistema de Gestão de Faturação de modo a permitir gerar o ficheiro SAF-T relativo à faturação de determinado período para posterior envio através do site da Autoridade Tributária e Aduaneira;
 - Envio de informação à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, na área de Formação de Tarifários, para apuramento dos tarifários a aplicar ao utilizador final;
 - Envio de informação económico-financeira necessária ao acompanhamento por parte da ERSAR das atividades relacionadas com os serviços de águas e de resíduos, com destaque para o apuramento das variáveis de rendimentos e gastos totais previstas no sistema de avaliação da qualidade dos serviços e respetivo cálculo dos indicadores de “Cobertura dos gastos”;
 - Definição mensal do plano de pagamentos, que ocorre a partir do dia 22 de cada mês;
 - Preparação e definição de contas patrimoniais e classificação económicas da receita atribuídas a cada artigo de receita, nas aplicações da AIRC;
 - Preparação e organização da aplicação SGF – Sistema de Gestão de Faturação, da AIRC, e sua interligação com a aplicação TAX – Sistema de Taxas e Licenças, com vista à faturação a ser emitida pelos diversos serviços/setores e sua interligação com o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica, para posterior registo contabilístico;
 - Preparação e definição, conforme deliberado, de tipos de penalizações a aplicar de forma automática e envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
 - Análise e resolução célere de constrangimentos e dificuldades decorrentes da aplicação e operacionalização da LCPA e do reporte de informação à DGAL - SIAL;
 - Na sequência do processo de recuperação de IVA junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município foi alvo de uma ação inspetiva, cujo processo ainda está a decorrer.
 - No que diz respeito à transição POCAL/SNC-AP, 2019 foi o ano experimental em termos de reporte de informação à DGAL. A partir de 1 de julho, e por forma a dar cumprimento à Portaria n.º 128/2017, bem como à LOE/2019, foi desenvolvido um processo de relato de acordo com o novo referencial contabilístico (SISAL) em paralelo com o atual (SIAL),

para o efeito o primeiro trabalho desenvolvido foi a elaboração da conversão entre Contas POCAL e as contas do Plano de Contas Multidimensional.

2.3.1.2 – Setor de Património

O Setor de Património tem como principal missão o Inventário e Cadastro de todo o imobilizado da Autarquia, compreendendo todos os bens, direitos e obrigações pertencentes ao Município de Ourém. Para além dos bens do domínio privado de que o Município é titular, compreende todos os bens do domínio público de que seja responsável pela sua administração ou controlo. Para tal, desenvolve de forma diária um conjunto de tarefas e operações como meio de manter atualizado o Inventário e Cadastro do Município, que envolve procedimentos de classificação contabilística, aquisição, alienação, permuta, cedência, afetação, registos prediais, seguros, abate, valorimetria e gestão de bens móveis e imóveis do Município.

Neste ano, foram promovidas várias aquisições, alienações, doações, destacando-se os seguintes procedimentos mais relevantes:

- Inventariação de 700 bens móveis adquiridos;
- Inventariação e registo de 6 viaturas/máquinas adquiridas:
 - Trator Agrícola – Marca DEUTZ;
 - Viatura ligeira de mercadorias - marca Renault Master (recolha e transporte de animais errantes);
 - Retroescavadora – marca MST;
 - Viatura ligeira de mercadorias – marca Nissan;
 - Viatura ligeira de passageiros (duas) – marca Peugeot.
- Aquisição / Registo do Direito de Superfície do terreno destinado ao reservatório de água novo e antigo, sito em São Gens;
- Aquisição / registo do Direito de Superfície do terreno destinado à nova e antiga captação de água designada por SL1, sito no Casal do Ribeiro;
- Alienação de vários imóveis:
 - Parcela de terreno com a área de 1.461,00 m2, sito na Zona Industrial de Ourém, à entidade ASC – Artigos Sanitários do Centro;
 - Parcela de terreno com a área de 850,00 m2, sito na Zona Industrial de Ourém, à entidade Kingdazur, S.A.;
 - Parcela de terreno com a área de 1.066,00 m2, sito na Zona Industrial de Ourém, à entidade Reciclourém, Lda;

- Parcela de terreno com a área de 3.821,00 m², sito na Zona Industrial de Ourém, à entidade Euromolding, Lda;

- Lote de terreno n.º 6, sito no Quebrança – Fátima, à Dr.ª Purificação Pereira Reis;

- Subscrição na participação financeira na Empresa Intermunicipal Tejo Ambiente, EIM, S.A.;
- Doação de 89 bens móveis à entidade Insignare;
- Abate na participação financeira na empresa MaisOurém, S.A.;
- Cálculo das amortizações anuais dos bens sujeitos a tal, de forma a fornecer os elementos necessários ao encerramento do ano e prestação de contas;

A gestão do imobilizado, inclui a cedência de diverso imobilizado a diversas entidades externas, de forma a tirar o maior proveito do mesmo, na certeza que é garantido o pleno aproveitamento do mesmo, destacando os seguintes procedimentos realizados no ano de 2019:

- Cedência de 2 salas do edifício municipal – Centro Escolar Santa Teresa de Ourém, à APDAF;
- Cedência de 2 salas (ala direita) do edifício municipal – Antiga Escola Básica do 1º Ciclo de Atouguia, à VITIOURÉM;
- Cedência de 2 salas (ala esquerda) do edifício municipal – Antiga Escola Básica do 1º Ciclo de Atouguia, à Freguesia de Atouguia;
- Cedência do edifício municipal – Antiga Escola Básica do 1º Ciclo de Casais da Abadia, ao Clube Juventude Ouriense;
- Cedência das lojas n.º 35 e 37, sitas no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, à ACISO;
- Cedência de 1 sala (ala esquerda) do edifício municipal – Antiga Escola Básica do 1º Ciclo de Vale Travesso, à Associação Trevo da Vida;
- Cedência de 1 sala (ala direita) do edifício municipal – Antiga Escola Básica do 1º Ciclo de Vale Travesso, à Associação de Artistas e Artesãos Oureenses;

A gestão do imobilizado, inclui ainda a promoção de procedimentos inerentes a arrendamentos/concessões de edifícios municipais, destacando-se os seguintes procedimentos:

- Arrendamento do edifício municipal, sito no Parque da Cidade – António Teixeira, destinado a cafetaria/bar/restaurante; à entidade Silva, Assis & Mendes, Lda;
- Arrendamento da Loja N-M, sita no piso -1 do edifício municipal – Mercado Manuel Prazeres Durão, à entidade Hernâni Henrique Gomes Pereira;

- Arrendamento da Loja L-J, sita no piso -1 do edifício municipal – Mercado Manuel Prazeres Durão, à entidade Winner's River, Unipessoal, Lda;
- Arrendamento dos edifícios municipais, sito no Agroal, destinado a cafetaria/bar/restaurante, à entidade Célia Maria Simões dos Santos;
- Arrendamento do edifício municipal, designado por “Paço do Conde” e edifício destinado a armazém, sito na Rua Melvim Jones – Ourém, à entidade Tejo Ambiente, E.I.M, S.A.;

A gestão dos seguros é assegurada por esta estrutura, designadamente nos seguintes ramos: acidentes de trabalho; acidentes pessoais/autarcas/bombeiros voluntários; atividades lúdicas/desporto; viaturas e responsabilidade civil.

O controlo dos consumos inerentes aos encargos de instalações, nomeadamente, água e energia, são mensalmente monitorizados e controlados pelo serviço, tendo ainda como objetivo garantir a ininterruptabilidade destes fornecimentos, considerando a operacionalidade e o conforto que conferem aos edifícios municipais, designadamente na vasta rede de edifícios municipais.

Neste ano promoveram-se diversas identificações de proprietários e avaliação de imóveis, no âmbito de investimentos a promover no curto e médio prazo.

No ano de 2019 deu-se continuidade à implementação da gestão da frota municipal centralizada, tendo como propósito garantir uma maior eficiência, eficácia e economia na operacionalização e utilização das viaturas de serviços municipais eventuais, conforme norma de utilização das viaturas vigente.

Em 2019, promoveu-se a elaboração de listagem contendo a identificação matricial de prédios devolutos e ou em ruínas existentes na área territorial do Município de Ourém, com o objetivo de ser facultada à Autoridade Tributária, para aplicação de majoração da taxa de IMI, conforme deliberação da Assembleia Municipal.

2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA

O ano em análise foi marcado por alguma estabilização quer ao nível do número de procedimentos de contratação lançados internamente quer ao nível dos recursos humanos embora a estes últimos foi pedido um esforço acrescido pela implementação do MyDoc Win – Gestão documental concretiza a desmaterialização da tramitação dos processos em papel, no município. Complementarmente, será de referir um aumento exponencial dos pedidos de colaboração com entidades externas, em resultado dos vários protocolos de colaboração celebrados com o Município.

A colaboração prestada por estes serviços é a entidades tais como: Juntas de Freguesia e entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, do Concelho. As solicitações devem-se à obrigatoriedade que essas entidades têm de respeitar o Código dos Contratos Públicos nos vários procedimentos a contratualizar em resultado de exigência legal, da celebração de protocolos (grande parte dos 35 estabelecidos pelo Município) ou de candidaturas aprovadas.

Note-se também, que em outubro, este Setor passou a efetuar os contratos inerentes aos procedimentos de contratação pública.

Quadro – Quantificação dos Processos de Concurso

Tipo de procedimento	2017	2018	2019
Ajuste direto em regime simplificado (exceto empreitadas)	2266	1861	1780
Ajuste direto em Regime Simplificado - Empreitadas	0	21	15
Ajuste direto (valor superior a 5 mil euros)	160	74	73
Consulta Prévia	0	47	59
Concurso Público	18	13	16
Concurso Público Internacional	0	1	4
Acordo Quadro	1	2	0
Arrendamento	0	0	2
Alienação	0	1	0

*** Incluem-se os procedimentos que por motivos diversos terão no decurso do processo de contratação sido revogados / anulados.**

Quadro – Proced. desenvolvidos (excluindo o ajuste direto – em regime simplificado)

Entidade Adjudicatária	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação (n.º sequência do proc. / designação)	Preço Contratual s/ IVA (€)
Construções Martins & Reis, Lda.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P001/2019 - Substituição de troços de coletores de águas pluviais e esgotos domésticos - Rua Francisco Sá Carneiro - Ourém	24 910,19 €
Filipa Moleiro Bento	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P003/2019 - Aquisição de Serviços para monitor de aulas de Hidroginástica, Hidrosénior e Ginástica Sénior	6 972,00 €
Soc. Construções ELIMUR	alínea c) do artigo 19.º do CCP	P004/2019 - Construção de Passeios e Drenagem de Águas Pluviais - Rua Principal e Cruzamento do Vale Tação - Cercal	79 950,00 €
Flexitemp, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P005/2019 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 3 Recursos Humanos para os Agrupamentos de Escolas do Concelho, até ao final do Ano Letivo 2018/2019	20 981,10 €
Matos & Neves, Lda	Consulta Prévia - alínea c) 19.º do CCP	P006/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Rua Vale Vinte Mouros e Rua da Valaria - Freguesia de N.º S.º das Misericórdias	20 948,00 €
IDONIC, Lda	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P007/2019 - Aquisição de sistema de controlo de assiduidade	14 995,00 €
Nuno Brás & Santos Sousa	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P008/2019 - Aquisição de sistema de gradagem automático para a ETAR de Seiça	49 000,00 €
Comiconstrói, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P009/2019 - Execução de dois Ramais de Esgotos Domésticos no Concelho de Ourém	1 360,00 €
Divireis, Lda	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P010/2019 - Reparação do edifício da antiga escola do 1.º ciclo de Casa Velha - Fátima	10 117,62 €
Gipp, Lda	alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P011/2019- Prestação de Serviços de consultadoria nas áreas do ordenamento do território, durante 6 meses	19 500,00 €
MDS; Fidelidade; SABSEG	Alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	P012/2019 Aquisição de serviços de seguros para o período de 01/07/2019 a 30/06/2021	23.7750,00; 58.605,66; 55.181,68 e 13.000,00

Vibeiras - Sociedade Comercial de Plantas, S.A. e Tracomourém, Unipessoal, Lda.	Alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P013/2019 - Manutenção de espaços verdes na área do concelho de Ourém (Jardins e espaços verdes de Fátima; Estádio Papa Francisco; Jardins e Espaços Verdes de Ourém; e Manutenção e espaços Verdes dos Centros Escolares)	209 800,00 €
Desentope & Protege	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P014/2019 - Contratação de Serviços para Desobstrução e Limpeza das Infraestruturas das Redes de Esgotos Domésticos e Pluviais no Concelho de Ourém, para o ano 2019	60 475,00 €
44 Engenharia	alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P016/2019 - Serviços de fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de “Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos	171 600,00 €
Canas, SA	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P017/2019 - Construção do Centro Escolar de Carvoeira - Freguesia de Caxarias	1 584 083,51 €
H. LAND, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P018/2019 - Elaboração do PUO - Plano de Urbanização de Ourém e da ORU - Operação de Reabilitação Urbana de Ourém	74 300,00 €
Quaternaire, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P019/2019 - Elaboração da Revisão do Plano de Urbanização de Fátima e Avaliação Ambiental Estratégica	52 500,00 €
Arlindo Lopes Dias, Lda	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P020/2019 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO JI PARA A EXTENSÃO DO CENTRO DE SAÚDE (UCS ALBURITEL)	222 500,00 €
Arlindo Lopes Dias, Lda	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P021/2019 - REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA EB1 PARA A EXTENSÃO DO CENTRO DE SAÚDE (UCS OLIVAL)	309 900,00 €
Socrinel, Lda	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P022/2019 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO JI PARA A EXTENSÃO DO CENTRO DE SAÚDE (UCS SOBRAL)	175 513,53 €
Diogo Alexandre Gama Gameiro	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P024/2019 - Aquisição de serviços para exterminação de ninhos de Vespa Velutina (Asiática), durante o ano de 2019	12 485,00 €
AIRC	Ajuste Direto - Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea iii) do CCP	P025/2019 - Aquisição de software - Upgrade à aplicação Mynet e nova solução de gestão documental Mydoc	71 597,51 €
CGTA, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P026/2019 - Contratação de Prestação de Serviços para a elaboração de candidaturas no âmbito dos investimentos em redes de esgotos domésticos do POSEUR	6 500,00 €
GEPECTROFA, LDA	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P027/2019 - Elaboração de estudo de diagnóstico de consolidação e reforço estrutural da Capela de São Sebastião	7 500,00 €

Vistaxterior, Lda	alínea d) do artigo 19.º do CCP	Implantação de 10 Ramais de Esgotos Domésticos nas Freguesias de Atouguia, Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias - Ourém	9 947,84 €
Tracomourém, Lda	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P030/2019 - Alargamento do Beco da Portela - Alburitel	24 656,00 €
Vistaxterior, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P031/2019 - Implantação de 9 ramais esgotos domésticos e 2 ramais águas pluviais nas freguesias de Caxarias, Freixianda, N.ª. S.ª. Da Piedade e Seiça - Ourém	9 409,09 €
António Adão Farias	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P032/2019 - Contratação de Serviços em regime de avença, de um Técnico de Comunicação para o EMICEP, até 31/12/2019	6 667,00 €
RVU, Lda	alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P033/2019 - Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Deposição Final de Lamas Desidratadas das ETAR de Seiça e Alto do Nabão, até ao final do ano 2019	56 162,56 €
JJFLINVEST, LDA.	Ajuste Direto - Artigo 163.º da Lei 71/2018 - LOE 2019	P035/2019 - Prestação de Serviços para os Trabalhos de Gestão de Combustível no concelho de Ourém	149 900,00 €
ENA Portugal, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P037/2019 - Aquisição de Máquina de Pagamento Automático para o Parque de Estacionamento Subterrâneo	10 200,00 €
Springprofile, lda	Consulta Prévia- alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P038/2019 - Intervenção para valorização da Casa do Administrador - Fornecimento e montagem de mobiliário	10 500,00 €
Fafil, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P039/2019 - Intervenção para valorização da Casa do Administrador	2 782,76 €
Arquijardim, S.A.	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P041/2019 - Requalificação e ajardinamento das Rotundas de Minde e Eira da Pedra em Fátima	11 862,30 €
Atmosensation, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P042/2019 - Fornecimento de Som para a Via Sacra ao Vivo - 2019	6 240,00 €
MALPEVENT - Consultadoria e Produção de Eventos, Lda.	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P044/2019 - Aquisição de cinco espetáculos / concertos integrados no programa da Feirourém 2019	109 236,00 €
Vistaxterior, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P045/2019 - Arranjos na Fonte João Loução e Envolvente - Freguesia de Atouguia	3 015,62 €

M.S.N.F., Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P046/2019 - "Rota dos Pastorinhos" - Criação de conceito / conceção da imagem gráfica e fornecimento de 10 módulos / painéis interpretativos exteriores	63 500,00 €
Crossing Answers, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P047/2019 - Fornecimento de equipamentos interativos de informação turística com conteúdos digitais acessíveis, no âmbito da candidatura "Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis"	65 400,00 €
GenerationEvasion, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P048/2019 - Produção de conteúdos, no âmbito da candidatura "Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis"	13 350,00 €
Gabinete Lourenço Gomes, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P049/2019 - Elaboração de Projeto de Execução para a Requalificação Urbana da EN113 - Troço entre os limites urbano e este da cidade de Ourém	25 000,00 €
LSA - Lorena de Séves e Associados, RL	b) n.º 1 do artigo 27.º do CCP	P050/2019 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário de processos pendentes (com mandato forense) - Avença	33 600,00 €
Socrinel, Lda	Consulta Prévia - alínea c) 19.º do CCP	P051/2019 - Implantação de Ilha Ecológica no Largo Juvêncio na Vila de Freixianda	33 396,26 €
Aqualogus, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P052/2019 - Elaboração do projeto de execução para a correção, reforço e proteção dos taludes de escavação ao longo de 1.200 metros da Estrada Municipal de Alvega	68 680,00 €
Rentlei, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P053/2019 - Aquisição de viatura tipo Nissan Cabstar, cabine dupla 35.13, em estado de uso	7 306,08 €
Girassol Dourado, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P054/2019 - Fornecimento contínuo de material de limpeza até 31 de dezembro de 2019	14 513,87 €
Josina, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P056/2019 - Fornecimento contínuo e transporte de materiais de construção, para reposição de stock de armazém, durante 12 meses	7 821,14 €
MALPEVENT - Consultadoria e Produção de Eventos, Lda.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P057/2019 - Produção executiva dos concertos integrados no programa da FEIROURÉM 2019	31 000,00 €
Tiago Filipe Dias dos Santos	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P058/2019 - Contratação de técnico de Arquitetura para a DOT	18 000,00 €
Inapa, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P059/2019 - Aquisição de <i>plotter</i> com retoma da existente e licença <i>Adobe Postscript</i>	10 988,78 €

Bruno Filipe da Silva Pereira Mordomo	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P060/2019 - Aquisição de serviços de animação para a Festa da Criança 2019	7 300,00 €
	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P064/2019 - Construção do Passadiço do Agroal	
Bioanalítica, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P065/2019 - Desratização e desbaratização dos coletores do Concelho	11 490,00 €
Genius y Meios, Entretenimento e Formação Profissional, Lda.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P067/2019 - Spots de divulgação da Feirourém 2019 na RFM	8 500,00 €
Civibérica, S.A.	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P068/2019 - Reabilitação da rede viária do Concelho - Rua Principal - Alveijar - Freguesia de Atouguia	142 450,00 €
Multitendas, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P069/2019 - Aluguer e montagem de estruturas de apoio às tasquinhas - Feirourém 2019	23 470,00 €
Soc. Construções ELIMUR, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P071/2019 - Fornecimento contínuo e transporte de massas a frio a granel, para reposição de stock em armazém durante 12 meses	16 200,00 €
Construções CMR, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P073/2019 - Implantação de Ramais de esgotos domésticos e sumidouro - Praça Mouzinho de Albuquerque - Ourém	3 050,00 €
	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P074/2019 - Sinalização horizontal de estradas, em vários locais do concelho	
Rentlei, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P075/2019 - Aquisição de duas viaturas tipo Peugeot 308 1,6 Hdi, em estado de uso	17 886,18 €
Major, Santos & Filhos, Lda	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P076/2019 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1.ª Fase	349 265,36 €
	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P078/2019 - Requalificação do Espaço Público do Núcleo Central - Jardim de Le Plessis - Trévisse	
VecoUrbandesign, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P081/2019 - Aquisição de Torre Multi Atividades em alumínio para o recreio do Centro Escolar Beato Nuno	6 426,26 €
Balanças Marques, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P082/2019 - Fornecimento, montagem e aferição de Balança Bâscula Ponte de 30 toneladas, para o Ecocentro de Fátima	10 400,00 €

António Rodrigues Capela & Filhos, Lda	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P083/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas em Vilar dos Prazeres, Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	89 992,50 €
Contec, S.A.	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P084/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	166 994,97 €
Contec, S.A.	alínea b) do artigo 19.º do CCP	P086/2019 - Reabilitação Viária da Zona da Lomba de Égua e Travessa de Santa Clara - Fátima	257 982,07 €
CMR - Construções Martins & Reis, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P087/2019 - Implantação de 9 ramais de esgotos domésticos e 2 ramais de águas pluviais nas Freguesias de Caxarias, Freixianda, Nossa Sr.ª da Piedade e Seiça - (2º)	9 138,00 €
Construtora Civil casal dos Bernardos, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P088/2019 - Requalificação da Escola EB1/JI de Casal dos Bernardos	8 687,00 €
Construções CMR, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P090/2019 - Estrutura de Contenção da ER 356, Rio de Couros	28 082,08 €
Conmarfel, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P091/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Execução de passeios em calçada na Rua Principal do Moimento, requalificação e saneamento da Rua da Várzea - Moimento - Fátima	123 824,07 €
Socrinel, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P092/2019 - Execução de obras de reabilitação referente à instalação de um Centro de Documentação Joaquim Ribeiro - Zambujal - Ourém	137 107,29 €
Lenobetão, S.A.	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P093/2019 - Fornecimento contínuo de betão pronto para reposição de stock, até 31 de dezembro de 2019	14 222,00 €
Major, Santos & Filhos, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P094/2019 - Requalificação da rede viária do concelho - Rua do Barreiro e Rua do Cubal - Matas União de Freguesias de Matas / Cercal	134 823,21 €
Embracegadget, Lda	Ajuste Direto - Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea i) do CCP	P096/2019 - Serviço de Conceção de uma Solução Digital, baseada em Sistemas de Projeção Holográfica/Transparente para o Castelo de Ourém	28 890,00 €
44 Engenharia, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P097/2019 - Serviços de fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de "Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém	69 400,15 €

Toyota Caetano Portugal	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do 20.º do CCP	P098/2019 - Aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros com 9 lugares e retoma da viatura BMW Série – 525 D (2002)	71 735,32 €
Comercio e Reciclagem de Produtos	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P099/2019 - Substituição de Equipamentos no Parque Geriátrico, situado no Parque Dr. António Teixeira	9 181,68 €
Valente & Carreira, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P101/2019 - Requalificação da Escola EB1/JI de Pisão - Matas	33 346,12 €
Sérgio & Jorge Gomes, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P102/2019 - Projetos de execução de especialidade, relativos às obras de reabilitação das seguintes obras: Rua Tenente Coronel Moreira Lopes; Av. D. Nuno Álvares Pereira (troço entre rotundas dos Álamos e do Ribeirinho) e Ecovia Fátima - Ortiga.	19 875,00 €
Arquetis, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P103/2019 - Projeto para Reposição do Piso, após as Obras de Saneamento em Aljustrel - Fátima	12 500,00 €
Valente & Carreira, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P104/2019 - Trabalhos Diversos na Freguesia de Caxarias e EN 356 - Ourém	136 745,48 €
SUMA, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P106/2019 - Encaminhamento de Resíduos da Limpeza Urbana - Varredura Mecânica	14 000,00 €
Rubramac, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P107/2019 - Arranjos vários no Centro Escolar Santa Teresa - Ourém	90 611,77 €
Matos & Neves, Lda	Concurso Público alínea b) do artigo 19.º do CCP	P108/2019 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua do Salgueiral e Ruas Envolventes - Freguesia de Espite	173 391,50 €
Trans Elegant, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P109/2019 - Aluguer de viatura ligeira de passageiros (Táxi) - para reforço do transporte escolar do ano letivo 2019/2020	5 807,16
Kelly Services - Trabalho Temporário	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P110/2019 – Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 4 Recursos Humanos a afetar aos Agrupamentos de Escolas do Concelho	18 468,80 €
CMR - Construções Martins & Reis, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P114/2019 - Remodelação da rede de esgotos domésticos e pluviais - Arcanjo S. Miguel - Rua Francisco Assis - Fátima	39 989,88 €
Petrogal, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P115/2019 - Deslocalização do Depósito de GPL no Complexo Escolar de Carvoeira	6 550,00

Petrogal, S.A.	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P116/2019 - Fornecimento de GPL a granel, pelo período de 12 meses, para o Complexo Escolar da Carvoeira	7 879,69 €
Silvia Margarida Nunes Ferraz Borges	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P117/2019 - Contratação de técnico de Engenharia Civil / Arquitetura para a DOT	18 000,00 €
Construtora Civil casal dos Bernardos, Lda	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P118/2019 - Implantação de 12 ramais de esgotos domésticos nas Freguesias de Atouguia, Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias	10 991,84 €
Zona B Espetáculos Musicais, Unipessoal, Lda	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P119/2019 - Prestação de serviços para concretização de residência artística, de curta duração, no âmbito do projeto de Programação em Rede – CAMINHOS DA PEDRA 2019	8 750,00 €
	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P121/2019 - Implementação do sistema de GPS em viaturas do município	
Construções Divireis, Lda	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do 24.º do CCP	P122/2019 - Execução de troço de coletor de esgotos - Av.ª Beato Nuno - Fátima	17 014,40 €
Hidrovia, Lda	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P123/2019 - Projetos de Execução de Saneamento, Águas e Remodelação - Rio de Couros, Alburitel, Ourém e Estrada de Minde - Fátima	74 490,00
MALPEVENT - Consultadoria e Produção de Eventos, Lda.	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P124/2019 - Contratação do Artista José Cid, para atuação na Feira Nova de Santa Iria, 2019	14 000,00 €
Fernanda Paula Oliveira, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P126/2019 - Contratação de Serviços para Apoio Jurídico à Divisão de Ordenamento do Território, durante 12 meses	19 900,00 €
Tracomourém, Lda..	Consulta Prévia - alínea c) 19.º do CCP	P128/2019 - Construção de muros e outros na Av.ª D. Nuno Álvares Pereira - Ourém	32 857,60 €
Modular Eventos, Lda	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P129/2019 - Aluguer de Tendas e Stands para a Feira Nova de Santa Iria e Natal 2019	15 675,00 €
	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P130/2019 - Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada "P017/2019 - Construção do Centro Escolar da Carvoeira"	

Best Emotions, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P131/2019 - Aquisição de Serviços e Aluguer de Equipamentos para as Festividades de Natal 2019	64 990,00 €
Construções Divireis, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P134/2019 - Reparações no exterior na antiga escola de Alqueidão - Nossa Senhora da Piedade - Ourém	4 750,50 €
Diogo Alexandre Gama Gameiro	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P135/2019 - Aquisição de Serviços para Exterminação de Ninhos de Vespa Velutina/Asiática, durante 12 meses	11 950,00 €
LSA - Lorena de Sèves	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do 20.º do CCP	P138/2019 - Prestação de Serviços Jurídicos de Consultoria Jurídica durante 12 meses, para processos futuros - Avença	12 500,00 €
Rubramac, Lda	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P140/2019 - Beneficiação do largo das Escolas e Escadaria - Ourém	59 313,94 €
Senilife, Lda	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P141/2019 -Aquisição de 6 equipamentos de DAE (Desfibrilhação automática externa) e correspondente formação, manutenção e certificação	7 980,00 €
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P142/2019 - Aquisição de 2 Segway PT X2 SE, ou equivalente	
Construções JJR, S.A.	Ajuste Direto - c) n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P143/2019 - Salvaguarda da vida humana - Execução de microaglomerado a frio num troço da Estrada de Fátima, São Sebastião - Atouguia	14 051,55 €
	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P144/2019 - Aquisição de Serviços financeiros através de um contrato de leasing, para aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros, com retoma de viatura BMW série 525 D (2002)	
	Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P145/2019 - Trabalhos de manutenção e reabilitação de parques infantis da Cidade de Ourém	
Best Emotions, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P147/2019 - Aquisição de Serviços para Espetáculos e Animação Artística do Natal 2019	24 990,00 €
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P148/2019 - Abate de pinheiros secos de grande porte na Mata Municipal de Ourém	
EDP Comercial S.A	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P149/2019 - Fornecimento de Gás Natural, para Diversas Instalações Municipais	44444.70

Flexitemp, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P151/2019 – Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 4 Recursos Humanos a afetar aos Agrupamentos de Escolas do Concelho	31 003,00 €
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P152/2019 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 1 Recurso Humano para o Posto de Turismo de Fátima, durante 12 meses	
Habidom, Lda	Ajuste Direto - n.º 1 do 128.º do CCP	P153/2019 - Instalação de 2 Pilaretes Retrátéis na Praça Mouzinho de Albuquerque - Ourém	9 018,00 €
Montellano, Lda	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P155/2019 - Aquisição de equipamento e material instrumental para o Gabinete de Saúde Oral	9 834,27 €
Suse Lopes	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P156/2019 - Aquisição de Serviços para Nadador Salvador e Dinamização Desportiva nas Piscinas Municipais	12 000,00 €
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P157/2019 - Aquisição de Serviços para Trabalhos Geológicos na EN 360 entre os Km 72 850 e Km 79 650	
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P158/2019 - Aquisição de Software para Gestão de Arquivo Definitivo	
	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P159/2019 - Aquisição de Serviço de Limpeza de Linhas de Água - Ribeira de Seiça - Aglomerado Urbano	
	Consulta Prévia - alínea c) do artigo 19.º do CCP	P160/2019 - Reabilitação Viária - Rua Dr. Joaquim Francisco Alves e Rua Ribeira da Caridade - N.º S.º da Piedade	
	alínea d) do artigo 19.º do CCP	P163/2019 - Trabalhos de Construção Civil para a Bâscula do Ecocentro de Fátima	
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P164/2019 - Aquisição de material para efetuar o upgrade de computadores do Parque Informático Escolar	
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P165/2019 - Prestação de Serviços - Técnico de Comunicação	
	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P166/2019 - Prestação de Serviços - Designer Gráfico	

	Concurso Público alínea b) do artigo 19.º do CCP	P167/2019 – Construção de Ecovia Fátima - Ortiga	
--	---	--	--

2.3.2 – DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E INFORMÁTICA

A Divisão de Recursos Humanos e Informática tem como principal missão, garantir a eficiente coordenação dos recursos humanos contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e qualificação da organização. Garantir o funcionamento e o planeamento integrado de todos os sistemas informáticos e plataformas digitais da organização, salvaguardando a proteção de dados.

2.3.2.1 – Setor de Informática

O Setor de Informática, assegura:

- Gestão e administração do sistema informático central do Município;
- Gestão das aplicações do ERP e apoio aos utilizadores;
- Gestão e administração do sistema de voz fixa sobre IP (VOIP) dos serviços municipais e centros escolares;
- Gestão e manutenção dos computadores pessoais (PC's), quer afetos aos serviços municipais, quer afetos aos estabelecimentos escolares;
- Gestão da Rede Wireless dos estabelecimentos escolares;
- Gestão da Rede Municipal de Banda Larga (RMBL – “rede de fibra-ótica”) e dos Pontos de Acesso Público à Internet (PBL's – “PCs e rede Wifi”), existentes na cidade de Ourém e restantes freguesias;
- Gestão do sistema centralizado de impressão;
- Interlocutor Único no processo de comunicação com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa), para questões relacionadas com o Balcão do Empreendedor, Plataforma Multicanal de Serviços Partilhados e Plataforma de Licenciamento Industrial;
- Interlocutor e Coordenação dos Espaços do Cidadão de Ourém, Caxarias, Olival e Freixianda;
- Gestão de telemóveis e de contratos de telecomunicações do Município.

O sistema informativo tem vindo a crescer e para se ter uma noção mais exata da sua dimensão e quanto a sua operacionalidade exige para que não existam quebras de serviço, apresentamos alguns números que o caracterizam:

Descrição do Iten	Quantidade
Computadores pessoais (PC's) em 31/12/2019	922
Computadores pessoais (PC's) em 31/12/2018	631
Servidores físicos	24
Servidores virtuais	58
Equipamentos de rede da RMBL (switching)	23
Portas de rede disponíveis na RMBL (switching)	712
Pontos de Acesso Wireless (AP's) na cidade de Ourém	24
Pontos de Acesso Wireless (AP's) em Escolas	43
Pontos de Acesso Wireless (AP's/RT's) em Freguesias	32
Storage em TeraBytes	55

Em termos de serviços disponibilizados, destacam-se os seguintes:

Descrição do Iten	Quantidade
Utilizadores registados na AD (<i>Active Directory</i>)	241
Contas de correio existentes/ativas	749/433
Aplicações do ERP (<i>Enterprise Resource Planning</i>)	23
Utilizadores do ERP	241
Aplicações especializadas sob gestão	17
Portais Web disponibilizados	20

A gestão da atividade do SI é feita com recurso a uma aplicação informática que regista os pedidos de apoio/resolução de avarias, designados por “tickets”, o qual está assente numa plataforma à qual atribuímos a designação de “Suporte”.

Esta plataforma, permite uma gestão mais adequada do trabalho pelos colaboradores afetos a este serviço, com registo de histórico de avarias, intervenções e pedidos, facilitando imenso, quer o esclarecimento do modo como as intervenções foram realizadas, quer a capacidade e prontidão de resposta.

À semelhança do referido para a SRH, também para o SI, foram definidos um conjunto de 14 indicadores, tratados da mesma forma e o resultado registado no final do ano 2019 foi o seguinte:

Indicadores macro

Indicadores	Executado de 01/01 a 31/12	Métrica
Tickets registados	29048	N.º de tickets registados
Tickets resolvidos	27806	N.º de tickets resolvidos
Tickets pendentes	311	N.º de tickets por resolver
Desempenho	95,72%	Taxa de resolução

Desagregação dos indicadores

Indicadores	Executado de 01/01 a 31/12	Métrica
Acessos / Permissões	1795	Ações relativas a cedência de credenciais e acesso a recursos
E-mail	1252	Ações relativas a criação, atualização e manutenção de contas de e-mail
ERP AIRC	5891	Ações relativas à gestão do ERP da AIRC
Hardware	2766	Ações de manutenção do parque informático
Software	3669	Ações de manutenção de software
Juntas de Freguesia/SAM	177	Apoio informático às Juntas de Freguesias
Escolas / Jardins de Infância	896	Apoio informático aos Estabelecimentos de Ensino
Modernização Administrativa / Modelos / Mynet	665	Ações relativas à gestão da Modernização Administrativa
Portais / Comunicação	3254	Ações relativas à manutenção das plataformas Web
Outros	8683	Outras ações de suporte e help-desk não incluídas nas categorias referidas
Totais	29048	

2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos

O foco da SRH é a gestão dos recursos humanos do Município na vertente relacionada com:

- Processamento de vencimentos e outros abonos e elaboração de mapas a entregar a entidades externas.
- Processos concursais relativos a admissão de novos trabalhadores, promoção de trabalhadores de carreiras subsistentes ou acolhimento de trabalhadores por mobilidade de outras entidades.
- Controlo da assiduidade.
- Registo e controlo das ausências e outros requerimentos apresentados no âmbito de recursos humanos.
- Reporte de dados estatísticos e de gastos com pessoal a entidades terceiras.
- Gestão da medicina e saúde no trabalho e levantamento das condições de segurança no trabalho.
- Coordenação da Formação Profissional.

- Inscrição e manutenção de beneficiários da ADSE, CGA e SS e submissão de pedidos de aposentação ou contagens de tempo.
- Elaboração e manutenção de processos individuais de trabalhadores.
- Participação de acidentes de trabalho.
- Coordenação de segurança em projeto e em obra relativo a empreitadas públicas.
- Análise de requerimentos e elaboração de informações técnicas.

Indicadores	Executado de 01/01 a 31/12	Métrica
Juntas Médicas p/ atribuição IPP-Ac.Trabalho	1	Nº de processos submetidos à CGA
Requerimentos	8966	Nº requerimentos tratados e/ou encaminhados
Formação profissional1	11	Nº de inscrições efetuadas
Formação profissional2	7	Nº de ações formação em que participaram trabalhadores
Procedimentos concursais	223	Nº Procedimentos concursais em tratamento
Informações técnicas	81	Nº informações técnicas elaboradas
Coordenação de segurança de obras	15	Nº de empreitadas
Planos de Segurança e Saúde em Projeto	7	Nº de planos elaborados
Fichas Procedimento de Segurança	3	Nº de Fichas analisadas
Plano de Segurança e Saúde em Obra	9	Nº de planos analisadas
Medicina no trabalho	555	Nº de trabalhadores envolvidos
Processos de Aposentação	20	Nº de processos submetidos à CGA
Pedidos de Juntas Médicas - CGA / ADSE	17	Nº de processos submetidos à CGA/ADSE

A maioria dos pedidos registados na SRH relacionados com os trabalhadores e autarcas que recebem abonos do Município é registada na plataforma Mynet, a qual recolhe os pedidos e os encaminha para a aplicação de back-office (MGD) para registo e acompanhamento.

Além do registo e tratamento dos documentos relacionados com os recursos humanos e suas implicações no processamento de vencimentos, esta subunidade orgânica também tem sob sua responsabilidade a gestão e controlo da medicina no trabalho, bem como a higiene, saúde e segurança em obra de parte das empreitadas em que o Município é o dono de obra.

Por forma a que se tenha uma noção mais clara da atividade deste serviço, no início do ano 2019 foram definidos um conjunto de 13 indicadores, que foram sendo atualizados. Como culminar desse trabalho, apresenta-se agora o quadro síntese da atividade do ano:

As principais atividades desenvolvidas, referem-se:

- Ao acompanhamento dos procedimentos concursais inerente à dissolução da empresa municipal OurémViva, correspondentes a 124 postos de trabalhos distribuídos por 43 procedimentos. Atualmente apenas falta concluir um procedimento para ocupação de um

posto de trabalho, que não foi concluído em 2019, por ter surgido uma dúvida jurídica, que exigiu um pedido de parecer a uma entidade externa (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDRLVT) que, nesta data, já está esclarecida e a muito curto prazo será retomado e concluído o procedimento concursal, dando assim, por findo, o processo internalização.

- À gestão e acompanhamento do processo de encerramento do ciclo de avaliação 2017/2018 dos trabalhadores, no âmbito Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho na Administração Pública (SIADAP), bem como o apoio e coordenação da implementação do processo de avaliação relativo ao biénio 2019/2020.
- Ao planeamento e acompanhamento dos trabalhos de modernização do centro de dados, estando já concluída a fase relativa à implementação e configuração dos novos equipamentos instalados no Data Center principal e em fase de configurações os do Data Center *disaster recovery*, localizado no estaleiro municipal. Este é um projeto de crucial importância para garantir que a transição gradual do “papel para o digital” não afete o normal funcionamento dos serviços e que existe redundância entre sistemas por forma garantir taxa de disponibilidade seja próxima dos 99.99%. Ainda no que diz respeito ao Data Center principal, houve necessidade de melhorar as condições técnicas de funcionamento do mesmo, pois, fruto do desinvestimento registado em anos anteriores, a capacidade de instalar novos equipamento estava esgotada, quer ao nível da energia socorrida, quer ao nível da climatização, pelo que foram instaladas duas novas UPS’s (unidade de energia socorrida), uma de 20 Kva e outra de 30 Kva e um novo sistema de AVAC que garante uma melhor climatização do DC. A instalação destes equipamentos representou um investimento a rondar os 25 mil euros.
- No âmbito do projeto de modernização do Data Center, foi implementado um novo domínio em Windows 2016 Server, visto o anterior, Windows Server 2003, estar obsoleto e sem suporte desde 2014. Após a implementação do novo domínio foi estudada e planeada a forma de interligar ambos os domínios de forma a que a migração de todos os PCs dos colaboradores fosse realizada, minimizando a perturbação do normal funcionamento de todos os serviços. Feita a migração dos PC’s foi realizada a migração de serviços e servidores do antigo domínio para o novo, tendo um dos últimos serviços a migrar a partilha de pasta, tendo todos os dados sido copiados para novo servidor e partilhadas as “Pastas Comuns” já no novo domínio.

- Levantamento e estudo das necessidades em termos de equipamentos ativos e passivos de rede para implementação de novas redes wireless no âmbito de candidaturas, nomeadamente Wifi4EU e Turismo de Portugal, tendo sido realizado o levantamento nas cidades de Ourém e Fátima, Escolas e Centros Escolares, Juntas de Freguesia, locais turísticos e de uso público no concelho de Ourém.
- Acompanhamento dos trabalhos relacionados com o projeto de modernização administrativa - Desmaterialização e gestão de processos de interação com o cidadão/município, destacando-se a entrada em produção, no dia 17 de junho, da nova aplicação de gestão documental (MGD), que apesar de ainda não estar totalmente consolidada e assimilada por todos os colaboradores, sobretudo na vertente de organização processual, tem-se traduzido em significativas melhorias no funcionamento de alguns serviços, traduzidas na capacidade de fazer mais e em menos tempo.
- Coordenação da implementação de um novo sistema de registo e controlo de assiduidade, que permite a monitorização, em tempo real, da assiduidade e o tratamento processual desmaterializado na justificação de ausências.
- Apoio e participação na implementação da iniciativa de orçamento participativo, implementada pela primeira vez no Município, a qual teve uma adesão por parte dos municípios, que excedeu as expectativas, quer pelo número de propostas apresentadas, quer pela participação na fase de votação.
- Avaliação técnica sobre projeto e execução de obras relacionado com as necessidades de ITED, nomeadamente componente de rede, switching, APs, telefones IP, videovigilância, condutas/cabodutos para passagem de fibra-ótica, etc.
- Acompanhamento e gestão dos de procedimento de escolha para recrutamento de estagiários no âmbito do programa de estágio para a Administração Local (PEPAL – 6.ª edição – 2.ª fase), tendo sido abertas sete ofertas e preenchidas apenas 4. As restantes 3 não foram preenchidas por os procedimentos terem ficado desertos.
- Abertura de 7 procedimentos concursais para ocupação de outros tantos postos de trabalho do mapa de pessoal, estando neste momento a decorrer a fase de realização de métodos de seleção.

2.3.3 – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

A Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos compreende, o **Setor de Apoio Administrativo**, o **Setor de Fiscalização de Empreitadas**, o **Setor de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro**, este último contempla a seguinte estrutura: Estacionamento e Receção, Administração Direta, Jardins, Parques e Espaços Verdes, Oficina e Serralharia e Equipamentos Municipais.

2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas

Fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município

- P048/2018 - Obras de Revisão e Recuperação do Edifício da APDAF (Antigo Edifício da EB1 de Ourém)
- P069/2018 - Trabalhos de Beneficiação e Manutenção do Mercado Municipal - Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade
- P077/2018 - Regularização de Abatimento - Travessa Perpendicular à Rua São João de Deus - Fátima
- P109/2018 - Construção de Ponte 175 na EM 604 Lameirinha/Barreira, Freguesias de Seiça e Caxarias
- P110/2018 - Mobilidade Pedonal e Viária no Centro de Fátima - Reforço de Condições de Segurança
- P122/2018 - Manutenção de jardins e espaços verdes das uniões de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais e Rio de Couros e Casal dos Bernardos
- P127/2018 - Beneficiação na Rua da Bela Vista - Moita Redonda – Fátima
- P142/2018 - Obras de beneficiação na EB 2,3 IV Conde de Ourém
- P150/2018 - Requalificação da EB1 de Rio de Couros
- P159/2018 - Reabilitação da rede viária do concelho - Rua dos Valados / Rua dos Depósitos (troço) - Freguesia de Caxarias
- P163/2018 - Estrutura de contenção na EM 561 - Atouguia, Ourém
- P197/2018 - Deslizamento de terras em Espite - Regularização - 2.ª Fase
- P201/2018 - Deslizamento de terras em Espite - Regularização 1ª fase - preparação da plataforma e remoção de terra soltas

- P004/2019 - Construção de Passeios e Drenagem de Águas Pluviais - Rua Principal e Cruzamento do Vale Tação - Cercal
- P006/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Rua Vale Vinte Mouros e Rua da Valaria - Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
- P010/2019 - Reparação do edifício da antiga escola do 1.º ciclo de Casa Velha - Fátima
- P013/2019 - Manutenção de espaços verdes na área do concelho de Ourém (Jardins e espaços verdes de Fátima; Estádio Papa Francisco; Jardins e Espaços Verdes de Ourém e; e Manutenção e espaços Verdes dos Centros Escolares)
- P045/2019 - Arranjos na Fonte João Loução e Envolvente - Freguesia de Atouguia
- P068/2019 - Reabilitação da rede viária do Concelho - Rua Principal - Alveijar - Freguesia de Atouguia
- P083/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas em Vilar dos Prazeres, Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias
- P084/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- P086/2019 - Reabilitação Viária da Zona da Lomba de Égua e Travessa de Santa Clara – Fátima
- P088/2019 - Requalificação da Escola EB1/JI de Casal dos Bernardos
- P090/2019 - Estrutura de Contenção da ER 356, Rio de Couros
- P091/2019 - Requalificação da rede viária municipal - Execução de passeios em calçada na Rua Principal do Moimento, requalificação e saneamento da Rua da Várzea - Moimento – Fátima
- P094/2019 - Requalificação da rede viária do concelho - Rua do Barreiro e Rua do Cubal - Matas União de Freguesias de Matas / Cercal
- P101/2019 - Requalificação da Escola EB1/JI de Pisão - Matas
- P104/2019 - Trabalhos Diversos na Freguesia de Caxarias e EN 356 - Ourém
- P107/2019 - Arranjos vários no Centro Escolar Santa Teresa - Ourém
- P108/2019 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua do Salgueiral e Ruas Envolventes - Freguesia de Espite
- P134/2019 - Reparações no exterior na antiga escola de Alqueidão - Nossa Senhora da Piedade - Ourém
- P143/2019 - Salvaguarda da vida humana - Execução de microaglomerado a frio num troço da Estrada de Fátima, São Sebastião - Atouguia

Fiscalização de empreitadas promovidas por outras entidades – (Be Water, Tagusgás, PT, EDP)

- Acompanhamento de empreitadas da Be Water;

2.3.3.2 – Serviço de Manutenção de Espaços Públicos e Estaleiro

Ao Setor de Obras por Administração Direta, compete:

- Pavimentação de estradas e caminhos;
- Reparação de pavimentos betuminosos;
- Preparar espaços e vias para pavimentações ou asfaltamentos; abertura e alargamento de vias de trânsito;
- Construção de aquedutos;
- Construção de valetas em cimento;
- Levantamento de tampas da rede saneamento;
- Colocação de sinalização vertical;
- Transporte de materiais para obras de administração direta;
- Transporte de resíduos das valetas;
- Transporte de terras nos alargamentos e construção de caminhos;
- Demolições de construções ilegais; limpeza de áreas florestais;
- Construção de muros;
- Construção de redes esgotos e águas pluviais;
- Montagem de grades, portões; obras diversas de carpintaria; transporte de mobiliário; montagem de diversos equipamentos (câmaras de votos, placares, módulos para festas, palcos e de placas de identificação);
- Obras diversas de pintura; colocação de vidros;
- Marcação e pintura de sinalização horizontal e demais marcações (pintura de parques, marcação de n.º polícia, etc.);
- Obras diversas de eletricidade; obras diversas de canalizadores;
- Obras de calcetamentos de passeios, de bermas, de praças e de espaços públicos; limpezas de vegetação e valetas nas estradas e caminhos municipais.

2.3.4 – DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A atividade desenvolvida na DOT, tem como missão, garantir e assegurar o desenvolvimento harmonioso do território, mediante o adequado planeamento e controlo prévio, salvaguardando o interesse público e a sustentabilidade.

Sector Técnico:

Gabinete de Operações Urbanísticas:

O gabinete de Operações Urbanísticas tem afeto 4 técnicos superiores e 2 consultores, com as seguintes formações: arquitetura, engenharia civil e urbanismo.

Têm como atividades principais:

- Apreciação e informação de processos respeitantes a pedido de licenciamento, a comunicação prévia, a pedido de autorização de utilização, a procedimento de legalização, a pedido de parecer prévio não vinculativo, a pedido de informação prévia;

Esta análise é feita, verificando o enquadramento dos processos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, no Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação e nas restantes normas e regulamentos específicos em vigor;

- Realização de vistorias com vista à concessão de autorização de utilização ao abrigo do DL 555/99 de 16.12, na atual redação (RJUE);

A concessão de autorização de utilização pode ainda ser feita ao abrigo de legislação específica, designadamente a relacionada com Empreendimentos Turísticos, Postos de Abastecimento de Combustíveis, Estabelecimentos Industriais, entre outros;

- Realização de vistorias com vista à receção de loteamentos nos termos do RJUE;
- Realização de vistorias para verificação do estado de conservação de imóveis nos termos do RJUE e do DL 266-B/2012, de 31.12;
- Realização de vistorias para verificação de situação de segurança e salubridade do edificado nos termos do RJUE;
- Análise e informação de pedidos de certidões, com vista à certificação (certidões de destaque, propriedade horizontal, entre outros);
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, área de parcela edificável, reclamações, denúncias, entre outras;

- Execução das deliberações e dos despachos da Câmara Municipal, do Presidente e dos Vereadores.
- Análise e informação sobre pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo, de instalações de postos de abastecimento de combustíveis e de redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de GPL, nos termos do DL 267/2002, de 26.11, alterado pelo DL 217/2012, de 9.10;
- Elaboração do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação;
- Atendimento técnico, presencial e telefónico, aos interessados.

Atendimentos efetuados pelos Colaboradores da DOT:

Os técnicos da DOT - Gabinete de Operações Urbanísticas tem como dia definido de atendimento à quinta-feira, sendo que os atendimentos inicialmente eram o dia todo, mas devido a uma melhor organização dos serviços passou-se a efetuar só da parte da manhã. Quanto ao atendimento realizado pela Chefe de Divisão, também à quinta-feira na parte da manhã, assim verifica-se que perfizeram 1395 atendimentos, aproximadamente, tanto presenciais como telefónicos (dados retirados das agendas de atendimento e dos relatórios mensais elaborados por cada um).

Alterações no modo de Funcionamento:

- Frequentes visitas ao terreno, melhorando tempo de análise processual;
- Elucidar os técnicos antes de instruir procedimentos de controlo prévio de modo a agilizar os mesmos;
- Aperfeiçoamento da aplicação afeta ao Serviço de Gestão Urbanística (SPO);
- Elaboração de mapa dos processos em Avisos;
- Satisfação do munícipe;
- Formação;
- Inovação e modernização;
- Redução de prazos para emissão de alvarás de obras e de utilização;

Os quadros seguintes caracterizam as ações desenvolvidas na DOT, designadamente, Licenciamentos, Comunicações Prévias, Alvarás de Utilização.

Quadro - Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DOT – 2019

Requerimentos por tipo de pedido (totais)		2019	2018	2017
501	Pedido de Destaque	20	24	12
503	Ocupação da Via Pública	31	28	32
504	Pedido de Informação Prévia - Loteamentos	0	3	3
506	Pedido de Informação Prévia - Edificação	50	22	13
508	Pedido de Autorização de Utilização	200	167	204
512	Pedido de Lic. Operações Loteamento (alteração)	11	5	11
513	Pedido de Licenciamento	255	272	288
515	Projetos de Especialidade	198	202	194
528	Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	3	6	6
533	Pedido de Substituição	86	62	72
535	Anexação de Elementos ao Projeto	643	589	569
538	Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	61	50	49
543	Pedido de Vistoria - Combustíveis	0	1	1
549	Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	162	172	189
558	Pedido de área de Parcela Edificável	1	3	3
560	Obras de Urbanização	1	1	0
561	Comunicação Prévia - Obras	11	8	13
562	Comunicação Prévia – Demolição/Outras	1	0	0
567	Remodelação de Terrenos	2	0	0
568	Pedido de Emissão de Alvará	264	262	220
569	Autorização para Execução de Redes e Ramais (GPL)	1	0	0
574	Pedidos. Vários - Licenciamento Industrial	0	1	2
583	Pedido de Licenciamento de Pedreiras	3	0	3

588	Pedido de arquivamento de processo	11	7	9
589	Declaração de Início de Trabalhos	1	0	0
590	Pedido de Licenciamento (interessado)	3	5	5
700	Pareceres Entidades	5	46	6
701	Ficha Técnica de Habitação	33	18	20
705	Averbamento - Entidade Exploradora	0	2	1
706	Pedido Certidão Propriedade Horizontal	3	2	6
709	Informação Técnica	1	0	2
713	Declaração de Impacto Ambiental	0	0	5
715	Entrada SGD	15	40	30
718	Exposição	317	245	260
720	Pedido de Escavação e Contenção Periférica	2	1	0
721	Alojamento Local - MCP de Abertura	31	90	95
722	MCP de Instalação de Estabelecimento	1	0	0
723	MCP de Modificação de Estabelecimento	8	0	0
724	MCP de Encerramento de Estabelecimento	8	3	1
TOTAL		2443	2337	2329

Quadro - Alvarás emitidos (por tipo)

Alvarás Emitidos (por tipo)		2019	2018	2017
	Averbamento de Combustíveis à Licença de Utilização	0	1	7
	Certidão de Destaque - DL 136/2014	14	16	13
	Demolição	6	11	9
	Especial Acabamentos - Art.º 88.º	1	3	5
	Loteamento Sem Obras de Urbanização	1	4	2

	Trabalhos de Remodelação de Terrenos	2	1	0
	Obras	179	226	179
	Ocupação da Via Pública	50	14	13
	Utilização	140	154	166
	Alteração de Utilização	20	24	17
	Utilização - Versão B	0	0	1
TOTAL		413	454	412

Requerimentos - MGD/2019

Requerimentos - SGD	2019	2018	2017
Entradas de SGD (não transitadas para o SPO) - Pareceres da ANPC, Informações de Tribunal, Documentos APA, Exposições, Vistorias, Certidões e Licenciamentos Zero (Mera Comunicação Prévia - DL n.º 10/2015)	368	309	338
TOTAL	368	309	338

2.3.5 – DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

INTERVENÇÃO CULTURAL E CIDADANIA

a. Agenda Cultural Semestral 2019

Durante o ano de 2019 foi lançada a Agenda Cultural de Ourém (JAN/JUN e JUL/DEZ) que teve como principais objetivos funcionar como canal privilegiado de comunicação da dinâmica cultural concelhia. Nela se integram iniciativas culturais promovidas pelos serviços culturais e por outros serviços municipais, às quais acresceram, na edição de JUL/DEZ, os contributos promovidos por outros agentes culturais do concelho (e.g. coletividades, museus...).

b. Projetos

I. Rede Cultura 2027

- i. O Município de Ourém encontra-se envolvido na parceria de apoio à candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura, estando a desenvolver um conjunto de ações que fomentem a Rede Cultura 2027.
- ii. Reuniões de trabalho reuniões com os agentes culturais, a 12 de janeiro (Auditório Cultural dos Paços do Concelho), 23 de fevereiro (Museu Municipal - Casa do Administrador), 27 de junho (Biblioteca Municipal) e 9 de outubro (Auditório Cultural dos Paços do Concelho).
- iii. Inserção de conteúdos na Agenda da página oficial da Rede Cultura 2027;
- iv. Implementação da 1.ª fase do *Gaming* - Jogo da Rede Cultura, APP de telemóvel que permite acumular pontos.

II. ARTÉRIA – Programação Cultural em Rede

Operação n.º CENTRO 2020– 07_2014_FEDER_000022) O Município de Ourém integra o projeto cultural “ARTÉRIA” como entidade co-beneficiária, no âmbito do protocolo com o Teatrão, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O projeto integra a candidatura ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 – 2016 – 03 – Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020.

- i. **27 e 28 de julho de 2019** acolhimento da itinerância do Município de Tábua, com o espetáculo de teatro e multimédia ‘LUTO’, pela companhia CIRCOLANDO;



III. CAMINHOS DA PEDRA – Programação Cultural em Rede

O Município de Ourém aderiu ao projeto cultural ‘CAMINHOS’ como entidade co – beneficiária. Este projeto foi planeado no âmbito da candidatura “MÉDIO TEJO – PROJETO CAMINHOS”

liderada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 – 2016 – 03 – Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020. A edição de 2019 em Ourém, decorreu de 18 a 20 de outubro sob o tema CAMINHOS DA PEDRA. O programa integrou espetáculos, projetos comunitários com manifestações nas áreas da música, do teatro, do circo contemporâneo, e outras artes performativas envolvendo toda a comunidade, bem como grupos/coletividades locais, abrangendo todas as faixas etárias e que visa contribuir para a valorização do património cultural e natural e para o aumento de turismo na região do Médio Tejo.

18 de outubro

‘PETIT’, teatro gestual/circo no Largo Juvêncio da Silva, Freixianda;

‘ECLEMA’, concerto no auditório da ARPO – Associação Recreativa e de Propaganda de Ourém, em Ourém;

19 de outubro

‘PETIT’, teatro gestual/circo na Praça Luís Kondor, Fátima, que tendo em conta as condições atmosféricas foi cancelado;

‘GALA DROP’, concerto no auditório da ARPO – Associação Recreativa e de Propaganda de Ourém, em Ourém;

20 de outubro

‘PETIT’, teatro gestual/circo na sede da coletividade Rancho Folclórico “Os Moleiros da Ribeira” no Olival; ‘ESCOLA DO ROCK PAREDES DE COURA’, concerto na Praça Mouzinho Albuquerque, em Ourém;

IV. Projeto OS CAMINHOS DAS PESSOAS – Cultura para Todos

- i. Mapeamento, compilação e envio de contributos/dados para estudo e fundamentação da candidatura;
- ii. 18/07/2019 - Reunião de trabalho na CIMT;
- iii. 08/08/2019 – Reunião de trabalho, planificação e levantamento de necessidades;
- iv. Preparação/compilação de documentação para submissão de candidatura do projeto da CIMT ao aviso de concurso n.º CENTRO – 30 – 2019 – 08 | Eixo Prioritário 5 –

Fortalecer a Coesão Social e Territorial (aproximar e convergir) | Regulamento Específico da Inclusão Social e Emprego, Objetivo Temático 9.1

c. Rotas e Percursos

- I. *Rota Carmelita*: conclusão da sua implementação. Integrada no projeto nacional “Caminhos de Fátima” é um percurso proposto aos peregrinos a pé entre o Convento das Carmelitas, em Coimbra (local onde viveu a irmã Lúcia) e o Santuário de Fátima. No município de Ourém, o traçado tem a distância de 40 km, com início na Vila de Freixianda, passando por Rio de Couros, Caxarias, Seiça, Ourém (N.ª S.ª da Piedade e N.ª Sr.ª das Misericórdias), Atouguia e Fátima.;
- II. *Rota do Carso*: acompanhamento da prossecução dos trabalhos relativos à candidatura a fundos comunitários da CIMT ‘Rotas e Percursos no Médio Tejo’, componente ‘Grande Rota do Carso’ (candidatura supramunicipal, em parceria com os Municípios de Torres Novas e Alcanena). Desenvolvimento do trabalho de campo para definição do percurso, pesquisa e elaboração dos conteúdos (património natural e cultural) para os pontos de interesse da rota no concelho de Ourém, supervisão da marcação da rota e da produção de conteúdos;
- III. *Passadiço do Agroal*: acompanhamento dos trabalhos no projeto de paisagismo e pedidos de parecer. Concertação, alteração e envio de projeto ao ICNF com vista à obtenção de parecer favorável por parte daquela entidade;
- IV. Integração de rotas e percursos em ambiente SIG e elaboração de diversos mapas e plantas de localização no âmbito dos projetos em curso;

d. CENOURÉM 2019 | XXI Festival de Teatro Amador,

- I. 5 de abril – Movimento Pro Palco da Associação dos Andrés, com a peça ‘Sou a mais frita de todas as batatas’;
- II. 11 e 12 de abril - Grupo de Teatro ‘OS PÉPÉTOS’ do Grupo Desportivo Sobralense, com a peça ‘Uma bomba chamada Etelvina’
- III. 03 de maio – Grupo de Teatro da Associação Sénior de Ourém, com a peça "A escamisada";
- IV. 17 de maio - Grupo de Teatro APOLLO do Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas, com a peça "Na terra dos sonhos";
- V. 23 e 24 de maio – Clube de Cultura e Artes da BE da Escola Básica e Secundária de Ourém com a peça “Romeu e Julieta”;
- VI. 31 de maio – DIÓNIS – Teatro de Grupo CRL, com a peça “Os Anciãos”.

e. Semana Santa e Via Sacra ao Vivo 2019

Realizada de **16 a 21 de abril** na Vila Medieval de Ourém, com um programa cultural aliado às cerimónias religiosas promovidas pela Paróquia de N.ª Sr.ª das Misericórdias.

I. Programa

16/04/2019: roteiro de Arte Sacra na Vila Medieval - visita orientada aos espaços religiosos da Vila Medieval.

17 de abril: concerto de Música Sacra, Antiga Colegiada de Ourém (Igreja Matriz de N.ª Sr.ª das Misericórdias) com a colaboração do CHORUS AURIS da AMBO - Academia de Música Banda de Ourém

18 de abril: “ONDE ESTÁ O FOLAR DA PÁSCOA?” – atividade para público infantil

18 de abril: apresentação do livro Garcia Fernandes e Diogo de Contreiras: dois pintores do renascimento e a Casa de Bragança, de Joaquim Oliveira Caetano, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios,

19 de abril: VIA SACRA AO VIVO NA VILA MEDIEVAL - as ruas históricas tornam-se palco das últimas passagens da vida terrena de Jesus Cristo, que são dramatizadas por cerca de 100 atores e figurantes locais. A entrada triunfal de Jesus Cristo em Jerusalém dá início a esta recriação bíblica, que percorre as 14 estações da Via-Sacra até à crucificação de Jesus. Esta Via-Sacra ao vivo é reconhecida como uma das melhores representações bíblicas no país graças ao envolvimento de participações institucionais e individuais de Oureenses.



f. Cerimónias oficiais do 25 de Abril

Preparação e acompanhamento

g. Comemorações do Dia Mundial da Dança

- I. **28 de abril** - espetáculo realizado para assinalar *Ano Internacional da Moderação* com a estreita colaboração da AMBO - Academia de Música e Banda de Ourém, a ARABESQUE – Academia de Dança, CRL e Rosales Ballet do Grupo Desportivo Sandoeirense;
- II. **‘Nuno Álvares Pereira - Guerreiro, Feudal, Religioso’**
- III. **11 de agosto e 27 de setembro** – Espetáculo realizado na Capela de São Sebastião. Uma parceria com ‘O NARIZ- Teatro de Grupo’.



h. Cineteatro Municipal de Ourém

- I. As atividades desenvolveram-se apenas até ao final de junho, uma vez que o espaço entrou em obras de requalificação em julho.

12 de janeiro – ‘Festa dos Reis’ da APDAF;

13 de janeiro – ‘Concerto de Reis’ da OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém;

19 de janeiro - espetáculo de dança da Escola Rosales Ballet do Grupo Desportivo Sandoeirense;

16 de fevereiro – espetáculo solidário da Orquestra de Sopros da AMBO – Academia de Música Banda de Ourém a favor do CRIO;

22 de fevereiro – espetáculo de teatro pela Escola Básica e Secundária de Ourém;

02 de março – comemoração do aniversário da Orquestra Típica de Ourém da AMBO – Academia de Música e Banda de Ourém;

07 de março – espetáculo de teatro pela Escola Básica e Secundária de Ourém;

16 de março – espetáculo de teatro ‘Porta com Porta’;

30 de março – espetáculo de música ‘Músicas do Mundo’ pelo Conservatório de Música de Ourém Fátima;

02 de abril – espetáculo de teatro, pela Escola Básica e Secundária de Ourém;

05 de maio - FESTAMBO | Encontro Coros Infantis e Juvenis, pela AMBO – Academia de Música e Banda de Ourém;

11 de maio – FESTAMBO | Di(z)Cordas, pela AMBO – Academia de Música Banda de Ourém;

25 de maio – Espetáculo de Encerramento de Ano Letivo do CRIO;

26 de maio – Espetáculo de Encerramento de Ano Letivo do Jardim Infantil do Centro Social e Paroquial de Atougua;

28 de maio – VII Gala de Música do Clube de Música da EB2, 3 D. Afonso, IV Conde Ourém;

01 e 02 de junho – espetáculo musical ‘Mamma Mia’, pelo Conservatório de Música de Ourém Fátima;

i. Ourém no Convento de Cristo

- i. **15 de setembro** - Mostra de oferta turística e cultural de Ourém no Convento de Cristo em Tomar, no âmbito do protocolo celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), para o desenvolvimento de ações de promoção turística e cultural da região do Médio Tejo, onde o concelho de Ourém se insere.

j. Salon Arts et Délices de Noël

- i. **07 e 08 de dezembro** - O Município de Ourém marcou presença na 15ª edição do Mercado de Natal “Salon Arts et Délices” realizado na cidade francesa de Le Plessis-Trévis. Neste certame de Natal, foi possível promover os produtos tradicionais ourenses como o vinho, o azeite e o mel, além do artesanato desenvolvido por artesãos do concelho. O Mercado “Salon Arts et Délices” decorreu no “Espace Arlette et Jacques Carlier”.

k. Exposições

- i. Posto de Informação e Turismo de Fátima

- i. 01 de fevereiro a 24 de março, exposição de desenho 'Impressões', de Alexandra Marques;
- ii. 05 de abril a 02 de junho, exposição de fotografia 'Fátima', de Pedro Calçada e Rosa Santos;
- iii. 14 de junho a 30 de agosto, exposição 'Aquém e Além-Mar', do coletivo dos artistas moçambicanos: Ângela Reis, Malenga, Gonçalo Magunda, Vando e José Pádua, em colaboração com a 'Friendly Talents – Associação de Artes e Literatura';
- iv. 26 de outubro a 13 de novembro, exposição evocativa 'Vida e obra do padre Luís Kondor';
- v. 15 de novembro a 20 de janeiro, exposição de trabalhos do Curso Científico-Tecnológico de Design, Cerâmica e Escultura do Colégio S. Miguel.

II. Auditório Cultural dos Paços do Concelho

- i. 15 de fevereiro a 31 de março, exposição 'Engenho da Alma', de Carlos Sousa;

ii.



- iii. 10 de maio a 10 de junho, Exposição de Artes, pelos alunos de artes do Agrupamento de Escolas de Ourém;
- iv. 24 de junho a 11 de agosto, exposição coletiva 'Nuno, o Homem e o Santo', de artistas oureenses (Ana Oliveira, Conceição Mendes, Gabriel Lagarto, Lena Perdigão, Nuno Gaivoto, Roberto Chichorro e Rui Paisana), em colaboração com a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade;
- v. 30 agosto a 20 de outubro, exposição de maquetas 'Ourém, menina dos meus olhos', de Alípio Graça;
- vi. 31 de outubro a 05 de janeiro, exposição de pintura 'O Mundo Rural Português', de Tó Carvalho.

I. Gestão de material e espaços:

-
- I. Gestão no empréstimo de guarda roupa medieval;
 - i. Grupo de Teatro APOLLO do CCR Peras Ruivas;
 - ii. Escola D. Manuel I, Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques – Pernes.
 - II. Gestão do empréstimo de cadeiras a outros serviços municipais, a Juntas de Freguesia, ao Centro de Saúde e a associações e coletividades;
 - III. Cedência de espaço do Auditório Cultural dos Paços do Concelho:
 - i. 23/01/2019, NERSANT;
 - ii. 05/04/2019, OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém;
 - iii. 18/04/2019, OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém;
 - iv. 12/06/2019, Associação Sénior de Ourém;
 - v. 21, 27, e 28/06/2019, OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém;
 - vi. 09, 13, 14 e 20/07/2019, OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém;
 - vii. 14/09/2019, Grupo de Teatro APOLLO – CCR Peras Ruivas;
 - viii. 11/12/2019, OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém.

MUSEU MUNICIPAL E PATRIMÓNIO CULTURAL

a. Projetos

I. Castelo e Paço dos Condes

- i. Acompanhamento técnico em conjunto com outros serviços municipais, do processo de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém para espaços museológicos (candidatura PEDU) –
 - 1. Concurso público da obra de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém
 - 2. Concurso público para a fiscalização da empreitada;
 - 3. Integração do Júri de concurso para a obra;
 - 4. Acompanhamento do processo de contratação de serviços de fiscalização da obra;
- ii. Acompanhamento de obra, em conjunto com outros serviços municipais, do projeto de “Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos” (candidatura ITI e PEDU);
- iii. Trabalhos arqueológicos:
 - 1. submissão do Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) pela arqueóloga Seara Rei à Direção Geral do Património Cultural (DGPC), no âmbito

-
- do “Projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes e sua adaptação para espaços museológicos”;
2. execução de 16 sondagens arqueológicas no Terreiro de São Tiago, sob a responsabilidade científica da arqueóloga Seara Rei, no âmbito do “Projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes e sua adaptação para espaços museológicos”. Com o apoio de meios humanos da DAC e humanos e mecânicos da DOMSU;
 3. submissão à DGPC do relatório de progresso sobre os trabalhos arqueológicos executados no Terreiro de São Tiago, sob a responsabilidade científica da arqueóloga Seara Rei;
 4. escavação e registo arqueológico descritivo, fotográfico e de desenho técnico, de planos e de alçados, de diversas estruturas arqueológicas detetadas no âmbito dos trabalhos no Paço dos Condes de Ourém;
 5. realização de acompanhamento arqueológico em fase de execução de obra.
- iv. Elaboração, submissão, aprovação e início dos trabalhos de execução das duas candidaturas: *‘Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém’*; e *‘Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados’* referentes a candidaturas de financiamento ao Programa Promuseus - Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus – Aviso n.º 7473/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 83 — 30 de abril de 2019;
- v. Elaboração e submissão do Programa Museológico do Castelo e Paços dos Condes de Ourém;
 - vi. Atualização e submissão do Programa Museológico do Museu (aprovado pela DGPC em 2013) de modo a detalhar informação concetual relativa ao Castelo e Paço dos Condes e definir proposta de intervenção de reabilitação patrimonial e musealização do referido conjunto monumental;
- II. Valorização do espaço público da Vila Medieval;
- i. Acompanhamento técnico, em conjunto com outros serviços municipais,
- III. Edifício sito na Rua S. José;
- i. Acompanhamento do processo de contrato de comodato;
- IV. Ruína da Rua de S. João da Vila Medieval
- i. Acompanhamento do processo de valorização;

- ii. Acompanhamento do processo de consulta externa para a contenção da ruína e análise das propostas apresentadas, em conjunto com a DOMSU.

V. Capela de S. Sebastião:

- i. Receção, enquadramento técnico e encaminhamento do Relatório de Diagnóstico 'Capela de São Sebastião, Atouguia: proposta de estudo de diagnóstico de consolidação' da autoria de Aníbal Costa;
- ii. Pedido e acompanhamento da erradicação da vegetação existente, através da aplicação de herbicida no extradorso das abóbadas da Capela de São Sebastião;

VI. Anta de Zurraque:

- i. Elaboração de informações referentes ao projeto de intervenção, valorização e salvaguarda;
- ii. Elaboração e submissão de minuta aos proprietários dos terrenos com o propósito de implementar o projeto de intervenção, valorização e salvaguarda.

VII. Casa do Administrador

- i. Implementação do projeto de valorização: auditório, loja, receção e ala expositiva no piso 0;
- ii. Acompanhamento da execução do 'Mural no Alçado Lateral da Casa do Administrador', oferta do artista Bruno Gaspar ao Museu Municipal de Ourém;

VIII. Toponímia do Concelho de Ourém

- i. Compilação de informação com vista a uma proposta de publicação/catálogo;

IX. 'Comércio com História'

- i. Introdução ao projeto de inventário nacional com sessão de informação promovida pela CCDRLVT e auscultação das Juntas de Freguesia do concelho;

b. Investigação e documentação

- I. Início do inventário do material arqueológico, recolhido aquando a escavação das sondagens realizadas no âmbito do projeto 'Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para Espaços Museológicos';
- II. Seleção de material arqueológico para integração nos projetos de musealização: 'Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém'; e 'Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados';
- III. Sistematização da informação científica relativa às descobertas antropológicas nos sítios arqueológicos do concelho, pela voluntária Dulce Neves;

- IV. Apoio a estudantes e investigadores através do acesso ao Centro de Documentação do Museu Municipal de Ourém;
- V. Pesquisa bibliográfica, consulta e sistematização da informação relativa ao Município de Ourém, para a posterior disponibilização no site do Museu Municipal de Ourém (MMO);
- VI. Atualização e sistematização da informação disponibilizada no site do Museu Municipal de Ourém (MMO);
- VII. Tratamento de conteúdos para o Roteiro de Arte Sacra na Vila Medieval;
- VIII. Empréstimo de carteiras escolares, acervo do Museu Municipal ao Agrupamento Escolas de Ourém, para uma atividade do Dia Aberto do Agrupamento;

c. Conservação

- I. Conservação e restauro de documentos do Arquivo Histórico, realizados pela voluntária Salomé Batista;
- II. Restauro de 40 livros do acervo da Biblioteca Municipal, que se encontravam danificados;
- III. Levantamento do estado de conservação, proposta de intervenção e tratamento de conservação e restauro de um móvel de mercearia antigo, com a colaboração dos serviços de carpintaria da DOMSU, para integrar no projeto de valorização da Casa do Administrador.

d. Interpretação e exposição

I. Serviço Expositivo – Casa do Administrador

- i. Exposição de longa duração: Ourém– Dualidades I VILLA NOVA DE OURÉM 1900;
- ii. Exposição temporária – ‘Crianças entre Crianças, Os Pastorinhos de Fátima na Casa do Administrador’;
- iii. De 28 de fevereiro a 24 de abril - exposição ‘Castelos Séc. XXI’ - Mostra de maquetas de Castelos de Portugal dos alunos do 5.º ano do Agrupamento Conde de Ourém;
- iv. 20 de setembro – inauguração da nova ala expositiva.

II. Serviço Expositivo – Galeria da Vila Medieval

- i. 11 de janeiro a 17 de março - exposição de desenho ‘(Des) Encontros’ de João Lima;
- ii. 28 de março a 9 de junho - exposição ‘Via sacra na Vila Medieval de Ourém: 20 anos’;
- iii. 20 de junho a 04 de agosto - exposição de pintura de Georges Labarrière, por ocasião dos vinte e sete anos de Geminação da cidade de Ourém com a cidade de Le Plessis-Trévisé;

- iv. 09 de agosto a 08 de setembro - exposição de Fotografia 'Palco da Vida' de Conde Falcão;
- v. 13 de setembro a 17 de novembro - exposição de pintura 'Mergulha' de Maria Beatitude;
- vi. 23 de novembro a 26 de janeiro - exposição 'A'Riscar o Património' em parceria com a DGPC (Direção Geral do Património Cultural), OARS (Ordem dos Arquitetos, Secção Regional do Sul) e Urban Sketchers Portugal.

e. Serviço Cultural e Educativo

I. Serviço Educativo

- i. Revisão do Programa Educativo do Museu Municipal de Ourém;
- ii. Elaboração, produção e distribuição do Catálogo Educativo do Município;
- iii. Apresentação do Catálogo Educativo do Município de Ourém aos diretores dos agrupamentos de escolas e colégios a 5 de julho;
- iv. Preparação da descrição do enquadramento físico da nascente e da biodiversidade existente no Agroal para apoio da atividade dos alunos do 10.º ano do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular;
- v. Preparação do 'workshop' 'Como criar um Terrário da nossa terra' para apresentar, no Parque Natureza do Agroal, aos alunos do 8.º ano do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular;
- vi. 18 de maio – 'Uma Noite no Museu', no âmbito do Dia Internacional dos Museus;
- vii. Realização de 3 Festas de Aniversários;
- viii. Realização de 83 oficinas/atividades pedagógicas – 1757 participantes;

II. Atividades culturais

- i. 19 sessões das 'Danças com a Família' e 'Danças Europeias';
- ii. 05 de janeiro – 2 sessões de 'Feliz Natal Lobo Mau', espetáculo de teatro pelo Grupo de Teatro APOLLO do CCR de Peras Ruivas;
- iii. 22 de fevereiro – Exibição do documentário 'Guia de Portugal' dedicado a Ourém (episódio 11), realizado por João Canijo, da MIDAS Filmes, com a presença do ourense Manuel Cartuxo;
- iv. 15 de março – 'A extraordinária casa da Melroeira', encontro com Filipe Saraiva;
- v. 28 de março - conferência 'A importância da Arqueologia da Reabilitação dos Centros Históricos', no âmbito do Dia Nacional dos Centros Históricos
- vi. 10 de abril - Workshop de Dança;

- vii. 01 de junho – ‘Na Terra dos Sonhos’ espetáculo de teatro pelo Grupo de Teatro APOLLO do CCR de Peras Ruivas;
- viii. 04 de julho – 10.º aniversário do MMO com figuração histórica ‘O Largo da Loiça no séc. XIX’ e concerto ‘Remexido’, com João Lima;
- ix. 11 de setembro – ‘Acontece no Museu... ‘LUPO’’, exibição do filme documental de Pedro Lino sobre Rino Lupo;
- x. 20 de setembro - apresentação do livro ‘Memórias das Gentes da Nossa Terra’ pela Associação Social e Cultural de Fontainhas e atuação do Grupo de Cantares Populares;
- xi. 27 de setembro – ‘A minha volta ao mundo’, conversa com Bruno Gaspar e a sua volta ao mundo em imagens, histórias, desenhos e relatos na primeira pessoa, os seus projetos e os seus contactos enquanto artista;
- xii. 07 de outubro – ‘No Estaleiro do Castelo’, 2 visitas guiadas às obras de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém;
- xiii. 31 de outubro – ‘Oh tia, dá bolinho?’ conversas e provas de bolos feitos por quem domina este saber e renova anualmente esta tradição de Ourém;
- xiv. 8 de novembro – ‘Chá com Arte’, na Casa do Administrador, atividade dedicada ao tema Cultura da Paz | Diálogo Ecuménico, em parceria com o Consolata Museu;
- xv. 15 de novembro - ‘Chá com Arte’, no Consolata Museu, atividade dedicada ao tema Cultura da Paz | Diálogo Intercultural, em parceria com o MMO;
- xvi. 23 de novembro – ‘Desenho Urbano na Vila Medieval’, sessão de desenho urbano na Vila Medieval de Ourém - em parceria com a DGPC (Direção Geral do Património Cultural), OARS (Ordem dos Arquitetos, Secção Regional do Sul) e *Urban Sketchers* Portugal.
- xvii. 6 de dezembro - ‘Revisitar Bernardino’, visita comentada à casa e obra de Bernardino Ribeiro.

III. Visitas guiadas

- i. Realização de visitas livres e de 42 visitas guiadas na Casa do Administrador;
- ii. Acolhimento de 13 grupos de ‘*press trip*’ de Portugal, Polónia, Alemanha Filipinas, Brasil, Coreia do Sul e Vietname;
- iii. Realização de visitas livres e de 67 visitas guiadas na Vila Medieval;

- IV. Férias Arqueológicas: 10.ª edição, de 08 a 12 de abril e 11.ª edição, de 05 a 16 de agosto integrada nos trabalhos arqueológicos, no âmbito do projeto de ‘Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos’

f. Comunicação e difusão turística

- I. Seleção de peças do acervo do Museu Municipal e edição gráfica para divulgação da rubrica “Peça do mês” de 2019, na plataforma ‘facebook’;
- II. Compilação de informação sobre a flora do concelho de Ourém, em base de dados específica para o efeito e publicação de espécies, selecionadas, no ‘facebook’;

g. Inclusão e Acessibilidades

- I. Acompanhamento e avaliação (com propostas de melhoria) dos resultados da visita técnica realizada pela ‘AccessTUR’ à Casa do Administrador e ao Auditório Cultural dos Paços do Concelho para classificação da sua acessibilidade, que resultou na integração daqueles equipamentos no ‘site’ de turismo acessível ‘Tour4all’;
- II. 26 de novembro – Participação no ‘workshop’ dedicado ao tema do turismo acessível, para o Trabalho em Rede do projeto AccessTUR, promovido pela Accessible Portugal e CIM Médio Tejo;

h. Participação em Redes de Museus

I. Rede de Museus do Médio Tejo

- i. Integração na Rede de Museus do Médio Tejo (RMT), gerida pela CIMT;
- ii. Coordenação do Grupo de Trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo, em conjunto com o Município de Torres Novas;
- iii. Elaboração do Plano de Ação de 2019, revisão e validação do questionário de diagnóstico de espaços museológicos do Médio Tejo, análise técnica dos resultados preliminares;
- iv. Coordenação das reuniões e dos trabalhos preparatórios da RMMT – Rede de Museus do Médio Tejo, através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- v. Preparação e participação, a par de outros museus do Médio Tejo, CIMT e Instituto Politécnico de Tomar, no 1.º Encontro de Museus do Médio Tejo;
- vi. 11 de novembro - 1.º Encontro de Museus do Médio Tejo. Participação no painel ‘Panorama Museológico dos Museus do Médio Tejo – mapeamento e diagnóstico’
- vii. 15 de abril – reunião do grupo informal ‘Toque de Midas’ – Serviços Educativos, em Sesimbra;

II. Rede de Museus da REDE CULTURA 2027

- i. 05 de dezembro – reunião de trabalho no Edifício da Resinagem, Marinha Grande

OFICINA DE ARTES

- I. Cogestão da oficina e das atividades promovidas regularmente;
- II. 15 de maio – acolhimento de alunos do 3.º ciclo da Escola Básica e Secundária de Ourém, no âmbito da articulação e flexibilidade curricular, sob a orientação do artista plástico Roberto Chichorro;
- III. Divulgação, receção das inscrições e acompanhamento do ‘Curso de Tinturaria Natural e Tecelagem’ com a duração de 50 horas, promovido pelo CEARTE, realizado de 07 a 22 de junho.

PARQUE NATUREZA DO AGROAL

I. Gestão das instalações, dos bens e do pessoal afetos ao Parque Natureza do Agroal (PNA), em coordenação com outros serviços municipais:

- i. Identificação e informação de diversos pontos a melhorar nas instalações do Parque Natureza do Agroal;
- ii. Visita ao PNA para proposta de correções/melhoramentos e acessibilidades no Parque e edifício do Centro de Interpretação do Agroal e Alto Nabão;
- iii. Corte de dois choupos e ervas na área do Parque Natureza do Agroal, pelo SMPC;
- iv. Arranjo das lajetas do edifício de apoio e colocação de uma nova grelha na churrasqueira, pela DOMSU;
- v. Manutenção e limpeza regular das instalações, incluindo as instalações sanitárias da praia fluvial do Agroal, imediatamente antes e após a época balnear;
- vi. Substituição dos painéis do percurso pedestre do Agroal;
- vii. Tratamento do jardim e corte das ervas nos locais de passagem. Manutenção e limpeza extraordinárias (limpeza anual de mesas exteriores e consolidação de muros de pedra) das instalações, equipamentos e espaços verdes, incluindo a reparação de estragos provocados por vandalismo e o aparamento das laterais da sebe da vedação;
- viii. Integração da colega afeta ao Parque Natureza do Agroal (PNA) nas ferramentas informáticas de uso básico do município (login, SGD e e-mail);

- ix. Preparação das atividades a realizar na semana das “Férias no Parque Natureza do Agroal” (de 13 a 17 de agosto) com propósitos de sensibilização para a natureza/serviço educativo;
- x. Preparação da proposta de atividades para as ‘Férias no Parque Natureza do Agroal’ de 2020.

II. Acolhimento, emissão de parecer/informação, condução e gestão do funcionamento das instalações, dando resposta aos pedidos de utilização:

- i. Durante o ano de 2019 foram recebidos 36 pedidos de utilização do Parque Natureza do Agroal, dos quais houve cinco desistências e oito indeferimentos (por não se enquadrarem nas normas de utilização aprovadas ou exceder a lotação máxima aprovadas). O Parque foi utilizado por cerca de 600 pessoas, tendo pernoitado cerca de metade. De referir que a maioria dos grupos pertence ao concelho de Ourém, sendo que os maiores são grupos escolares e de escuteiros.

III. Atividades de sensibilização para a valorização e proteção da natureza

- i. 4 de janeiro - visita à nascente do Agroal com duas turmas do 10.º ano do Colégio de São Miguel, no âmbito de um projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, sob a temática da ‘Água’, onde se falou das características da nascente a diversos níveis e da sua relação com a biodiversidade do local;
- ii. 11 de janeiro - realização de dois ‘workshops’, para os alunos do 8.º ano do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, do Colégio de São Miguel, o primeiro sob o tema “Como criar um Terrário da nossa terra”, com a elaboração de dois terrários com rochas do sul e do norte do concelho pelo serviço educativo do Museu Municipal de Ourém e o segundo sob o tema “Semear a nossa Floresta Autóctone” onde a Engenheira Cláudia Vieira do Sector Municipal de Jardins, Parques e Espaços Verdes, explicou o modo de propagação das espécies vegetais, por sementeira, estacaria e enxertia;
- iii. 31 de maio - visita guiada ao Parque Natureza do Agroal aos alunos do 3.º ano do 1.º ciclo do Centro Escolar da Freixianda, no âmbito das comemorações do Dia da Europa;
- iv. 02 de junho - visita guiada, com enquadramento natural e arqueológico, ao pequeno percurso pedestre do Agroal;

- v. 11 de junho - visita guiada ao Parque Natureza do Agroal aos alunos do 2.º ano do 1.º ciclo do Centro Escolar de Santa Teresa, sob o tema 'Eu e o Meu Concelho – A Floresta Autóctone';
- vi. 13 de junho - visita guiada ao Parque Natureza do Agroal aos alunos do 5.º ano da EB2,3 D. Afonso, IV Conde de Ourém.
- vii. 13 a 17 de agosto - realização da 1.ª edição de "Férias no Parque Natureza do Agroal" com propósitos de sensibilização para a Natureza/Serviço Educativo.
 - a. Atividades:
 - i. 13/08/2019: Oficina pedagógica 'A água não para quieta', Jogos Tradicionais, e 'Observação Astronómica no Agroal' ministrada pelo Dr. Máximo Ferreira, coordenador científico do Centro de Ciência Viva de Constância e pela Dra. Ana Maria Dias - 32 participantes;
 - ii. 14/08/2019: Oficina pedagógica 'A água não para quieta', e 'Danças à beira do Nabão' – 26 participantes;
 - iii. 15/08/2019: Falcoaria no Agroal' - 20 participantes;
 - iv. 16/08/2019: 'Noite dos Morcegos do Agroal' - 50 participantes;
 - v. 17/08/2019: 'Yoga à beira do Nabão' - 6 participantes.
- viii. 18 de setembro – oficina pedagógica: "Água Nossa de Cada Dia" – de manhã com o Centro de Bem Estar do Bairro (16 participantes) e Centro Social das Matas (11 participantes) e de tarde com a APDAF - Sénior (19 participantes);
- ix. 19 de setembro – oficina pedagógica: "Água Nossa de Cada Dia" – Centro Social da Ribeira do Fárrio (10 participantes);
- x. 01 de outubro - comemoração do Dia Nacional da Água com a oficina pedagógica 'A água não para quieta' com os alunos do 4.º ano da Escola da Moita Redonda e dos alunos dos 3.º e 4.º anos da Escola da Maxieira;
- xi. 10 de novembro - visita guiada, com enquadramento natural e arqueológico, ao pequeno percurso pedestre do Agroal.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

a) Atendimento/pedidos de pesquisa

- I. Atendimento a pedidos presenciais e à distância para pesquisa e/ou consulta e digitalização de documentos por parte de público externo para um total de 103 utilizadores, num total de 745 unidades de instalação consultadas;
- II. Trabalho de pesquisa, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativa ao tema dos “expostos” no concelho de Ourém.
- III. Atendimento a pedidos de consulta e pesquisa por parte de público interno, com pesquisa num total de 98 unidades de instalação consultadas nos seguintes temas:
 - i. *registo de sepulturas*
 - ii. *licenças de velocípedes*
 - iii. *FeirOurém*
 - iv. *Comissão Municipal de Assistência e Saúde*
 - v. *património religioso*
 - vi. *obras particulares*
 - vii. *Centro de Exposições*
 - viii. *Fonte de Pinhel*
 - ix. *biografia dos antigos Presidentes da Câmara Municipal de Ourém*
 - x. *Feira de Santa Iria*
 - xi. *Inauguração de luz elétrica em Vila Nova de Ourém*
 - xii. *Rede Viária*
 - xiii. *Hospital de Santo Agostinho (imagens)*
 - xiv. *Feira semanal (imagens)*
 - xv. *Acácio de Paiva*
 - xvi. *Atos eleitorais*

b) Projeto de Intervenção de Massas Documentais Acumuladas

A avaliação, seleção e eliminação das massas documentais acumuladas existentes no arquivo municipal (edifício dos Paços do Concelho e edifício do mercado municipal) da Câmara de Ourém elencam-se como tarefas essenciais que visam resolver um problema estrutural nos arquivos municipais em geral e no do Município de Ourém em particular. Estima-se que o Município de Ourém integre mais de 500 metros lineares (ml) de

documentação acumulada sem qualquer tipo de intervenção técnica adequada. Assim, apesar do serviço do Arquivo Histórico Municipal não tutelar a documentação em apreço, o referido serviço promoveu em 2018 um projeto de intervenção para as Massas Documentais Acumuladas, que foi iniciado durante o mês de agosto. O projeto foi estruturado em 8 fases de desenvolvimento, tendo sido cumpridas até ao final de 2019 as 3 primeiras, a saber:

1.ª fase: transferência, higienização e organização das séries documentais: Abastecimento de águas e Saneamento público (de agosto de 2018 a julho de 2019)

2.ª fase: transferência, higienização e organização das séries documentais: Obras municipais: *Construção e obras de melhoramentos em edifícios escolares, Eletrificação pública, Construção de cemitérios, Construção e melhoramento de outros edifícios públicos, Rede viária e Pontes e pontões.*

3.ª fase: transferência, higienização e organização das séries documentais: Atos eleitorais, Recursos Humanos, Cultura e Turismo e Comissão Municipal de Higiene (de novembro de 2019 ao presente).

- I. Tratamento documental inerente ao processo de transferência de documentação instalada no edifício do mercado municipal:
- II. Higienização de 117.550 de documentos (14,25 metros lineares) relativos às séries documentais:
 1. Obras municipais:
 - a. *Abastecimento de águas*
 - b. *Saneamento público*
 - c. *Construção e obras de melhoramentos em edifícios escolares*
 - d. *Eletrificação pública*
 - e. *Construção de cemitérios*
 - f. *Construção e melhoramento de outros edifícios públicos*
 - g. *Rede viária*
 - h. *Pontes e pontões*
 2. *Atos Eleitorais*
 3. *Comissão Municipal de Higiene*
 4. *Cultura e Turismo*
 5. *Recursos humanos*
- III. Organização de 112.950 de documentos (15,15 metros lineares) relativos às séries documentais:

1. *Obras Municipais*
 - a. *Abastecimento de águas*
 - b. *Saneamento público*
 - c. *Construção e obras de melhoramentos em edifícios escolares*
 - d. *Construção e melhoramento de outros edifícios públicos*
 - e. *Rede viária*
 - f. *Pontes e pontões*
 - g. *Eletrificação pública*
 - h. *Atos Eleitorais*
 - i. *Comissão Municipal de Higiene*
 - j. *Cultura e Turismo*
 - k. *Recursos Humanos*
- IV. Registo e descrição de 57.260 documentos (6,6 metros lineares) relativos às séries documentais:
 - *Planos de Urbanização*
 - *Obras Municipais: Mercado Coberto; Praça da República/Largo da Igreja Matriz; Largo do Regato; Bairro para Classes Pobres; Praça Mouzinho de Albuquerque, Travessa dos Álamos e Centro Cívico, eletrificação pública, construção de cemitérios, edifícios escolares, construção e melhoramento de edifícios públicos em estradas e pontes, Atos eleitorais, Recursos Humanos.*
- c) Gestão de informação**
 - I. Implementação na Divisão de Ação Cultural, em parceria com o setor de Intervenção Cultural e Cidadania, de um projeto de apoio à implementação da plataforma MGD
 - II. definição de estratégias com vista à uniformização de procedimentos e linhas de atuação.
 - III. realização de ação de formação em local de trabalho.
 - IV. criação de instrumento de apoio à classificação da informação de acordo com as orientações da DGLAB e de acordo com a Lista Consolidada (LC).
- d) Gestão de documentos e depósitos**
 - I. Transferência de documentação instalada no edifício do mercado municipal para as instalações do Arquivo Histórico Municipal para higienização, organização, registo, avaliação, seleção e decisão e elaboração de Relatório de Avaliação de Documentação Arquivística (RADA).

- II. Transferência e incorporação de processos do Arquivo Histórico Municipal para o Arquivo Geral.
- III. Transferência, higienização, registo, descrição, classificação e acondicionamento de 88 livros de correspondência do Arquivo Intermédio para o Arquivo Histórico.
- IV. Incorporação da documentação do cineteatro no Arquivo Histórico Municipal.

e) *Tratamento documental do acervo do Arquivo Histórico Municipal*

- I. Revisão do plano de classificação do conjunto documental *Administração do Concelho de Vila Nova de Ourém*;
- II. Revisão da descrição documental tendo em conta as incorporações dos documentos transferidos das instalações do mercado municipal.
- III. Transcrição dos títulos de 41 livros de atas das sessões da Câmara Municipal (agosto de 1980 a fevereiro de 1993).

f) *Digitalização*

Face à falta de espaço digital de armazenamento e de Recursos Humanos que pudessem operacionalizar o projeto, durante o ano de 2019 não foram executadas campanhas de digitalização programadas. No entanto, no âmbito do plano comemorativo do bicentenário do nascimento do Dr. Agostinho Albano de Almeida, surgiu a oportunidade de tratar e digitalizar do acervo documental arquivístico da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida. Em consonância com a missão do AHMO, foram ainda digitalizados 2116 documentos simples (documentos fotográficos) de acordo com necessidades internas dos serviços técnicos da autarquia.

g) *Projeto de tratamento e disponibilização do conjunto documental da Colegiada de Ourém (tutela do Arquivo Distrital de Leiria)*

- I. Projeto de tratamento, digitalização e disponibilização do conjunto documental da Colegiada de Ourém (propriedade do Arquivo Distrital de Leiria (ADLRA), integrando as seguintes ações:
 - i. diagnóstico relativo ao estado de conservação do espólio documental com o apoio dos serviços de conservação e restauro do Museu Municipal;



- ii. elaboração de protocolo de parceria entre o Município de Ourém e o ADLRA;
- iii. acompanhamento do processo de digitalização financiado pelo Município de Ourém;
- iv. descrição e classificação arquivística de 551 documentos correspondentes às caixas 1 a 8 do acervo documental;
- v. acompanhamento do processo de publicação online.

h) Comemoração do Bicentenário do Nascimento do Dr. Agostinho Albano de Almeida

Preparação das comemorações do Bicentenário do Nascimento do Dr. Agostinho Albano de Almeida, a levar a cabo durante o ano de 2019, em parceria com a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida (FAAA):

- I. Apresentação e aprovação do programa comemorativo;
- II. Formalização do protocolo de parceria;
- III. Registo fotográfico do espólio da Fundação;
- IV. Levantamento e registo do acervo documental arquivístico, propriedade da FAAA;
- V. Campanha de digitalização da referida documentação;
- VI. Transcrição de documentos do arquivo da FAAA e do Arquivo Histórico Municipal de Ourém relativos ao tema em análise;
- VII. Pesquisa em arquivos nacionais e distritais de documentação relativa a Agostinho Albano de Almeida e sua família;
- VIII. Coordenação da edição de publicação comemorativa “Agostinho Albano de Almeida, bicentenário do nascimento – 27 de outubro de 1819”;

-
- IX. Realização da conferência “Agostinho Albano de Almeida e a sua paixão pelos livros” pelo Doutor Carlos André, realizada no dia 25 de setembro, no âmbito das comemorações da elevação da Aldeia da Cruz a Vila Nova de Ourém;
 - X. Cerimónia oficial comemorativa dos 200 anos do nascimento de Agostinho Albano de Almeida:
 - i. Lançamento da publicação: “Agostinho Albano de Almeida, bicentenário do nascimento – 27 de outubro de 1819”
 - ii. Apresentação da comunicação: “O Legado da Família Almeida” no dia 27 de outubro de 2019.
 - XI. Diagnóstico do estado de conservação do jazigo da família de Agostinho Albano de Almeida e acompanhamento do processo de restauro promovido pela FAAA;
 - XII. pesquisa relativa à história do jazigo da família Almeida, sito no Cemitério Municipal, no sentido da regularização da propriedade do mesmo;
 - XIII. Preparação e realização de um programa visitas guiadas interpretativas ao Hospital de Santo Agostinho e envolvente;
 - XIV. Encerramento das cerimónias comemorativas
 - i. apresentação pública das obras de restauro do jazigo da família Almeida
 - ii. visita interpretativa ao cemitério e jazigo.

i) Conferências

- I. Conferência “A documentação do Arquivo Histórico da Casa de Bragança relativa a Ourém” por Maria de Jesus Monge e Marta Páscoa, diretora e arquivista da Fundação da Casa de Bragança respetivamente, no dia 10 de maio.
- II. Conferência “Agostinho Albano de Almeida e a sua paixão pelos livros” por Carlos André, realizada no dia 25 de setembro, no âmbito das comemorações da elevação da Aldeia da Cruz a Vila Nova de Ourém.
- III. Conferência: *Apontamentos sobre o Dr. Agostinho Albano de Almeida e o Hospital Civil de Santo Agostinho (de finais da Monarquia ao Estado Novo)* por José Poças das Neves e *O Legado da Família Almeida* por Ana Carvalho, no âmbito das comemorações do bicentenário do nascimento de Agostinho Albano de Almeida dia 27 de outubro de 2019.

j) Projetos Editoriais

- I. Coordenação do livro: *Agostinho Albano de Almeida, bicentenário do nascimento – 27 de outubro de 1819*, editado pela FAAA.

- II. Lançamento do livro: *O Concelho de Vila Nova de Ourém em 1924*, da autoria de José Poças das Neves, no dia 29 de setembro.

k) Projeto Arquivo da Memória

O projeto de recolha de património imaterial nos territórios do concelho de Ourém, teve continuidade no decorrer do ano de 2019 com a realização de entrevistas junto das personalidades: Manuel “Cartuxo” (Ourém), Maria dos Anjos (Fátima) e Sérgio Ribeiro (Zambujal). As recolhas de imagem e som foram coordenadas pelo Setor do Arquivo Histórico Municipal e operacionalizadas pela voluntária Cláudia Luís com o apoio técnico da Equipa Multidisciplinar de Imagem, Comunicação, Eventos e Protocolo (EMICEP). À posteriori foram realizados, pela equipa da DAC e EMICEP, dois pequenos documentários sobre “Maria dos Anjos” e “Manuel Cartuxo” que foram exibidos na Casa do Administrador.

l) Rubrica Sabia Que?

Pesquisa de informação de arquivo e elaboração de pequenas notas relativas à história e patrimónios do concelho de Ourém, que integram a rubrica “sabia que?” veiculada através da plataforma *facebook* do Museu Municipal sobre temas da história de Ourém.

m) Estágios e Programas de Ocupação de Tempos Livres

- I. Acompanhamento do processo dos dois estágios do Curso Profissional Técnico de Multimédia da Escola Básica e Secundária de Ourém de 29 de maio a 11 de julho, que desempenharam funções na Oficina do Património e no Arquivo Histórico Municipal.
- II. Preparação da candidatura e realização do Programa de Longa Duração de Ocupação de Tempos Livres, do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), que permitiu dar continuidade ao projeto “Arquivo da memória”. O programa decorreu no Arquivo Histórico Municipal de 29 de julho a 29 de outubro.

n) Serviço educativo (em parceria com o serviço do Museu Municipal e Património Cultural)

Apresentação pública da oficina expositiva *Aprender no Museu: da Aldeia da Cruz a Vila Nova de Ourém*, no dia 25 de setembro, por ocasião das comemorações dos 178 anos da elevação da Aldeia da Cruz a Vila Nova de Ourém. A atividade foi ainda integrada nas comemorações do Bicentenário do nascimento de D. Maria II da responsabilidade da Fundação da Casa de Bragança.

o) Projeto Comércio com História

Gestão, em parceria com o setor de Intervenção Cultural e Cidadania do processo relativo ao inventário nacional do Comércio com História.

p) Grupo de Arquivos do Médio Tejo

Participação nas reuniões (dias 29 de março, 12 de julho, 22 de julho, 20 de agosto e 29 de outubro) no âmbito do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais do Médio Tejo (CIMT) e do subgrupo de trabalho para a Avaliação de Massas Documentais Acumuladas, com o objetivo de criar metodologias de trabalho sobre o tema em apreço a implementar nos arquivos municipais do Médio Tejo.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OURÉM

- Propostas de contributos da Biblioteca para as Grandes Opções do Plano (GOP) 2020 – 2023 (ação transversal da DAC);
- Planeamento e elaboração de conteúdos da Biblioteca para o Plano de Atividades para 2020 (ação transversal da DAC);
- Participação na implementação de instrumento de apoio ao sistema de classificação de informação, no âmbito da instalação da plataforma MGD;
- Planeamento das 8 sessões de “Teatro Musicado”, para crianças e suas famílias, no ano de 2019.
- “FORA DA ESTANTE” (periodicidade mensal) sobre os temas:
 - “Dia Internacional do Riso” (janeiro);
 - “Histórias de Amor” (fevereiro);
 - “Dia Mundial da Poesia” (março);
 - “Ano Internacional da Moderação” (abril);
 - “Autores Portugueses” (maio);
 - “Festas Populares” (junho);
 - “Literatura Francesa” (julho);
 - “Literatura Canadense” (agosto);
 - “Literatura Italiana” (setembro);

“Dia Mundial da Alimentação” (outubro);

“Escritor Acácio de Paiva” (novembro) e

“Dia Internacional dos Direitos Humanos” (dezembro).



- “MINI YOGA ENTRE LIVROS”, com Cristina Santos (8 sessões), nos dias:
 - 12 de janeiro (17 participantes), 02 de fevereiro (20 participantes), 02 de março (12 de participantes), 08 de maio, 01 de junho (14 participantes), 12 de outubro (13 participantes), 09 novembro (7 participantes) e 07 de dezembro (10 participantes).
- “TEATRO MUSICADO” com Helena Caetano e Marta Presume, para crianças e suas famílias:
 - no sábado dia 19 de janeiro, às 11h, a partir do livro "A grande fábrica de palavras", (com 35 participantes);
 - no sábado dia 09 de fevereiro, às 11h, baseado no livro “Adivinha quanto eu gosto de ti” de Sam McBratney, (com 34 participantes);
 - no sábado dia 16 de março, às 11h, a partir do livro “O Nabo Gigante” de Alexis Tolstoi (texto) e Niamh Sharkey (ilustrações) (com 30 participantes);
 - no sábado dia 18 de maio, às 11h, a partir do livro “A Horta do Senhor Lobo” de Claire Bouiller (texto) e Quentin Gréban (ilustrações) (com 29 participantes);
 - no sábado dia 15 de junho, às 11h, baseado no livro "A ovelhinha que veio para jantar" de Steve Smallman (texto) e Joelle Dreidemy (ilustrações) (com 29 participantes);
 - no sábado dia 19 de outubro, às 11h, baseado no livro "A Casa da Mosca Fosca" de Eva Mejuto (texto) e Sergio Mora (ilustrações), recomendado pelo Plano Nacional de Leitura (com 37 participantes);

- no sábado dia 16 de novembro, às 11h, baseado nos livros da coleção “Bruxa Mimi”, de Korky Paul e Valerie Thomas (com 28 participantes).

- no sábado dia 14 de dezembro, às 11h, à volta de um conto do livro "Natal! Natal!" de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada (com 58 participantes).



- Produção de SUGESTÕES DE LEITURA para o site Medio Tejo ponto Net:
 - sobre o livro “Fábulas e Historietas”, de Acácio de Paiva (publicação no site no dia 18 de fevereiro);
 - sobre o livro “Portuguesas Extraordinárias: Mulheres de coragem à frente do seu tempo”, de Maria do Rosário Pedreira, ilustrado por Elsa Martins (publicação no site no dia 13 de maio);
 - sobre o livro “Sociedade de risco mundial: Em busca da segurança perdida”, de Ulrich Beck (publicação no site no dia 05 de agosto);
 - sobre o livro “A carne”, de Rosa Montero (publicação no site no dia 28 de outubro);
- Visita guiada à Biblioteca e Hora do Conto para adultos do Centro Qualifica da Escola Básica e Secundária de Ourém – 31 de janeiro, às 21h (17 participantes);
- Implementação com base no resultado (aprovado) da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM;
- Higienização, no âmbito do Tratamento de Conservação Preventiva, de livros, jornais e revistas do acervo da BMO;
- Produção de conteúdos na área da Biblioteconomia e Promoção da Leitura para a página em linha da Biblioteca Municipal de Ourém;
- EXPOSIÇÕES, na Biblioteca Municipal:

-
- Exposição “Florestas para o Futuro”, em março e abril de 2019, no âmbito da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo, com financiamento através da candidatura ao PO SEUR - “Médio Tejo – Plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas - PIAAC”, incluída na componente “Divulgação do PIAAC – do Médio Tejo”;
 - Exposição "Artes do Conde" pelos alunos de Educação Visual e Educação Tecnológica do 2.º e 3.º Ciclos, Percurso Curricular Alternativo e Clube de Artes da EB 2,3 D. Afonso Conde de Ourém, nos meses de maio e junho;
 - Exposição de pintura "Acrílicu's", pela ourensense Margarida Maia, nos meses de julho e agosto;
 - Exposição “IntegrARTE – Terapia pela Arte”, em parceria com o Serviço de Psiquiatria da Unidade de Tomar do Centro Hospitalar Médio Tejo (CHMT), no mês de outubro;
 - Exposição “Imaginar Fábulas e Historietas” - Mostra de alguns dos muitos trabalhos que resultaram das comemorações do Mês Internacional das Bibliotecas Escolares, dos alunos dos Agrupamento de Escolas de Ourém, Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Centro de Estudos de Fátima e Colégio do Sagrado Coração de Maria, à volta da obra de Acácio de Paiva, a propósito da passagem pelo 75.º ano da morte do escritor ourensense (03 a 30 de novembro);
 - Exposição de pintura “Era uma vez...” dos alunos ourensenses da Escola AMARTE, entre 02 a 31 de dezembro;
 - DANÇAS COM LIVROS, com Dulce Maurício - Oficina de Danças Tradicionais e Movimento, por entre os livros da Biblioteca Municipal de Ourém, com 44 participantes, nos dias:
 - 26 de janeiro | 23 de fevereiro | 23 de março | 27 de abril | 26 de outubro | 23 de novembro | 21 de dezembro.
 - XADREZ NA BIBLIOTECA - Prática de Xadrez para todas as idades, às 16h30, nos dias:
 - 13 de fevereiro | 20 de fevereiro | 13 de março | 27 de março | 03 de abril | 17 de abril | 08 de maio | 15 de maio | 05 de junho | 19 de junho
 - Hora do Conto “UMA CAIXA, MUITAS HISTÓRIAS” de janeiro a junho, à terça-feira, no Espaço Infantil da Biblioteca, para grupos escolares (crianças entre os 3 e os 6 anos), à volta do livro “A caixa” de Min Flyte (com 382 participantes).
-

-
- Hora do conto “O GRANDE AAA-UUUH!”, para alunos do pré-escolar, nos meses de outubro, novembro e dezembro (214 participantes);
 - Organização do Programa de Promoção do Livro e da Leitura da Biblioteca Municipal de Ourém para o ano letivo 2019/2020, com atividades a realizar junto da Comunidade Escolar e das IPSS’s do Concelho;
 - Organização do processo de recolha e incorporação de livros oferecidos à Biblioteca Municipal pela DGLAB – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas;
 - Processo de apoio à recente Editora Lua Eléctrica, de Ourém, na adição do livro “Histórias da nossa terra: O Concelho de Ourém em contos inéditos”, nomeadamente em:
 - 1) Colaboração da Biblioteca Municipal no contacto com os autores contemporâneos já representados no Fundo Local;
 - 2) Colaboração da BM na divulgação do concurso junto dos Professores Bibliotecários, Agrupamentos e Colégios da Concelho;
 - 3) Colaboração da BM na análise escolha dos contos a editar;
 - 4) Colaboração do Município de Ourém no lançamento do livro, com cedência gratuita de espaço.
 - Catalogação e indexação no programa “Bibliobase – Módulo de Catalogação e Pesquisa” de 3092 títulos, em 2019;
 - Acompanhamento técnico nas valências de Biblioteca do programa de construção do Fórum Cultural de Ourém;
 - Atendimento ao público na Biblioteca:
 - a) Serviço de referência (resposta a pedidos de pesquisa presenciais e à distância);
 - b) Gestão da zona de periódicos e leitura presencial, 933 em 2019 (72 em janeiro, 82 em fevereiro, 145 em março, 61 em abril, 62 em maio, 46 em junho, 62 em julho, 88 em agosto, 57 em setembro, 114 em outubro, 74 em novembro e 70 em dezembro);
 - c) Serviço de empréstimos, consultas e renovações de material livro e não-livro, 5959 em 2019 (483 títulos requisitados em janeiro, 435 em fevereiro, 375 em março, 440 em abril, 442 em maio, 408 em junho, 508 em julho, 650 em agosto, 487 em setembro, 568 em outubro, 586 em novembro e 577 em dezembro);
-

- d) Serviço de devoluções de material livro e não-livro e arrumação dos mesmos nas respetivas estantes;
- e) Gestão da utilização dos computadores do espaço internet, com 1121 utilizadores em 2019 (68 em janeiro, 86 em fevereiro, 85 em março, 101 em abril, 102 em maio, 96 em junho, 119 em julho, 120 em agosto, 86 em setembro, 76 em outubro, 96 em novembro e 86 em dezembro);
- f) Inscrição de 117 novos leitores em 2019 e renovação de cartões de leitores já inscritos;
- Resposta a entrevista para trabalho académico sobre a Biblioteca Municipal de Ourém;
- Acompanhamento técnico na valência de Ciências da Documentação – Bibliotecas no processo das Comemorações do Bicentenário do Nascimento do Dr. Agostinho Albano de Almeida, a levar a cabo em 2019, pela Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida;
- Organização do Concurso Nacional de Leitura 2019 – Fase Municipal, com finais a 10 de fevereiro (1.º CEB) e 12 de fevereiro de 2019 (2.º, 3.º CEB e Secundário/Profissional);
- Gestão da Zona de Periódicos da Biblioteca Municipal;
- 2.ª Festa do Livro de Ourém, entre 24 e 28 de abril, com destaque para:
 - 24 de abril – 10h00 | 11h15 | 14h00 | 15h15: Espetáculo de Teatro “Afinal... O gato?”, pela “Andante Associação Artística”, para crianças do Ensino Pré-escolar ((261 participantes). Atividade co-financiada no âmbito do PEDIME/Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar);
 - Sarau de Poesia e Música, com o tema “Diálogo, Tolerância, Compreensão e Cooperação no âmbito do Ano Internacional Da Moderação” com o Bia Maria (música) e Alunos das Escolas e Colégios do Concelho de Ourém (poesia); 23h00 Atuação do grupo “Gente Nossa”;
 - 25 de abril – 11h00: Hora do Conto em Família com Sílvia Rodrigues à volta do livro "O ganso do charco" de Caroline Jayne Church (40 participantes);
 - 26 de abril – 10h00 | 11h15 | 14h15 | 15h30: Encontro com a escritora Celeste de Almeida Gonçalves sobre os livros “Os direitos vão à escola” e “A oliveira mágica”, com alunos do 1.º CEB ((204 participantes); atividade co-financiada no âmbito do PEDIME/Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar); 20h30 Atuação do Chorus Auris da Academia de Música Banda de Ourém; 21h00 Encontro com o escritor João Tordo sobre o seu mais recente livro “A mulher que correu atrás do vento” (cerca de 90 participantes);

- 27 de abril –11h00: Danças com livros – Oficina de Dança e Movimento, com Dulce Maurício; 15h30: Atuação do Coro Feminino do Conservatório de Música de Ourém e Fátima; 16h00: Encontro com o escritor oureense Carlos Frias de Carvalho sobre os seus mais recentes livros “Claraboia e outras estórias”, “De silêncio é o pólen”, “Às vezes prende-me um verso” e “Frágil é o lago do silêncio” (cerca de 40 participantes); 17h00 – Dança - Atuação pelos alunos da Academia Arabesque.

- 28 de abril –15h30: Encontro com a escritora Rita Nabais à volta do livro “A História do Rock: Para Pais Fanáticos e Filhos com Punkada” (cerca de 25 participantes); 16h30 Dança pela Moderação com escolas de dança do concelho e outros agentes das artes;

- Organização da Candidatura ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas (PADES) da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas - 2019;
- Gestão do processo de aquisição de 20 exemplares do livro do escritor oureense Carlos Frias de Carvalho “Às vezes prende-me um verso” para oferta às Bibliotecas Escolares do Concelho e à Biblioteca Pública de Fátima;
- Implementação com base no resultado (aprovado) da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM;
- (Con)Tributos – Apresentação do livro “Esquecido”, de Diogo Simões, no dia 25 de maio, às 15h (com 12 participantes);
- Visita Guiada à Exposição "Artes do Conde" no dia 10 de maio;
- Organização do Programa de Promoção do Livro e da Leitura da Biblioteca Municipal de Ourém para 2019/2020, com atividades à volta dos livros, a executar junto da Comunidade Escolar do Concelho;
- Gestão de stocks dos livros editados pela (ou com o apoio da) Câmara Municipal, guardados no Depósito da Biblioteca, em 2019;
- Instrução de processo de aquisição de 58 livros para o acervo da Biblioteca Municipal;
- Organização de candidatura para jovem ao Programa de Longa Duração OTL, do IPDJ, para projetos no período do verão, da Biblioteca Municipal;
- Gestão do processo de oferta de dois exemplares de 15 títulos editados por parte do escritor Carlos Frias de Carvalho à Biblioteca Municipal (receção, agradecimento e catalogação);

- Planeamento e elaboração de conteúdos para o Plano de Atividades da BMOurém para 2020;
- Organização dos dossiers das reuniões de janeiro a julho, da Rede Concelhia de Bibliotecas de Ourém;
- Organização de dossiers para as reuniões de trabalho da Rede de Bibliotecas Públicas Municipais do Médio Tejo em 2019;
- Encontro com o escritor Richard Zimler, no dia 26 de junho, às 21h, no Auditório Cultural dos Paços do Concelho (90 participantes);
- Implementação com base no resultado (aprovado) da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM/última tranche;
- Conceção e construção do cenário das “Férias com histórias” do verão de 2019;
- “Férias com histórias” em julho e agosto, no Espaço Infantil da Biblioteca (e uma sessão no CRIO), destinada a crianças entre os 3 e os 11 anos, à volta do livro “As girafas não dançam” de Giles Andrese e Guy Parker-Rees – Hora do conto, atividade de dança e atividade de expressão plástica (participação de 342 crianças e 70 adultos);



- Hora do Conto “Uma cadela amarela & vários amigos dela”, no dia 15 de outubro, para alunos do Pré-escolar (27 participantes);
- Evocação do 75.º ano sobre o falecimento do Escritor Acácio de Paiva – Homenagem, no dia 22 de novembro de 2019, às 13h45, no Centro Escolar do Olival (84 participantes) e às 16h00, no Centro de Apoio Social do Olival (30 participantes), “Histórias e historietas, marionetas e poetas”, por David Teles Ferreira; às 21h30, na Biblioteca Municipal de Ourém (45

participantes), com visita à Exposição “Imaginar Fábulas e Historietas”, intervenções de familiares do Escritor e declamação de poemas e histórias de Acácio de Paiva, por David Teles Ferreira;

- Organização das atividades previstas no Programa de Promoção do Livro e da Leitura da Biblioteca Municipal de Ourém para 2019/2020 (com atividades à volta dos livros, a executar junto da Comunidade Escolar do Concelho e dos Centros de Apoio a Idosos);
- Renovação do espaço expositivo de venda de livros do Município, apoiados pelo Município e de autores oureenses na BMOurém;
- Inventário de exposições existentes no depósito da BM;
- Desbaste da coleção – Colocação de obras repetidas e em mau estado em Depósito;
- Processos de ofertas de obras à BMOurém (por Daniel Gonçalves dos Reis, Maria Paula Faria Aquino, Inês Sofia Eugénio Fernandes, Pedro Vieira e Maria de Fátima Bernardes);
- Transporte, catalogação e acondicionamento no Edifício dos Paços do Concelho de nova remessa de obras do Fundo do Doutor Sérgio Ribeiro, para instalação no futuro Centro de Documentação Joaquim Ribeiro;
- Orientação de jovem inscrita no Programa de Longa Duração OTL, do IPDJ, para projetos no período do verão, na Biblioteca Municipal;
- Organização do processo de oferta de 18 exemplares do livro “Fábulas e Historietas” de Acácio de Paiva, a todas as Bibliotecas Escolares do Concelho, ao Centro de Estudos de Fátima, ao Colégio do Sagrado Coração de Maria, ao Colégio S. Miguel e à Biblioteca Pública de Fátima;
- Emissão de parecer técnico sobre a Implementação do Projeto da Biblioteca Pública de Fátima, no antigo Edifício da EB1 da Lomba de Égua, sito na Rua da Escola, nº 2, Lomba de Égua – Fátima.
- Gestão da Candidatura ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas (PADES) da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas – Candidatura vencedora (Despacho n.º 9527/2019, de 22 de outubro – Diário da República, II série, n.º 203, p.31);
- Planeamento e elaboração de conteúdos para a Agenda Semestral (jan. a jun. 2020);
- Organização de dossiers para as reuniões de setembro a dezembro, da Rede Concelhia de Bibliotecas de Ourém;

- Organização da Candidatura PEDIME aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, para 2019/2022;
- Organização e acompanhamento do processo de aquisição de Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca “Biblio.Net”, consequente alojamento e migração de dados do atual sistema para o novo e bem assim implementação do sistema na BMO e em todas as Bibliotecas Escolares do Concelho;
- Organização do depósito da BMOurém;
- Instrução de processo de aquisição de 50 livros para o acervo da Biblioteca Municipal;
- Gestão dos Processos de ofertas de obras à BMOurém;
- Organização do processo de oferta de 7 exemplares do livro “De silêncio é o pólen” e 7 exemplares do livro “Frágil é o lago do silêncio” de Carlos Frias de Carvalho, às Bibliotecas Escolares com alunos do 3.º CEB/Secundário e à Biblioteca Pública de Fátima;
- Mês das Bibliotecas Escolares (outubro) - Iniciativas promovidas à volta do tema “Imaginar Fábulas e Historietas com Acácio de Paiva”, no âmbito da Rede Concelhia de Bibliotecas de Ourém e pelos alunos dos Agrupamentos de Escolas de Ourém, Conde de Ourém, Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, de Caxarias, do Centro de Estudos de Fátima e do Colégio Sagrado Coração de Maria;
- Acompanhamento técnico nas valências de Biblioteca do programa de construção do Fórum Cultural de Ourém;
- Conceção e construção do cenário da Hora do Conto “Elmer e a diferença” para usar em 2020;
- Lançamento do livro “A Vingança dos Herdeiros” de Afonso Azevedo, no dia 23 de novembro;
- Colaboração no 3.º Tabula Rasa – Festival Literário de Fátima, sobre o tema “Literatura e Jornalismo” nos dias 28, 29 e 30 de novembro, organizado pela Junta de Freguesia de Fátima, com a participação dos escritores Miguel Real, Luís Osório, Rita Ferro, Delmar Maia Gonçalves, Nuno Pacheco, Fernando Dacosta, entre outros;
- Colaboração na gravação do “Governo Sombra”, no dia 29 de novembro, no Centro Paulo VI (incluído no Festival Literário de Fátima);
- Organização das “Férias com histórias” para a pausa letiva do Natal, destinada a crianças entre os 3 e os 11 anos, à volta do livro “Eu sei tudo sobre o Pai Natal”;

- Hora do Conto “EU SEI TUDO SOBRE O PAI NATAL”, de Nathalie Delebarre e Aurélie Blanz, na pausa letiva do Natal, para crianças dos 03 aos 11 anos (60 participantes).

2.3.6 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

A Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DEASS) foi criada com base na organização dos serviços do Município de Ourém, publicada em DRE a 01 de junho de 2018, tendo como principal missão “Assegurar a gestão integrada das infraestruturas escolares e identificar carências e oportunidades e fomentar e dinamizar a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento social das populações”. Importa referir que o trabalho da DEASS é operacionalizado de acordo com as atribuições do Município em três domínios: educação, saúde e ação social, conforme o previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Antes da publicação da alteração da estrutura orgânica, a divisão abrangia o domínio dos transportes.

2.3.6.1 – Setor de Educação

Destaca-se o acompanhamento das atividades escolares nas diversas vertentes da responsabilidade do Município, designadamente as atividades de animação e de apoio à família, as refeições escolares e as atividades de enriquecimento curricular, as dinâmicas escolares, desde a gestão dos pedidos, às atividades e à participação nos conselhos gerais.

Rede Escolar e Planeamento

No âmbito do movimento anual da rede escolar, para a educação pré-escolar e escolas básicas do 1.º ciclo, e de acordo com o procedimento habitual, a equipa reuniu com os diretores dos agrupamentos de escolas para uma análise conjunta do número de alunos para o ano letivo 2019/2020, em função de cada equipamento educativo e nível de ensino.

Na sequência das reuniões realizadas, foi feito e reiterado o pedido de prorrogação da abertura excecional, já concedida nos anos anteriores, das escolas do 1.º CEB, constantes no quadro, em funcionamento para o ano letivo de 2019/2020.

Freguesia	Escola a manter	Escola definida para acolhimento	Motivo para manutenção por mais um ano
Urqueira	EB1 de Mata		Ainda não há condições para efetuar o transporte e os estabelecimentos de ensino mais

			próximos não reúnem as condições para receber estes alunos. Estima-se que irá ter 38 alunos no próximo ano.
Caxarias	EB1 de Pisões		Por motivos de intervenção na EB1/JI de Carvoeira (obras de ampliação), solicita-se a prorrogação da autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tenham aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões, à semelhança do ano transato.
União das Freguesias de Matas e Cercal	EB1 de Pisão		Estima-se que no próximo ano irá ter 37 alunos e que os estabelecimentos de ensino mais próximos não reúnem as condições para receber estes alunos.

Quadro: Escolas solicitadas para manterem por mais 1 ano

Por motivos de intervenções na EB1/JI de Carvoeira solicitou-se, à semelhança do ano transato, autorização para que os alunos do 1º CEB da EB1/JI de Carvoeira e EB1/JI de Pisões tenham aulas nas instalações da EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e os do ensino pré-escolar nas instalações da EB1/JI de Pisões.

Reuniões na DGEstE e na CIMT

Na sequência do convite da DGEstE participou-se em reuniões referentes à rede escolar e à oferta formativa e educativa para o ano 2019/2020, bem como na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no âmbito da rede de oferta de formação qualificante do Médio Tejo.

Reunião com os diretores

Efetuarão-se diversas reuniões com os diretores dos Agrupamentos de Escolas, Colégios e Escolas Profissionais no sentido de, coletivamente, se analisarem as propostas:

- a) rede escolar, designadamente quais os estabelecimentos escolares que, pelo facto de não cumprirem os requisitos previstos na Resolução de Conselho Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, teriam que encerrar;
- b) oferta formativa e educativa do concelho.

Conselhos Gerais das Escolas

A DEASS participou nos conselhos gerais das escolas para a qual foi convocada.

Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo

A DEASS participou nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo, na CIMT. Nas reuniões foram abordados os seguintes temas:

1. Diagnóstico educativo do Médio Tejo;
2. Planos de ação estratégica dos Agrupamentos de Escolas;
3. Projeto de apetrechamento das escolas com infraestruturas, equipamentos e recursos adequados à realização de atividades práticas experimentais de ciências – Universidade de Aveiro;
4. PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / fase 1 – projeto intermunicipal de combate ao insucesso e abandono escolar no médio Tejo – candidatura ao centro 2020;
5. Concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2019/ 2020.

Preparação do Ano letivo 2019/2020

A equipa esteve envolvida na programação do ano letivo 2019/2020, tendo promovido os processos de contratualização dos diversos serviços e reunido com os diversos parceiros da educação, colaborou na organização das festas de fim de ano letivo, analisou os pedidos de apoio e participou nas iniciativas dinamizadas pelos agrupamentos e colégios.

As aulas iniciaram com normalidade nos diferentes estabelecimentos escolares de ensino do concelho entre os dias 13 e 16 de setembro.

Caraterização da população escolar

Como a DEASS desenvolve o seu trabalho, no domínio da educação, com os estabelecimentos escolares, entendeu-se apresentar uma breve síntese caraterizadora da população escolar para o ano letivo 2019/2020. Deste modo, estão a frequentar as escolas do concelho um total de 6.994 alunos. Dos alunos que frequentam o Ensino Público, verificou-se que:

- 784 pertencem ao Pré-escolar;
- 1.488 pertencem ao 1º Ciclo;
- 384 pertencem ao 2º Ciclo;

- 783 pertencem ao 3º Ciclo;
- 445 pertencem ao Ensino Secundário;
- 207 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

Dos alunos que frequentam o Ensino Privado, verifica-se que:

- 400 pertencem ao Pré-escolar;
- 64 pertencem ao 1º Ciclo;
- 357 pertencem ao 2º Ciclo;
- 648 pertencem ao 3º Ciclo;
- 416 pertencem ao Ensino Secundário;
- 918 encontram-se a frequentar o Ensino Profissional.

Há ainda 3 instituições do concelho com unidades socioeducativas, o Centro de Reabilitação e Integração de Fátima, a União das Misericórdias Portuguesa – Escola de Educação Especial “os Moinhos” e o Centro de Recuperação Infantil Ouriense.

No Concelho de Ourém existe também a oferta de ensino Vocacional Artístico Especializado por parte de Escolas de Música, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação e Ciência: o Conservatório de Música de Ourém e Fátima e a Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém.

Contrato de Execução referente à transferência de competências na área da Educação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas competências em matéria de educação para os municípios. A concretização do processo de transferência de competências no Município de Ourém resultou da aprovação e assinatura do Contrato de Execução (Contrato 473/2009, de 16.11.2009), o qual produziu efeitos a 1 de janeiro de 2010.

O documento define as condições de transferência, para o Município de Ourém, das atribuições a que se referem as alíneas a), c) e d) do art.º 2.º do Decreto-lei n.º 144/2008, de 28 de julho, designadamente nos domínios:

- a) gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;
- b) atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico
- c) gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Gestão do pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar

Uma das atribuições previstas prendeu-se com a gestão do pessoal não docente (adiante designado por PND) das escolas básicas e da educação pré-escolar, conforme referido no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho. Sobre este assunto o Município entendeu delegar nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (ponto 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho), as competências da gestão e avaliação do PND, cabendo à DEASS recrutar os recursos humanos.

Atividades de Enriquecimento Curricular 2019/2020

As atividades de enriquecimento curricular, aprovadas nos diversos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e implementadas no ano letivo 2019/2020, implicam o pagamento às entidades parceiras de um montante total de 187.869,00€.

Gestão de pedidos das escolas no âmbito da responsabilidade do Município na área da educação

No domínio da gestão de pedidos das escolas existe uma série de tipologias de intervenção sendo a DEASS responsável pela gestão dos pedidos, fazendo o seu encaminhamento para as diversas unidades orgânicas e Juntas de Freguesia, com as quais foram celebrados Protocolos de cooperação para a execução de alguns trabalhos desta natureza. Neste âmbito, o Município suporta as despesas correntes dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico no que se refere ao fornecimento de eletricidade, água e aquecimento escolar, recuperação dos edifícios, aquisição material didático, informático, entre outros.

Obras de beneficiação de escolas, melhoria dos espaços exteriores, aquisição de mobiliário e equipamento infantil

Foi adquirido material informático para algumas escolas do 1º CEB, bem como também foi adquirido material desportivo para um melhor desempenho dos alunos nas aulas de atividade desportiva.

Componente de Apoio à Família e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares

Para que possamos garantir as melhores condições de acesso à educação importou que, para além de excelentes equipamentos educativos, se assumisse o desenvolvimento das condições

que viabilizem o fornecimento de refeições escolares à generalidade dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e a criação de serviços de apoio à família.

Considerando as competências do Município, as condições previstas nas normas do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolas e da ação social escolar e no sentido de se regular as condições relativas à execução da Componente de Apoio à Família (CAF), o Município de Ourém aprovou, em reunião camarária de 27 de junho, a renovação dos protocolos já celebrados com as diferentes entidades, a produzir efeitos a 01 setembro de 2019, para o ano letivo 2019/2020.

O fornecimento de refeições, no que respeita ao 1º CEB, está organizado, neste ano letivo, conforme descrito no quadro seguinte, estimando-se que o montante total atingirá os 356.000,00€:

Entidade Gestora	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA-Associação de Pais e Encarregados de Educação	Centro Escolar de Cova da Iria Centro Escolar de Beato Nuno EB1 de Moita Redonda EB1 Boleiros EB1 Maxieira
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	Centro Escolar de Santa Teresa
Associação Pais e Encarregados de Educação do JI e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	EB1 de Rio de Couros
Centro de Bem-estar do Bairro	EB1 de Bairro
Centro de Terceira Idade de Gondemaria	EB1 de Gondemaria
Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	EB1 de Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	EB1 de Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	EB1 de Matas
Centro Social do Olival	Centro Escolar de Olival
Centro Social Espírito Santo	Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	EB1 de Fontainhas da Serra e EB1 de Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	EB1 de Espite
Agrupamento de Escolas de Ourém	Centro Escolar de Freixianda
Jardim Infantil de Ourém	Centro Escolar de Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Centro Escolar Ourém Nascente

Obra Nossa Senhora da purificação	Centro Escolar Cova de Iria EB1 de Moita Redonda
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	EB1 de Carvoeira EB1 Mata
Município	EB1 de Pinheiro

Quadro: Entidades que prestam refeições

Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF)

Face à tendência de universalização que a educação pré-escolar tem vindo a assumir progressivamente, a par da necessidade do crescente envolvimento de toda a comunidade na formação das suas crianças, designadamente através das suas famílias, é necessário desenvolver as formas de colaboração, entre as diversas entidades públicas e privadas interessadas e competentes na matéria, com vista ao estabelecimento de um processo pedagógico-educativo adequado às necessidades atuais da comunidade escolar.

De forma a regular as condições relativas à participação ativa no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar de acordo com os princípios consagrados na Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho e Despacho n.º 11236/2015 de 7 de outubro, o Município de Ourém aprovou em reunião camarária de 17 de junho a renovação dos protocolos celebrados com as diferentes entidades, com efeitos a 01 setembro de 2019, para o ano letivo 2019/2020.

Desta forma, o fornecimento de refeições e as atividades de animação e de apoio à família, no que respeita ao Pré-escolar, foram organizados no ano letivo 2019/2020 conforme descrito no quadro seguinte:

Instituição	Escolas abrangidas
APAJEFÁTIMA – Associação de Pais e Encarregados de Educação de Fátima	Centro Escolar Cova da Iria Centro Escolar Beato Nuno JI Boleiros/Maxieira
Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família – APDAF	Centro Escolar Santa Teresa
Associação Pais e Encarregados de Educação do JI e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	JI Rio de Couros
Associação Pais do JI e Escola do 1º CEB de Amieira Urqueira	JI Urqueira Norte

Centro de Bem-estar do Bairro	JI Bairro
Centro da Terceira Idade de Gondemaria	JI Gondemaria
Centro Desportivo, Social e Cultural do Cercal – Vales e Ninho	JI Cercal
Centro Social Casal dos Bernardos	JI Casal dos Bernardos
Centro Social das Matas	JI Matas
Centro Social do Olival	Centro Escolar Olival
Centro Social Espírito Santo	Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias
Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	JI Atouguia
Centro Social Paroquial S. João Baptista	JI Espite
Jardim Infantil de Ourém	Centro Escolar da Caridade
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	Centro Escolar Ourém Nascente;
Obra Nossa Senhora da Purificação	Centro Escolar Cova de Iria
Município	JI Carvoeira e JI de Pisões (serviço prolongamento) JI Pinheiro, JI Mata (serviço prolongamento), Centro Escolar de Freixianda (serviço de prolongamento)
Agrupamento de Escolas de Ourém	Centro Escolar de Freixianda (serviço de refeições)
Agrupamento de Escolas Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias	JI de Pisões, JI Mata e JI de Carvoeira (serviço refeições)

Quadro: Entidades que asseguram AAAF

Ação Social Escolar

Ano letivo 2018/2019

No âmbito dos pedidos fora de prazo, analisou **20 candidaturas** posteriores ao período definido para o efeito. A análise das candidaturas foi efetuada nos termos do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 5296/2017, de 16 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos Municípios, em diversas modalidades, das quais destacamos, pela sua adequação à realidade deste município, as referentes ao apoio alimentar e aos auxílios económicos (fichas escolares de apoio, material escolar e visitas de estudo) tendo sido atribuído a cada aluno/a o subsídio correspondente ao escalão de acordo com a documentação comprovativa do posicionamento do abono de família, para comparticipação do custo das refeições escolares. Salienta-se que a aprovação destas candidaturas resulta numa medida de emergência social que garante o acesso ao direito à alimentação, de uma refeição

equilibrada por dia. A comparticipação de refeição é acautelada nas informações de pagamento de refeição efetuada pela DEASS com as entidades prestadoras de serviços de refeições, no âmbito do Programa de Generalização das Refeições do 1º Ciclo do Ensino básico. Analisou, ainda, **5 pedidos de reapreciação** de processos de ação social escolar 2018/2019, de acordo com a deliberação de Câmara de 20 de agosto de 2018.

Ano Letivo 2019/2020

No âmbito do processo de ação social escolar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na reunião de 07.10.2019, a atribuição de 15.881,05€ em subsídios escolares aos alunos do 1.º CEB do Município de Ourém, para o ano letivo de 2019/2020. Mais deliberou, tendo por base o orçamento de Estado, a comparticipação das **fichas escolares de apoio**; a comparticipação mínima determinada para o **material escolar**, prevista no despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho; a comparticipação das **vistas de estudo** anualmente, prevista nos termos do Despacho nº 5296/2017 de 16 de junho; e a comparticipação das **refeições escolares** aos alunos, de acordo com os procedimentos adotados no protocolo estabelecido entre o Município e as respetivas entidades, neste âmbito.

Das 410 candidaturas apresentadas, verificou-se que não foram excluídos alunos, considerando as com um abono de família situado no escalão igual ou superior ao 3.º como «não subsidiados», tendo-se obtido os seguintes resultados face às comparticipações das fichas escolares de apoio, material escolar e visitas de estudo por nível de ensino com a diferenciação por escalão A e B:

No âmbito dos **pedidos fora de prazo** foram apresentadas 73 candidaturas. A análise das candidaturas foi efetuada nos termos do despacho n.º 8452-A/2018, de 31 de julho.

Clube Aprender e Brincar



O Clube Aprender e Brincar é uma resposta social de apoio às famílias e crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico Escolar de Freixianda, da EB1 de Caxarias e do JI de Pisões, do JI/EB1 de Mata e do JI/EB1 de Pinheiro. Esta resposta integra um serviço de apoio às famílias e às crianças que frequentam esses estabelecimentos de ensino, de modo a ocupar os tempos livres das crianças em idade pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e a proporcionar a cada criança condições de bem-estar, segurança e ocupação extraescolar. O seu funcionamento resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém, o

Agrupamento de Escolas de Ourém e o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão - Caxarias.

Ano Letivo 2019/2020

No ano letivo 2019/2020 frequentaram:

- Clube Aprender e Brincar da Carvoeira: 22 crianças do pré-escolar e 18 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Freixianda: 43 crianças do pré-escolar e 19 do 1.º CEB;
- Clube Aprender e Brincar da Mata: 15 crianças do pré-escolar e 16 do 1º CEB;
- Clube Aprender e Brincar do Pinheiro: 24 crianças do pré-escolar e 24 do 1º CEB.

O ano ficou marcado por diversas atividades, tais como atividades desportivas nos Pavilhões Gimnodesportivos, Encontro entre os Clubes no Centro de Negócios de Ourém e Cineteatro Municipal de Ourém, entre outras.

Centro Local para O Sucesso Educativo (CLPSE)

O CLPSE enquadra-se na Medida 2 – *Medidas de Intervenção Precoce, Redução do Abandono Escolar e Promoção do Sucesso Educativo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação (PEDIME) do Médio Tejo*. O PEDIME, parceria entre Comunidade Intermunicipal Médio Tejo (CIMT), Agrupamentos de Escolas e Municípios, surge de uma avaliação diagnóstica efetuada à realidade educativa da região, tendo-se observado a necessidade de, entre outras, intervir de forma concertada e planeada no que concerne ao insucesso e à retenção escolar, ao abandono escolar precoce e à promoção do sucesso educativo.

A equipa do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo é composta três psicólogas, uma terapeuta da fala, uma nutricionista, o coordenador, chefe da Divisão da Educação, Ação Social e Saúde (DEASS) do Município e um orientador (Técnico Superior de Psicologia da DEASS). A equipa está sediada no Centro de Exposições de Ourém.

O projeto foi iniciado no dia 7 de janeiro de 2019. Os técnicos afetos têm realizado o seu trabalho em duas vertentes: criação e implementação de projetos comunitários nas escolas e colaboração nos planos de ação de cada agrupamento.

Objetivo Geral Projeto CLPSE - Contribuir para o sucesso escolar de todos os alunos do ensino público do nosso concelho através da implementação de várias ferramentas / ações no terreno

no âmbito da leitura, parentalidade positiva, nutrição e riscos psicossociais do corpo docente até ao ano letivo de 2021/2022.

Rastreio Universal da Leitura – Tem o objetivo de Implementar a utilização de novas técnicas de avaliação informal da leitura em contexto de sala de aula até ao final do projeto CLPSE.

Resultados 2019: Rastreados 92% dos alunos do 2º e 3º ano de escolaridade de todos os Agrupamentos públicos do Concelho. **87% dos professores** considera novas técnicas de avaliação adequadas, **80%** considera que poderá utilizar as novas técnicas, **90%** considera que dados foram úteis para a sua prática.

Projeto Parentalidade Positiva - Anos Incríveis – tem como objetivo implementar o Programa Anos Incríveis no quotidiano das escolas dotando os encarregados de educação do concelho de metodologias para uma atuação parental positiva e catalisadora de mudança.

Resultados 2019 – Primeiros grupos de pais avançam no próximo mês de março de 2020 com sessões de trabalho sobre **competências parentais e parentalidade positiva**. Com 200 inscrições o projeto só poderá iniciar com 56 encarregados de educação do ensino pré-escolar e 1º ano do ensino básico. Estima-se que no final do ano letivo 2020/2021 sejam atingidos 15 % dos encarregados de educação destes níveis escolares.

Clique na Nutrição – tem como objetivo implementar princípios técnicos, na área da dietética e nutrição, na comunidade educativa até ao final do projeto CLPSE.

Resultados 2019 - 1816 intervenientes da comunidade educativa abrangidos. 68 ações de educação alimentar a crianças do pré-escolar e 1º ciclo (1488 alunos/as). 90% de alunos/as abrangidos nas ações, 46% dos/as alunos/as alterou algum hábito alimentar. 502 inscrições para sessões de educação alimentar para pais a realizar no próximo mês de março. 139 solicitações/ações de educação alimentar. Em 55% das ações verificou-se alteração de princípios dietéticos.

Projeto Docentemente: Bem-Estar na Sua Escola - Objetivo - Promover o bem-estar dos docentes.

Resultados 2019 – Ainda em fase de diagnóstico das necessidades. **63%** (270 professores) de respostas de um total de 470 professores. 96% dos professores tem interesse por uma resposta que promova o seu bem-estar (físico e mental).

Valoriza-se a colaboração das técnicas, de forma direta, em projetos escolares consagrados no plano de ação estratégica de cada Agrupamento. Desta forma, reforçam-se os recursos humanos especializados presentes nos Estabelecimentos de Ensino, dando seguimento ao reforço das escolas nas áreas dos projetos de promoção do sucesso educativo, inclusão e flexibilidade curricular, entre outros.

Atividades no âmbito da Educação

Fórum Estudante 2019

O Município de Ourém em parceria com os estabelecimentos de ensino de todo o Concelho de Ourém e o Projeto de Empreendedorismo Social Inspiring Future realizaram o evento Fórum Estudante Ourém 2019. Esta iniciativa visou criar um momento anual em que os alunos de todo o Concelho entrem em contato direto com instituições do ensino superior e possam obter informações sobre o acesso ao ensino superior, despertar atitudes empreendedoras e proativas e estratégias de tomada de decisão mais consciente e informadas para o seu futuro escolar e profissional.

O evento realizou-se no dia 25 de janeiro 2019, sendo que a abertura do fórum ocorreu pelas 09h00, no Centro Municipal de Exposições de Ourém, e o encerramento às 16h00. O foco do evento passou por três vertentes: stands com a presença das Instituições, atividades dos estabelecimentos de ensino do Concelho, a partir das 10h00 até às 15h30.

Foram ainda realizadas palestras e workshops, na sala do 1º piso no cineteatro e no auditório da Escola Profissional de Ourém, com a temática de tomada de decisão para 9º e 12º anos, do acesso ao ensino superior, bem como referente ao mercado de trabalho.

Participaram cerca de 1000 alunos das escolas: Escola Secundária de Ourém, Escola IV Conde de Ourém, EB2,3 de Caxarias; Colégio São Miguel, CEF, Colégio Sagrado Coração de Maria, Escola Profissional e Escola de Hotelaria de Fátima. E vieram cerca de 42 Universidades e o Exército.

Festa da Criança

O Município de Ourém realizou nos dias 03, 04 e 05 de junho a Festa da Criança 2019, que contou com a participação de cerca de 2.852 crianças no Centro de Exposições de Ourém, Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Museu Municipal e Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ourém. A ligação entre o Centro de Exposições e o quartel foi feita com recurso a um comboio turístico, bem como nas instalações da PSP e da GNR.

Abertura Oficial do Ano Letivo 2019/2020

No âmbito do início do ano letivo 2019/2020, realizou-se nos dias 5 e 6 de setembro a “Abertura Oficial do Ano Letivo 2019/2020”, no Salão paroquial da Gondemaria. No dia 5 de setembro, a sessão foi dirigida a cerca de 150 funcionários não docentes. No dia 6 de setembro o dia foi dedicado aos professores que lecionam nas escolas do concelho, tendo participado perto de 400 docentes.

Formação Programa Anos Incríveis em parceria com a Universidade de Coimbra

Planeamento da ação de capacitação para 21 técnicos da comunidade no âmbito do CLPSE através do financiamento do PEDIME. A formação teve a duração de 3 dias 21 horas e contou com Técnicos, Educadores e Enfermeiros que trabalham diretamente com famílias no nosso concelho.

Projetos desenvolvidos com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plataforma Edubox

Foi dada continuidade à utilização da Plataforma Edubox, durante o ano 2019, com a introdução por parte da equipa dos dados necessários à utilização dos seguintes módulos:

- Gestão Curricular;
- Gestão das refeições escolares;
- Gestão de Ação Social Escolar;
- Gestão de Transportes Escolares (ainda em fase experimental);
- Gestão e Manutenção do Parque Escolar.

Candidatura ao financiamento de deslocalização do Centro Escolar da Carvoeira

Está programada uma ampliação da Escola Básica Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão para acolher futuros alunos da EB1/JI de Pisões, de acordo com a resolução do Conselho de Ministros

n.º 44/2010, no que diz respeito à necessidade de dotar as escolas de espaços para refeitório, biblioteca, sala de informática, espaços adequados para o ensino do inglês, da música e da prática desportiva.

PEDIME - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo / Fase 1

Estão implementadas as atividades aprovadas em candidatura ao Centro 2020, nomeadamente:

- Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo (informação n.º 229/2018);
- Tecnologias na educação: novas formas de aprender e ensinar (informação n.º 190/2018);
- Atividades experimentais para a promoção da cultura científica (informação n.º 135/2018). Neste caso, o concurso será lançado pela CIMT.

No que diz respeito ao Plano Estratégico Educativo Municipal e revisão da Carta Educativa do Município de Ourém foi realizado uma reunião com a Universidade de Aveiro e fornecido, à mesma, dados para o tratamento e posterior relatório que será entregue até final de fevereiro de 2019.

Planeamento e definição de orientações para o Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo

Pretende-se com a criação do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo criar de uma equipa multidisciplinar que assegure respostas multinível, incluindo apoios sociais e saúde, na educação pré-escolar e nos ensinos básicos e secundário. Prevê-se que a mesma seja constituída por 3 psicólogos (1 educacional, 1 clínico e 1 clínico com especialidade em terapia familiar), 1 terapeuta da fala e 1 nutricionista.

A equipa deverá, em conjunto com os agrupamentos de escolas, definir de forma clara os objetivos a atingir para cada aluno/situação/família com dificuldades.

O plano de intervenção individual deverá abranger:

- Técnicas mais adequadas à tipologia do problema diagnosticado;
- Técnicas de intervenção:

- Estimulação competências (áreas deficitárias – emocional, académica, matemática, leitura e escrita),
- Intervenção parental com recurso a programas estruturados e devidamente aferidos para a população portuguesa (ex: mais família, mais criança),
- Intervenção comportamental de acordo com a problemática, sendo que se poderá intervir em grupo/turma ou individual.

2.3.6.2 – Setor de Ação Social e Saúde

Rede Social

A rede social é composta, atualmente, por 107 entidades. No âmbito do seu trabalho, a equipa prestou informações e devolveu inquéritos solicitados por diversas entidades nas áreas do social e educação, divulgou 129 conteúdos e respondeu a 24 pedidos.

Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo

O Município de Ourém, em representação do Conselho Local de Ação Social, participou em duas reuniões da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo, realizadas a 15 de maio e 8 de novembro. Dos assuntos abordados salientam-se: a apresentação de programas do IPDJ, nas duas reuniões efetuou-se o ponto de situação dos projetos e programas POAPMC, Cantinas Sociais, CLDS-4G, PROCOOP, RLIS e dos acordos atípicos do SAAS; descreveu-se a intervenção da Segurança Social em cenários de exceção; e abordou-se a regulamentação do programa PARES.

Conselho Local de Ação Social de Ourém

Em 2019 realizaram-se 6 reuniões no âmbito do Conselho Local de Ação Social:

- Reuniões do Plenário – 02 de abril e 14 de agosto: dos assuntos abordados destacam-se a eleição dos membros do Núcleo Executivo; a assinatura do protocolo *abem*: rede solidária de medicamentos e dos termos de aceitação e dos protocolos no âmbito do fundo de financiamento municipal de apoio às IPSS para aquisição de viaturas; apresentação de projetos e programas; análise e emissão de pareceres sobre candidaturas; aprovação do relatório final do Contrato Local de Desenvolvimento Social - 3.ª geração de Ourém e do plano de ação para efeitos de candidatura ao Contrato Local de Desenvolvimento Social – 4.ª

geração; aprovação do relatório de execução'2018 e plano de ação'2019 da Rede Social; e realizou-se o ponto de situação dos programas CLDS, RLIS, POAPMC e Cantinas Sociais.

- Reuniões Núcleo Executivo – 01 de abril e 13 de agosto: nestas reuniões analisou-se e preparou-se os assuntos a serem abordados nas reuniões do Plenário.
- Reunião com as IPSS – 13 de fevereiro: nesta reunião foi eleita a representante das IPSS no Núcleo Executivo e apresentou-se o fundo de financiamento municipal de apoio às IPSS para aquisição de viaturas.
- Comissão Social de Freguesia – 08 de novembro: constituição da Comissão Social de Freguesia de Urqueira e aprovação do regulamento interno da comissão.

Reuniões dos Grupos Setoriais

Para efeitos de execução do Plano de Ação da Rede Social para o ano 2019, o Município de Ourém promoveu as seguintes reuniões:

- Grupo de Envelhecimento: 25 de fevereiro;
- Grupo de Infância e Juventude: 18 de março e 8 de julho

Projetos e Programas

- Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS-4G)

O Instituto da Segurança Social, IP, mediante o despacho n.º 3998/2019, de 10 de abril, e portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, convidou a Câmara Municipal de Ourém a desenvolver o projeto CLDS-4G no concelho. Por conseguinte, a Câmara Municipal, na reunião de 06 de maio de 2019, aceitou o convite e, atendendo a ser um CLDS de continuidade designou a APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização de Apoio à Família, instituição particular de solidariedade social, como entidade coordenadora local da parceria e a Dra. Elsa Bernardes, coordenadora do projeto. O custo total elegível desta candidatura é 330.000,00€.

A 24 de abril foi realizada, em Aveiro, pelo Instituto da Segurança Social, IP e o POISE, uma sessão de esclarecimentos do Programa CLDS-4G, para os concelhos que desenvolveram nos anos transatos o CLDS-3G.

- Fundo Financiamento Municipal para Apoio às IPSS para a aquisição de viaturas

O Município de Ourém constituiu uma linha de apoio financeiro, com o valor global de 300 mil euros, para apoio às instituições Particulares de Solidariedade Social na aquisição de viaturas novas.

Neste âmbito, recebeu-se 22 candidaturas, tendo 2 sido excluídas, por a sede não se localizar na jurisdição da área territorial do Município de Ourém. Pelo que foram apoiadas 20 entidades, conforme se descreve no quadro seguinte. O apoio a atribuir pelo Município será repartido por 4 anos, com os encargos anuais de 74.998,68 euros.

Entidade	Valor da viatura	Comparticipação Município - 60%	Comparticipação max.: 20.000€	Acumulado	Rateio	% Compart.
Centro Social de Casal dos Bernardos	28 329,68 €	16 997,81 €	16 997,81 €	16 997,81 €	16 129,22 €	56,93
Centro Social da Ribeira do Fárrio	36 408,00 €	21 844,80 €	20 000,00 €	36 997,81 €	18 978,00 €	52,13
Fundação Arca da Aliança	23 217,77 €	13 930,66 €	13 930,66 €	50 928,47 €	13 218,81 €	56,93
APDAF	24 700,00 €	14 820,00 €	14 820,00 €	65 748,47 €	14 062,70 €	56,93
Centro Social da Divina Providência	16 232,02 €	9 739,21 €	9 739,21 €	75 487,68 €	9 241,54 €	56,93
Associação Bem Estar de Urqueira	39 372,20 €	23 623,32 €	20 000,00 €	95 487,68 €	18 978,00 €	48,20
Jardim Infantil de Ourém	18 850,63 €	11 310,38 €	11 310,38 €	106 798,06 €	10 732,42 €	56,93
Centro Desportivo Social Cultural do Cercal, Vales e Ninho	10 366,84 €	6 220,10 €	6 220,10 €	113 018,16 €	5 902,26 €	56,93
Associação Cultural e Recreativa de Alburitel	23 011,82 €	13 807,09 €	13 807,09 €	126 825,26 €	13 101,55 €	56,93
APAJEFÁTIMA	24 332,06 €	14 599,24 €	14 599,24 €	141 424,49 €	13 853,22 €	56,93
Associação Centro de Dia da Freg. Fátima	22 929,59 €	13 757,75 €	13 757,75 €	155 182,25 €	13 054,73 €	56,93
Centro de Reabilitação e Integração de Fátima	23 217,17 €	13 930,30 €	13 930,30 €	169 112,55 €	13 218,46 €	56,93
Lar Santa Beatriz da Silva	36 899,52 €	22 139,71 €	20 000,00 €	189 112,55 €	18 978,00 €	51,43
Centro Social de Matas	46 801,50 €	28 080,90 €	20 000,00 €	209 112,55 €	18 978,00 €	40,55

Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	37 469,00 €	22 481,40 €	20 000,00 €	229 112,55 €	18 978,00 €	50,65
Associação do Centro Social de Seíça	39 511,92 €	23 707,15 €	20 000,00 €	249 112,55 €	18 978,00 €	48,03
Instituto Juvenil Lopes e Vicunha	26 958,14 €	16 174,88 €	16 174,88 €	265 287,43 €	15 348,35 €	56,93
Centro de 3ª Idade da Gondemaria	33 980,00 €	20 388,00 €	20 000,00 €	285 287,43 €	18 978,00 €	55,85
Centro Social Paroquial de Rio de Couros	19 456,01 €	11 673,61 €	11 673,61 €	296 961,04 €	11 077,08 €	56,93
CRIO	31 980,00 €	19 188,00 €	19 188,00 €	316 149,04 €	18 207,49 €	56,93
Investimento total das IPSS	564 023,87 €	338 414,32 €	316 149,04 €	300 000,00€	94,89	
Comparticipação global do Município de Ourém					299 993,82 €	

Quadro 11: Comparticipação do Município de Ourém por instituição – Apoio à Aquisição de Viaturas

- Inovação Social

No âmbito da abertura das candidaturas ao programa Inovação Social 2020, quatro entidades comunicaram à Câmara Municipal a intenção de concorrerem através dos seguintes projetos: Centro Social de Casal dos Bernardos – Projeto COM VIDA promove Saúde Mental; Centro Social de Ribeira do Fárrio – Projeto Adesão Ativa; Conservatório de Música e Artes do Centro – Projeto Academia do Sentir; e Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida – Ombro Amigo.

Intervenção Social e Psicológica

Relativamente à equipa da DEASS registou-se, no período em apreço, 1.490 atendimentos, mais 119 atendimentos do que no ano passado, correspondentes a um total de 1.02 motivos de atendimento, isto é, os cidadãos dirigem-se ao serviço para resolver problemas de ordem vária, cf. se clarifica no quadro seguinte:

Atendimento				
1.Motivo do pedido	2016	2017	2018	2019
Apoio à natalidade e à infância	0	0	402	900
Ação social escolar	209	208	207	39
Apoio ao arrendamento	5	5	3	0
Apoio de géneros	205	116	127	105
Apoio económico/Ação social Direta	46	14	7	8
Apoio psicológico	0	0	1	0
BATO - Banco de Ajudas Técnicas de Ourém	50	29	29	29
CAF/AAAF/AEC	35	23	17	51
Campanhas Solidárias	0	0	1	2
Cantina Social / POAPMC	13	2	1	0
Cartão abem: rede solidária de medicamentos	0	0	0	13
Centro Comunitário de Voluntariado	214	46	72	36
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	1	1	2	0
Competências da Educação	1	0	10	0

Equipamentos Sociais	7	1	0	0
Estabelecimento Escolar	12	20	8	0
Habitação	1	1	2	2
Intervenção Escolar	6	2	4	0
Informação sobre Emprego / Pedido de Emprego	5	2	4	1
Intervenção Social	469	143	187	190
Outro	89	97	48	13
Programa de Apoio Social	29	2	1	27
Projetos	55	24	11	4
Recursos humanos	1	2	1	0
Rede Social	109	41	34	12
Refeições 1.º CEB	22	29	14	0
Respostas Sociais	1	6	2	2
Saúde e ECCI	0	0	0	3
Tarifa Social	164	117	83	75
Transportes Escolares	148	161	73	0
Voluntariado	37	6	8	10
Subtotal	1.969	1.122	1.403	1522
2. Duração do Atendimento	2016	2017	2018	2019
[0m-30m[1.628	947	1161	1364
[30m-60m[174	109	180	114
>60m	39	22	30	12
Subtotal	1.841	1.078	1.371	1490
3. Tipo de Atendimento	2016	2017	2018	2019
Telefone	975	465	418	248
Presencial	866	613	953	1242
Subtotal	1.841	1.078	1.371	1490
4. Estado do processo	2016	2017	2018	2019
Análise	48	62	176	146
Execução	73	38	66	80
Resolvido	1.720	978	1.129	1264
Subtotal	1.841	1.078	1.371	1490

Quadro: Atendimentos realizados pela DEASS (2016-2019)

Comparando 2018 e 2019 verifica-se, no motivo do pedido, um aumento nos do apoio à natalidade e à infância, CAF/AAAF/AEC, programa de apoio social e cartão abem: rede solidária de medicamentos. Também se verificou que a maioria durou menos de 30 minutos, foi presencialmente e os assuntos ficaram resolvidos.

No âmbito da intervenção social realizaram-se visitas domiciliárias, reuniões interinstitucionais, acompanhamentos individualizados, encaminhamentos e sinalizações de casos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social, entre outras, acompanhamento de processos de trabalho comunitário e elaboração, em cooperação com os municípios, de planos e programas nos seus projetos de vida, entre outras ações fulcrais para a resolução das situações-problemas.

Psicologia Comunitária

No que concerne à intervenção psicológica, importa referir que os técnicos que desempenham funções na DEASS atuam em várias áreas, a saber: Consultas de Psicologia encaminhadas pela CPCJ, Intervenção Social e entidades externas; coordenação Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo; Grupo de Trabalho de Saúde Mental do Município de Ourém; Apoio à Vítima na Estrutura de Atendimento; CPCJ de Ourém (Gestão de Processos); Equipa de Acolhimento a Refugiados; Equipa da Igualdade de Género; Equipa de Intervenção Psicossocial; Centro de Competências Aconselhamento de Jovens; Equipa Plano Sénior 2020; Projetos Comunitários direcionados para populações mais vulneráveis e/ou problemáticas específicas; Implementação de projetos e atividades na área da educação; Formação Pais, Mães e Assistentes Operacionais em contexto escolar; Participação em palestras como orador; e Elaboração de pareceres e relatórios técnicos e de atividades.

No ano 2019 registaram-se os seguintes dados:

Atividades	N.º
Atendimentos Centro de Competências e Aconselhamento Jovens	28
Atendimentos NAV / Processos de Acompanhamento	63 / 18
Atendimento Psicossocial	11
Atendimentos / diligências Alcoolismo	7
Atendimentos CPCJ	18

Consultas de Psicologia / Intervenção Social	75
Contactos telefónicos com MP	2
Diligências em Tribunal	1
Reuniões internas / Município	49
Reuniões com outras entidades	33
Centro Local Promoção Sucesso Educativo (CLPSE) - Diligências	81
Formador/a	5

Quadro: Atividades realizadas pela equipa de psicólogos (2019)

Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

Este projeto visa o apoio a jovens até aos 25 anos que se encontrem em situações de vida fragilizadas. Neste período realizaram-se 28 consultas.

Acompanhamentos Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

A Câmara Municipal de Ourém colaborou com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais através da colocação institucional, acompanhamento e realização de diligências inerentes aos processos de três arguidos na execução de trabalhos comunitários, medidas aplicadas no cumprimento da injunção de horas de Serviço de Interesse Público.

Acompanhamento de Processos de Execução

O tribunal solicita colaboração dos serviços sociais para prestar apoio psicossocial às famílias que se encontram em situações de ordem de despejo com necessidade de assegurar o alojamento. Neste período participou-se em três diligências no âmbito das suas competências.

Protocolo de Cooperação Câmara Municipal de Ourém e APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família

No âmbito do Protocolo de Cooperação, celebrado a 20 de agosto de 2014, para efeitos de gestão dos donativos da comunidade, destinados ao apoio a aplicar em situações de emergência e risco social, foram atribuídos no ano de 2019 o total de 9 apoios e gasto nesses apoios o montante de 1 417,54 euros.

Estrutura de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Acompanhamento de Vítimas de Violência Doméstica.

A DEASS dispõe, neste momento, de **três Técnicos/as de Apoio à Vítima (Técnicos TAV) com formação na área que formam o Núcleo de Apoio à Vítima de Ourém.**

Os técnicos para além do curso de Técnico de Apoio à Vítima, são devidamente acompanhados numa ótica de formação contínua promovida no âmbito do Projeto Maria (Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo) desenvolvido pelo Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT).

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 foram realizados 130 atendimentos a um total de 21 vítimas sinalizadas para este serviço.

O trabalho desenvolvido por esta equipa foca-se, sobretudo, **no apoio psicossocial ao nível da informação, encaminhamento, suporte logístico, empoderamento, redefinição de planos de vida e definição de estratégias adequadas a cada situação sinalizada.**

A estrutura de apoio situa-se no Edifício Sede do Município de Ourém com horário de funcionamento de **2ª a 6ª, das 09.00h às 17.00h. Contudo, aquando do processo de acompanhamento à vítima, este horário pode ser ajustável de acordo com as necessidades da mesma.**

No âmbito do processo de implementação da rede de apoio à vítima, no Concelho de Ourém, em parceria com Projeto Intermunicipal - Maria (Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no médio Tejo), participou em seis reuniões de trabalho e em cinco workshops, realizados no dia 07 de maio, 07 de junho, 28 e 30 de setembro e no dia 21 de outubro de 2019, no Salão Nobre – Edifício Paços do Concelho de Ferreira do Zêzere, Sala de Formação do Pavilhão Municipal em Tomar, Agrupamento de Escolas de Ourém, no Auditório da Câmara Municipal de Alcanena e na sede da CIMT, em Tomar, enquadrados na tipologia dos Instrumentos Específicos de Proteção das Vítimas e de Acompanhamento dos Agressores na Violência, tendo sido abordados os temas sobre Vítimas Particularmente Vulneráveis, Questões Legais da Violência Doméstica, Violência Doméstica, Supervisão e Burnout e Grupos de Ajuda Mútua.

Igualdade de Género e Cidadania

No âmbito do processo de elaboração do Diagnóstico Municipal de Igualdade e Cidadania, foram elaborados e enviados três inquéritos distintos, um dos quais dirigido aos/às

colaboradores/as do Município, outro ao Executivo e Dirigentes do Município e outro às/aos Parceiras/os Locais.

Durante o período a que se reporta este relatório, realizaram-se 5 reuniões de trabalho para análise e tratamento dos dados recolhidos, redefinição da estratégia de aplicação de questionários junto da população, tendo em conta o número restrito de respostas, reformulação dos inquéritos por questionário, reflexão e contributos para a candidatura ao Projeto Médio Tejo em Igualdade, o qual tem como objetivo a promoção e adoção de uma política de igualdade de género na região do Médio Tejo.

Planeamento e definição de linhas de orientação para a implementação do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género e Não-Discriminação

No âmbito do Protocolo para a Igualdade de Género e a Não- Discriminação estabelecido com a Comissão de Igualdade de Género e os Municípios aderentes, a CIG promoveu formação intensiva para os Municípios, dirigido aos/as Conselheiros/as para a Igualdade; elementos de diversos departamentos das autarquias que integrem as Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) e ainda para os técnicos que intervêm nesta temática.

Neste âmbito a equipa do NAV participou nos dias 11 e 12 de novembro de 2019 na formação “Igualdade de Género e Não-Discriminação”, realizada no Pólo de Formação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo em Constância. Esta formação tem como objetivo capacitar as/os formandas/os para a concretização deste Protocolo, que visa a promoção, a execução, a monitorização e a avaliação da implementação de medidas e ações, nomeadamente na eliminação dos estereótipos, no combate à discriminação, incluindo numa perspetiva interseccional, e na prevenção e no combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, que concorram para territorialização da enquadradas para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND)

O Município de Ourém encontra-se ainda aguardar a aprovação da candidatura ao Projeto Médio Tejo em Igualdade, o qual tem como objetivo a promoção e adoção de uma política de igualdade de género na região do Médio Tejo.

CONFERÊNCIA “VIOÊNCIA DOMÉSTICA – REFLEXÕES TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS”

Na sequência das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio à Vítima de Ourém e pela CPCJ de Ourém e de acordo com o plano de atividades foi proposta a iniciativa para assinalar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, no dia 25 de novembro 2019, das 9h00 às 13h00, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, através da conferência alusiva ao tema *“Violência Doméstica - Reflexões Teóricas e Implicações Práticas”*.

A iniciativa visou sensibilizar e disseminar informação sobre a problemática violência doméstica, bem como explicitar procedimentos práticos a profissionais das diversas áreas que atuam no terreno.

A conferência teve o seu início às 9h e 45m com as intervenções da Sra. Presidente da CPCJ de Ourém Professora Otília Simões e do Sr. Presidente da AMO Engenheiro João Moura. A moderação foi da responsabilidade da Conselheira Local para a Igualdade, Professora Fátima Lopes.

A avaliação global indica uma tendência muito positiva em que 68% dos participantes consideraram que ficaram muito satisfeitos e 38% satisfeitos. Os indicadores levaram-nos a considerar que o objetivo de **“sensibilizar e disseminar informação sobre a problemática violência doméstica, bem como explicitar procedimentos práticos a profissionais das diversas áreas que atuam no terreno”** foi devidamente alcançado.

TARIFÁRIO SOCIAL

- Tarifa para Recolha, Transporte e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos: neste período foram analisados 2 pedidos, de acordo com os editais n.º 187/2010 e 1144/2015.
- Tarifas de Saneamento e de Ligação ao Coletor Público da Rede de Drenagem de Águas Residuais: em 2019 foram analisados 2 pedidos, de acordo com o edital n.º 187/2010.
- Tarifa de Venda de Água: Analisaram-se os pedidos, mediante as decisões tomadas nas reuniões de Câmara Municipal (16 de abril de 2018 e 06 de maio de 2019) e de Assembleia Municipal (25 de abril de 2018). Referente aos processos de 2019 verificou-se:

Tipo de Utilizador	Benefícios	Critério de Atribuição	N.º de Processos		
			Abertos	Deferidos	Indeferidos
Famílias Numerosas	<p>Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, numa das seguintes circunstâncias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para cinco elementos: mais 3m³ faturados no 1.º escalão (de 0 a 8m³); - Para seis ou mais elementos: mais 6m³ faturados no 1.º escalão (de 0 a 11m³). 	Utilizador Doméstico cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação servida).	10	10	0
Utilizador Doméstico	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção da tarifa de disponibilidade, conforme estabelecido no n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, considerando a carência económica; - Redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, que consiste no alargamento do 1.º escalão (de 0 a 15m³), para utilizadores domésticos sociais, conforme estabelecido no n.º 1 artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. 	<p>Utilizador doméstico numa situação de carência económica comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o benefício de pelo menos uma das seguintes prestações sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Complemento Solidário de Idosos; b) Rendimento Social de Inserção; c) Subsídio Social de Desemprego; d) 1.º escalão do Abono de Família; 	19	12	7

		e) Pensão Social de Invalidez / Prestação Social para a Inclusão.			
Utilizadores Não Domésticos	<p>- Redução em 50% do valor da tarifa variável de água, para pessoas coletivas de declarada utilidade pública, que corresponde à aplicação do segundo escalão dos consumidores domésticos.</p> <p>- Redução em 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores de calibre menor ou igual a 20 mm, que corresponde à aplicação a utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente.</p>	<p>Pessoas coletivas de declarada utilidade pública;</p> <p>Associações legalmente constituídas sem fins lucrativos.</p>	1	1	0

Quadro 12: Tarifário Social para Tarifa de Venda de Água – análise de processos 2019

Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

Em 2019 foram servidas 18.882 refeições, tendo sido apoiados, em média, 29 agregados familiares.

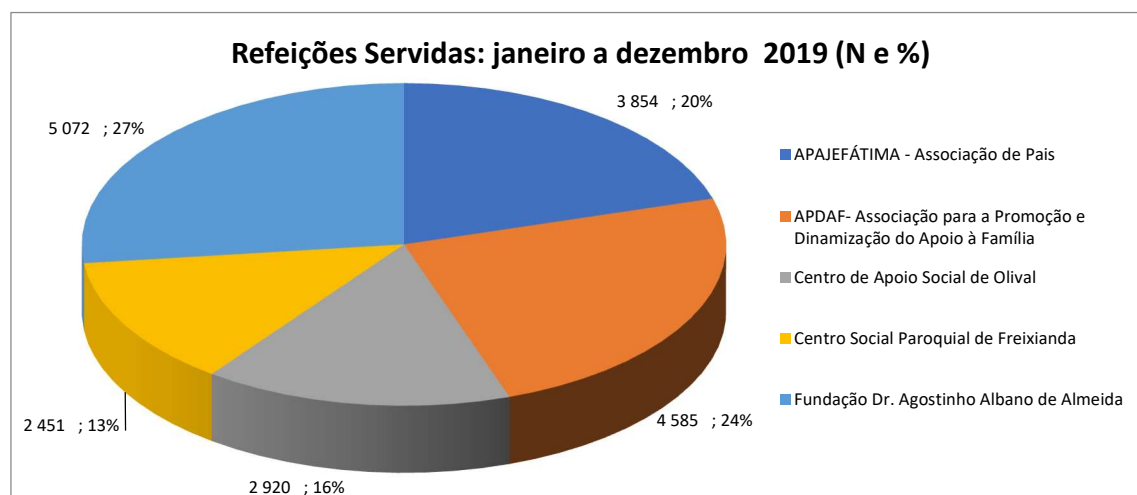


Gráfico: N.º de refeições servidas por cada cantina social no ano 2019

N.º de Agregados familiares apoiados													
Cantina Social	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Nº médio AF/mês
APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação	9	9	9	8	8	8	8	8	9	8	8	8	8
APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	5	5	5	5	5	5	6	6	7	6	6	6	6
Centro de Apoio Social de Olival	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Centro Social Paroquial de Freixianda	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	6	5	5	4	4	4	4	5	5	5	4	4	5
Total	6	6	6	5	5	5	6	6	6	6	6	6	29

Quadro: N.º de Agregados Familiares apoiados (2019)

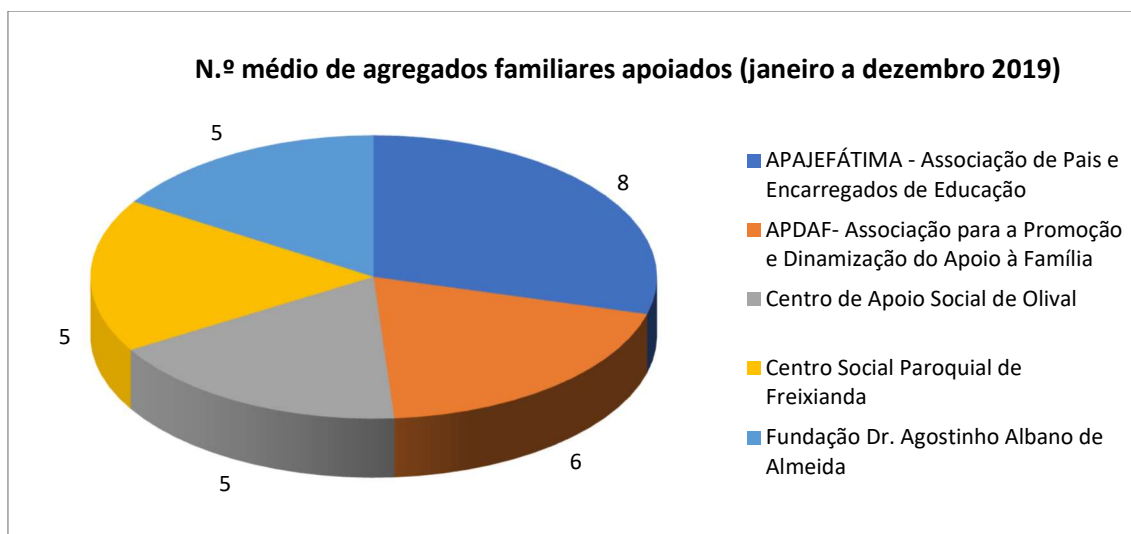


Gráfico: N.º de famílias apoiadas por mês (2019)

Protocolo com o CRIO: Intervenção Precoce

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Recuperação Infantil Ouriense (CRIO) para a intervenção precoce participou-se nas reuniões de trabalho, realizadas mensalmente. Nestas reuniões foram analisadas as alterações do diploma desta matéria; a intervenção no âmbito do modelo transdisciplinar; a proposta de alterações do Regulamento Interno da ELI, do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIP); análise e discussão dos processos referenciados; análise da lista de apoios e a planificação anual das reuniões de trabalho. A CMO participou e colaborou ainda no passeio anual, integrado na comemoração do aniversário da ELI, que teve como destino a Praia de Paredes de Vitória, o qual se realizou no dia 28 de junho e contou com a participação de 27 pessoas (crianças e famílias apoiadas e a equipa da ELI).

Núcleo Local de Inserção

No âmbito da parceria estabelecida com o Núcleo Local de Inserção, participou nas reuniões de trabalho, realizadas mensalmente nas instalações da Câmara, com as seguintes ordens de trabalhos: análise de informações gerais; elaboração e aprovação das Atas da reunião de NLI; discussão e aprovação dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção realizadas nas entrevistas em sessão extraordinária de convocatórias; apresentação e apreciação de relatórios de avaliação do contrato de inserção; elaboração e apresentação do relatório semestral; elaboração do plano de ação; análise de outros assuntos.

O NLI é constituído pelas seguintes entidades: Segurança Social (Serviço Local de Ourém), Saúde (Unidade de Saúde de Ourém e de Fátima), Emprego (serviço de Emprego de Tomar), Educação (Agrupamento de Escolas Conde de Ourém), Autarquia Local (Município de Ourém) e outras entidades (Jardim Infantil de Ourém - Equipa de RSI, ACISO).

Equipamentos Sociais do Município

O Município dispõe de três apartamentos destinados ao alojamento de pessoas em situação de emergência ou de risco social.

No ano 2019 foram alojados sete agregados familiares (perfazendo um total de onze pessoas), por um período temporário e de forma gratuita, de modo a garantir os princípios de segurança e satisfação das necessidades básicas, tendo sido realizadas visitas domiciliárias para avaliar o cumprimento das regras conforme as normas de utilização e definição do projeto de vida.

Espaço Infantil

O espaço infantil foi utilizado por crianças, durante o período em que os pais, mães e/ou outros, usufruíram dos serviços do Município e CPCJ.

Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém (CCVO)

O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta às necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de ações solidárias. No Centro Comunitário de Voluntariado funciona: o Espaço de Acolhimento e Bem-estar, o Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO), o Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVO), o Ponto de Partilha (a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, os Ateliers Ocupacionais e o Espaço de Comércio Social).

Espaço de acolhimento e bem-estar

Consiste num espaço de acolhimento e convívio direcionado para pessoas que frequentam o CCVO, especialmente pensado para os colaboradores municipais.

Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO)

Consiste na cedência/empréstimo de ajudas técnicas para pessoas em situação de dependência e/ou dificuldades de mobilidade, residentes no concelho de Ourém. Neste período foram atribuídas 3 ajudas técnicas.

Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVMO)

O BVMO promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado. Sendo o voluntariado um conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade. De momento tem inscritos 165 voluntários, contudo apenas 11 se mantêm no ativo e a exercer atividades no Centro Comunitário de Voluntariado ou em Campanhas Solidárias pontuais.

Clube de Voluntariado Jovem



O Clube de Voluntariado Jovem destina-se a jovens com idades entre os 12 e os 20 anos, com vista à promoção do gosto dos jovens pelo voluntariado, prevenção do risco juvenil e fomento da responsabilidade social.

Esta projeto destina-se a jovens entre os 13 e os 18 anos que pretendam realizar voluntariado em diversos âmbitos, no concelho de Ourém.

Em 2019 realizaram-se as seguintes atividades:

- **Workshop “Desenvolvimento Comunitário e Combate à Exclusão Social”**

Realizou-se dia 9 de abril, Oradores em parceria com o EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza – Núcleo Distrital de Santarém e teve os seguintes objetivos: reconhecer a importância do voluntariado; sensibilizar os jovens para prática do voluntariado; promover o combate à exclusão social numa perspetiva de voluntariado; e refletir sobre projetos já realizados. Contou com a presença de 26 jovens.

- **Clube de Voluntariado Jovem – verão 2019**

Participaram 15 jovens, dos 13 aos 17 anos. A atividade decorreu de 3 a 25 de julho de 2019. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do envelhecimento e da educação.

No âmbito do envelhecimento ativo os jovens visitaram 10 idosos ao domicílio que vivem em situação de isolamento social. Nestas visitas houve partilha de histórias de vida e dinamização de jogos tradicionais.

Na área da educação, os jovens construíram o Jogo dos Direitos das Crianças que posteriormente dinamizaram em 3 ATL's com crianças dos 3 aos 9 anos.



Figuras 1, 2 e 3: Clube voluntariado jovem – verão 2019

Ponto de Partilha

O Ponto de Partilha integra a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, o Atelier Ocupacional e o Espaço de Comércio Social. No período em apreço foram abertos 11 processo de ação social direta. Salienta-se que, desde o ano de 2012 foram avaliados um total de 346 pedidos de apoio.

A Campanha Permanente de Recolha e Entrega de Bens permitiu recolher mobiliário diverso de 6 munícipes, os quais foram encaminhados para o Espaço de Recursos Sociais – Louçãs. Foi recolhido a 19 de dezembro, na sede do Agrupamento de Escolas de Ourém, material escolar resultante de uma campanha solidária interna, e depositado no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém para apoio das famílias carenciadas cujos educandos pertençam ao Concelho de Ourém. A campanha permitiu a recolha do total de 444 materiais escolares diversos.

No espaço de Comércio Social foram recebidos 330 donativos e entregues 331 apoios. Foram cedidos a título de empréstimo 4 artigos de puericultura.

Gabinete de Apoio ao Emigrante

Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio ao emigrante residente ou não em Portugal, bem como aos seus familiares. Informa e encaminha os cidadãos em várias

matérias nomeadamente, social, saúde, educação, jurídica, económica, entre outras. Neste período foi apoiada uma família.

Equipa de Intervenção de Emergência

O Plano de Intervenção em Crise da DEASS é um instrumento de suporte às operações que as equipas da divisão devem encetar em caso de iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe no concelho de Ourém, com vista a possibilitar a uniformização das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar.

Neste sentido, este Plano foi elaborado tendo em atenção um conjunto de riscos, quer naturais, quer tecnológicos, que possam ocorrer em território do concelho de Ourém, tais como condições meteorológicas adversas, riscos hidrológicos e geológicos, acidentes com transportes, vias de comunicação e infraestruturas e incêndios em espaços rurais/florestais e urbanos.

Este plano foi elaborado seguindo as diretivas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém assim como alguns procedimentos já definidos pelas áreas da DEASS.

A equipa de Intervenção de Emergência é constituída por um coordenador, três técnicas de serviço social, quatro elementos do serviço de educação e um psicólogo. Acrescem á equipa em caso de necessidades extremas e gestão de logística 16 assistentes operacionais da DEASS.

Planeamento e Acompanhamento de refugiados no âmbito do protocolo celebrado com o Conselho Português de Refugiados

No âmbito do acolhimento de refugiados pelo nosso Município em articulação com Conselho Municipal de Refugiados, a equipa técnica é responsável local pelo acolhimento e acompanhamento de 13 cidadãos Eritreus e Iraquianos. A equipa desenvolveu as seguintes tarefas: preparação do acolhimento, integração dos cidadãos na comunidade, acompanhamento nos cuidados médicos, organização de atividades de integração social e aprendizagem da língua, encaminhamento para serviços de finanças, segurança social, exploração do território, transportes, entre outras. Neste momento:

- 10 dos cidadãos já se encontram integrados no mercado de trabalho;
- 2 adolescentes estão com integração muito positiva no contexto escolar;

- 1 criança na creche.
- Neste momento encontra-se a decorrer o reagrupamento familiar de um caso isolado. Prevendo-se que no presente ano letivo possam chegar mais 2 refugiados ao nosso concelho.
- A integração de refugiados por parte do nosso Município tem vindo a ser distinguida pelo Conselho Português de Refugiados, entre outras instituições;
- De uma forma geral o acolhimento e integração no nosso concelho está a decorrer de forma positiva. Não obstante algumas dificuldades, inerentes e específicas do processo, ao nível das várias dimensões (acesso ao emprego, integração social, acesso à habitação, acesso à vida escolar, acesso a formação de Português para Estrangeiros, acesso à Saúde) considera-se que a integração dos refugiados de Ourém se encontra a decorrer de forma equilibrada e estável.

Terminou a 23 de outubro o último contrato de acolhimento das quatro refugiadas Eritreias.

Atividades

- Representante da Equipa de Acolhimento e Integração de Refugiados do Município de Ourém no Projeto Urban Academy da Comissão Europeia em Antuérpia, Bélgica

A Urban Academy on Integration é um programa de formação da Comissão Europeia para profissionais e decisores políticos que trabalham na integração a nível local, regional e nacional. Este ano o evento realizou-se em Antuérpia nos dias 20 e 21 de maio de 2019.

Durante os três dias de trabalho cerca de 60 participantes de 17 países da União Europeia trocaram experiências de acolhimento e discutiram de forma aprofundada dois temas: integração de migrantes/refugiados no mercado de trabalho e habitação para a inclusão de migrantes.

O Município de Ourém levou à discussão o desafio “Como certificar e formar profissionalmente cidadãos refugiados indocumentados e sem acesso à sua certificação escolar no país de origem, com vista à sua integração plena e satisfatória no mercado de trabalho. ”Na reunião em que a temática foi proposta a resposta veio de técnicos municipais de Itália que, através de uma ferramenta da União Europeia, tem cumprido o objetivo de certificar competências profissionais aumentando desta forma a possibilidade de progressão no mercado de trabalho por parte dos referidos cidadãos. Desta forma tentaremos replicar o projeto italiano em Portugal.

Durante o encontro foram realizadas duas visitas campo ao Programa de Integração Atlas da cidade de Antuérpia e ao Projeto Curent (programa de Co-housing entre menores refugiados e estudantes belgas).

- Orador na tertúlia sobre refugiados organizada pela Equipa Vicarial de Jovens de Ourém no dia 25 de maio de 2019 no auditório da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida.
- Orador na Palestra “E se fosse contigo” organizada pelo Centro de Estudos de Fátima no dia 4 de junho de 2019.

Apoio à Natalidade e à Infância

No âmbito da sua implementação do apoio à natalidade e à infância existiu a necessidade de se rever o Edital n.º 720/2018, tendo durante o ano de 2019 decorrido o processo de revisão do mesmo.

Desde a implementação da medida até 31 de dezembro de 2019, foram apresentadas 414 candidaturas, das quais 409 foram deferidas e 5 indeferidas. Também foram reavaliados até ao momento 191 processos que perfizeram um ano de apoio, cf. previsto no n.º 4.º do Regulamento. Até ao momento o órgão executivo atribuiu em apoios um total de **392 630,00 €**.

Valor do Apoio	2018				2019			Total
	1.º Semestre		2.º Semestre		1.º Semestre		2.º Semestre	
	1.º Ano	2.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	1.º Ano	2.º Ano	1.º Ano	
450,00 €	450,00 €	0,00 €	900,00 €	450,00 €	1 350,00 €	0,00 €	1 350,00 €	4 500,00 €
500,00 €	6 500,00 €	4 000,00 €	6 500,00 €	3 500,00 €	8 000,00 €	0,00 €	4 500,00 €	33 000,00 €
540,00 €	540,00 €	0,00 €	1 080,00 €	0,00 €	1 080,00 €	0,00 €	2 160,00 €	4 860,00 €
600,00 €	7 200,00 €	4 800,00 €	7 200,00 €	4 200,00 €	8 400,00 €	1200,00€	10 200,00 €	43 200,00 €
630,00 €	7 560,00 €	7 560,00 €	5 040,00 €	5 670,00 €	630,00 €	0,00 €	1 890,00 €	28 350,00 €
700,00 €	36 400,00 €	40 600,00 €	35 000,00 €	38 500,00 €	49 000,00 €	700,00 €	46 200,00 €	246 400,00 €
720,00 €	720,00 €	1 440,00 €	0,00 €	1 440,00 €	720,00 €	0,00 €	0,00 €	4 320,00 €
800,00 €	3 200,00 €	4 800,00 €	3 200,00 €	7 200,00 €	6 400,00 €	0,00 €	3 200,00 €	28 000,00 €
Total	62 570,00 €	63 200,00 €	58 920,00 €	60 960,00 €	75 580,00 €	1900,00€	69500,00 €	392 630,00 €

Quadro: Total dos apoios atribuídos

Saúde

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no âmbito da parceria entre o Município de Ourém e o Centro de Saúde de Ourém

No âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre o Município e o ARSLVT, I.P, uma das técnicas está afeta à Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Ourém. Neste período realizaram-se 41 visitas domiciliárias e participou-se em 15 reuniões, na Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém.

Cartão abem: rede solidária de medicamentos

A 02 de abril de 2019, a Câmara Municipal de Ourém celebrou com a Associação Dignidade o Protocolo de Cooperação no âmbito do cartão abem: rede solidária de medicamentos. Esta medida visa apoiar a aquisição de medicamentos por parte dos munícipes no concelho de Ourém, que se encontram em situação de comprovada insuficiência económica, de acordo com as normas de utilização. No ano de 2019, os serviços receberam 4 pedidos, dos quais 2 foram deferidos e 2 indeferidos. Foram atribuídos no total 4 cartões *abem*.

Planeamento, preparação e implementação do Dia Mundial da Saúde Mental em parceria com Hospital de Tomar

A organização da atividade envolveu um esforço conjunto de diversos serviços municipais em parceria com o Departamento de Psiquiatria do Centro Hospital Médio Tejo (CHMT). Para além do transporte, o Município de Ourém colaborou na montagem da exposição INTEGRARTE (trabalhos desenvolvidos pelos utentes do hospital) e no planeamento, definição e implementação da atividade no Castelo de Ourém. O dia foi iniciado com a sessão de abertura da exposição em que participaram a Sra. Vereadora Maria Isabel Costa, o Sr. Presidente da Assembleia, Eng. João Moura, a Diretora do Serviços de Psiquiatria do CHMT Dra. Luisa Delgado e o membro da administração do CHMT Dr. Carlos Gil. Na inauguração estiveram presentes cerca de 100 pessoas que, para além dos discursos de abertura, tiveram oportunidade de assistir a um vídeo sobre o trabalho realizado pelo CHMT no âmbito da saúde mental e visitar a exposição que se encarregados de educação.

Plano Sénior

O plano sénior pretende criar contextos favoráveis e facilitadores do envelhecimento saudável, seguro, ativo, participativo e socialmente positivo através de 3 eixos de intervenção: Bem-estar, Segurança e Respostas e Serviços. Em cada eixo serão definidos objetivos específicos que deverão ser alcançados através da implementação de 20 ações até ao final de 2021. Ao longo da sua implementação o Plano poderá ser adaptado e flexibilizado em função de novos enquadramentos, da monitorização e avaliação efetuada.

O Plano agregará novas ações no âmbito do envelhecimento e outras que já estão enraizadas no nosso concelho, tais como o Carnaval Sénior, Passeio Sénior, Transporte a Pedido ou os Caminhos de Ourém.

Constituindo-se como um primeiro Plano orientador na área será natural que o mesmo possa sofrer transformações, de acordo com a realidade, experiências e contributos de todos os parceiros a envolver neste projeto.

Com a consciência de que o Plano Sénior do Município de Ourém possa assumir-se como um desafio importante para o nosso concelho esperamos que nos próximos dois anos de implementação das medidas se possam melhorar e criar novas dinâmicas de ação em rede e que envelhecer no Concelho de Ourém seja sinónimo de uma melhor qualidade de vida. À DEASS caberá a condução do processo, mobilizando as entidades para a execução de cada ação, agilizando recursos, centralizando a informação e monitorizando a aplicação de cada ação. A monitorização de cada ação será efetuada consoante os indicadores e as metas definidas. A informação obtida deverá ser objetivada através do relatório final de cada ação/atividade.

O Plano deverá avançar para o terreno com a primeira atividade em agenda que será o Carnaval Sénior 2020.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém

O modelo de trabalho assenta numa metodologia participativa e sistémica, valorizando-se todos os contributos, numa lógica de trabalho de equipa. A Comissão Restrita, em 2019, foi constituída por 7 elementos³, representantes e técnicos cooptados de diversas entidades, que se organizam em equipa, em regra com dois gestores de processo.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão restrita

No âmbito dos processos de promoção e proteção, os gestores de processo efetuaram várias diligências: entrevistas, visitas domiciliárias e relatórios; participaram em diversas reuniões; realizaram projetos e procederam ao encaminhamento para a consulta de psicologia, sempre que necessário. Durante o período a que se reporta este relatório, foram efetuadas 12 visitas domiciliárias, 163 entrevistas e 31 reuniões restritas. Foram acompanhados 231 processos de

³ Otilia Simões (Presidente e representante dos serviços do Ministério da Educação e Ciência), Eugénia Oliveira (representante do Município de Ourém), Ana Cristina Duarte (representante da Segurança Social), Fernanda Cavalheiro (representante dos serviços de saúde), Estela José (Designada pela Assembleia Municipal), Andreia Marques (técnica cooptada da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, com formação na área do serviço social), e Isabel Costa (técnica cooptada da Escola dos Moinhos do Centro João Paulo II, UMP, com formação na área de psicologia).

promoção e proteção e arquivados 119 processos. No final de dezembro de 2019 registaram-se 112 processos ativos.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão alargada

No dia 28 de janeiro de 2020, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, na sua modalidade alargada, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Atividades referente ao ano 2019. Da análise ao relatório de atividades importa salientar o seguinte: Processos ativos=112 (dez/2019); Média de processos ativos =118/mês; Média de processos arquivados = 9 processos arquivados/mês, num total anual de 119; Média de processos em que se requereu a intervenção judicial ao Ministério Público = 15 processos. Freguesias com maior número de processos: Piedade (37,33%) e Fátima (30, 27%); Freguesias com menor numero de processos: Matas/Cercal e Casal dos Bernardos/Rio de Couros (2,2%); Gondemaria/Olival, Urqueira, Seixa e Freixianda/Ribeira do Fárrio/Formigais (3,3%), Atouguia e Espite (4,3%), Caxarias (7,6%) e Misericórdias (14,12%); Média Etária = 11 anos; Problemáticas associadas à sinalização mais expressivas: exposição a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional (47), negligência (27) e a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar (15); Medida de promoção e proteção mais frequente: apoio junto dos pais (41). Há um número considerável de processos que tem consentimento, mas não tem medida aplicada (73). Média de entrevistas = 13/mês; número médio de menores abrangidos por entrevistas/mês = 19/mês; número de entrevistas anuais = 163 entrevistas; número médio visitas domiciliárias = 1VD/Mês, num total anual de 12. Número documentos recebidos = 44,33/mês, num total anual de 532; número documentos expedidos = 62,08/mês, num total anual de 745. Foram ainda desenvolvidas diversas atividades que passamos a descrever abaixo:

Música para Crianças dos 0 aos 3 anos: é uma atividade da responsabilidade do Município e da CPCJ que se realizou no Auditório da Ourearte. A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, imaginação, memória, concentração, atenção, socialização, afetividade, do prazer de ouvir música e do respeito ao próximo, contribuindo também para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. Ao longo do ano participaram 234 crianças, o que significou uma média por sessão de 19 crianças.

MPMT - Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância:

Laço Humano: com o propósito de consciencializar a comunidade em geral para a importância da prevenção dos maus-tratos na infância a que muitas crianças e jovens ainda são sujeitos na nossa comunidade, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, em parceria com o Município, lançou o desafio aos agrupamentos de escolas e colégios do Concelho no sentido de organizar um laço azul humano nos seus estabelecimentos educativos e aos colaboradores do município, que aderiram à iniciativa, que se realizou na praça D. Maria II, no dia 30 de abril. Participaram na atividade 20 pessoas.

Ação de Divulgação sobre o Tema “Maus tratos nas crianças e jovens”:

Tratou-se de uma notícia publicada nos meios de comunicação locais, dirigida à comunidade na qual foi abordada a referida temática e a história do laço azul que deu origem à campanha.

Colónia de Férias:

O Município de Ourém em parceria com a CPCJ de Ourém colaborou com a Cáritas de Leiria – Fátima na organização da Colónia de Férias Infantis e Juvenis, que se realizou na Casa de Praia do Pedrogão nos meses de julho e agosto de 2019. Esta atividade teve como objetivo apoiar crianças/adolescentes que, de outra forma, não teriam oportunidade de frequentar a colónia de férias. A atividade decorreu ao longo de 2 meses e as crianças participantes foram integradas em 3 turnos, conforme a sua faixa etária, designadamente Turno 1 de 29 de julho a 7 de agosto, Colónia Infantil (idades entre os 7 e 11 anos); Turno 2 de 12 a 21 de agosto, Colónia Pré-Juvenil (idades entre os 12 e 13 anos); Turno 3 de 26 a 31 de agosto, Colónia Juvenil (idades entre os 14 e 16 anos). Participaram na atividade 8 crianças acompanhadas pela CPCJ de Ourém.

Mala da Prevenção:

Workshop “Mala da Prevenção”, que se realizou no dia 10 de setembro de 2019, no Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão em Caxarias e no qual participaram 106 pessoas. Esta atividade teve a parceria da Camara Municipal de Ourém, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, da Polícia de Segurança Pública de Ourém, do Centro de Formação os Templários e do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão. A ação foi dirigida a profissionais docentes e não docentes, professores, assistentes operacionais e outros técnicos que intervêm em contexto escolar e abordou conteúdos relativos aos consumos e dependências. Teve como objetivos sensibilizar os profissionais para a prevenção de comportamentos desviantes e adições nos jovens; alertar para as consequências do consumo

de álcool e outras substâncias psicoativas, na população escolar/juvenil; Identificar as substâncias psicoativas mais vulgares em contexto escolar e seus efeitos; Promover competências nos profissionais que atuam ao nível da primeira linha, para identificar, avaliar e intervir em situações de risco, na sequência de consumos de álcool e outras substâncias psicoativas por parte dos jovens alunos.

Atividades por áreas de intervenção

Infância e Juventude

Passeio com Histórias

O “*Passeio com Histórias*” é uma iniciativa do Município de Ourém e do Grupo de Infância e Juventude da Rede Social e pretendeu proporcionar momentos de convívio, promover hábitos de vida saudáveis, incentivar o gosto pela leitura e proporcionar às famílias e crianças uma noite diferente. Esta ação decorreu no dia 19 de julho e contou com a participação de mais de 200 pessoas, entre adultos e crianças, que tiveram a oportunidade de passear por Ourém e ouvir histórias pelas contadoras Sandrina Gil, da APDAF, e Sónia Costa, do Jardim Infantil de Ourém. A encerrar o passeio decorreu um lanche convívio promovido pelas instituições do Grupo de Infância e Juventude.



Figuras: Momentos do Passeio com histórias 2019

Semana Aventura 2019

Esta semana de atividades decorreu de 22 a 26 de julho de 2019, tendo nela participado 17 crianças, com idades compreendidas entre os 7 aos 12 anos acompanhadas pela CPCJ de Ourém e oriundas de famílias beneficiárias de RSI. Esta atividade foi promovida pelo Município, pelo Núcleo Local de Inserção e pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Ourém,

em parceria com a Segurança Social e o Jardim Infantil de Ourém e teve como objetivos: reduzir a desigualdade de oportunidades de acesso a atividades culturais e de lazer das crianças oriundas das classes sociais mais desfavorecidas; fomentar o desenvolvimento inter e intrapessoal. A atividade teve como temática de base as Rochas. Durante cinco dias todas as crianças tiveram oportunidades de aprendizagem e exploração sobre o tema através de Visita às grutas de Mira D'Áire, ao Parque Aquático, à Praia de S. Martinho do Porto, Caça ao Tesouro na Vila Medieval, Piscinas de Ourém, Monumento das Pegadas dos Dinossauros, Visita ao Castelo de Almourol, Praia Fluvial do Agroal onde terminou o programa com um lanche convívio. Este lanche contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara, do chefe de Divisão da DEASS e dos pais das crianças e dos técnicos envolvidos na atividade, num total de 51 pessoas.



Figuras: Momentos da Semana de Aventura 2019

Mimos de Natal 2019

No âmbito do trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém realizou-se a atividade Mimos de Natal 2019, no dia 14 de dezembro. A atividade destinou-se a 52 crianças acompanhadas por 30 adultos (pais e avós), que integravam famílias com processos ativos no CCVO, CPCJ e RSI.

Esta iniciativa foi focalizada em dinâmicas que permitiram:

- Estação dos afetos: fomentar atitudes de cooperação, respeito, afeto e aceitação; estimular competências sociais; vivenciar situações de socialização e interação com a família e amigos; desenvolver através das atividades propostas a criatividade e a imaginação;
- Estação da DECO – “De olho no rótulo”: fomentar o interesse pela leitura dos rótulos dos alimentos e produtos no momento da compra dos mesmos; fomentar a escolha de alimentos saudáveis e produtos amigos do ambiente;
- Estação Livro Amigo: permitir o acesso à leitura de forma gratuita; fomentar o gosto pela leitura envolvendo a criança e a família.

- Animação com insuflável, entrega de presentes e lanche: proporcionar às crianças um ambiente natalício no qual se sentam “as personagens principais”; vivenciar momentos de partilha de afetos e interação com a família e amigos; proporcionar o acesso a um lanche com iguarias de difícil acesso a famílias com dificuldades económicas; e oferecer um presente que lhes permita ter algum conforto em suas casas.

Envelhecimento

Carnaval Sénior

No dia 04 de março de 2019 decorreu a 5.ª edição do Carnaval Sénior, no Centro Municipal de Exposições de Ourém. Neste ano, a iniciativa organizada pelo Município de Ourém e o Grupo de Envelhecimento da Rede Social contou com a participação de 262 pessoas, das seguintes entidades: APDAF Sénior, Centro de 3.ª Idade de Gondemaria, Centro de Apoio a Pessoas Idosas – Jorge Alves, Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Jorge da Granja, Centro de Apoio Social de Olival, Centro Bem-Estar de Bairro, Centro Social Paroquial S. João Baptista de Espite, Centro Social de Matas, Fundação Arca da Aliança, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Lar Santa Beatriz da Silva e Santa Casa Misericórdia Fátima-Ourém. A apresentar o desfile esteve a Manuela Jorge.

Passeio Sénior 2019

O passeio Sénior é uma iniciativa organizada anualmente pelo Município de Ourém em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho. Esta atividade teve como objetivo proporcionar aos idosos do Concelho momentos de lazer e convívio, aliados à oportunidade de conhecer novos espaços culturais.

Esta atividade realizou-se no concelho das Caldas da Rainha, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 de julho. Como tem vindo a ser habitual, o programa foi dividido em dois momentos, no período da manhã um momento cultural de visita ao Centro Municipal de Artes e ao Museu da Cerâmica e no período da tarde um momento de lazer que decorreu no Parque D. Carlos I onde se realizou o almoço-convívio. Participaram na atividade de 2256 idosos.



Figuras: Passeio Sénior 2019

Dia Internacional do Idoso 2019

Realizou-se na tarde de 01 de outubro, no auditório de S. José do Lar Santa Beatriz da Silva. Esta iniciativa, organizada em colaboração com as instituições do Grupo de Envelhecimento da Rede Social de Ourém. Esta iniciativa visou celebrar o Dia Internacional do Idoso e sensibilizar a sociedade para as questões associadas ao envelhecimento e da necessidade de proteger e cuidar da população mais idosa, através da apresentação de uma peça de teatro aos 280 seniores.

Deficiência / Incapacidade

VI Caminhada “Unidos Pela Diferença”

O Grupo da Diferença que é composto pelo Centro de Reabilitação e Integração de Ouriense (CRIO), Centro de Reabilitação e Integração de Fátima (CRIF), Centro Social da Divina Providência – Casa do Bom Samaritano, União das Misericórdias Portuguesas – Escola de Educação Especial “Os Moinhos” (E.E.E. “Os Moinhos”) e Centro João Paulo II (CJPII), em colaboração com o Município de Ourém, realizou a 6.ª edição da Caminhada da Diferença. Esta iniciativa realizou-se na manhã do dia 20 de outubro, em Fátima.

Tarde da Diferença

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, realizou-se um espetáculo intitulado “Tarde da Diferença”, no dia 01 de dezembro de 2019, no Auditório do Centro João Paulo II, em Fátima, pelas 15h. A atividade foi dinamizada pelo Grupo da Diferença e o programa contou com a atuação conjunta das instituições do grupo, com o tema “*Casting*”, e a atuação da madrinha Joana Espadinha. O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o projeto AJO Inclusivo.



Figuras: Tarde da Diferença

Saúde

Sessão de Esclarecimento – A minha Lista de Verificação Segura: No âmbito das comemorações do Dia do Enfermeiro, decorreu no dia 08 de abril de 2019, pelas 14h30, uma sessão de esclarecimento intitulada “*A minha lista de verificação segura*”, dinamizada pelas enfermeiras do bloco operatório de Leiria. A sessão abordou um conjunto de temáticas relacionadas com a segurança cirúrgica do doente e permitiu aos presentes conhecer um conjunto de normas e de procedimentos a seguir em situação de cirurgia, de modo a que tenham o conhecimento adequado para tomar decisões de forma consciente e segura. Estiveram presentes 45 munícipes que participaram ativamente na sessão através da partilha de experiências vividas e apresentação de dúvidas em torno da temática abordada.

Workshop – Dia Mundial da Hipertensão: No âmbito das atividades do Plano Local de Saúde, realizou-se na sede da Universidade Sénior de Ourém, um workshop subordinado ao tema da “hipertensão”, numa clara alusão ao Dia Mundial da Hipertensão que se celebra anualmente no dia 17 de maio. A sessão foi organizada em parceria com o Município e a Universidade Sénior e dinamizada pelo Enfermeiro Eduardo Santos, que abordou toda a temática da hipertensão, nomeadamente sintomas, prevenção e fatores de risco associados à doença.

Dia Mundial do dador de Sangue – 14 de junho: Decorreu no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, a IV Sessão de Colheita de Sangue, promovida pelo Município de Ourém, em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, de Coimbra. Teve como objetivos assinalar o Dia Mundial do Dador de Sangue e responder a situações de doentes que necessitam de transfusões ou de transplante de medula e não têm dadores familiares compatíveis. A mesma decorreu entre as 9h00 e as 13h00 e teve como resultados 44 pessoas inscritas, 35 pessoas aprovadas para recolha e 9 pessoas suspensas.

Dia Mundial da Consciencialização da Violência Contra a Pessoa Idosa – (17 junho) – Workshop: “Esquecer é permitir...Lembrar é conhecer”: No âmbito das atividades do Plano

Local de Saúde, em parceria com o Município, realizou-se na manhã do dia 17 de junho no auditório de Edifício-Sede do Município de Ourém, um workshop subordinado ao tema da “violência contra a pessoa idosa”. Esta iniciativa foi dinamizada pelo Dr. Gustavo Duarte, Psicólogo da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e teve como objetivo principal sensibilizar para os vários tipos de violência na velhice. Foi dirigido a toda a comunidade, cuidadores formais e informais.

Dia Mundial do Coração – 29 setembro: O Município, em parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia e a UCC de Ourém, para comemoração do Dia Mundial do Coração, desenvolveram no dia 27 de setembro, na Praça D. Maria II, (espaço exterior frente ao Município), as seguintes atividades:

- 10.00h/12.00h - Tenda da Saúde - rastreios, educação para a saúde e avaliação de parâmetros;
- 10.30h/11.30h - Aula de ginástica – promoção da prática desportiva regular como meio para um estilo de vida saudável.

As atividades tiveram como objetivos, assinalar o dia; combater os principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares; promover hábitos de vida saudáveis; e encorajar o cidadão a ser responsável pela sua própria saúde. A tenda da saúde foi assegurada por profissionais da UCC de Ourém. O programa foi dirigido à população em geral e gratuito.

Dia da Alimentação – Unidade de rastreio: No âmbito do Plano Local de Saúde e com a colaboração do Município de Ourém, realizaram-se a 10 de outubro, duas sensibilizações à comunidade, com o propósito de comemorar o Dia Mundial do Cancro Digestivo (30 de setembro) e o Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro).

A Unidade Móvel de Saúde Pública do ACES Médio Tejo esteve estacionada em Ourém no período das 9h30 às 12h00, e em Fátima no período das 14h00 às 16h30, as atividades tiveram como objetivo alertar para a importância de criar bons hábitos alimentares e o impacto que a alimentação pode ter na nossa saúde.

Dia Mundial da Diabetes: Para comemorar o Dia Mundial da Diabetes, o município de Ourém em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém, realizaram no período da manhã do dia 14 de novembro uma campanha de sensibilização para a doença e um rastreio de saúde.

A atividade decorreu das 10.00h às 12.00h, no Mercado Manuel Prazeres Durão, com a seguinte dinâmica: distribuição de *flyers*; avaliação da tensão arterial, glicémia, IMC e perímetro abdominal; avaliação do risco de desenvolver diabetes nos próximos 10 anos (pela aplicação de questionário); prevenir a evolução de complicações associadas à diabetes.

A Diabetes é uma doença silenciosa, o que significa que na maior parte das vezes, se não forem feitos exames médicos, a pessoa pode não ter consciência da doença. Alguns dos fatores de risco para o desenvolvimento da Diabetes são o excesso de peso e obesidade, ingestão de açúcar e gordura em excesso, entre outros. As atividades tiveram por objetivo contribuir para ajudar a comunidade a entender a doença, os fatores de risco e o benefício da adoção de um estilo de vida mais saudável, quer ao nível da prática de exercício físico regular, quer ao nível de uma alimentação equilibrada.

Campanhas Solidárias e Atividades no âmbito do CCVO

Recolha alimentar – Missão Continente: O Município de Ourém, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Leiria, realizou nos dias 6 e 7 de abril e 26 e 27 de outubro a recolha alimentar “Missão Continente” nas superfícies comerciais Continente Bom Dia de Fátima e Continente de Ourém. Em abril, participaram na iniciativa 25 recursos humanos e foram recolhidos 1655 produtos em Fátima e 1817 produtos em Ourém, o que perfaz um total de 3472 bens. Relativamente à campanha de outubro, participaram 43 voluntários e foram angariados, em Fátima 1536 produtos e em Ourém 1453, o que fez um total de 2989 produtos alimentares.

Operação Embondeiro por Moçambique: O Município de Ourém associou-se à Cruz Vermelha Portuguesa na “Operação Embondeiro por Moçambique”. Esta ação contou com o Alto Patrocínio do Presidente da República e constituiu na criação de um fundo de emergência auxiliar às vítimas do ciclone tropical que atingiu moçambique em março de 2019. A comunidade Ourense, as juntas de freguesia, os agrupamentos de escolas e farmácias concelhias, aderiram a esta campanha, reunindo um total de 1524 artigos (enlatados, medicamentos e produtos de higiene) que foram entregues na tarde de 18 de junho nos armazéns da Cruz Vermelha em Lisboa.

7º aniversário Ponto Partilha – 19 junho: Dia 19 de junho o Centro Comunitário de Voluntariado comemorou o seu sétimo aniversário. A data foi assinalada com um momento de convívio entre as 9 voluntárias do CCVO e os 20 voluntários da Loja Social do Município da Batalha. O momento

foi dinamizado pelo EAPN – Núcleo Distrital de Santarém que promoveu uma palestra sobre o que é ser voluntário bem como várias dinâmicas, em que foram partilhadas experiências vividas. A comemoração terminou com um lanche convívio.

Campanha Solidária “Ourém Natal Mágico”: Realizou-se entre 05 e 24 de dezembro de 2019, no âmbito da oferta cultural Ourém Natal 2019, uma campanha solidária que teve como objetivo recolher brinquedos, livros ou outros elementos lúdicos para entregar às crianças e jovens do Concelho de Ourém beneficiários do Centro Comunitário de voluntariado de Ourém. Foram recolhidos 200 brinquedos.

2.3.7 – DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

A Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, adiante designada por DAFCE, foi criada com base na alteração da estrutura orgânica publicada a 16 de outubro de 2018, e tem como principal missão, *Garantir uma adequada e eficiente gestão processual administrativa e de comunicação com o exterior, promover uma gestão integrada de políticas de natureza estratégica através do recurso a instrumentos de planeamento e financiamento comunitário ou nacional e a gestão dos transportes.*

2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Munícipe

Número e Tipo de Atendimentos efetuados;

No que concerne à área do Atendimento ao Munícipe nas instalações sede do Município, a gestão do atendimento ao público é efetuada através do sistema eletrónico que permite a chamada de senhas.

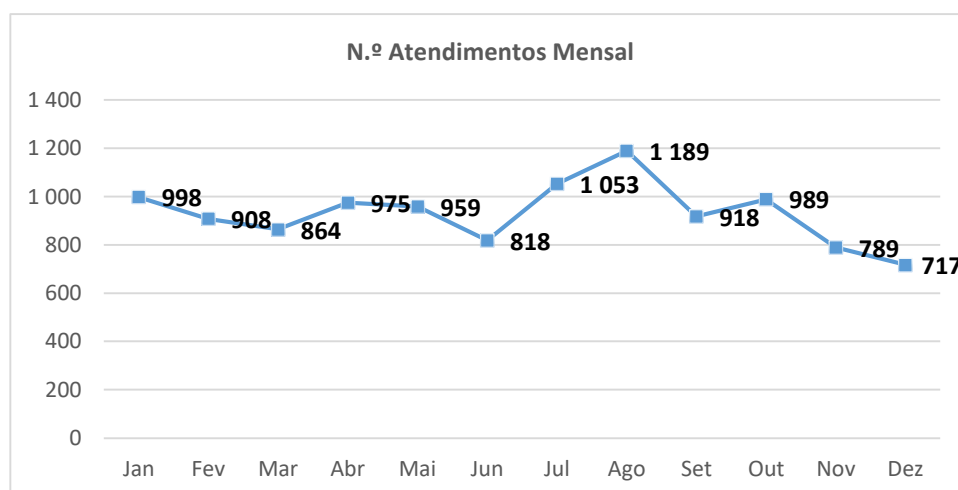
Para atendimento no balcão único é selecionada a senha A, possibilitando ao munícipe ser atendido em 3 mesas distintas. O número de atendimentos efetuado no período em apreço, foi de **11.177**, de acordo com os seguintes dados:

Tipo de Serviço	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	%
6 Licenciamentos - Ocupação do Espaço Público	3	4	0	0	3	2	1	0	1	0	0	0	14	0,13%
7 Licenciamentos - Publicidade	2	2	1	1	1	5	5	5	2	2	1	1	28	0,25%
8 Licenciamentos - Ruído	4	3	1	0	4	5	3	2	4	2	2	1	31	0,28%
3 Proteção Civil	5	16	14	12	15	9	21	5	3	13	14	10	137	1,23%
2 Ambiente - Ramais de Ligação	1	2	6	11	15	24	6	25	21	20	4	7	142	1,27%
5 Licenciamentos - Industriais	0	5	5	34	33	17	11	75	53	27	3	13	276	2,47%
1 Ambiente - Saneamento Básico	8	12	17	36	24	55	31	57	45	40	6	8	339	3,03%
12 LNU - Pagamento de Taxas	57	46	18	32	28	42	52	39	22	20	13	20	389	3,48%
11 Licenciamento Zero	10	17	23	50	45	37	20	139	76	58	21	29	525	4,70%
13 Outros	36	62	69	39	40	5	49	24	16	40	71	83	534	4,78%
13 Outros- Espaço do Cidadão	84	58	52	46	82	44	33	42	34	56	63	55	649	5,81%
0 Emissão de Certidões	21	26	69	67	44	79	40	132	97	70	47	30	722	6,46%
9 Plantas de Localização	83	64	72	42	66	61	97	128	51	52	42	48	806	7,21%
10 Ambiente - Fiscalização Ambiental	76	91	88	93	62	62	59	80	79	61	41	36	828	7,41%
4 Licenciamentos - Obras	608	500	429	512	497	371	625	436	414	528	461	376	5 757	51,51%
TOTAL	998	908	864	975	959	818	1 053	1 189	918	989	789	717	11 177	100%

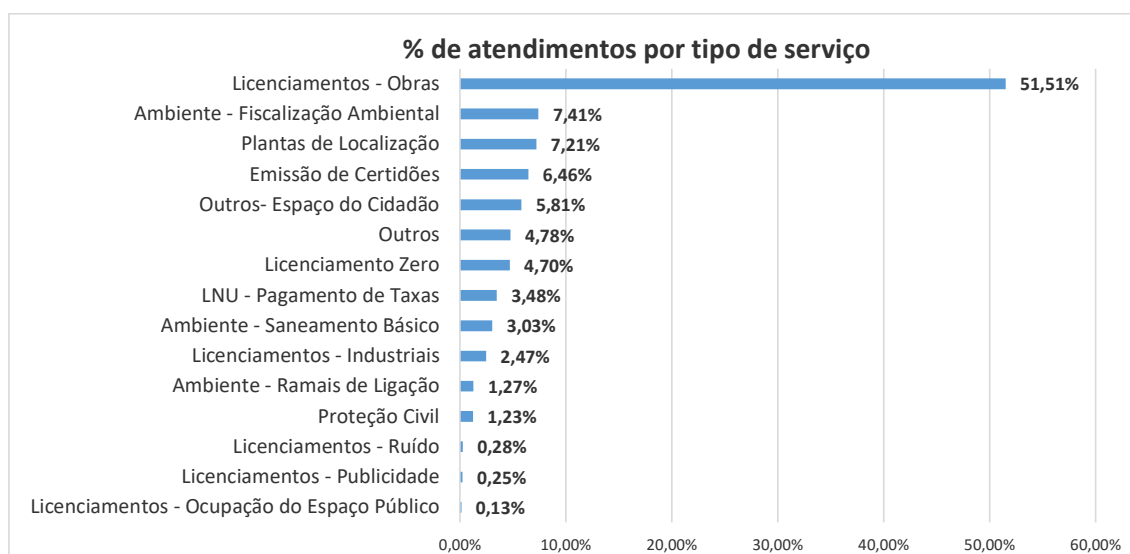
N.º Total de atendimentos em 2019: 11.177

N.º Médio mensal de atendimentos: 931,42

N.º Médio diário de atendimentos: 42,34

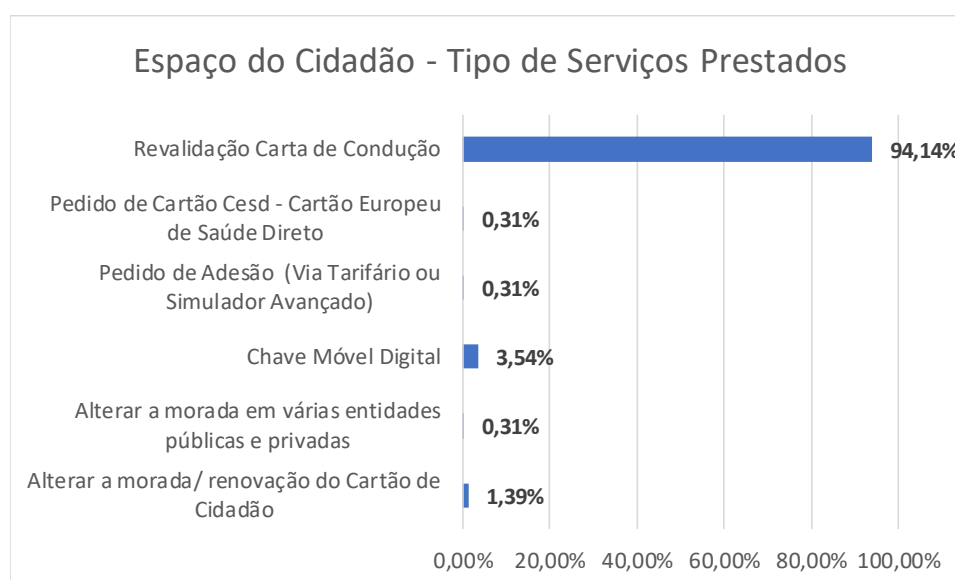


Apresenta-se ainda, de seguida, o gráfico com a distribuição do tipo de atendimentos efetuado:



Do gráfico apresentado apura-se que 51,51% dos atendimentos efetuados no decurso de 2019, respeitam a licenciamento de obras particulares e 7,41% correspondem à área de Ambiente – Fiscalização Ambiental.

Importa referir que o serviço de Atendimento ao Município integra também o serviço do **Espaço Cidadão**, tendo-se verificado 649 atendimentos nesta área. Relativamente a este tipo de atendimento, destacam-se os seguintes tipos de serviços:



- Registo, classificação e digitalização da **correspondência entregue no balcão único**.

Para além do atendimento realizado no balcão único, é efetuado todo o registo, classificação, digitalização e encaminhamento da correspondência, ali entregue, resultante do atendimento praticado.

Neste sentido, ao longo do ano 2019, foram registados cerca de **4.307 documentos**, dos quais, destacam-se expressivamente, 4.146 requerimentos (96%) relacionados com diversas áreas.

Tipo	Registos efetuados	
	N.º	%
Ofício Recebido	20	0%
Email Recebido	28	1%
Carta	6	0%
Requerimentos	4 146	96%
Outros	107	2%
TOTAL	4 307	

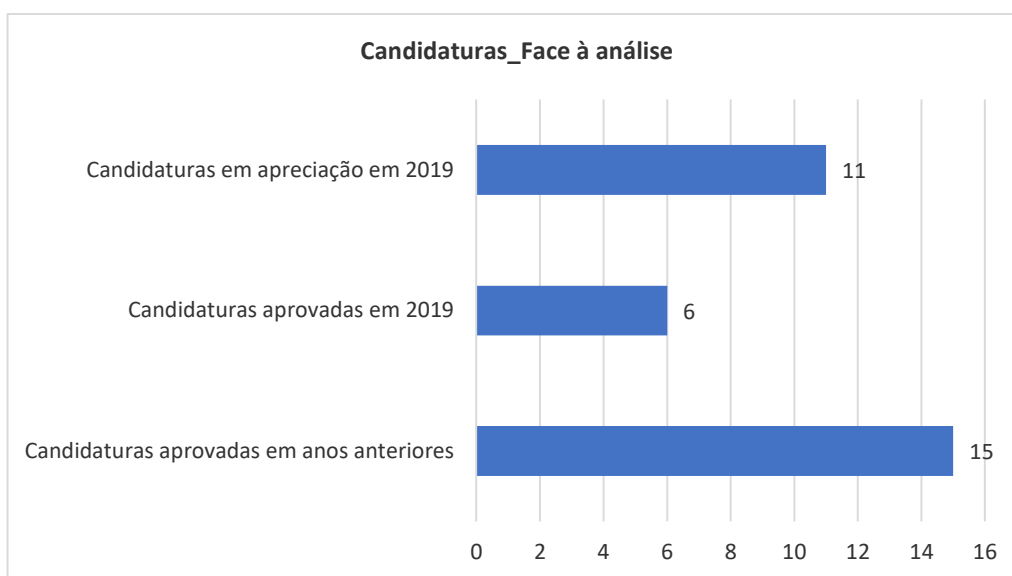
Nota: Os dados estatísticos poderão eventualmente incluir cópias

2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros

A descrição adiante exposta refere-se à elaboração e gestão de candidaturas apresentadas pelo Município de Ourém a fundos comunitários e/ou nacionais. Os dados apresentados reportam-se ao número de candidaturas **ativas** durante o ano de 2019.

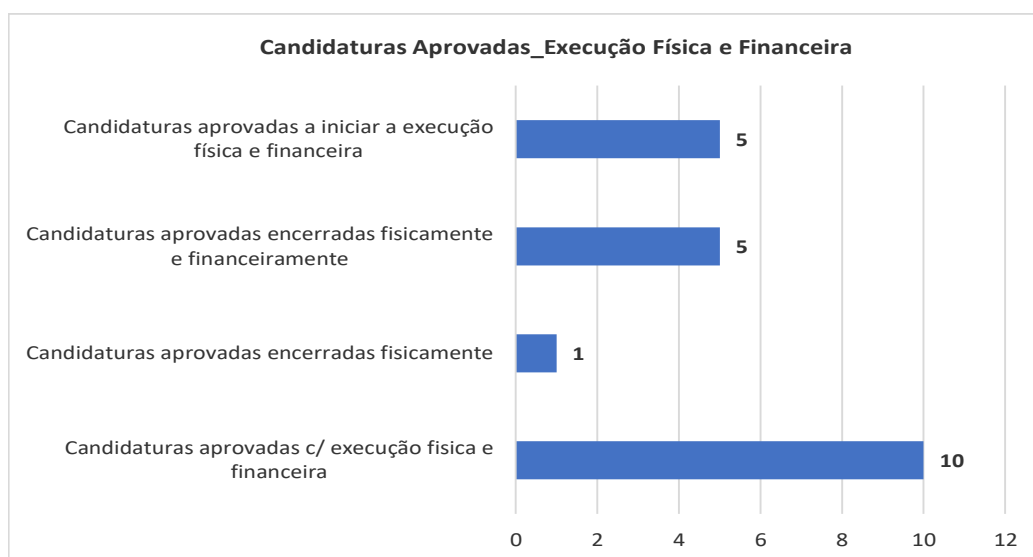
➤ **Número de candidaturas ativas e sua situação**

A 31.12.2019, o município disponha de 32 candidaturas ativas, das quais 15 foram deferidas em anos anteriores, 6 aprovadas em 2019 e 11 encontram-se em apreciação.

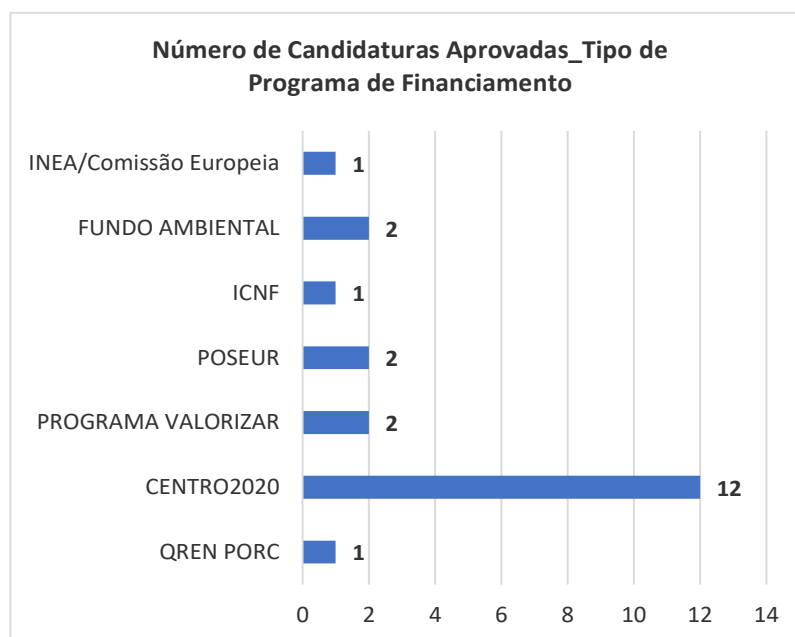


➤ **Candidaturas deferidas e sua situação relativa à execução física e financeira**

Das 21 candidaturas aprovadas e ativas, à data de 31 de dezembro de 2019, a situação relativa à execução física e financeira das mesmas, encontra-se exposta no quadro que se apresenta.



➤ **Número de candidaturas apresentadas por tipo de financiamento/programa**



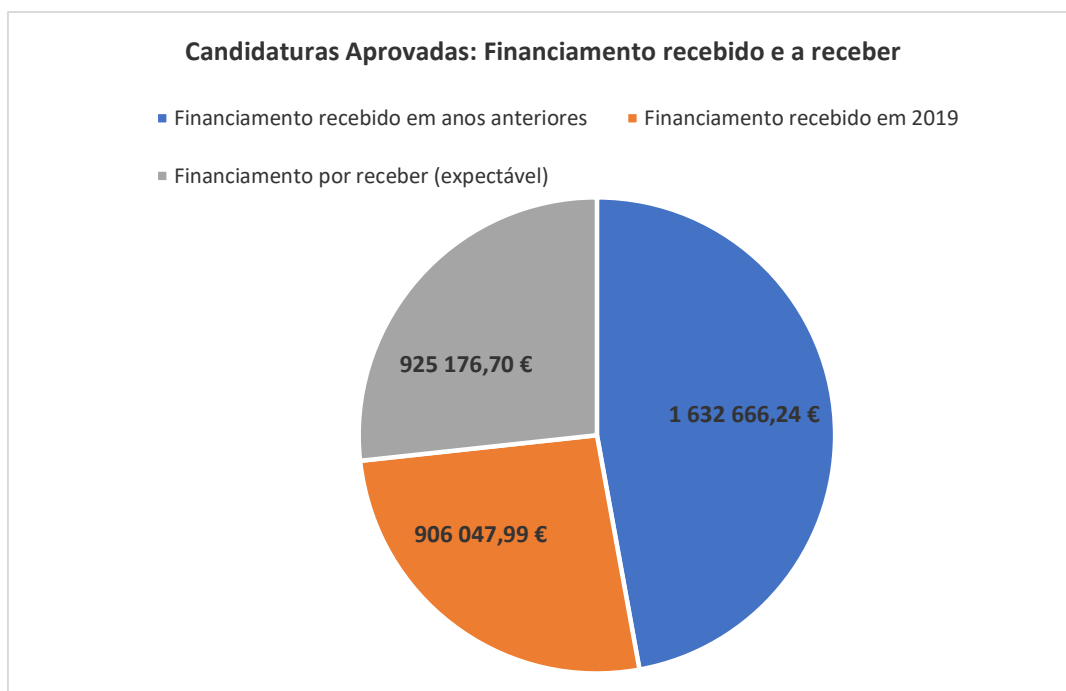
De acordo com o gráfico apresentado anteriormente, verifica-se que das 21 candidaturas aprovadas, destaca-se o CENTRO 2020 com 12 candidaturas aprovadas.

Importa salientar, que no atual quadro comunitário, nomeadamente no CENTRO 2020, as citadas candidaturas incluídas no mesmo, encontram-se abrangidas, quer por um PARU - Programa de Ação de Regeneração Urbana, quer através da ITI – Investimento Territorial Integrado subjacente no pacto celebrado entre os Municípios, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ambos aprovados, cujos projetos foram individualmente submetidos através de candidatura.

➤ **Financiamento recebido no âmbito das candidaturas aprovadas**

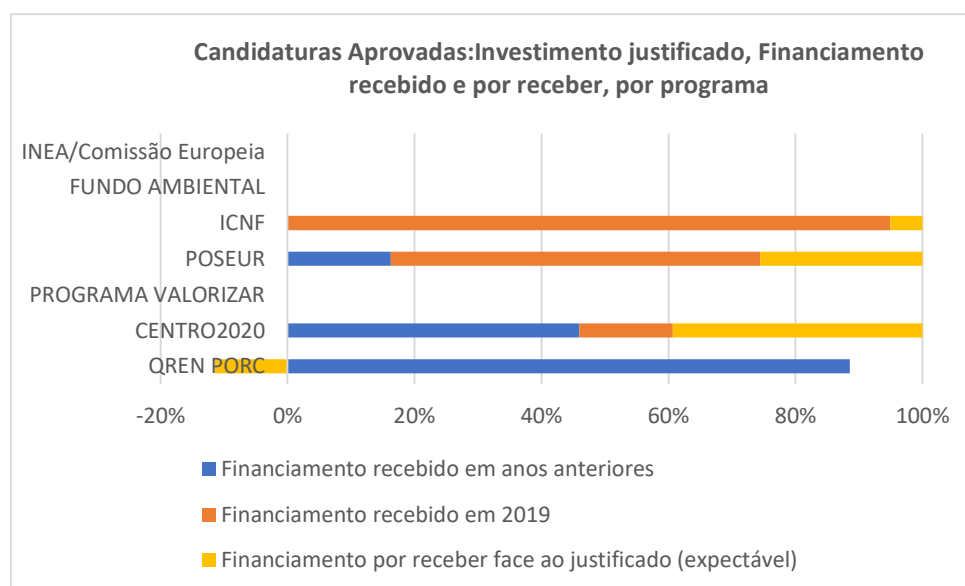
Através do gráfico abaixo representado, constata-se o seguinte:

- 47,13% de financiamento recebido em anos anteriores;
- 26,16% de financiamento recebido em 2019;
- 26,71% de financiamento por receber face ao justificado (expectável).



➤ **Financiamento recebido por tipo de programa no âmbito das candidaturas deferidas**

Analisando a situação referida anteriormente, apresenta-se no gráfico seguinte, a relação do volume de financiamento recebido/a receber por cada programa de financiamento face à despesa justificada.



Mapa resumo das candidaturas ativas durante o ano 2019

Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	N.º Projecto	Designação do projecto	Entidade promotora	Situação em sede análise	Investimento Proposto	Investimento Elegível	Tx Comp.	Montante de Financiamento	Despesa Justificada	Financiamento atribuído		Financiamento recebido relativo à despesa justificada		Financiamento por Receber face ao justificado (esperável)	Situação em termos de Execução	OBS		
													A despesa justificada	Mecanismo Pop up (95%) / Adiantamento	Compart. Recebida em anos anteriores	2019				Total Recabido	
2009	2009		IGREN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Territorial"	ID 1812	Beneficiação da EN 113-1	CCDR/CIMT	Deferida	936 033,00 €	934 973,34 €	85%	794 727,34 €	619 954,38 €	526 961,22 €	40 634,13 €	564 099,30 €	- €	604 733,43 €	- 77 772,21 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Aguarda termo de encerramento	
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	POSEUR-03-2012-FC-000490	Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Espite, Matas e Cercal	POSEUR	Deferida	1 031 506,87 €	758 929,46 €	85%	645 090,04 €	752 094,95 €	639 280,71 €	- €	153 962,76 €	431 384,43 €	585 347,19 €	53 933,52 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Relatório Final em preparação	
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	POSEUR-03-2012-FC-000550	Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga	POSEUR	Deferida	2 338 427,22 €	1 606 888,74 €	85%	1 365 855,43 €	480 980,75 €	408 833,64 €	- €	16 418,38 €	178 643,51 €	195 061,89 €	213 771,75 €	Em execução		
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Cultural	CENTRO-07-2114-FEDER-000027	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde	CENTRO 2020	Deferida	638 914,46 €	600 000,00 €	85%	510 000,00 €	95 266,50 €	80 976,53 €	- €	7 315,19 €	- €	7 315,19 €	73 661,34 €	Em execução		
2017	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEOU/PAU	CENTRO-09-2316-FEDER-000041	Reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira	CENTRO 2020	Deferida	2 282 487,97 €	1 287 930,40 €	85%	1 094 740,84 €	1 229 031,77 €	1 044 677,00 €	- €	795 601,36 €	- €	795 601,36 €	249 075,64 €	Em execução		
2017	2017		Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: Turismo Acessível	PO42017	Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis	Turismo de Portugal	Deferida	134 583,53 €	96 209,22 €	90%	86 588,29 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEOU/PAU	CENTRO-09-2316-FEDER-000074	Reabilitação do Cinetatro Municipal	CENTRO 2020	Deferida	2 848 131,94 €	2 112 889,24 €	85%	1 795 955,86 €	222 867,30 €	189 437,21 €	- €	- €	- €	179 119,90 €	179 119,90 €	10 317,31 €	Em execução	
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEOU/PAU	CENTRO-09-2316-FEDER-000075	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde para Espaços Museológicos	CENTRO 2020	Deferida	2 089 165,75 €	1 998 330,96 €	85%	1 698 581,32 €	56 993,89 €	48 444,81 €	- €	48 354,05 €	- €	48 354,05 €	90,76 €	Em execução		
2017	2019		Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: WIFI	PO84717	Fátima: Disponibilização de Rede Wi-Fi	Turismo de Portugal	Deferida	82 664,36 €	82 355,21 €	90%	74 119,69 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2018	2018		Fundo Florestal Permanente	2018012800030	Abertura de faixas de interrupção de combustíveis no concelho de Ourém	ICNF	Deferida	42 400,00 €	21 435,00 €	100%	21 435,00 €	21 435,00 €	21 435,00 €	- €	- €	- €	20 363,25 €	20 363,25 €	1 071,75 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Aguarda encerramento pelo ICNF
2018			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Eficiência Energética	CENTRO-06-1203-FEDER-000063	Eficiência Energética da Piscina Municipal de Ourém	CENTRO 2020	Em apreciação	349 555,00 €	345 446,31 €	95%	328 173,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2018	2019		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEOU/PAU	CENTRO-09-2316-FEDER-000124	Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase	CENTRO 2020	Deferida	415 592,68 €	414 651,72 €	85%	352 453,95 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2018			Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEOU/PAU	CENTRO-09-2316-FEDER-000162	Reabilitação do Espaço Público do Núcleo Central	CENTRO 2020	Em apreciação	1 153 713,97 €	1 153 060,92 €	85%	980 101,78 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2018	2019		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Infraestruturas educativas para o ensino escolar	CENTRO-03-5673-FEDER-000149	Centro Escolar de Carvoeira	CENTRO 2020	Deferida	1 954 910,22 €	1 257 662,60 €	85%	1 069 013,21 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2018			Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: Sustentabilidade	PO93118	Ourém - Destino Sustentável	Turismo de Portugal	Em apreciação	293 077,73 €	293 077,73 €	80%	234 462,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Investir na Educação	CENTRO-03-5266-FSE-000015	PEIDME Médio Tejo - Fase 1	CENTRO 2020	Deferida	542 895,43 €	540 490,46 €	85%	459 416,89 €	517 385,86 €	439 777,98 €	- €	6 281,07 €	49 153,38 €	55 434,45 €	384 343,53 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT	
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Natural	CENTRO-07-2114-FEDER-000022	Artéria	CENTRO 2020	Deferida	62 519,00 €	58 377,02 €	60%	35 026,21 €	51 702,95 €	31 021,77 €	- €	- €	31 021,77 €	31 021,77 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT	
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000017	Médio Tejo - Projeto Caminhos	CENTRO 2020	Deferida	47 543,72 €	46 433,37 €	85%	39 468,36 €	18 614,31 €	15 822,16 €	- €	- €	- €	- €	15 822,16 €	Em execução	Promotor Associação "Médio Tejo"	
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Reforço das aplicações TIC	CENTRO-08-0550-FEDER-000009	Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo - Desenvol. Territorial Estratégico - 1ª Fase	CENTRO 2020	Deferida	45 933,64 €	20 376,78 €	85%	17 320,26 €	20 262,24 €	17 222,90 €	- €	- €	16 361,75 €	16 361,75 €	861,15 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT	
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000037	Rotas e Percursos no Médio Tejo	CENTRO 2020	Deferida	301 148,94 €	300 532,45 €	85%	255 452,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000066	Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados - Médio Tejo	CENTRO 2020	Deferida	80 000,00 €	79 551,22 €	85%	67 618,54 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT	
2019	2019		Mecanismo Interliga a Europa - WIFI4EU	INEA/CEF/WIFI4EU/2-2019/001253-001433	WIFI4EU	Agência de Execução para a Inovação e as Redes	Deferida	- €	15 000,00 €	100%	15 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Acesso, Promoção da Acessibilidade Inclusiva PI.4.2	CENTRO-09-1406-FEDER-000077	+Acesso +Fátima	CENTRO 2020	Em apreciação	433 212,20 €	235 294,12 €	85%	200 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000324	Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel	CENTRO 2020	Em apreciação	296 488,99 €	295 501,43 €	85%	251 176,22 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000325	Unidade de Cuidados de Saúde de Olival	CENTRO 2020	Em apreciação	388 026,00 €	386 836,96 €	85%	328 811,42 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000326	Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral	CENTRO 2020	Em apreciação	233 030,34 €	232 257,67 €	85%	197 419,02 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000334	Instalação de Gabinete de Saúde Oral	CENTRO 2020	Em apreciação	20 000,00 €	19 850,40 €	85%	16 872,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019			PDR2020/ADIRN/ Medida 10.2.1.6 Renovação de Redes	PDR2020-10216-058740	Renovar Aljustrel	PDR2020/ADIRN	Em apreciação	171 449,38 €	149 238,47 €	80%	119 390,78 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019	2019		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP (Aviso n.º12381/2019)	194	Aquisição de veículo elétrico (VW) - DEASS/Saude	Fundo Ambiental	Deferida	36 670,68 €	36 670,68 €	32,72%	12 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019	2019		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP (Aviso n.º12381/2019)	198	Aquisição de veículo elétrico (VW) - DEASS	Fundo Ambiental	Deferida	36 670,68 €	36 670,68 €	32,72%	12 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
2019			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PEPAL	CENTRO-04-3118-FSE-000035	PEPAL VI	CENTRO 2020	Em apreciação	84 028,77 €	69 904,80 €	85%	59 419,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Em execução		
2019			Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio:Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior	PO22819	Há luar no Agroal - Promoção do Ecoturismo no interior de Portugal	Turismo de Portugal	Em apreciação	458 855,87 €	457 187,88 €	70%	320 031,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar		
LEGENDA:								TOTAL	19 829 638,34 €	15 944 015,24 €		13 457 722,64 €	4 086 589,90 €	3 463 890,93 €	40 634,13 €	1 592 032,11 €	906 047,99 €	2 538 714,23 €	925 176,70 €		

LEGENDA:
 Deferida
 Em apreciação

Contratos Emprego-Inserção

Ao longo do ano 2019, o Município integrou ainda **6 beneficiários no âmbito do Programa Contrato Emprego-Inserção**, que consiste na realização, por desempregados subsidiados, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses, através da submissão de 4 candidaturas na plataforma *lefponline*.

Para além das candidaturas submetidas em 2019, foram encerrados 5 contratos emprego-inserção nesse mesmo ano.

N.º Processo	Data Submissão	Decisão	Área	N.º Beneficiário	Data Início	Data Fim	Estado
009/CEI/18	17/01/2018	Deferido	Divisão de Atendimento ao Município - Serviço de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho (RHST)	1	01/04/2018	08/02/2019	Encerrado
164/CEI/18	13/06/2018	Deferido	Divisão de Ação Cultural - Cine-Teatro Municipal	1	17/09/2018	31/08/2019	Encerrado
272/CEI/18	19/09/2018	Deferido	Serviço de Ambiente e Sustentabilidade - Apoio à operação das Etar's municipais	1	29/10/2018	20/08/2019	Encerrado
				2	29/10/2018	28/10/2019	
063/CEI/19	15/02/2019	Deferido	Divisão de Recursos Humanos e Informática - Secção de Recursos Humanos	1	03/04/2019	05/03/2020	Em execução
162/CEI/19	04/06/2019	Deferido	Divisão de Ação Cultural - Biblioteca Municipal de Ourém	1	15/07/2019	14/07/2020	Em execução
176/2019	21/06/2019	Deferido	Divisão de Ação Cultural - Trabalhos Arqueológicos	1	01/08/2019	12/07/2020	Em execução
272/CEI/19	02/10/2019	Deferido	Serviço de Ambiente e Sustentabilidade - Operacional de Resíduos	1	15/11/2019	14/11/2020	Em execução
				2	15/11/2019	30/08/2020	Em execução

Legenda:

	Encerrado
	Em execução

2.3.7.3 – Setor de Transportes

No âmbito das competências do Setor dos Transportes, foram realizadas genericamente as tarefas abaixo elencadas e discriminadas nos pontos seguintes.

- Atendimento telefónico ou presencial de vários/as encarregados/as de educação;
- Análise e verificação *in loco* dos pedidos apresentados;
- Elaboração, implementação e acompanhamento do esquema de transporte diário dos/as alunos/as do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para as aulas de adaptação ao meio aquático no âmbito das AEC's bem como para as diversas atividades realizadas pelo Município de Ourém;

- Análise e informação dos pedidos de cedência de autocarros apresentados pelas diversas associações/coletividades do concelho ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo apresentados pelo Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude – SADJ, para implementação e realização com recurso à frota municipal ou ao aluguer de veículos junto da Rodoviária do Lis;
- Análise e informação dos pedidos de cedência de autocarros apresentados pelos Agrupamentos de Escolas e Colégios para implementação e realização com recurso à frota municipal ou ao aluguer de veículos junto da Rodoviária do Lis ao abrigo do procedimento p/188, no âmbito das atividades aprovadas no Plano de Atividades para os anos letivos 2018/2019 (janeiro a junho) e 2019/2020 (setembro a dezembro);
- Análise de documentação e produção de pareceres no âmbito da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em colaboração com a CIMT.

O Setor dos Transportes assegura ainda a gestão da frota municipal de transportes coletivos de passageiros composta por 11 veículos:

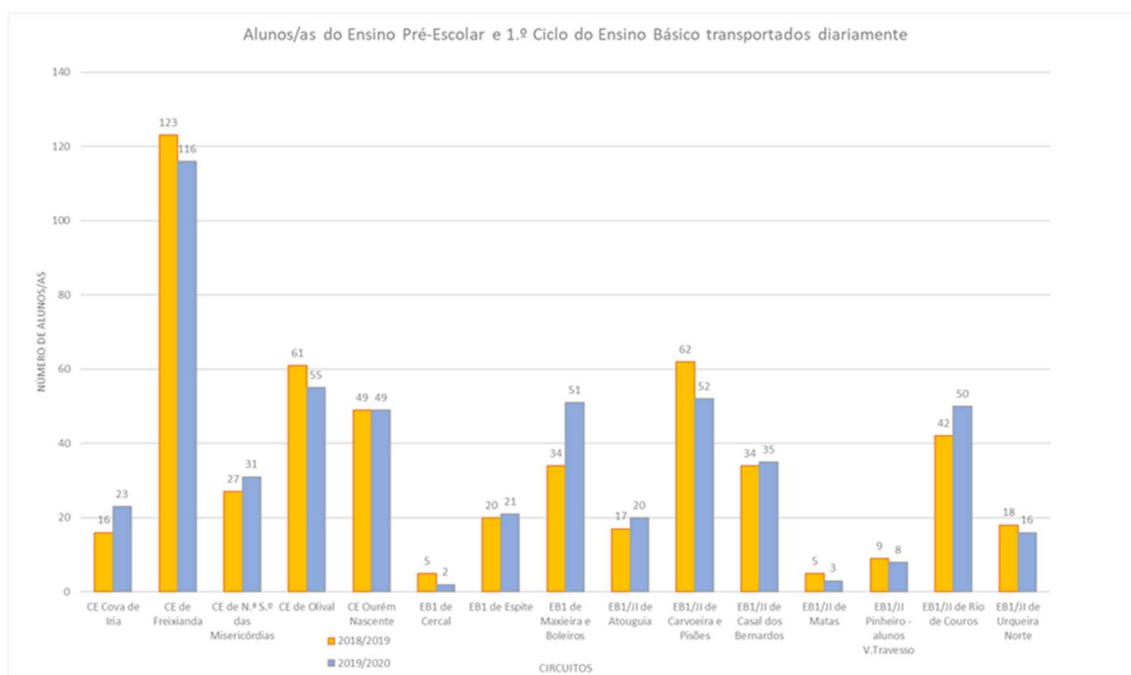
- 1 autocarro de 51 lugares;
- 4 autocarros de 27 lugares,
- 1 autocarro de 27 lugares, propriedade do Centro Social da Ribeira do Fárrio e cedido ao Município por protocolo;
- 5 autocarros de 19 lugares.

Encontra-se ainda afeta a este setor uma carrinha de 9 lugares bem uma carrinha equipada para o transporte de refeições.

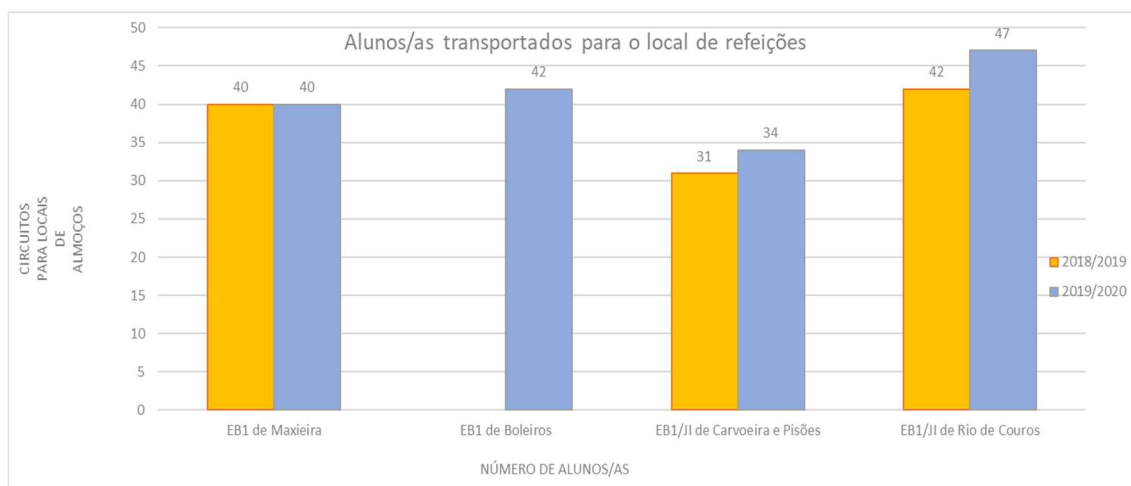
2.3.1. Transportes escolares e outros serviços

➤ Serviços de transportes escolares regulares dos alunos do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico

No ano letivo 2018/2019, nomeadamente entre os meses de janeiro a junho, o número de alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares nos circuitos casa/escola e escola/casa, era de 522 e passou para 532 alunos/as, no ano letivo 2019/2020, isto é, a partir de setembro, com a distribuição constante no gráfico abaixo indicado.



Para os locais de refeições e conforme representado no gráfico abaixo indicado, foram transportados diariamente 113 alunos/as no ano letivo 2018/2019 e 163 alunos/as no ano letivo 2019/2020.



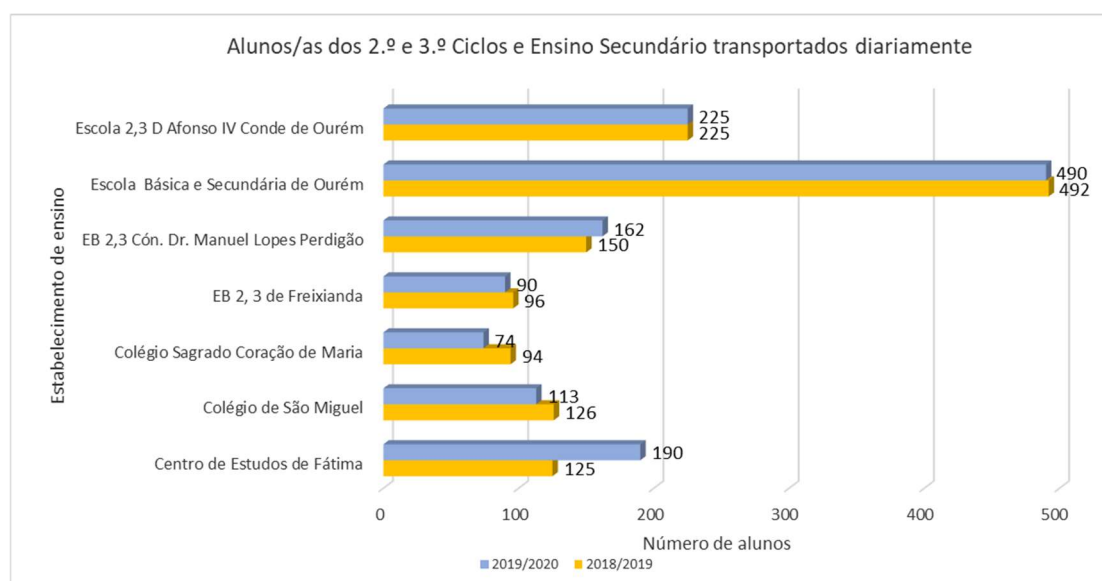
Rede de transportes escolares regulares dos/as alunos/as dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário/profissional

No que se refere aos/as alunos/as dos 2.º Ciclos, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares foram efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

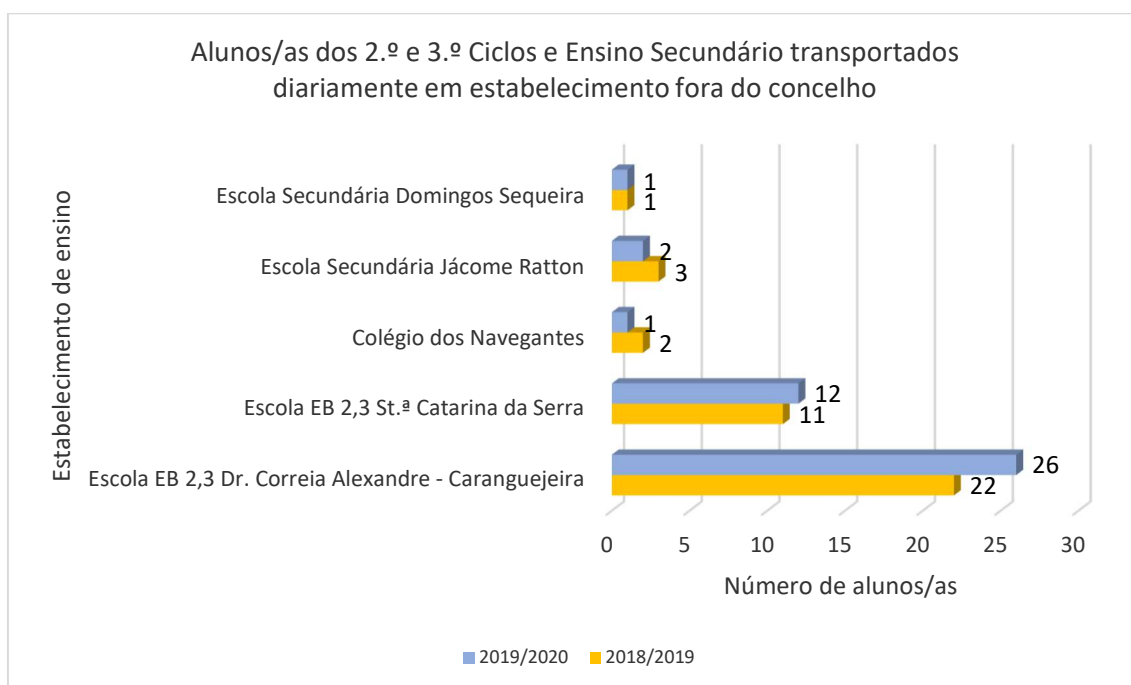
As infraestruturas de transportes escolares do Concelho de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas, agora provisoriamente por força da aplicação da Lei 52/2015, de 9 de junho, à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais concessionada à Rodoviária Beira Litoral (RBL ou Transdev).

Consultados os dados transmitidos pelos estabelecimentos de ensino, foram transportados/as diariamente para os respetivos estabelecimentos escolares, **no ano letivo 2018/2019, 1.308 alunos/as, passando para 1.344 alunos/as, a partir de setembro 2019**, cuja distribuição se apresenta no gráfico 3. Não foram mencionados os/as alunos/as matriculados/as na Escola Básica e Secundária de Ourém, na Escola Profissional de Ourém e na Escola de Hotelaria de Fátima que utilizam a rede de transportes públicos, tendo em conta que os custos dos transportes escolares desses/as alunos/as são suportados na íntegra pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).

De referir que, no ano letivo 2018/2019, foram implementadas novas regras na comparticipação no transporte escolar para os/as alunos/as matriculados/as nos 5.º, 7.º e 10.º anos nos estabelecimentos de ensino de Fátima com contrato de associação para o Ensino Básico 2.º e 3.º e Ensino Secundário, sendo apenas contemplados com comparticipação os/as alunos/as residentes na freguesia de Fátima e nas freguesias de Atouguia e N.ª S.ª das Misericórdias (para estas últimas apenas até ao valor de referência para Ourém).



Também foram transportados/as alunos/as do concelho para estabelecimentos de ensino limítrofes, por inexistência do curso pretendido ou por ser o estabelecimento de ensino mais próximo da sua zona de residência, tendo sido a comparticipação aprovada em reunião camarária caso a caso, no ano letivo 2018/2019, num total de 39 alunos/as, passando para 42 alunos/as, a partir de setembro 2019 (ver gráfico seguinte). No ano letivo 2018/2019, nomeadamente a partir do mês de setembro 2018, foram aplicadas novas regras de comparticipação para os alunos matriculados nos 5.º e 7.º anos nos referidos estabelecimentos de ensino passando os encarregados de educação a comparticipar em 50% as despesas de transportes escolares.



Transporte das refeições dos alunos do Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias e da EB1/JI de Mata

Desde setembro 2019, o Setor de Transportes passou a ser responsável pelo transporte das refeições dos alunos do Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias bem como dos alunos da EB1/JI de Mata.

São transportadas diariamente 120 refeições, sendo carregadas 80 na cantina da Escola EB 2,3 D. Afonso IV Conde de Ourém para o Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias e 40 na cantina da Escola EB 2,3 Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias para a EB1/JI de Mata.

O transporte é efetuado com uma carrinha do Município devidamente equipada com contentores e revestimento isotérmico para o transporte das refeições.

Outros serviços de transporte

Para além dos serviços regulares de transportes escolares e do transporte das refeições, foram realizados serviços para as seguintes atividades:

- Transportes dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico para as aulas de adaptação ao meio aquático nas Piscinas Municipais e nas instalações do Centro de Estudos de Fátima para os alunos do território educativo de Fátima,
- Atividades desenvolvidas pelos Agrupamentos de Escolas,
- Deslocação das coletividades no âmbito do apoio ao Associativismo,
- Atividades na Biblioteca Municipal de Ourém e no Museu Municipal de Ourém,
- Visitas de estudo,
- Visitas à Vila Medieval,
- Atividades desenvolvidas por outros serviços como o Fórum Estudante, a Festa da Criança, o Passeio Sénior e Ourém Natal.

Os motoristas também asseguraram uma vez por mês o transporte de alimentos para a Conferência São Vicente de Paulo, da central de distribuição em Leiria para Ourém.

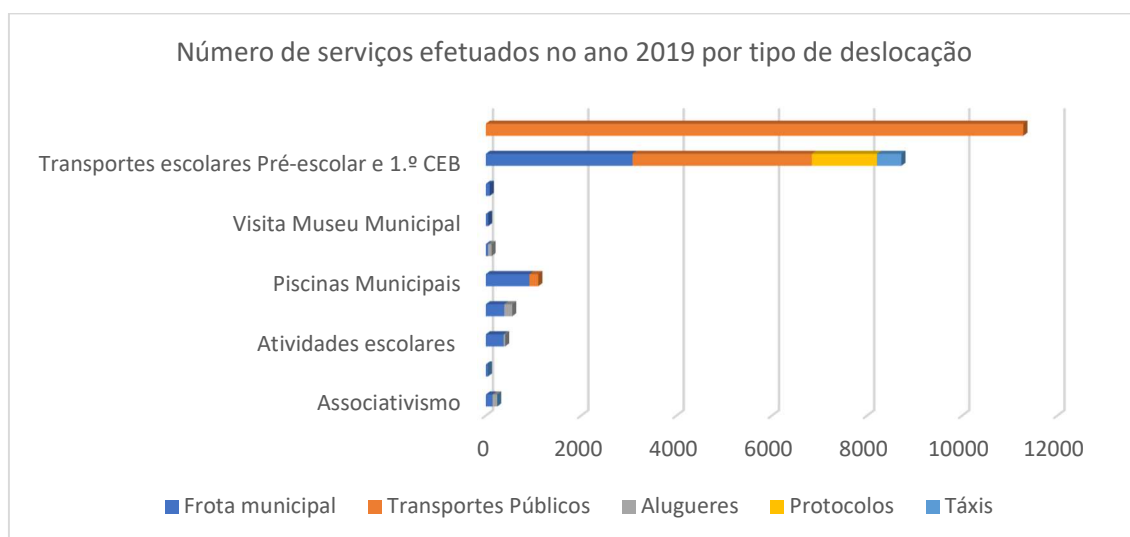
Dados estatísticos

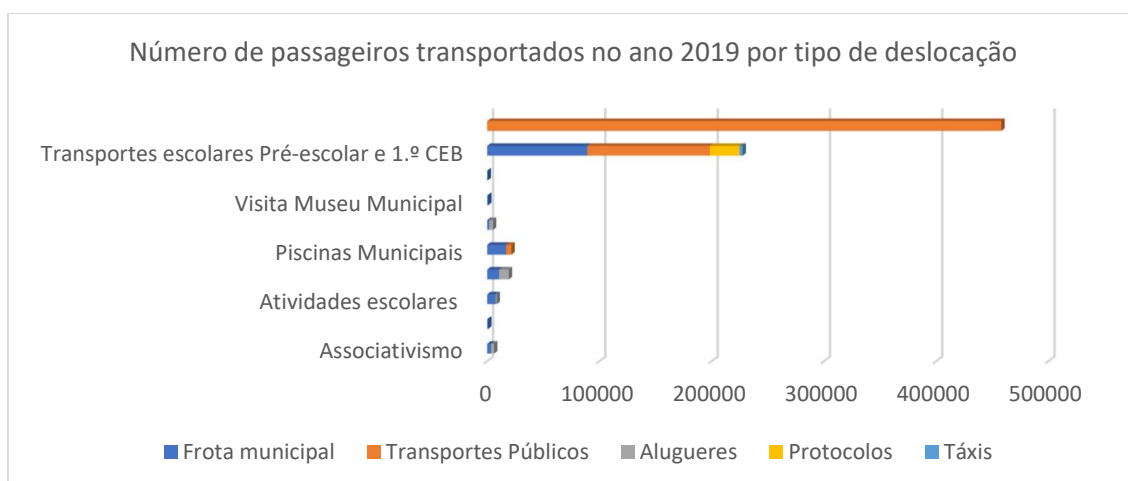
Assim e aplicando os critérios⁴ do Instituto Nacional de Estatística para contabilização dos transportes de passageiros, verifica-se que foram realizados no ano 2018, conforme consta da tabela e dos gráficos abaixo indicados, **22.601 serviços e transportados 747.521 passageiros, o que representa um aumento de cerca de 13.000 passageiros face ao número de passageiros transportados durante o ano de 2018.**

Analisados os dados, no que se refere à **Frota Municipal**, verifica-se que os nossos funcionários executaram **5114 serviços e transportaram 131.406 passageiros.**

⁴ A realização da deslocação de um grupo de pessoas implica o transporte de ida e regresso pelo que se considera que foram efetuados 2 serviços

Tipo de deslocação	Total de serviços realizados	Total de passageiros transportados
Associativismo	238	6064
Atividades Biblioteca	44	852
Atividades escolares	406	8358
Atividades outros serviços	554	19250
Piscinas Municipais	1100	21516
Visita de estudo	120	5080
Visita Museu Municipal	50	822
Visita Vila Medieval	82	336
Transportes escolares Pré-escolar e 1.º CEB	8721	227455
Transportes escolares 2.º e 3.º CEB e SEC	11286	457788
Total	22601	747521





Apoio ao Setor de Sinalização e Trânsito

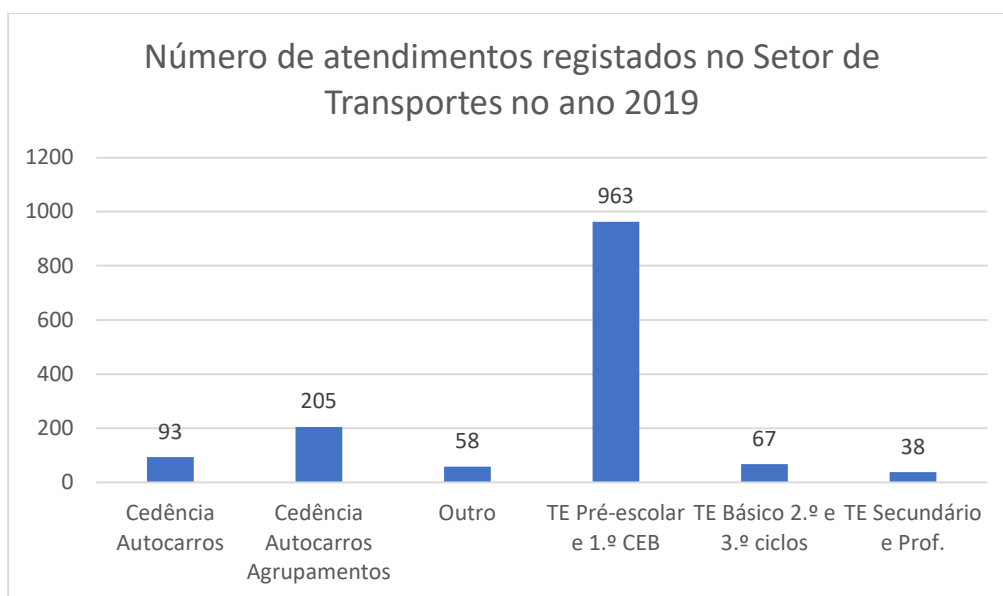
Para além do apoio pontual que era dado em matérias comuns aos dois setores, o funcionário José Lopes passou, a partir do dia 10 de dezembro de 2019, a assegurar a substituição do colega do Setor de Sinalização e Trânsito, que se encontrava a gozar a sua licença parental.

No âmbito dessa substituição, foram analisados e tratados:

- Pedidos de Ocupação de Via Pública e dos respetivos Planos de Sinalização Temporária;
- Processos da Divisão de Urbanismo e Território com implicações na sinalização rodoviária da envolvente;
- Processos relativos à colocação ou alteração de sinalização

Registo dos atendimentos de munícipes, pareceres técnicos emitidos e tratamento de documentos

Apresentamos ainda o número de atendimentos de munícipes (por telefone ou presencial) registados no Setor dos Transportes para o período em apreço, num total de **1424 registos**.



2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia

No âmbito das competências atribuídas à Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração e tratamento de **28 agendas/ atas** das reuniões camarárias e respetivas convocatórias;

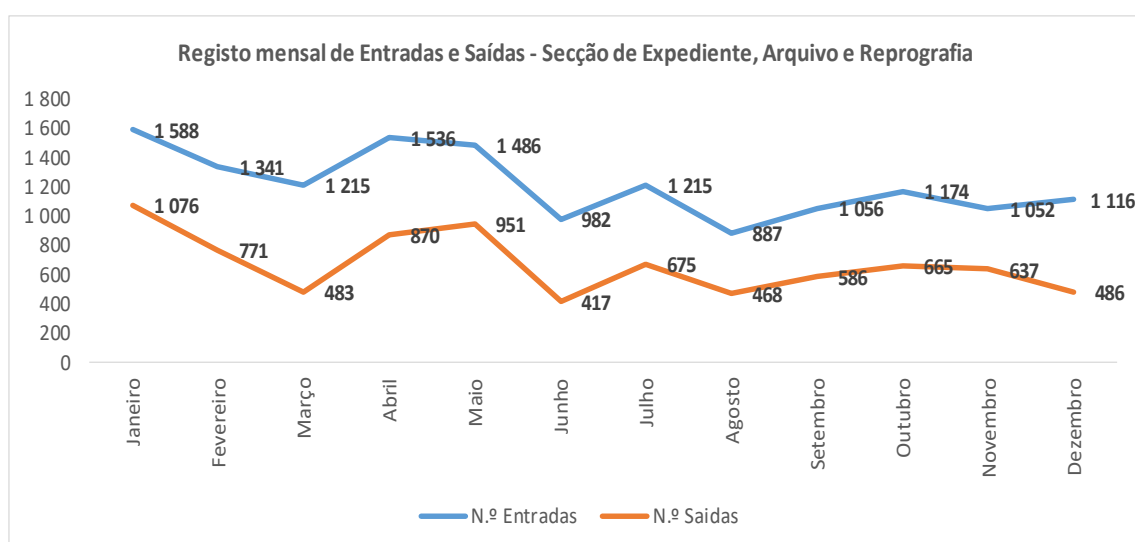
A elaboração e tratamento das agendas e atas das reuniões do órgão executivo, carecem da execução de um conjunto de atividades, desde a elaboração da ordem do dia até à finalização da ata, destacando-se as seguintes tarefas:

- Elaboração da agenda;
- Elaboração de convocatórias;
- Digitalização/Extração de todos os assuntos agendados, incluindo a agenda, que são remetidos via e-mail a todos os Vereadores e Dirigentes;
- Elaboração de formulários dos assuntos agendados;
- Preparação, elaboração e finalização da ata, após confirmação/comparação entre a informação constante da ata e os dados contidos nos processos apreciados em reunião;
- Emissão de certidões de deliberação;

- Indexação das deliberações respeitantes aos processos no Sistema de Gestão Documental (SGD) e ou no Sistema de Processo de Obras (SPO);
- Impressão e recolha de assinaturas das atas;
- Elaboração de correspondência diversa desde a ordem de trabalhos até à finalização da ata;
- Elaboração de ofícios necessários ao seguimento dos assuntos agendados, após finalização da ata;
- Publicitação de reuniões públicas e atas através de edital e página eletrónica do município.
- Registo, classificação e digitalização da **correspondência entrada e saída** diariamente no serviço de Expediente;

O registo de entrada e saída de correspondência é efetuado diariamente na Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, através da aplicação de gesto documental MGD e abrange o registo de ofícios, fax's, emails, faturas, recibos, avisos, cartas, requisições, requerimentos, entre outros.

Apresenta-se de seguida o número de registos⁵ de entradas e saídas efetuados no serviço de Expediente:

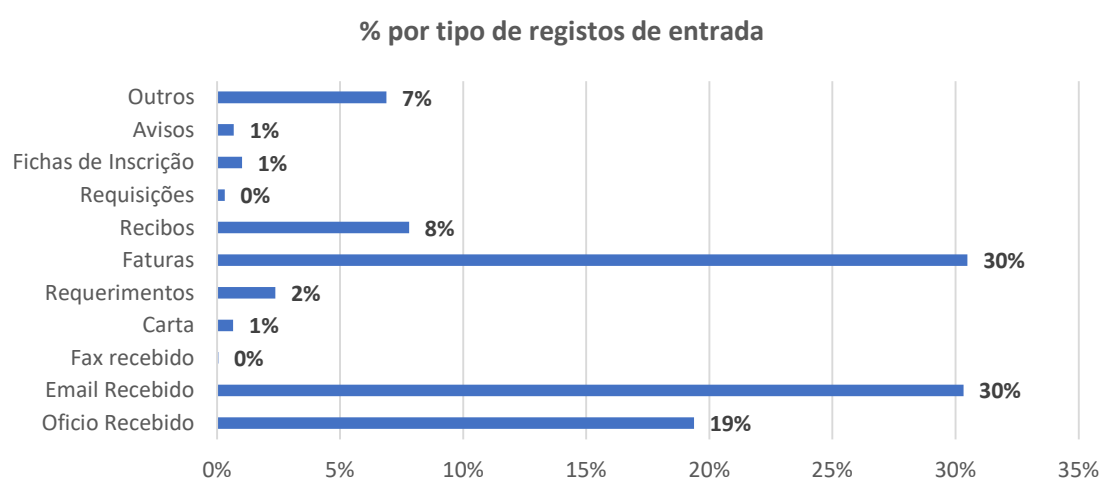


⁵ O total dos registos inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD

	Entradas	Saídas
Número de Registos	14 648	8 085
Média mensal de registos	1221	674
Média diária de registos	58	32

Ao longo do período em análise, registou-se um total de 14.648 entradas, determinando um registo diário em média de 58 documentos. Por outro lado, verificou-se um registo total de 8.085 saídas, resultando uma média de 32 registos efetuados por dia.

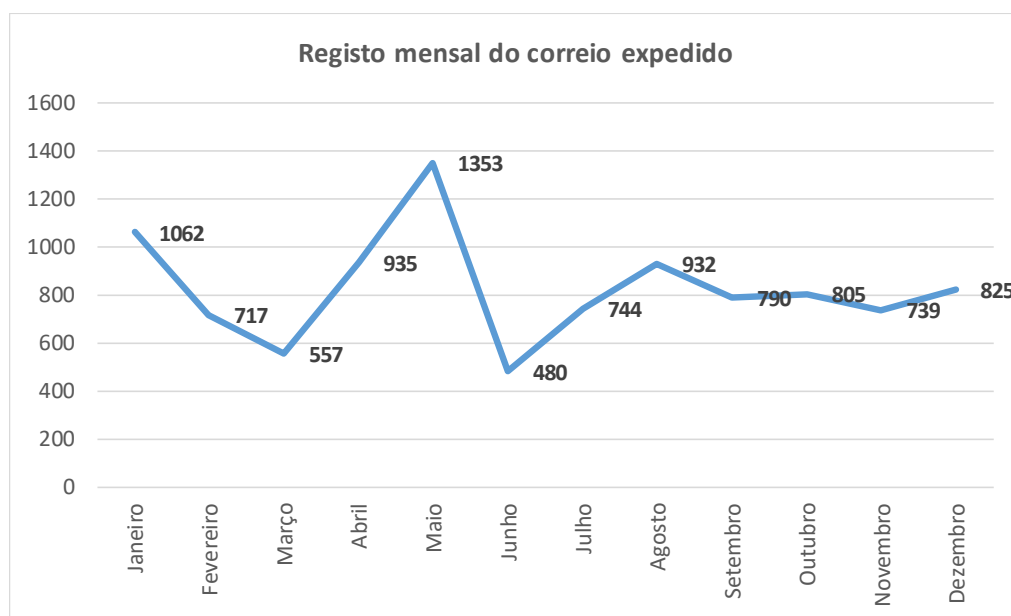
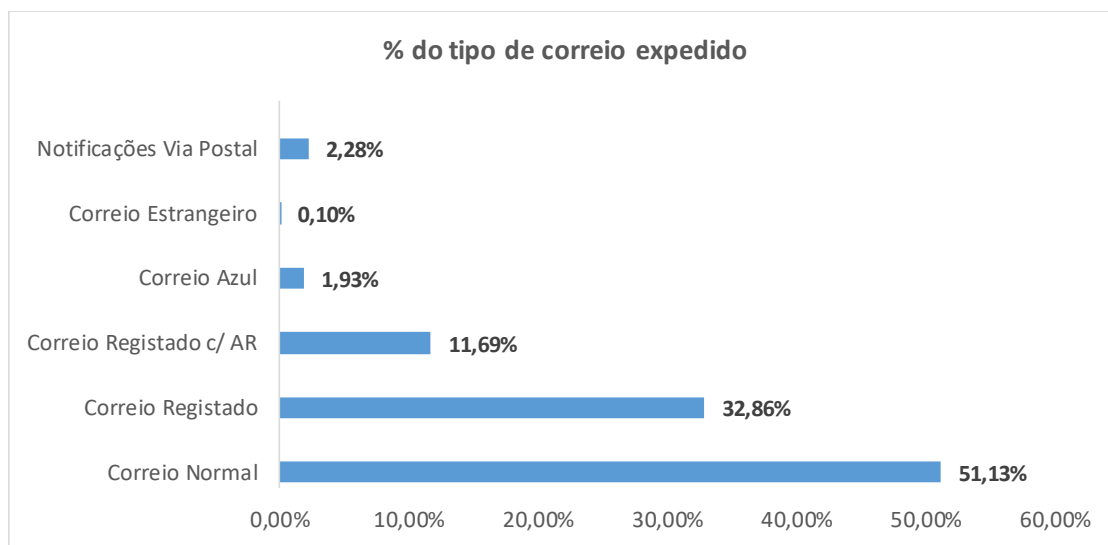
Do número de registos de entrada, destacam-se os seguintes tipos de correspondência:



De salientar que do número total de registos de entrada efetuados no serviço de Expediente, verifica-se que 30% são emails, 30% são faturas e 19% são ofícios.

- Emissão de **fotocópias simples e autenticadas**;
- Registo no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de **137 cidadãos da União Europeia**;
- Elaboração e registo de **136 Editais**;
- Reencaminhamento do **e-mail geral do Município**, registando uma média diária de 100 e-mails;
- Atendimento telefónico, registando uma média diária de **120 telefonemas** do exterior;
- **Expedição de correio via CTT**;

Em 2019, registou-se um total 9.939 de correio expedido, via CTT, tipificado do seguinte modo:

**Outras tarefas:**

- Submissão de **20 atos obrigatórios para o Diário da República**;
- Apoio na elaboração de despachos referentes a delegação/subdelegação de competências;
- Organização dos processos de empréstimos de curto prazo e de longo prazo;
- Acompanhamento do processo do Dia da Defesa Nacional (Serviço Militar);
- Organização do dossier dos autarcas;

- Tratamento de expediente diverso do serviço;
- Manutenção do arquivo do serviço.

2.3.8 – SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

Nos termos do despacho n.º 9714/2018, de 16 de outubro, durante o ano 2019 o serviço de projetos técnicos teve como missão a “elaboração técnica de projetos de infraestruturas e equipamentos e o seu acompanhamento físico” tendo competências nas seguintes áreas:

- Elaboração técnica de projetos de obras e infraestruturas.
- Acompanhamento físico de obras.
- Topografia.
- Medições e orçamentação.
- Sinalização e trânsito.

As tarefas desenvolvidas no serviço passam a ser descritas e agrupadas em função das áreas de competência dentro das quais estão subdivididas em função da sua especificidade.

Elaboração de projetos

- Orçamento participativo de Ourém 1ª Edição – Gestão do processo e membro da comissão técnica de acompanhamento.
- Centro de Recolha Oficial (canil/gatil municipal) – aperfeiçoamento das especialidades do projeto de execução com o objetivo de melhorar a classe energética do edifício.
- Centro de Documentação Joaquim Ribeiro (adaptação do edifício da EB1 do Zambujal, com vista a acolher o acervo documental e bibliográfico do Dr. Sérgio Ribeiro) – Projeto de execução e acompanhamento do procedimento de contratação da empreitada. Acompanhamento da obra.
- Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel (projeto de requalificação do antigo jardim-de-infância de Alburitel, adaptando-o a extensão de posto médico) Alburitel, Freguesia de Alburitel – Projeto de execução aprovado pela ARSLVT. Acompanhamento do procedimento de contratação da empreitada. Acompanhamento da obra. Acompanhamento do processo de candidatura a decorrer.

-
- Unidade de Cuidados de Saúde de Olival (projeto de requalificação da antiga EB1, adaptando-a a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Ourém - Polo de Olival), União de Freguesias de Gondemaria e Olival – Projeto de execução aprovado pela ARSLVT. Acompanhamento do procedimento de contratação da empreitada. Acompanhamento da obra. Acompanhamento do processo de candidatura a decorrer.
 - Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral (projeto de requalificação do antigo jardim-de-infância de Sobral, adaptando-o a unidade de Cuidados de Saúde), Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias – Projeto de execução aprovado pela ARSLVT. Acompanhamento do procedimento de contratação da empreitada. Acompanhamento da obra. Acompanhamento do processo de candidatura a decorrer.
 - Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros – Elaboração da primeira versão do estudo prévio.
 - Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém, tendo em vista a reabilitação do edifício e melhoria do ponto de vista da eficiência energética.
 - Instalação de cofre no edifício sede do Município de Ourém – Projeto de execução. Apoio à fase de contratação.
 - Construção de edifício multiusos em Caxarias – Estudo Concluído. Recolha de contributo ARSLVT e Executivo. Programa totalmente revisto de acordo com as novas orientações da ARSLVT.
 - Requalificação da Avenida Papa João XXIII (troço de saída da A1 à Rotunda Sul) e primeiro troço da variante de Fátima (futura rotunda do Moimento à estrada do Moimento) – Programa preliminar.
 - Requalificação urbana da rua Tenente Coronel Moreira Lopes – Ligação à Rua das Serradas, Ourém – Estudo Preliminar. Projeto de Execução.
 - Requalificação urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre as rotundas dos Álamos e do Ribeirinho. Elaboração de Estudo prévio.
 - Requalificação urbana da R. e Tr. Dr. Júlio F. Constantino/Rua Anjo de Portugal/Rua da Sagrada Família (e outras, todas, no centro Norte de Fátima). – Elaboração do programa preliminar.
 - Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Centro Urbano de Fátima. – Anteprojeto.

-
- Construção de muros confrontantes com a Av. D. Nuno Álvares Pereira. – Projeto execução.
 - Construção de Muro de contenção em Tomaréis. – Projeto de execução.
 - Construção de campos de ténis, *padel* e squash, Ourém. – Programa Preliminar.
 - Projeto de requalificação do campo da Caridade. – Execução do estudo prévio e do programa preliminar para a elaboração do projeto de execução do projeto.
 - Elaboração do projeto de execução para a correção, reforço e proteção dos taludes de escavação ao longo de 1.200 metros da Estrada Municipal de Alvega. – Programa Preliminar.
 - Construção da portaria do centro escolar de Carvoeira – Caxarias. – Projeto de execução.
 - Beneficiações várias na escola cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão. – Programa preliminar para elaboração do projeto de execução alusivo às várias intervenções detetadas.
 - Valorização do Parque Natureza e Centro de Interpretação, Agroal. – Estudo.
 - Rota das Azenhas, Olival. – Programa Preliminar.
 - Conversão do Jardim Infantil de Atouguia em Centro Escolar. – Programa Preliminar e Programa Base.
 - Beneficiação do Largo das Escolas e Escadaria, Ourém. – Projeto de Execução.
 - Requalificação do cruzamento entre as Ruas São João de Deus e São João de Eudes. – Estudo de rotunda para a intersecção.
 - Zona Industrial da Freixianda. – Estudo prévio e do programa preliminar para a elaboração do projeto de execução e de avaliação de impacte ambiental.
 - Requalificação da Praça e Parque de Lazer no Largo do Rossio, Urqueira. – Iniciado o projeto de execução.
 - Projeto de construção da Ecovia Fátima-Ortiga. – Projeto de execução.
 - Reabilitação do Parque Ribeirinho Dr. António José Teixeira, em Ourém. – Programa Preliminar.
 - Instalação de ilha ecológica em Seiça. – Elaboração do Projeto de execução.
 - Elaboração do estudo alusivo a melhoramentos no encaminhamento dos utentes e visitantes jardim de infância do Bairro.
 - Loja do Cidadão, Ourém. – Programa preliminar.

Acompanhamento de projetos elaborados externamente por contratação de serviços

- Reabilitação do Espaço Público do Núcleo Central (jardim de Le Plessis Trévisé) (PEDU).
– Projeto de execução. Conclusão da revisão do Projeto de execução. Acompanhamento do processo de concurso para empreitada.
- Reabilitação do Castelo e Paço do Conde para Espaços Museológicos (PEDU). – Acompanhamento do procedimento de concurso público da empreitada.
- Extensão do Parque Ribeirinho Dr. António José Teixeira (fase 1), em Ourém (PEDU). – Consulta às entidades para emissão de parecer. Acompanhamento procedimento de concurso pública da empreitada.
- Requalificação do Cineteatro de Ourém (PEDU). – Acompanhamento do procedimento de concurso da empreitada.
- Requalificação da EM 357, Estrada de Leiria. – Projeto de execução.
- Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus. – Estudo prévio.
- Requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9. – Estudo Prévio.
- Projeto de Requalificação Urbana das ruas Dr. Neves Eliseu e F. Sá Carneiro. – Estudo Prévio. Análise ao Anteprojeto. Acompanhamento das correções ao Anteprojeto.
- Projeto de Construção do Centro Escolar da Carvoeira. – Acompanhamento do procedimento de contratação da empreitada.
- Reabilitação do antigo Mercado Municipal de Ourém para Fórum Cultural. – Acompanhamento do desenvolvimento do projeto de execução.
- Projeto de construção da Ecovia Fátima-Ortiga. – Projeto de execução.

Análise e estudos ou pareceres técnicos

- Alinhamentos no troço da EN 349, em Aldeia Nova.
- Beneficiação da iluminação no acesso à Mata Municipal – Elaboração de proposta.
- Desmoronamento de arribas na Estrada de Alvega – Consulta preliminar.
- Cruzamento da ER 349 c/ EM 523 – Ventilharia.
- Arranjos Exteriores da Casa Mortuária do Olival – Apoio Técnico e Financeiro.
- Memorando dos empresários de Caxarias – Requalificação da EN 356 – Ligação de Caxarias a Ourém.
- Acessibilidade às instalações BEWATER.

- Acessibilidade a estabelecimento comercial em Espite.
- Requalificação da Rua de Castela – ligação à Rua da Olaria e ligação à Rua Dr. Armando Henriques Reis Vieira.
- Instalação de parómetros na Av. D. Nuno Álvares Pereira – Aumento da área de estacionamento tarifado. Redefinição da área de estacionamento tarifado em Ourém.
- Alargamento da Área de estacionamento tarifado em Fátima.
- Proposta de redefinição dos sentidos do trânsito em Ourém.
- Redefinição do estacionamento diferenciado na Rua João Paulo II em Fátima.
- Estacionamento em frente ao Edifício Fórum – Fátima
- Informação técnica sobre a Instabilidade do Edifício Sede da Junta de freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias.
- Pedido de informação acerca de um projeto de MOBILIDADE- IPCB;
- Informação técnica sobre o projeto de execução da Requalificação da Mata Municipal de Ourém.

Participação em procedimentos de formação de diversos contratos

Elaboração dos procedimentos inerentes, necessários ao correto desenvolvimento do procedimento de contratação. Esclarecimentos, abertura e análise de propostas.

- P182/2018/CPA - Aquisição de 5 parómetros e respetiva sinalização a instalar na Av. D. Nuno Álvares Pereira
- P129/2018/CPA - Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém.
- P152/2018 - Serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos.
- P020/2019 - Requalificação do Antigo Jardim de Infância para a Extensão do Centro de Saúde (UCS Alburitel).
- P021/2019 - Requalificação da antiga EB1 para Centro de Saúde (UCS Olival).
- P022/2019 - Requalificação do Antigo Jardim de Infância para a Extensão do Centro de Saúde (UCS Sobral).
- P017/2019 - Construção do Centro Escolar de Carvoeira - Freguesia de Caxarias.

- P085/2019 - Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de «P017/2019 – Construção do Centro Escolar de Carvoeira».
- P063/2019 - Reabilitação da Zona Balnear do Agroal - União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.
- P107/2019 - Arranjos vários no Centro Escolar Santa Teresa – Ourém.
- P092/2019 - Execução de Obras de Reabilitação referente à Instalação do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro em Zambujal – Ourém.
- P078/2019 - Requalificação do espaço público do núcleo central - Jardim de Le Plessis – Trévis.

ACOMPANHAMENTO FÍSICO DE OBRAS

Durante o ano de 2019 foi feita a fiscalização e acompanhamento de obras, que se descrevem:

- P070/2016 - Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira, Ourém – Esclarecimentos de projeto. Acompanhamento da equipa de fiscalização e análise das modificações ao contrato. Encerramento da empreitada.
- SGIMCI – Acompanhamento do funcionamento do sistema.
- P090/2018 - Pólo de inovação - STARTUP Ourém - Acompanhamento, em apoio ao da fiscalização, para esclarecimento que questões suscitadas pela entidade executante. Acompanhamento no âmbito da gestão de contrato - deliberação municipal de 17.09.2018.
- P182/2017 – Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos. Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização.
- P150/2018 - Requalificação da EB1 de Rio de Couros. Acompanhamento da fiscalização.
- P092/2019 - Execução de Obras de Reabilitação referente à Instalação do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro em Zambujal – Ourém. Acompanhamento da fiscalização.
- P129/2018 - Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém. Fiscalização da obra até novembro e posteriormente acompanhamento da fiscalização da obra (P97/2019 – contrato n.º 74/2019);
- P020/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel – Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização.

-
- P021/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Olival – Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização.
 - P022/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral – Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização
 - P076/2019 – Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase. Fiscalização da obra.
 - P017/2019 – Construção do Centro escolar da Carvoeira – Caxarias. Acompanhamento da fiscalização da obra.

Topografia

Levantamentos topográficos

- Capela de São Sebastião e terrenos contíguos, Atouguia;
- Serventia no Beco Antunes, Andrés-Caxarias;
- Edifício na Vila Medieval de Ourém, Nª Sra. das Misericórdias;
- Rua da Boiça, Cabiçalva, Pinheiro;
- Associação Cultural e Recreativa Atouguiense, Atouguia;
- Terreno em Casal Ribeiro para nova captação de água, Rio de Couros;
- Casa Mortuária e terrenos contíguos, Urqueira;
- Largo contíguo ao edifício da Junta de Freguesia, Urqueira;
- Serventia pedonal no Bairro 25 setembro, Ourém;
- Terrenos contíguos ao CRIO e implantação de marcos, Penigardos, Ourém;
- Muro em risco de queda, Tomaréis-Olival;
- Cruzamento na Rua 1º de Janeiro com a Rua do Centro no lugar de Lavradio, Mata;
- Cruzamento da estrada de Nossa Senhora da Ortiga com a Estrada de Fátima, Fátima;
- Escola Primária do Lombo D`Égua, Fátima;
- Rua do Poço, Fátima;
- Rua da Ladeira, Fátima;
- Terreno para captação de água, Matas;
- Cruzamento no Regato, Ourém;
- Aeródromo de Pias Longas;
- Largo das Escolas e Escadaria junto à Escola Profissional, Ourém;

- Parque de merendas, Olival;
- Ponte no lugar de Carvalhal de Cima, Casal dos Bernardos;
- Cruzamento junto ao cemitério do Vale Travesso;
- Rua Luís Fernandes de Carvalho e Reis, Ourém;
- Largo junto à Igreja, Vilar dos Prazeres
- Rua Tenente Coronel, Ourém;
- Estrada Principal do Lavradio – Matas;
- Jardim junto à escola, Sandoeira;
- Rua da Forja, Fátima;
- Rua contígua ao Cemitério, Seixa;
- Estrada Principal, junto ao Parque Natureza, Agroal;
- Árvores no campo de futebol do Clube Atlético Ouriense, Ourém;
- Rua Mélvyn Jones e envolvente às Piscinas Municipais, Ourém;
- Rua Dona Maria do Carmo Sousa, Lagoa do Furadouro;
- Ligação de domésticos ao coletor público nas Rua Arcanjo São Miguel, Fátima; Rua Clube Desportivo Vilarense, Vilar dos Prazeres; Aldeia de Santa Teresa – Freixianda;

1. Implantação e verificação de Implantações

- Lancel na Rua Santa Teresa, Ourém;
- Sondagens arqueológicas no Castelo, N.º S.º das Misericórdias;
- Muro Beco do Casal, Abadia, Caxarias;
- Marcos no lugar de Sesmarias, Espite;
- Lote 22 na Zona Industrial Casal dos Frades, Seixa;
- Lancel na Rua Barjona de Freitas, Ourém;
- Limites de rotunda, Ortiga;
- Av. José Alves Correia da Silva – Fátima;
- Zona Industrial Casal dos Frades – Seixa;
- Rua Colégio São Miguel – Fátima;
- Rua Nova da Igreja, Lameira – Fátima;
- Rua da Pedrinha, Moimento – Fátima;
- Rua Dr. Júlio Pereira Constantino – Fátima;
- Casal Ramalho, Lombo D`égua – Fátima;

-
- Rua da Pedrinha, Moimento – Fátima;
 - Avenida Beato Nuno – Fátima;
 - Rua das Figueiras, Eira da Pedra – Fátima;
 - Beco da Fazarga, Moita redonda – Fátima;
 - Rua Dr. Pinto, Lote 4 – Freixianda;
 - Rua dos Gaiolos, Eira da Pedra – Fátima;
 - Urbanização da ortiga - Lote 7 – Fátima;
 - Rua S. Francisco de Assis, Moita – Fátima;
 - Rua do Bairro, Moita redonda – Fátima;
 - Estrada da moita, Moita redonda – Fátima;
 - Estrada da pederneira, Eira da Pedra – Fátima;
 - Rua da Cooperativa, Lameira – Fátima;
 - Cabecinho, Eira da Pedra – Fátima;
 - Avenida Beato Nuno – Fátima;
 - Avenida 21 de Junho, Chã – Caxarias;
 - Rua Encosta da Fazarga – Fátima;

Medições e Orçamentação

Elaboração de mapa de medições e estimativa

- Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil);
- Beneficiações no Edifício Sede do Município de Ourém – Instalação de Cofre no Edifício do Município de Ourém;
- Reparação, substituição de rails, colocação de saís metálicas e de terminais;
- Sinalização vária;
- Passadeiras de Fátima;
- Corrimão para Rampa na Av. D. Nuno Álvares Pereira;
- Execução de Muros – Av. D. Nuno Álvares Pereira;
- Construção da Portaria do Centro Escolar de Carvoeira;
- Posto de Turismo de Fátima – Alteração de Pavimento;
- Implantação de Ilha Ecológica no Largo Juvêncio Figueiredo – Vila de Freixianda;
- Proteção metálica para coluna de Iluminação.

Análise do Mapa de Medições e Estimativa de Projetos externos

- Requalificação do Espaço Público do Núcleo Central – Jardim de Le Plessis-Trévisé;
- Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal;
- Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – 1ª Fase;
- Centro Escolar da Carvoeira;
- Piscina Municipal de Ourém – Manutenção elétrica;
- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria;
- Jardim Infantil de Ourém;
- Requalificação das ruas Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro.

Este serviço esteve em colaboração com a Divisão de Ação Cultural no que respeita aos seguintes trabalhos:

- Percursos Pedestres na Zona do Agroal – verificação de trilhos;
- Caminhos de Fátima – Rota Carmelita – verificação de sinalética;
- Grande Rota do Carso – Verificação de sinalética e validação de Auto de Medição;
- Passadiço do Agroal – análise de percurso.

Energia e eficiência energética

Processos relacionados com a concessionária da rede de distribuição de energia no concelho.

[EDP – Distribuição]

- Reporte de anomalias na rede de iluminação pública e reclamações sobre anomalias (Horário) à Concessionária;
- Análise de pedidos de iluminação pública resultando na realocação de luminárias e pedidos de extensão de rede de iluminação pública;

Projetos de iluminação pública

- Projeto de iluminação pública - largo das escolas e escadaria – Santa Teresa.

Relatórios e estudos de consumos energéticos – Escolas e Jardins Infantis.

- Relatório 4.º trimestre 2018 – Escolas de jardins Infantis;
- Escola EB1 e JI de Mata Urqueira;
- Análise técnica de soluções a implementar em instalações mencionadas no Relatório 4.º trimestre 2018 – Escolas de jardins Infantis:
 - Escola EB1 e JI de Mata Urqueira;
 - Centro Escolar Stª Teresa;
 - JI - EB1 Pinheiro;
 - JI - EB1 Atouguia;
 - JI - EB1 Rio de Couros;
 - Centro escolar Cova de Iria.

Pareceres técnicos nas especialidades elétrica e telecomunicações de obras em curso no Município

- Análise e informação de processos de intervenção na via pública referente a ramais de abastecimento de Baixa Tensão;
- Análise de processos de construção de infraestruturas de comunicações eletrónicas no concelho de Ourém;
- Requalificação do Jardim Le Plessis – Trévisé;
- Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá de Carneiro;
- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria;
- Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus - Estudo Prévio;
- Requalificação da rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública da Rua Santa Teresa;
- Projeto de iluminação pública - largo das escolas e escadaria – Santa Teresa;
- Requalificação de sistemas semafóricos EN113 – Alburitel.

Acompanhamento técnico e análise de relatórios, incluindo apresentação de soluções técnicas, de forma a minimizar os riscos elétricos e cumprir os requisitos de eficiência energética em instalações no âmbito dos seguintes procedimentos:

- P179/2018 – Contratação de Técnico Responsável pela exploração de Instalações elétricas municipais. Procedimento que visa assegurar a responsabilidade técnica na

utilização de instalações elétricas identificando os riscos elétricos existentes. (Decreto-Lei n.º 517/80, de 31 de outubro);

- P181/20148 – Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Emergência a Equipamentos AVAC em Vários Edifícios Municipais, durante 12 meses” – Procedimento que assegura uma equipa especializada em equipamentos de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado, que possibilita o correto funcionamento dos equipamentos em causa. Com este procedimento está salvaguarda a existência de um Técnico de Instalação e Manutenção nível III responsável pelas instalações municipais. (Lei nº 58/2013 e Decreto-Lei nº 118/2013);
- P178/2017 – Aquisição de Serviços para Contrato de Manutenção Simples dos Equipamentos de Elevação do Município, durante três anos.

Manutenção a sistemas elétricos, AVAC e elevadores

- Resolução de diversos assuntos relacionados com climatização e sistemas elétricos em instalações municipais:
 - Centro Escolar St.ª Teresa;
 - Centro Escolar Caridade;
 - Centro Escolar N.ª S.ª Misericórdias;
 - Centro Escolar Cova de Iria.
- Fiscalização e acompanhamento da equipa responsável pelos elevadores, com realização de inspeções técnicas;
- Coordenação dos serviços de manutenção preventiva a sistemas AVAC, implementação de estratégia de monitorização de consumos (eletricidade, gás e gasóleo) em escolas e centros escolares.

Sistemas técnicos instalados em edifícios municipais

- Análise e reporte de anomalias em centrais de intrusão;
- Operacionalização, análise e caracterização técnicas em centrais de intrusão com vista a elaboração de procedimento para manutenção, assistência e acesso remoto a sistemas instalados;

- Procedimento para operacionalização dos sistemas de intrusão (alarmes) em instalações municipais;
- Análise, reportes e apoio na reparação de sistemas de iluminação em centros escolares;
- Apoio técnico sobre os sistemas elétricos existentes em instalações municipais;
- Acompanhamento de procedimentos e informação sobre anomalias em:
 - Equipamentos de elevação municipais;
 - Sistemas de AVAC [Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado];
 - Sistemas Elétricos. TRE- [Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas municipais].

Eficiência energética em edifícios municipais

- Estudo de soluções técnicas de racionalização de consumos em edifícios municipais:
 - Registo de consumos e acompanhamento a equipamentos de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) instalados em edifícios municipais;
- Registo, monitorização e análise de consumos de eletricidade, gás e gasóleo em instalações;
- Procedimentos de fornecimento de gás propano e natural a instalações. Agregação de consumos;
- Racionalização de consumos energéticos nas Piscinas Municipais de Ourém;
- Estudo de soluções técnicas de racionalização de consumos: [Escolas e Jardins Infantis]
 - Elaboração do relatório de consumos 1.º Trimestre 2019 – Escolas e Jardins Infantis;
 - Soluções técnicas no âmbito dos relatórios do Técnico responsável pela exploração de instalações elétricas municipais.

2.3.9 – SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este serviço tem como missão promover a imagem do Município além-fronteiras e planear e programar as deslocações oficiais ao estrangeiro e as visitas de entidades e personalidades estrangeiras ao Município, assim como desenvolver e aprofundar as geminações. Compete-lhe também dar apoio ao tecido empresarial.

Projetos Desenvolvidos

I. QUALIFICAÇÃO DO TURISMO E PROMOÇÃO TURÍSTICA

- **Acompanhamento e divulgação do programa “Fátima-Tomar STAYOVER” em Ourém**

Conforme nota de imprensa: «O “StayOver Fátima-Tomar” é a expressão que apela à descoberta de alguns dos mais relevantes ‘segredos’ culturais e naturais do nosso país (...) guardados no ‘coração de Portugal’, na região do Médio Tejo - no Centro de Portugal.»

A ação promocional “StayOver Fátima-Tomar”, promovida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), com o apoio dos 13 municípios do Médio Tejo e o acompanhamento da CCDRC (Comissão de Desenvolvimento Regional do Centro) e da Turismo do Centro, conta ainda com a parceria estratégica da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima e está a ser executado pela IDTOUR – Unique Solutions (spin off da Universidade de Aveiro).

Esta ação decorreu na época de primavera/verão de 2019 (entre abril e setembro) e foi apresentada em março, na próxima BTL. Teve como objetivo contribuir para o aumento das estadas médias nas unidades de alojamento dos concelhos do Médio Tejo através da promoção do potencial do destino para estadas iguais ou superiores a duas noites junto do mercado interno. Em troca serão concedidas três tipologias de vantagens aos clientes que adiram à campanha e reservem diretamente o alojamento através dos serviços de reserva da própria empresa (sem o apoio de qualquer central de reservas ou plataformas de intermediação).

Neste período, no dia 4 de abril, decorreu em Ourém, nas instalações do MMO - Casa do Administrador, uma sessão de formação sobre a plataforma digital, para os agentes da animação.

Esta ação promocional, que teve início no dia 15 de abril e terá lugar até ao dia 15 de setembro, foi apresentada no passado mês de março na Bolsa de Turismo de Lisboa e assume como objetivo contribuir para o aumento das estadas médias nas unidades de alojamento dos concelhos do Médio Tejo através da promoção do potencial do destino para estadas iguais ou superiores a duas noites junto do mercado interno. Em troca serão concedidas três tipologias de vantagens aos clientes que adiram à campanha e reservem diretamente o alojamento através dos serviços/ meios de reserva da própria empresa (sem o apoio de qualquer central de reservas ou plataformas de intermediação).

O Município de Ourém participou na estruturação e dinamização “Fátima – Tomar StayOver”, programa que terminou no passado dia 15 de setembro e assumiu como grande objetivo contribuir para o incremento da estadia média nas unidades de alojamento dos concelhos do Médio Tejo através da promoção deste destino para estadas iguais ou superiores a duas noites junto do mercado interno. Em função do número de noites na região foram concedidas vantagens /benefícios (num formato experiências) aos clientes que aderiram à campanha.

- **Organização da participação do Município na FIT 2019 (Guarda)**

O STRI foi responsável pela organização da representação do Município na FIT - Feira Ibérica de Turismo a realizar na cidade da Guarda de 2 a 5 de maio de 2019. Esta participação assenta na dinamização de stand promocional e conta com a parceria da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima e da Escola de Hotelaria de Fátima.

- **Apoio na organização de visita de imprensa portuguesa a Lourdes – Divulgação da Linha área Lisboa – Lourdes**

No seguimento do apoio prestado pelo Município ao *Office de Tourisme de Lourdes*, realizou-se entre os dias 1 e 4 últimos, uma viagem de imprensa portuguesa a Lourdes de promoção da ligação aérea pela companhia Ryanair entre Lisboa e Lourdes, aberta no passado dia 2 de abril e que estará em vigor até ao próximo dia 26 de outubro.

A logística desta viagem de imprensa em França ficou toda à carga do Turismo de Lourdes, do aeroporto de Tarbes - Lourdes e Departamento dos Altos-Pirenéus e o mesmo esteve assente no objetivo de levar a descobrir as ofertas turísticas da cidade de Lourdes, do Santuário, da região de Lourdes e do Departamento dos Altos-Pirenéus, destacando a facilidade de acesso a partir de Portugal, e para Portugal, que esta nova ligação aérea vem trazer.

Os voos têm lugar todas às terças-feiras e sábados. A partida de Lisboa é às 12h35, com uma chegada a Lourdes pelas 15h35 (hora local). O voo de regresso está previsto às 15h50, com uma chegada a Lisboa pelas 16h40 (hora local).

- **Receção de jornalista brasileiro – Amadeo Castanho - para Press Tour de Fátima e sua região junto do mercado brasileiro**

De 3 a 5 de outubro assegurou-se o acompanhamento do jornalista brasileiro Amadeu Castanho, editor na única publicação brasileira especializada em turismo religioso, no âmbito da viagem de imprensa que o mesmo realizou e que também abrange Lourdes e a sua região (estando os

nossos parceiros em Lourdes na origem da realização desta viagem de imprensa do jornalista e que colaboraram na preparação da mesma), num formato próximo da viagem de imprensa realizada por jornalistas portugueses em junho último a Lourdes.

Esta atividade contou com a parceria da ACISO ao nível do alojamento e das refeições, bem como a colaboração do Santuário de Fátima através do acompanhamento dado pela Cátia Filipe do Gabinete de Comunicação do Santuário na Exposição Capela Mundi e na Visita à Casa-Museu de Aljustrel e às Casas do Videntes, e do Sr. Rui Reis do Posto de Informação do Santuário que nos guiou em todo os locais do Santuário.

- **Conferência “O Culto da Bem Aventurada Virgem Maria no contexto da globalização – Da fé ao turismo, Raseiniai (Lituânia), 13 e 14 de junho de 2019**

De acordo com o convite endereçado pelo Município de Raseiniai (Lituânia), o Município de Ourém esteve representado na Conferência “O Culto da Bem Aventurada Virgem Maria no contexto da globalização – da fé ao turismo” que se realizou em Siluva, de 12 a 15 de junho.

Esta conferência foi organizada pelo Serviço de Turismo do Município - “Atrask Raseinius” (“Descubra Raseiniai”), com o apoio de múltiplas entidades entre elas o Santuário de Siluva e a Diocese de Kaunas.

A apresentação feita pretendeu dar resposta ao tema proposto "Desafios e Oportunidades no Desenvolvimento do Turismo após o Centenário das Aparições de Fátima".

A presente deslocação serviu para tomar contacto com a realidade deste município lituano e com o trabalho em curso do Município de Raseiniai de potenciar o Santuário de Siluva e assim tornar-se uma referência nacional / internacional ao nível do Turismo Religioso.

- **XVI Congresso Internacional de Turismo Religioso Sustentável**

Tema: Fátima, destino do Turismo Religioso”

Em resposta ao convite endereçado pela Comissão Organizadora liderada pelo Prof. Santiago Cano (Argentina), o Município de Ourém esteve representado no XVI Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável, realizado na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, de 10 a 12 de julho. Este evento foi uma organização da Secretaria de Turismo da Prefeitura de

Guarapuava, com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo do Governo do Estado do Paraná.

O Congresso Internacional de Turismo Religioso Sustentável, teve a sua primeira edição no ano de 2006 no Brasil (cidade de Campo Mourão), tendo-se realizado posteriormente em outras cidades brasileiras: Curitiba, Maringá, Apucarana, entre outras. No entanto, surgiu entre seus fundadores a vontade de organizar um evento anual de conhecimento, pesquisa e debate de ideias que integrasse jovens estudantes, professores, funcionários e profissionais de diferentes países sobre o turismo religioso.

Este Congresso pretende contribuir para o desenvolvimento do turismo religioso, gerando alianças entre destinos, empresas e instituições da América e Europa, para consolidar a operação comercial de rotas e itinerários entre os dois continentes. O município assegurou a apresentação do tema: “Fátima, destino de Turismo religioso”.

- **Acompanhamento do Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico**

O Serviço de Turismo e Relações Internacionais tem acompanhado o processo de criação do Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico, nomeadamente o convite às entidades que irão integrar este Conselho.

II. COLABORAÇÃO NA DINAMIZAÇÃO DO POSTO DE TURISMO DE FÁTIMA (WELCOME CENTER)

O Município, em parceria com a Turismo do Centro, assume a dinamização do Welcome Center de Fátima no atendimento geral e prestação de informação ao turista.

Atividades realizadas neste período:

- Em parceria com a Divisão de Ação Cultural, preparação e divulgação da Exposição “Impressões” da artista Alexandra Marques, no Posto de Turismo de Fátima, inaugurada a 1 de fevereiro de 2019;
- O Município associa-se à campanha de solidariedade com Moçambique após a devastação e tragédia humana que este povo sofreu após a passagem do ciclone Idai. Assim, o Posto de Turismo de Fátima colabora com a Campanha "SOS Moçambique-Vamos Todos Ajudar" constituindo-se como local de recolha dos artigos indicados pela Cruz Vermelha Portuguesa.

- Em parceria com a Divisão de Ação Cultural, o STRI apoiou a dinamização da exposição “Aquém e Além-Mar” – Exposição de artistas moçambicanos. Esta exposição foi inaugurada a 14 de junho e esteve patente até ao dia 11 de agosto.
- Em colaboração com o Município de Ourém, entre 14 a 20 de junho, procedeu-se à venda no Posto de Turismo dos bilhetes para os concertos integrados nas atividades da Feirourém 2019.
- Exposição “Vida e Obra do Padre Luís Kondor”
 - No dia 26 de outubro foi inaugurada a exposição “Vida e Obra do Padre Luís Kondor”, iniciativa que assinalou 10 anos sobre o falecimento deste padre católico húngaro que se assumiu como figura incontornável de um passado recente da história de Fátima.
 - A exposição abordou as raízes, a vocação do sacerdócio, a causa vivida em prol de Nossa Senhora de Fátima e dos Pastorinhos, o gosto pela fotografia e outros temas, entre muitas imagens e objetos. O momento da inauguração contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque, dos Vereadores Natálio Reis e Isabel Costa, do Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, João Moura e do Presidente da Junta de Freguesia de Fátima, Humberto Silva. Marcou também presença o Embaixador da Hungria em Portugal, Miklós Halmai, o Presidente da Associação Cooperação Portugal, Miguel de Pape e o Presidente da Confederação das Associações Húngaras Europeias, entre vários representantes de instituições portuguesas e húngaras.
 - Após a visita à exposição, seguiu-se uma cerimónia de homenagem ao Padre Kondor, junto à sua estátua e na Praça com o seu nome. Aqui foram cerca de 300 os peregrinos que se juntaram na homenagem ao Padre Kondor e que depois participaram no lançamento dos livros “A História do Calvário Húngaro de Fátima” e “No Caminho dos Pastorinhos”, ambos traduzidos em português e húngaro.
 - A exposição “Vida e Obra do Padre Luís Kondor” esteve patente no Posto de Turismo de Fátima até ao passado dia 10 de novembro.
- Exposição de trabalhos dos alunos do curso científico tecnológico de design, cerâmica e escultura do colégio de S. Miguel

- Foi inaugurada esta sexta-feira, dia 15 de novembro, no Posto de Turismo de Fátima, a exposição de trabalhos dos alunos do curso Científico Tecnológico de design cerâmica e escultura do Colégio de S. Miguel – Fátima.
- A inauguração representou um momento de partilha de conhecimento e inspiração onde, para além da Vereadora Isabel Costa, em representação da Câmara Municipal, esteve representada, também, a direção e comunidade docente do colégio.
- Ainda nesta ocasião, os alunos puderam explicar algumas das obras patentes, técnicas e inspirações utilizadas. A exposição estará no Posto de Turismo de Fátima até 20 de janeiro e poderá ser visitada no seguinte horário: Segunda a Sexta-feira: 09h00 às 17h00; Sábados, domingos e feriados: 09h00 às 18h00 (interrupção para almoço: 13h00 às 14h00).

III. SHRINES OF EUROPE - REDE CIDADES SANTUÁRIO DA EUROPA – ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO INTERNACIONAL EM ALTOETTING

O grupo de trabalho “Santuários da Europa” foi fundado em 1996 congregando os principais locais de peregrinação mariana da Europa: Altötting (Alemanha), Czestochowa (Polónia), Lourdes (França), Loreto (Itália) e Fátima (Portugal). Posteriormente juntaram-se ao grupo a cidade austríaca de Mariazell (Áustria) e a cidade Suíça de Einsiedeln.

No âmbito do projeto Shrines of Europe – Rede das Cidades Santuário, na reunião entre os parceiros da rede, realizada no passado mês de outubro em Mariazell, aquando da apresentação da proposta “Shrines of Europe – Visão 2021” ficou apontada uma próxima reunião de trabalho em Altoetting de 27 a 29 de janeiro de 2019.

Assim, numa organização do Município de Altoetting, a presente reunião teve como grande objetivo a discussão e votação da proposta de dinamização da rede Shrines of Europe apresentada pelo Município de Ourém, nomeadamente a proposta do Plano de Atividades a realizar no período 2019-2021 e das linhas orientadoras ao Modelo de Governance e da Associação a criar.

Estes documentos foram elaborados com o apoio da Universidade de Aveiro e da empresa IDTOUR – Unique Solutions.

No âmbito do projeto Shrines of Europe – Rede das Cidades Santuário, no seguimento das reuniões anteriores entre os parceiros da rede: Mariazell (outubro de 2018) e Altoetting (27 a 29 de janeiro de 2019), realizou-se no dia 6 de março a reunião de Ourém. Esta reunião teve como grande objetivo a validação da proposta apresentada pelo Município de Ourém “Shrines of Europe – Visin 2021”, complementada com a proposta de Plano de Atividades a realizar no período 2019-2021 e das linhas orientadoras ao Modelo de Governance e da Associação a criar.

Assim, foram analisados os documentos que contêm as diretrizes para os Estatutos a elaborar e apresentar aos parceiros até ao próximo mês de junho e a aprovar na próxima reunião do grupo Shrines of Europe a realizar, de 5 a 8 de setembro, na cidade de Loreto (Itália);

Esta reunião, que pode ser considerada histórica, alcançou a sintonia e consenso dos parceiros formalizada na assinatura de um Acordo de intenções de base à criação de uma Associação entre os Municípios de forma a reforçar a colaboração entre os parceiros.

- **Receção de comitivas estrangeiras no âmbito da reunião dos Shrines of Europe (6 de março de 2019):**
 - Altoetting
 - Czestochowa
 - Einsieden
 - Loreto (Itália)
 - Lourdes (França)
 - Mariazell (Áustria)
 - Município de Belém (Estado da Palestina)

No âmbito do projeto Shrines of Europe – Rede das Cidades Santuário, após as anteriores reuniões dos parceiros da rede: Mariazell (outubro de 2018), Altötting (janeiro de 2019) e Ourém (março de 2019), preparou-se neste período a próxima reunião do grupo a realizar em Loreto de 22 a 25 de setembro.

Esta reunião assume como temas principais na sua Ordem de Trabalhos: debate e votação da proposta de Estatutos da Associação a constituir; análise do Plano de atividades e definição de atividades a dinamizar no ano de 2020; balanço das atividades de marketing e comunicação desenvolvidos e análise e votação das propostas a levar a cabo neste âmbito.

Esta reunião será organizada pelo Município anfitrião, Loreto, e contará com a presença de comitivas dos sete municípios parceiros.

Nesta reunião, a proposta de Estatutos a debater será apresentada pela Universidade de Aveiro, prof. Carlos Costa e pela IDTOUR. Estes documentos assumem-se como estratégicos para o projeto, pois estão na base da constituição da associação a constituir.

No âmbito do projeto Shrines of Europe – Rede das Cidades Santuário, após as anteriores reuniões dos parceiros da rede: Mariazell (outubro de 2018), Altötting (janeiro de 2019) e Ourém (março de 2019) realizou-se a reunião do grupo realizada na cidade de Loreto de 22 a 25 de setembro. A reunião tida nesta cidade italiana, teve como temas principais na Ordem de Trabalhos:

- debate e votação da proposta de Estatutos da Associação a constituir;
- análise do Plano de atividades e definição de atividades a dinamizar no ano de 2020;
- balanço das atividades de marketing e comunicação desenvolvidos e análise e votação das propostas a levar a cabo neste âmbito.

Assim, apresentados prof. Carlos Costa da Universidade de Aveiro, foram de seguida debatidos os Estatutos, alcançando a sua aprovação pelos parceiros. Estes documentos assumem-se como estratégicos para o projeto pois estão na base da constituição da associação a constituir.

Nesta reunião foram ainda tomadas outras decisões:

- A reunião com o Presidente do Instituto Europeu das Rotas Culturais, Sr. Stefano Dominionij;
- A preparação de uma versão final pela Equipa da Universidade de Aveiro que contenha todos os ajustes aprovados;
- A dinamização de Sessão de Constituição da Associação em Fátima no dia 5 de março de 2020.

IV. VII WORKSHOPS INTERNACIONAIS DE TURISMO RELIGIOSO

- **Colaboração na organização do VII Workshops Internacionais de Turismo Religioso / Organização da Conferência Internacional das Cidades Santuários**

A ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima, em colaboração com o Município de Ourém, organiza o VII Workshops Internacionais de Turismo Religioso, a realizar na cidade de Fátima de 7 a 9 de março de 2019.

Conforme habitual, a Organização convidará operadores turísticos de todo o mundo, de mercados consolidados e emergentes, para participarem como *hosted buyers*, para se encontrarem com *suppliers* no maior evento de Turismo Religioso de Portugal. Contamos com a participação de 150 *hosted buyers*, 150 *suppliers* e 40 expositores, todos representantes de setores da área do turismo.

No dia 7 de março será organizada a Conferência Internacional das Cidades Santuário, subordinada ao tema "Experiências, Lugares e Redes de Turismo Religioso e Peregrinação na Europa", conforme programa que se anexa abaixo.

Numa organização da ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima em colaboração com o Município de Ourém, o VII Workshops Internacionais de Turismo Religioso realizou-se de 7 a 9 de março de 2019, em Fátima.

Neste evento foram convidados 150 operadores turísticos de todo o mundo, de mercados consolidados e emergentes, para participarem como *hosted buyers* para se encontrarem com *suppliers* no maior evento de Turismo Religioso de Portugal.

- **Organização da Conferência Internacional das Cidades Santuário**

No dia 7 de março o Município assumiu a organização da Conferência Internacional das Cidades Santuário, subordinada ao tema "Experiências, Lugares e Redes de Turismo Religioso e Peregrinação na Europa".

Com o apoio da Universidade de Aveiro e do Instituto Politécnico de Leiria na coordenação científica, esta conferência contou com a participação de importantes oradores de renome mundial que durante o dia, divididos em 4 painéis, permitiram a discussão de importantes temáticas associadas ao Turismo Religioso.

Programa final da Conferência Internacional das Cidades Santuário abaixo (ver Anexo 1).

O Município apoiou ainda a organização do programa de visitas - *post tour* - que este ano, que no dia 9 de março se realizou no Médio Tejo (municípios de Ferreira do Zêzere e Torres Novas).

O Município apoiou igualmente a organização da conferência de imprensa de apresentação da ligação aérea Lisboa – Lourdes assegurada pela companhia aérea low-cost Ryanair. Esta ligação, que teve início a 2 de abril, assenta num voo direto entre Lisboa e o aeroporto de Tarbes – Lourdes – Pyrénées, realizado duas vezes por semana.

- **Receção de Comitivas Estrangeiras – Workshop Internacional de Turismo Religioso**

- Município de Ourém do Pará (Brasil)
- Município de Raseiniai (Lituânia)
- Santuário de Siluva (Lituânia)
- Governo da Região de Presov (Eslováquia)
- Município de Levoka (Eslováquia)
- Mediterranean Tourism Foundation (Malta)
- Município de Wadowice (Polónia)
- Santuário de Lourdes (França)
- Santuário de Montserrat (Espanha)
- Santuário do Cristo Redentor – Corcovado / Rio de Janeiro (Brasil)
- Basílica de Lujan (Argentina)
- Santuário de Torreciudad – Huesca (Espanha)

V. APOIO AOS EMPRESÁRIOS

• Dinamização do Espaço Empresa

O “Espaço Empresa” trabalha em estreita articulação com os diferentes serviços do município e tem um conjunto de parceiros, tais como, o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação I.P., AMA – Agência para a Modernização Administrativa I.P. e AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E.

Este projeto, da iniciativa das entidades anteriormente referidas, visa desenvolver um novo modelo de atendimento empresarial centrado nos interesses e necessidades do empresário, concentrando as respostas às empresas num ponto único de contacto e facilitando o acesso à informação e a interação com a administração pública central e local.

Descrição da atividade realizada:

Nº de atendimentos no ano 2019		
Espaço Empresa	Apoio ao mundo rural	Gabinete de apoio ao emigrante
97	1483	11

- **Colaboração na Organização “Brexit: oportunidades e desafios para as PME”**

No dia 19 de março, realizou-se uma sessão denominada “BREXIT: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS PME”, numa organização IAPMEI com o apoio do Município de Ourém.

A sessão em causa, dirigida aos empresários, representantes de instituições e todos os interessados em tomar contacto com o processo BREXIT, abordou várias temáticas como as possíveis consequências para as empresas da saída do Reino Unido da UE, impactos aduaneiros e a relação comercial luso-britânica, entre outros.

A sessão teve ainda um carácter formativo, dirigido aos técnicos dos Espaço Empresa de todo o país e contou com um painel de oradores proveniente da Direção Geral das Atividades Económicas, Autoridade Tributária e Aduaneira e da Alfândega de Peniche.

- **Sessão “Conceitos básicos de Finanças”**

Apoio na divulgação da sessão promovida pela NERSANT “Conceitos Básicos de Finanças” no âmbito de programa de formação para capacitação de literacia financeira para pequenos negócios, que teve lugar na STARTUP de Ourém dia 11 de julho.

VI. GABINETE DE APOIO AO EMIGRANTE

O Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio aos emigrantes residentes ou não em Portugal, bem como aos seus familiares, mediante a celebração de um Protocolo de Colaboração entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Ourém. Este Gabinete presta um serviço gratuito aos munícipes que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e aqueles que desejam emigrar:

- Informar portugueses residentes no estrangeiro sobre os seus direitos;
- Contribuir para a resolução dos problemas apresentados, em ligação com os restantes órgãos da Administração Pública;
- Apoiar os portugueses em situação de regresso e reinserção;
- Fomentar a inter-relação entre o Município e as Comunidades Portuguesas.

Descrição da atividade realizada:

Nº de atendimentos no ano 2019		
Espaço Empresa	Apoio ao mundo rural	Gabinete de apoio ao emigrante
97	1483	11

VII. AÇÕES DIVERSAS

- **Organização dos “Mercados Ecorurais”**

Na manhã do primeiro domingo de cada mês tem uma animação diferente junto à Igreja Matriz de Ourém que se transforma para receber os “Mercados Ecorurais”.

A iniciativa permite aos pequenos produtores do concelho escoar os seus produtos, criando oportunidades de negócio. Entre as 09.00H e as 13.00H, os comerciantes do concelho usufruem de uma banca e equipamento de apoio à venda dos produtos. Uma oferta que inclui produtos agrícolas, vinho, mel, bolos, pão, artesanato, entre outros bens.

- **Receção do Presidente da Fundação do Turismo Mediterrânico**

O Presidente da Fundação Turismo do Mediterrâneo, Tony Zahra, foi recebido no dia 12 de abril, no Salão Nobre do Edifício-sede do Município de Ourém. A visita do Presidente da Fundação Turismo do Mediterrâneo realizou-se na sequência da participação do Presidente Luís Miguel Albuquerque no “Fórum Turismo do Mediterrâneo” em março de 2018 (Malta), onde o Município de Ourém foi distinguido com o “Prémio Mediterrâneo de Turismo” pelas boas práticas de turismo desenvolvidas em Fátima. A receção a Tony Zahra permitiu discutir ações de cooperação a realizar entre o município e a Fundação Turismo do Mediterrâneo para promoção de Fátima e Ourém no Mundo.

- **Receção dos Veteranos do Club de Futebol do Plessis-Trévisé**

Colaboração na organização do Torneio da amizade – Município de Ourém, a realizar no dia 4 de maio, através da organização da vinda de equipa de veteranos do Clube de Futebol do

Município de Le Pléssis-Trévis e acompanhamento grupo / dinamização do programa de visitas em Ourém.

- **Apoio na organização da participação no Torneio Jovens em Lourdes**

O STRI apoiou a organização do Torneio Jovem que se realizou de 8 a 10 de junho na cidade de Lourdes.

- **Acompanhamento do Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico**

O Serviço de Turismo e Relações Internacionais tem acompanhado o processo de criação do Conselho Municipal de Turismo e Desenvolvimento Económico, nomeadamente o convite às entidades que irão integrar este Conselho.

- **Sessão de esclarecimento “Candidaturas inseridas na medida 10.2 Estratégias do PDR 2020”**

A 26 de abril, em parceria com a ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte foi levada a cabo esta sessão com vista ao esclarecimento desta temática junto de todos os interessados, nomeadamente agricultores.

- **Dinamização do Programa Prove em Ourém**

O PROVE – Promover e Vender é uma metodologia que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores.

Em Ourém, todas as semanas (à sexta-feira), os cabazes “PROVE” são preparados para os consumidores inscritos. Estes cabazes são compostos exclusivamente por produtos da época, produzidos localmente. Os produtos que fazem parte do cabaz são produzidos com técnicas amigas do ambiente, respeitando as boas práticas agrícolas.

- **Receção do Grupo de doutorados do Curso de Turismo da Universidade de Aveiro**

No dia 10 de maio, um grupo de Doutorandos em Turismo, do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro (UA), realizou uma visita de reconhecimento ao Município de Ourém.

O grupo, liderado pelo Professor Catedrático Carlos Costa (UA), foi composto por 21 estudantes de países como Brasil, Irão, Filipinas, Indonésia e Portugal. Esta visita veio reforçar a parceria

existente entre o Município de Ourém e a Universidade de Aveiro na elaboração da estratégia internacional da Rede Shrines of Europe, grupo de trabalho que integra as cidades de Fátima, Altötting (Alemanha), Loreto (Itália), Czestochowa (Polónia), Lourdes (França), Einsiedeln (Suíça) e Mariazell (Áustria).

Considerou-se ainda oportuna esta visita, dada a intenção de criar uma rede científica internacional que produza conhecimento no âmbito do turismo religioso, tendo como parceiros deste projeto, diversas Universidades, entre as quais, a Universidade de Aveiro.

- **Participação na Feira da Agricultura 2019 (Santarém)**

Em parceria com a Vitiourém e a AMPV – Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, foi assegurada a participação do Município na Feira Nacional da Agricultura no passado dia 9 de junho. Esta ação teve como objetivo a promoção dos vinhos e dos produtos locais.

- **Organização da Sessão sobre “ENOTURISMO”**

Explorar o potencial do Enoturismo no Concelho de Ourém, foi a palavra de ordem no seminário que decorreu na tarde do dia 10 de novembro, subordinado à temática “A Importância do Enoturismo no Desenvolvimento Local”.

Esta sessão aberta ao público, promovida pela VitiOurém na sua sede em Atougua, para além de assinalar o "Dia Mundial do Enoturismo", contou com o contributo de vários oradores com ligações ao ramo vinícola.

A sessão focou abordagens, estratégias e oportunidades desta atividade turística que insere o turismo motivado pela apreciação de vinhos, na tradição e cultura das localidades produtoras de vinho, não fosse a região de Ourém célebre pelo seu histórico Vinho Medieval, património cultural da região.

São os Vinhos Medievais de Ourém, os anteriormente designados "vinhos palhetes", nascidos dos ensinamentos da emérita Ordem de Cister do Mosteiro de Alcobaça, com origem na mistura de uvas de castas brancas e tintas, que resulta na produção de um vinho de origem medieval com 800 anos de história, produzido com base em critérios ancestrais e rigorosos.

VIII. RECEÇÃO DE COMITIVAS ESTRANGEIRAS

- **Receção da Comitativa de Ourém do Pará**

Neste contexto organizou-se a receção de Comitiva de Ourém do Pará de 19 a 22 de maio, liderada pelo Sr. Prefeito Valdemiro Júnior. Esta deslocação ocorreu no âmbito da sua deslocação a Portugal para participação na ExpoAmazónia que se realizou em Lisboa de 23 a 25 de maio.

- **Receção da Comitiva de Le Plessis-Trévis**

O serviço foi responsável pela organização da receção de Comitiva de Le Plessis-Trévis, 19 a 21 de junho, liderada pelo Presidente Didier Dousset. Esta deslocação ocorreu no âmbito da sua participação nas Cerimónias do Dia do Município.

- **Organização da visita ao Município de um grupo húngaro**

No âmbito da visita anual a Fátima, numa organização da Associação de Cooperação Portugal – Hungria, um grupo húngaro deslocou-se a Fátima. Assim, foi organizada para este grupo, no dia 27 de outubro, uma visita turística no Município. Esta visita contou com como principais locais de visita a Vila Medieval de Ourém, a Igreja Paroquial de Fátima, o Cemitério e o Museu do Azeite e a Cooperativa de Olivicultores de Fátima (com uma prova de azeites).

- **Apoio na receção de grupo de folclore de Levoca (Eslováquia) – 27 a 30 de setembro**

Numa organização da Casa do Povo de Fátima, realizou-se em Fátima nos dias 27 e 28 de setembro, o Festival de Folclore. Este evento contou, como convidado internacional, com a participação do grupo de folclore Eslovaco da cidade de Levoca.

IX. APOIO E ORGANIZAÇÃO DE VISITAS AO ESTRANGEIRO

- **Organização da deslocação oficial a Ourém do Pará**

Em articulação com o Município de Ourém do Pará, procedeu-se à organização da deslocação oficial a Ourém do Pará de 17 a 21 de julho de 2019.

Esta ação contou com a parceria da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, tendo integrado o grupo de visitas o Presidente da Assembleia Geral da ACISO – Eng. Carlos Baptista e o Presidente da Direção da ACISO – Domingos Neves.

Esta visita tornou possível o reconhecimento deste Município e o estabelecimento de relações institucionais com as entidades locais.

- **Organização da deslocação oficial a Loreto (Itália)**

No âmbito do projeto Shrines of Europe o realizou-se uma deslocação oficial à cidade italiana de Loreto para participação numa reunião do grupo de trabalho que se realizou de 23 a 25 de setembro. Numa comitiva liderada pelo Presidente Luís Albuquerque, integrou o presente grupo de trabalho, o Professor Carlos Costa.

ANEXO 1



Conferência Internacional das Cidades-Santuário

“Experiências, Lugares e Redes de Turismo Religioso e Peregrinação na Europa”

Fátima - 7 de março de 2019

Apresentação

As cidades santuário e os lugares sagrados, em geral, como destinos de fluxos humanos de motivação religiosa – peregrinação e turismo religioso – fazem parte do património da Europa. Trata-se de uma realidade que é importante proteger e valorizar, projetando todo um conhecimento adquirido e uma cultura enraizada, que o fenómeno da laicização presente em muitos países europeus não põe em causa.

O turismo religioso aparece no contexto de alterações dos padrões de comportamento religioso que afetam as sociedades ocidentais desde há algum tempo. Assiste-se atualmente a uma secularização das nossas sociedades. Assim, a peregrinação como prática religiosa vai perdendo ou reconfigurando o seu papel e o turismo religioso vai aumentando, dando lugar a um segmento de mercado cada vez mais exigente.

O mercado do turismo religioso e da peregrinação aparece na atualidade muito mais segmentado e com um crescimento digno de nota. Quem investiga nesta área dá-se conta do aparecimento de nichos. Estas viagens são para todas as idades, incluem variadas motivações (que não apenas as especificamente religiosas) e abrangem visitantes provenientes do espaço urbano e do rural, numa considerável diversidade de escalas.

Objetivos

1. Reflexão e debate sobre as características comuns e dos fatores de diferenciação das várias cidades-santuário envolvidas;
2. Contribuição para uma gestão mais sustentável dos recursos dos lugares em causa;
3. Promoção de um acolhimento mais inclusivo nas cidades recetoras destes fluxos;
4. Apresentação dos principais desafios e oportunidades para o turismo religioso e a peregrinação na Europa, repensando-os numa ótica prospetiva.
5. Criação de uma rede científica interdisciplinar com plataformas (virtuais e físicas) de investigação colaborativa.

Organização / Coordenação Científica



2.3.10 – SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

O Serviço de Fiscalização e Contencioso é uma unidade orgânica flexível, cuja missão consiste em garantir a prestação de serviços de apoio na área jurídica e zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos municipais, assegurando a sua legalidade e a salvaguarda do interesse público.

O Serviço de Fiscalização e Contencioso é composto pelos seguintes setores: SAJCC- Assessoria Jurídica; Contencioso e Contraordenações; SEF- Execuções Fiscais; SAICLNUCCM- Apoio ao Consumidor, Licenciamentos Não Urbanísticos; Cemitério e Casa Mortuária; SM- Metrologia e SF- Fiscalização

As suas competências e áreas de atividade incidem sobre: assessoria jurídica e contencioso (emissão de pareceres jurídicos e informações técnicas sobre várias matérias e acompanhamento e colaboração com os mandatários nos processos judiciais em que o Município é parte); organização e instrução de processos de contraordenação; organização e acompanhamento de processos de execução fiscal junto da AT; apoio e informação ao consumidor sobre conflitos de consumo que decorrem da aquisição de bens e de prestação de serviços; fiscalização municipal; licenciamento de atividades económicas não urbanísticas; gestão do cemitério municipal e da casa mortuária e notariado.

No ano de 2019 foram prestadas as tarefas que a seguir de enunciam;

- **SAJCC- Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações:**

Neste setor foram desenvolvidas e quantificadas as seguintes atividades:

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático SGD/MGD e SPO	190	Inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas Informações em processos de obras e contraordenações rodoviárias
Processos de contraordenação instaurados pela CMO contra terceiros	77	Por infrações a diversas leis, decretos-lei e regulamentos municipais
Processos de contraordenação decididos	116	
Notas de ilicitude (por o auto de notícia / participação estar incorreta) e despachos diversos elaborados pelas Instrutoras nos processos de contraordenação	33	
Pessoas inquiridas nos processos de contraordenação, e noutros procedimentos (pedidos de indemnização)	26	
Processos de contraordenação impugnados judicialmente	18	Por o arguido ter recorrido judicialmente da decisão. Foi feita a correspondente análise técnica, a sustentar a posição do Município, antes de os remeter a Tribunal
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para execução	8	Para cobrança da coima e/ou das custas aplicadas pela CMO
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal com participação de crime	1	São simultaneamente matéria de crime e de contraordenação
Importâncias cobradas em processos de contraordenação	€ 42.518,10	Coima e custas recebidas em processos de contraordenação
Organização e acompanhamento de processos judiciais de que é parte o Município (como réu e como autor)	32	Em 2019 foram instauradas 9 novas ações judiciais, que o SAJCC saiba. A 31.12.2019 havia 32 processos judiciais a decorrer, que o SAJCC saiba.

Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais pedidos de pagamento de indemnizações	Diversas	Para elaboração do orçamento
Pedidos de indemnização analisados, movidos contra o Município por responsabilidade civil extracontratual – em regra por acidentes de viação	24	
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos, reuniões com colegas de serviço, com dirigentes da CMO e representantes de entidades externas (ex.: LSA, MP, BeWater)	Não contabilizados	Nas diligências desenvolvidas foi prestada colaboração relativamente a processos de diversa natureza, que correm no SAJCC, e ainda noutros que correm por outras unidades orgânicas, cujos esclarecimentos prestados foram essencialmente de índole jurídica e administrativa.
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos/participação como testemunha
Adaptação, às alterações legais, de minutas usadas em processos de contraordenação	Diversos	Organização de documentos para colocar no programa informático e em ficheiros partilhados
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Decorrentes de alterações legislativas nos diplomas legais com os quais o SAJCC trabalha
Processo de contraordenação já findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo
Elaboração de relatórios	Diversos	Relatórios de atividades devolvidas no SAJCC, para apresentar periodicamente à Assembleia Municipal, para integrar os documentos de gestão e para elaboração do orçamento
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Consulta diária do Diário da República divulgação de alguns diplomas com índices e notas interpretativas

Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de processos em Tribunal; elaboração de relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contraordenação e seus formulários; organização dos processos, contagem de prazos e sua calendarização para decisão; pesquisas, etc.	Diversos	Tarefas desenvolvidas essencialmente pela assistente administrativa
--	----------	---

- **Setor de SEF- Serviço de Execuções Fiscais**

Em 26 de junho de 2018 foi celebrado protocolo entre o Município e a Autoridade tributária e Aduaneira nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na versão aditada pela lei n.º 7-A/2016, de 309 de março, retificada pela declaração de retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, que tem como objeto a definição dos termos e condições em que a administração tributária é competente para a cobrança coerciva de todas as taxas e outras receitas previstas no Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas Município de Ourém.

No âmbito daquele Protocolo instauraram-se, 154 processos de execução fiscal, no ano de 2019, a maioria por cobrança de taxas e tarifas de resíduos sólidos urbanos e de saneamento.

- **Setor de SAICLNUCCM- Apoio e Informação ao Consumidor, Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária.**

O serviço de apoio ao consumidor recebeu várias reclamações sobre fornecimento de bens e sobretudo de consumos e faturas relacionadas com telecomunicações, tendo, algumas delas, sido remetidas ao CNIACC (Centro nacional de Informação e Arbitragem e Conflitos de Consumo).

Neste setor, durante o ano de 2019, foram emitidos os seguintes licenciamentos e outros atos:

Tipo	Atos
Balcão do Empreendedor (Licenciamento Zero)	34
Casa Mortuária	25
Cemitério (inumação/exumação)	41
Cemitério (compra terreno)	18
Elevadores	258
Publicidade	288
Circos (Lic. Recinto)	1
Táxis	13
Licenças Especiais de ruído	99
Licenças de ocupação de espaço Público	17
Licenças por uso de vias públicas	40
Feira e Mercado – Taxas de terrado	
Totais	837

Pela emissão daquelas licenças foi cobrada importância de 233.867,38 euros.

Procedeu-se à revisão dos seguintes regulamentos: Regulamento Municipal de Publicidade, Regulamento de Ocupação e Espaço Público e Regulamento de Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado.

Com a entrada em vigor do Regulamento do Cemitério Municipal e Casa Mortuária, deu-se início a novos procedimentos administrativos sobre o funcionamento do cemitério municipal.

Iniciou-se também o procedimento de elaboração do Regulamento de Autorização de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras Formas de Jogo.

- **Setor de SM - Metrologia**

O serviço de Metrologia da Câmara Municipal de Ourém está reconhecido e qualificado pelo IPQ (Despacho n.º 34/09) para a realização das operações de controlo metrológico legal nos domínios e intervalos de medição e abrange toda a área do Município.

Durante o ano de 2019 foram efetuadas 345 verificações metrológicas, cuja cobrança de taxas ascendeu a 16.015,00 euros.

- **Secção de SF- Fiscalização**

A fiscalização é composta por três brigadas, distribuídas por três zonas de intervenção e a sua ação incide sobre a verificação do cumprimento de normas legais e regulamentos municipais, nomeadamente sobre o “Licenciamento Zero”, Regulamento de Publicidade e Regulamento de Ocupação de Espaço Público, tendo sido desenvolvidas as seguintes tarefas:

- Foram elaborados vários ofícios, atendimento presencial e telefónico aos munícipes não quantificados;
- Ações de sensibilização sobre publicidade e ocupação de espaço público, nomeadamente, verificação de licenciamentos de esplanadas, de toldos, etc.
- Verificação de horários de funcionamento em estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como a verificação dos usos declarados em meras comunicações prévias, submetidas no balcão de empreendedor;
- Verificação da cessação de atividade de vários estabelecimentos (Balcão do empreendedor);
- Identificação de prédios devolutos e móveis degradados

- Deslocações ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, para entrega de processos administrativos referentes a processos judiciais pendentes;
- Várias ações de sensibilização aos munícipes sobre o novo Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação;
- Entrega de vários documentos a pedido de outros serviços;
- Resposta a solicitações de Presidentes de Junta para resolução de serviços/conflitos;
- Remoção de tarjas publicitárias colocadas em postes a anunciar vários eventos;
- Várias ações de fiscalização/informações relativas a limpeza de vegetação herbácea e arbustiva;

Durante o ano de 2019 foram ainda quantificadas as seguintes tarefas.:

Tarefas	Matérias / assuntos
Informações efetuadas pela secção de Fiscalização sobre vários assuntos	375
Número de informações efetuadas pelos Fiscais Municipais no SPO (Sistema de Processamento de Obras)	519
Número de autos de notícia levantados para instrução de processos de contraordenação, sendo a maior parte por infrações urbanísticas (RJUE)	32
Instrução de processos de regularização de operações urbanísticas	57
Número de edificações implantadas	99
Número de operações urbanísticas visitadas	407
Operações urbanísticas embargadas	11
Emissão de certidões da área funcional da fiscalização municipal	217

2.3.11 – SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

O Serviço de Ambiente e Sustentabilidade tem como missão planejar, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da promoção ambiental, acompanhamento técnico do contrato de concessão de águas e do contrato de prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Atividades de Destaque Desenvolvidas no SAS em 2019

Candidatura das Redes de Esgotos ao POSEUR

Em fevereiro de 2019 foram submetidos a reunião de Câmara cinco anteprojetos relativos às redes de esgotos do Concelho de Ourém, na sequência do Aviso do POSEUR designado Ciclo Urbano da Água - Operações promovidas por Entidades Gestoras Agregadas de Municípios, uma vez que o grau de maturidade das operações era a **existência de anteprojeto** de execução das intervenções a realizar, **aprovado** pela entidade beneficiária.

A candidatura foi promovida pela CIMT, enquadrando-se na tipologia relativa ao “Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, através da execução de ligações entre os sistemas em alta e os sistemas em baixa e da extensão do serviço a populações ainda não servidas na área de influência dos sistemas”. O prazo para a execução das operações era de 3 anos, a contar da data de assinatura do termo de aceitação. A Taxa de financiamento era de 85% e dotação máxima por cada concelho era de 1 Milhão de Euros, montante este que podia ser majorado até 3 milhões de euros, de acordo com os critérios do aviso.

Para a escolha dos investimentos a realizar teve-se em consideração os investimentos que estão previstos na agregação e os critérios de seleção e mérito das candidaturas, cuja pontuação é tanto maior, quanto maior for a população servida e a possibilidade de ligação ao emissário existente. Assim sendo, consideraram-se os investimentos, indicados na tabela seguinte:

Tabela 1: Anteprojetos submetido ao POSEUR

Anteprojeto	Aumento da Taxa de Cobertura	Coletores (metros)	Ramais (un.)	Investimento Redes	Investimento total (com pavimentação)
Redes de Esgotos no Concelho de Ourém – Freguesias de N.ª S.ª das Misericórdias, Atouguia e N.ª S.ª da Piedade	1.31%	9.944,89	383	1.216.839,00€	1.943.124,08€
Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Estrada de Minde	1%	2.290,00	310	1.499.900,00€	1.966.337,15€
Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de NSM – Bairro	1%	9.397,80 + EE + CE	303	1.497.786,00€	2.096.910,13€
Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Urqueira - Urqueira	0,70%	6.214,60 1.263,00 (emi.)	202	888.660,00€	1.329.993,53€

Redes de Drenagem de Águas Residuais na União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Rio de Couros	1%	7.291,00 1.215,00 (Emi.)	291	1.031.550,00€	1.488.274,73€
Total	5,01%	35.138,29 2.478,00 (emi.)	1.489	6.134.735,00€	8.824.639,62€

Todos os anteprojetos foram aprovados na candidatura, à exceção do anteprojeto “Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Urqueira – Urqueira.

Criação da Empresa Intermunicipal – Tejo Ambiente

Em 2017, com a entrada de um novo Executivo era necessário tomar uma decisão, continuar com o procedimento para a concessão do serviço ou estudar uma solução alternativa. Desde cedo se verificou que o processo de concessão tinha uma desvantagem, que era a gestão do ciclo urbano da água fracionada, uma vez que o serviço de saneamento seria gerido em separado do serviço de abastecimento de água. Mesmo na eventualidade da concessão ser ganha pela Be Water, os dois prazos não eram compatíveis, uma vez que a concessão da água terminaria em 2027, o que era um prazo curto neste tipo de negócios e o saneamento teria um prazo de 30 anos.

Assim sendo, começou-se a pensar que a solução mais adequada seria ir ao encontro do objetivo referido, isto é, uma gestão do ciclo urbano da água que permitisse a gestão das duas componentes em simultâneo. Ainda foi estudada a hipótese de aguardar o término da concessão da água, para lançar um único procedimento de concessão, porém a necessidade de investimento para aumentar a atual taxa de cobertura de 46% seria um entrave a esta hipótese.

Deste modo, foram estudadas várias soluções alternativas. A empresa AdCL quis retomar a parceria Estado – Autarquia, porém a maior parte dos municípios não se mostrou interessado nesta possibilidade. De todos os sistemas analisados, o mais interessante foi a gestão da empresa “Águas do Ribatejo”, que é detida 100% por capitais dos municípios.

Entretanto surgiu a oportunidade de ser criada uma empresa intermunicipal, com os Municípios da CIMT. Com a finalidade de estudar a criação do sistema intermunicipal, a CIMT contratou a

empresa “Defining Future Options” (DFO). Inicialmente todos os Municípios da CIMT estavam interessados nos estudos, à exceção de Torres Novas que tinha aderido recentemente à empresa “Águas do Ribatejo”. Durante o decorrer do processo, alguns Municípios mostraram dúvidas, tendo ocorrido avanços e recuos, ficando alguns pelo caminho, até que a situação se estabilizou e ficaram seis municípios, nomeadamente: Ferreira do Zêzere; Mação; Ourém; Sardoal; Tomar; e Vila Nova da Barquinha.

No início do processo, o estudo apenas compreendia o ciclo urbano da água, porém os Municípios chegaram a um acordo para englobarem ainda a Gestão de Resíduos Urbanos – Recolha de RU, de modo a integrar todos os serviços públicos essenciais na área do ambiente, nos quais o Município de Ourém terá sempre uma palavra nas decisões a tomar.

Houve sempre um grande cuidado para que o Plano de Investimentos fosse razoável e que nunca onerasse em demasia as tarifas. Foram, pois, previstos nos próximos 30 anos, investimentos de 33.815.732 € para infraestruturas de saneamento e abastecimento de água.

Fazer parte desta empresa com capitais exclusivamente dos Municípios, dá a estes, um poder de decisão que uma gestão privada ou uma gestão entre Estado- Autarquia jamais daria. Ourém conseguiu ainda as seguintes conquistas: a sede da Empresa Intermunicipal em Ourém, com a Administração; um elemento do concelho na Administração da empresa; e presidência da empresa rotativa por três elementos (Ourém, Tomar e entre os restantes).

O Ambiente é uma das grandes preocupações das sociedades atuais e espera-se que, com a criação da *“Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo”*, se esteja a dar um passo significativo para a sua melhoria em Ourém.

. A empresa Tejo Ambiente foi criada por escritura pública no dia 1 de julho de 2019, na sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) em Tomar. Engloba os Municípios de Ourém, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha e irá servir os Municípios que compõem a estrutura acionista, no abastecimento público de água, saneamento e águas residuais e recolha de resíduos urbanos. No caso de Ourém, o abastecimento de água apenas integrará a empresa no final do contrato de concessão existente com a Be Water. A participação de Ourém é de 32,37%.

A Tejo Ambiente tem uma estrutura repartida entre uma Sede em Ourém e um Centro de Engenharia e Tecnologia em Tomar, e Centros Operacionais por Município, com gestão da operação e manutenção de redes e loja de atendimento.

Os objetivos da empresa são:

- A redução de perdas de água, de 43% para 18% em 15 anos, prevendo-se uma redução linear das perdas até se atingir 10,6% ao fim de 30 anos;
- A redução do caudal de efluentes drenados, dos atuais 172%, para cerca de 139% em 15 anos;
- A quantidade de resíduos a recolher para a reciclagem triplicará linearmente em 30 anos, face ao valor de 2016;
- A redução da idade média da frota de veículos, dos atuais 17 anos para 8 anos, o que levará à redução de emissões de CO2 e de consumo de combustível;
- A renovação integral do parque de contentores em cada 10 anos, com um número médio de lavagens de 6 por ano (2 em 2 meses);
- A implementação de um conjunto de ferramentas de gestão que vão permitir a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos.

Com a criação desta empresa foi possível a candidatura ao POSEUR para entidades agregadas, para as localidades de Boleiros, Estrada de Minde, Bairro, lugares limítrofes da cidade de Ourém, Rio de Couros e Urqueira.

Em 1 de outubro de 2019 foi assinado o “Contrato de Gestão Delegada”. O Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, em colaboração com o Serviço de Fiscalização e Contencioso, tratou de todos os formalismos legais para a cedência da posição contratual da Câmara Municipal de Ourém, na Tejo Ambiente, referente aos serviços delegados, nos contratos celebrados com a: Valorlis; AdCL; e SUMA.

Aprovação do Projeto de Execução da Mata Municipal

No ano de 2019 foi aprovado o projeto de execução da “Requalificação da Mata Municipal”, elaborada pela empresa GrrenDreans. O projeto foi pensado com o objetivo de reabilitar a mata municipal em vários aspetos, de modo a possibilitar o usufruto por parte da população, quer de

forma lúdica, quer como espaço pedagógico, a ser usado pelas escolas como sala de aula ao ar livre, tendo a empresa considerado as seguintes necessidades/possibilidades:

A metodologia de projeto prevista foi a realização de um estudo prévio e de um projeto de execução. O estudo prévio foi apresentado em dezembro de 2017, tendo surgido a necessidade de se efetuarem ajustes. O projeto de execução foi apresentado em 29 de maio, tendo também sido pedidas pequenas alterações. O projeto de execução final foi entregue em 04 de junho de 2019. O projeto tem um custo previsto de 199.630,58€, que não inclui rede de abastecimento de água, nem rede elétrica, embora esteja prevista a rede de rega e também estejam incluídas no preço as luminárias necessárias.



Figura 4: Mata Municipal

Assim sendo, para além do projeto preservar, desenvolver e proteger a flora e fauna locais, serve ainda como uma zona de lazer e aprendizagem em plena natureza, com as seguintes valências:

1. Zona de Piqueniques com dois grelhadores e um telheiro coberto, que permite pequenas festas e até noites de santos populares, integrando um equipamento infantil, no espaço junto à casa onde está alojada a Quercus;
2. Lago com margens relvadas e estadias diversas, logo após a entrada do parque;
3. Percursos pedestres com objetivos interessantes com a torre de birdwatching (1), a casa do carvalho gigante (2), a zona de aromáticas e chás (3), o viveiro para propagação das sementes de autóctones da mata (4) e ginásio ao ar livre (5);
4. Parque canino para que os utilizadores possam trazer os cães a correr e a brincar em parque próprio, com bebedouro apropriado.

Atividades Realizadas em 2019 - Apoio Administrativo

As atividades realizadas pelo Setor de Apoio Administrativo, encontram-se relacionados com todo o apoio administrativo necessário do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade e as suas subunidades/setores.

Foram efetuadas atualizações de Base de Dados, nomeadamente:

- ✓ Pedidos de Despejo de Fossas;
- ✓ Ampliações de Rede Pública de Abastecimento de Água;
- ✓ Higiene e Limpeza;
- ✓ Gestão de Clientes;
- ✓ Pedidos de Despejo em Ecocentro, e
- ✓ Faturas, confirmadas pela Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.

O serviço procedeu ao acompanhamento dos despejos de resíduos no Ecocentro de Fátima, de particulares e de empresas, autorizadas.

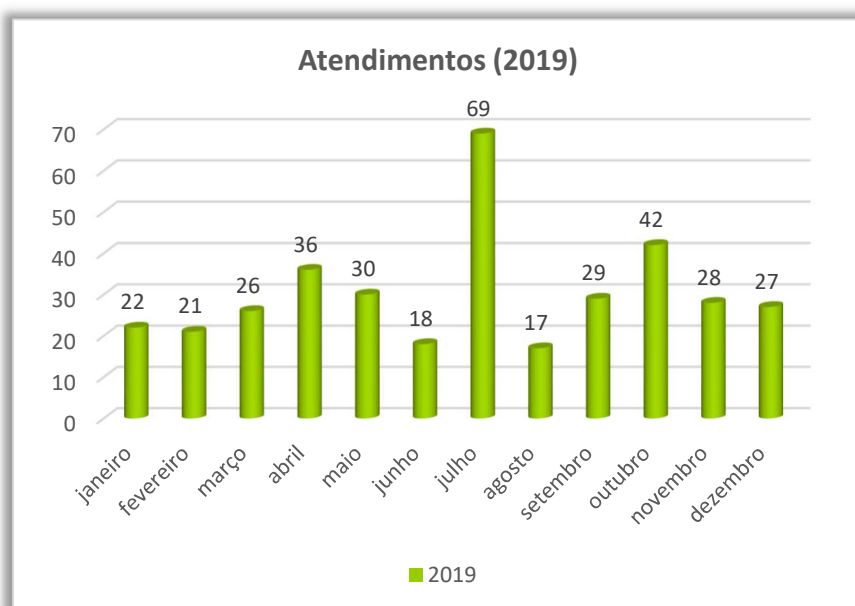
Ao longo do ano, foi realizado trabalho de campo, no sentido de verificar os munícipes que não se encontram ligados ao coletor público de esgotos domésticos, na freguesia de Alburitel.

Durante o ano de 2019, e tal como tem ocorrido nos anteriores, o SAA, é responsável pela inserção dos Talões de Pesagens de Resíduos entregues na Estação de Transferência da empresa Valorlis, no lugar de Gondemaria ou mesmo a entrega de resíduos diretamente em Aterro, da mesma empresa, mas em Leiria.

No âmbito das Candidaturas POSEUR Aviso 12-2017-05 – Rede de Esgotos, foram elaboradas as plantas de localização dos terrenos abrangidos pelo coletor/emissário que será construído, para colegas, identificarem os respetivos proprietários. Bem como, a organização de todo o processo para envio às respetivas entidades.

No decorrer das obras de implantação da rede pública de esgotos domésticos, nas freguesias de Espite, Matas e Cercal, foram elaboradas uma base de dados, sobre as moradias aí implantadas, e com acesso à rede de esgotos domésticos, pelo que, foram enviados ofícios (cartas), no sentido de notificar as pessoas a proceder à respetiva ligação de esgotos domésticos, pelo que foram enviados cerca de 340 ofícios, para as moradias abrangidas.

No sentido de dar uma continuidade à modernização e de evitar burocracias, e na continuidade da eficácia de evitar os atendimentos de Entidades Externas e de Municípios, e/ou outras entidades, por parte de setores/subunidades que em nada diz respeito ao assunto que os mesmos queiram tratar, o Setor de Apoio Administrativo, continua a receber as chamadas telefónicas e as pessoas (presencialmente), que queiram algum esclarecimento de processos que se encontram em curso na DAS. Assim, **durante o ano de 2019, o SAA, procedeu a cerca de 365 atendimentos, quer telefónicos quer presenciais**, distribuídos pelos diversos meses, como apresentado no gráfico abaixo, o que representa em **média mensal, em cerca de 30 atendimentos por mês**.



Durante o decorrer do *ano de 2019* o Setor de Apoio Administrativo, desenvolveu ainda, outras atividades, nomeadamente: Participação na *Campanha “O Lixo Culpado”*, nas escolas de 1.º Ciclo, campanha dinamizada pela empresa SUMA, e efetuada pela Tânia Pereira, funcionária da referida empresa; Participação e organização relativamente ao encerramento das celebrações do Dia Mundial da Água, realizado na ETAR de Alto Nabão – Formigais. Organização das ofertas para o encerramento do Dia Mundial da Água, nomeadamente das PEN’s com o vídeo, sobre o Ciclo Urbano da Água, distribuído a todos os participantes das celebrações. E posteriormente, a distribuição das restantes PEN’s com o vídeo, por todas as escolas do Concelho.

Setor de Ambiente e Engenharia

Este setor tem como missão, promover uma melhor qualidade de vida à população do Município de Ourém, utilizando e fomentando a utilização das melhores tecnologias disponíveis em termos de engenharia, no que diz respeito à minimização de impactes relacionados com as áreas de ruído, ar, gestão de resíduos e limpeza urbana, controlando a qualidade do serviço prestado pelos parceiros privados e a conformidade com a lei pelos diversos agentes económicos que operam no Concelho.

Competências/Áreas de atividade: Resíduos, limpeza urbana, ar e ruído

1. Controlar, acompanhar e fiscalizar os contratos de concessão, os contratos de prestação de serviços e os protocolos, no âmbito da gestão de resíduos e limpeza urbana, dinamizando a política dos 5 R's (repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar), bem como a economia circular;
2. Gerir o Ecocentro de Fátima e infraestruturas similares;
3. Gestão de pedidos de munícipes (pedidos de contentores, de ecopontos ou de recolhas especiais de resíduos);
4. Análise de processos de obras particulares e públicas, acompanhamento e vistoria;
5. Dinamizar, analisar e dar parecer sobre assuntos relacionados com o ruído e com a qualidade do ar;
6. Análise de reclamações dos serviços;
7. Promoção da atualização do cadastro;
8. As demais funções solicitadas superiormente, decorrentes da Lei e/ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.

A política de gestão de resíduos e limpeza urbana no concelho de Ourém tem como principais objetivos:

- Promover e dotar a população de soluções variadas para a triagem, depósito e tratamento de resíduos, prevenindo situações de depósito irregular que danifiquem a paisagem natural, que acarretem custos desnecessários ou que sejam focos de poluição lesivos para o ambiente em geral;
- Garantir a limpeza dos arruamentos, passeios e jardins, acautelando a higiene e saúde pública, de modo a transmitir imagem de asseio na área do município;
- Garantir o cumprimento de toda a legislação aplicável.

No concelho de Ourém a gestão de resíduos sólidos urbanos é assegurada por três empresas que são parcerias do município nesta matéria, nomeadamente:

- **A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A** que através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995 e renegociado em 2011 com clara melhoria dos serviços, é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana;
- **A VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, sendo responsável pelo transporte em alta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e por todo o sistema que envolve os resíduos sólidos urbanos recicláveis;
- **A Tejo Ambiente**, criada em 2019 responsável para recolha de resíduos indiferenciados em 1/1/2020.

Em 2019, para além dos RU indiferenciados, dos RU recicláveis e dos monos, da competência da Câmara Municipal de Ourém, existem outros fluxos de resíduos, do mercado privado, que o Município acompanha, nomeadamente os resíduos de construção e demolição (RCD's), os resíduos de medicamentos e suas embalagens, os resíduos de óleos usados, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), entre outros, garantindo que os mesmos têm um destino adequado.

No ano de 2019 destacam-se os seguintes processos mais emblemáticos:

COLOCAÇÃO DE 56 NOVOS ECOPONTOS E 50 VIDRÕES NO CONCELHO DE OURÉM: No primeiro semestre de 2019 foi reforçada a rede de deposição seletiva de resíduos, com a colocação de 56 ecopontos em vários locais do concelho, em lugares com maior densidade populacional e colocados 50 novos vidrões estes mais próximos de cafés, restaurantes e hotéis com o intuito de reforçar o setor Horeca.

Tabela: Total de Ecopontos e Vidrões

Freguesias	N.º de Ecopontos colocados	N.º de vidrões colocados
Fátima	9	27
U.F. Olival e Gondemaria	6	4
U.F. Matas e Cercal	1	4
U.F de Freixianda Ribeira do Fárrio e Formigais	6	4
Caxarias	4	1
U.F de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	1	1
N.ª Sr.ª da Piedade	11	3
Atouguia	6	1
Urqueira	3	3
Nossa Senhora das Misericórdias	3	2
Alburitel	2	0
Seiça	4	0
Total	56*	50

*Considerando 4 ecopontos recolocados, que foram substituídos por ilhas ecológicas

BALANÇA NO ECOCENTRO DE FÁTIMA: Em 2019 destaca-se a proposta de melhoria apresentada por este setor, relativa ao funcionamento do ecocentro de Fátima. Verificou-se que existia a necessidade de quantificar as descargas de materiais no Ecocentro de Fátima, principalmente os que têm custos para o Município, principalmente os RCD's, os monos e os verdes.

Assim, sendo, analisando as ofertas de mercado, constatou-se que a balança mais adequada a este local e ao serviço a prestar seria uma Balança Báscula Ponte, encastrada no solo para

pesagem de viaturas até 30 ton. A balança em questão terá um software, o WINSIMPLEX, que será uma excelente ferramenta de gestão, pois emite documentos de pesagem, tendo as seguintes potencialidades: criação, alteração e eliminação de matrículas, empresas e produtos; emissão de documentos de pesagem, com numeração automática e visualização automática do peso atual (em direto com ligação a um programa externo ou por importação dum ficheiro de texto Multi-Artigo); Inserção automática do valor do peso atual nos campos de pesagem; oito linhas de publicidade no cabeçalho do documento de pesagem; gravar/imprimir documentos e/ou linhas (pesagens individuais); pesagem Semi-Automática; modo Bibáscula de ligação a duas plataformas; e visualização e/ou Impressão de Mapas de resultados.

ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS - Um dos problemas da limpeza urbana é a existência de viaturas abandonadas e em estacionamento indevido na via pública, surgindo a necessidade de elaborar um regulamento municipal para que se possa responsabilizar a autarquia, os cidadãos e as restantes autoridades competentes, para que, com a colaboração de todos os intervenientes, seja possível assegurar a plena mobilidade e fruição do espaço público, a disponibilidade dos lugares de estacionamento que se encontram indevida ou abusivamente ocupados, promovendo, assim, uma melhoria da qualidade de vida no meio urbano e de defesa do meio ambiente, uma vez que os veículos considerados abandonados e não reclamados devem ser encaminhados para um operador de desmantelamento licenciado. O regulamento foi elaborado por este setor, tendo sido efetuada a discussão pública. Em 2020 será publicado.

INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS – Foi iniciado o procedimento tendo já sido identificados vários veículos em situação de abandono, tendo estes serviços procedido ao seu registo, notificação o proprietário através de colocação de dístico no veículo e através de carta registada, para remoção voluntária da via pública e elaboração de edital para afixação, nos casos em que não foi possível identificar o proprietário.

No ano de 2019 deram entrada 182 processos na base de dados, de pedidos relacionados com a gestão de resíduos e limpeza urbana. No quadro seguinte é possível verificar a quantidade por tipo de processos nos últimos anos.

Tabela 2: **Processos por tipo e anos**

N. Processos - Tipo	2016	2017	2018	2019
Contentores para a via pública	29	28	46	48
Ilha ecológica	0	0	1	0
Festa/Eventos	10	6	10	13
Ecopontos	3	6	12	26
Contentores adicionais	14	13	7	13
Limpeza Urbana	0	3	6	2
Ecocentro de Fátima	22	11	33	80
Total	78	67	115	182

Dos processos existentes destacam-se os pedidos/exposições relacionadas com os ecopontos, dado que se procedeu ao reforço destes equipamentos na via pública, bem como os pedidos de utilização do ecocentro de Fátima na sequência de uma maior divulgação da sua existência, que registaram um aumento muito significativo relativamente aos anos transatos.

Em relação aos processos registados, voltou-se a verificar um aumento significativo, pelas razões anteriormente apontadas.

Controlo de Atividade da SUMA – Prestação de Serviços de Recolha de RU e Limpeza Urbana

A SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A, através de um contrato de prestação de serviços celebrado em 1995 e renegociado em 2011 é responsável pela recolha e transporte até à estação de transferência da Gondemaria (ETG) de resíduos sólidos urbanos e pela limpeza urbana, existindo ao longo dos anos as seguintes alterações contratuais:

1. 1996-11-24 - Celebração do “Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha dos Resíduos Sólidos e seu Transporte a Aterro Final (Alvega)” com a STL;
2. 1996-01-19 - Visto do Tribunal de Contas relativo ao contrato referido;
3. 1996-02-12 – Consignação do contrato;

4. 2001-11-03 – Celebração do Contrato n.º 25/2001, que alterou o corpo e os pontos 1, 2, 4,5 e 8 da cláusula primeira e alínea c) da cláusula 2.ª do contrato inicial: - alteração da localização do destino final de RU (ET Gondemaria); - aumento de recolha de resíduos (entre 1000 e 1500 ton/mês);
5. 2001-10-12 – Visto do Tribunal de Contas do contrato n.º 25/2001;
6. 23-11-2004 – Celebração do Contrato n.º 37/2004, que alterou a redação do corpo 1, aditando-lhe as alíneas a), b), c), d), e), f) e g) da cláusula primeira dos contratos atrás mencionados: - alteração consistiu, de um geral, ao aumento da extensão de limpeza urbana e na regulamentação dos contactos entre a STL e os privados, Recolha Consignada;
7. Novembro de 2015 – Prorrogação do prazo do contrato por mais um ano.
8. Abril de 2016 - Decisão do Tribunal Arbitral: Prorrogação do contrato por mais cinco anos (término em 2021);
9. 19/03/2018 – Aprovação da redução de encargos no valor de 100 mil euros, relativos à redução de frequência de recolha, redução de lavagens e redução de limpeza urbana.

Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos

Análise da Evolução da Quantidade de RU recolhidos e Transportados até à Estação de Transferência:

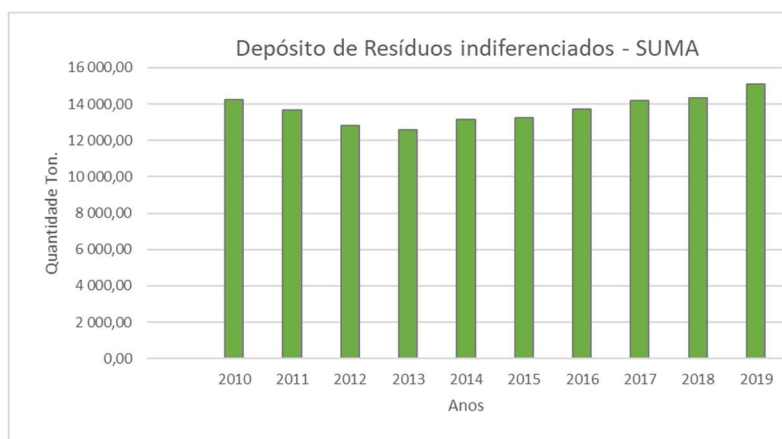
As quantidades de RU recolhidos colocados na ETG entre janeiro e dezembro foram as que constam do quadro seguinte:

Quantidade de RU depositado na ETG da Gondemaria em 2019

Meses	2018	Dif. ETG. 2018	Total Depósito 2019			
	Total		SUMA	Santuário	CMO	Total
janeiro	1 120,94	-43,56	1057,66	11,3	8,42	1077,38
fevereiro	955,52	67,44	1005,92	9,16	7,88	1022,96
março	1 165,60	-11,32	1131,38	13,82	9,08	1154,28
abril	1 181,96	37,6	1190	19,78	9,78	1219,56

maio	1 346,6	8,24	1294,06	50,26	10,52	1354,84
junho	1 249,48	-49,36	1169,5	25,46	5,16	1200,12
julho	1 382,84	32,46	1377,86	26,84	10,6	1415,3
agosto	1 651,74	-13,84	1580,54	43,18	14,18	1637,9
setembro	1 252,04	26,82	1234,26	27,22	17,38	1278,86
outubro	1 285,76	514,5	1757,92	31,92	10,42	1800,26
novembro	1 096,56	47,3	1121,64	11,66	10,56	1143,86
dezembro	1 109,54	102,16	1188,52	14,08	9,1	1211,7
Total	14 798,58	718,44	15 109,26	284,68	123,08	15 517,02

Durante o ano de 2019, a quantidade de RU depositada em aterro aumentou 718,44 ton relativamente ao ano de 2018. No que diz respeito ao total de resíduos recolhidos pela Suma verificou-se um aumento total de 780,16 ton. Contrariando este aumento, verificou-se uma diminuição dos resíduos provenientes do santuário de 23,82ton em relação ao ano anterior. Também relativamente ao ano anterior se verificou uma diminuição da recolha de resíduos por parte do município, no entanto, esta diminuição apenas se fica a dever ao projeto “Ourém Mais Limpo”.



Evolução na Recolha de RU indiferenciados

A produção de RU indiferenciados, tem aumentado desde o ano de 2013, conforme se pode constatar pelo gráfico anterior. Neste último ano, o aumento registado de 5,44% é superior ao anteriormente registado de 1,35%, o que poderá indicar um aumento do consumo, bem como do aumento da população residente e flutuante, principalmente em Fátima.

Controle da Colocação e manutenção de Equipamentos de Deposição de Resíduos Urbanos:

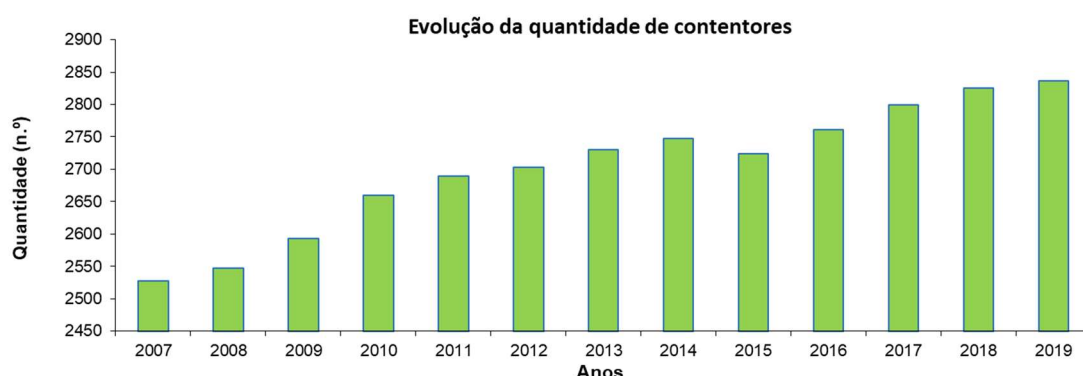
A SUMA é responsável pelo fornecimento de contentores nos locais aprovados pelo Vice-presidente, por subdelegação de competências. O fornecimento de contentores é efetuado na sequência da aprovação dos pedidos efetuados pelos munícipes e pelas Juntas de Freguesia à Câmara Municipal de Ourém e das constatações efetuadas pelos serviços.

Nas tabelas seguintes é possível verificar as quantidades e tipo de contentores disponíveis no sistema público em 2019 e a evolução ao longo dos anos. Em 2019, entraram em funcionamento 5 novas ilhas na Av. D. Nuno Álvares Pereira, em Ourém.

Evolução do N.º de Contentores por Anos

Anos	Quantidade e Tipologia dos Contentores							
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	TOTAL
2016	522	1681	298	3	26	103	49	2779
2017	623	1698	298	0	26	104	51	2800
2018	624	1720	300	0	26	104	54	2825
2019	624	1730	600	0	27	104	54+5=59	2841

Em 2019 entraram em funcionamento em situação de novo na rede 11 contentores no sistema público, tendo substituído vários que se encontravam danificados. Seguidamente apresenta-se o gráfico com a evolução do número de contentores do sistema público ao longo dos anos.



Evolução da quantidade de contentores de indiferenciados

Um dos aspetos mais importantes na avaliação do serviço prestado é a cobertura territorial do mesmo, razão pela qual se tem procedido à colocação de contentores sempre que possível, satisfazendo-se mais de 95% dos pedidos dos munícipes. Sendo, no entanto, de salientar que em 2019 houve o ajustamento dos circuitos de recolha, sendo que a Suma poderá ter procedido à colocação de mais contentores sem a prévia aprovação desta edilidade, no âmbito do reforço dos 100 contentores previstos na proposta de otimização aprovada.

LAVAGEM DE CONTENTORES SUPERFICIAIS - SUMA: No contrato estava estabelecido que as lavagens dos contentores devem ser feitas com uma periodicidade quinzenal entre maio e outubro e mensal entre novembro e abril, no entanto perante as alterações ao contrato, com vista à redução de custos, foram alteradas as frequências de recolha para mensal todo o ano. Considerando a média de 2812 contentores de RU, seria necessário lavá-los uma vez por mês.

N.º de Contentores lavados por Mês

Mês	Contentores		Diferença	Contentores		Diferença	Contentores		Diferença
	2017	Diferença		2018	Diferença		2019	Diferença	
	Lavados/ Mês	A Lavar /Mês		Lavados /Mês	A Lavar / Mês		Lavados / Mês	A Lavar / Mês	
Janeiro	3406	2780	626	3290	2807	483	3170	2812	358

Fevereiro	3560	2780	780	3134	2807	327	3317	2812	505
Março	3830	2780	1050	3574	2807	767	3381	2812	569
Abril	3292	2780	512	3469	2807	662	3424	2812	612
Maió	3530	5560	-2030	3298	2807	491	3849	2812	1037
Junho	3289	5560	-2271	3621	2807	814	2833	2812	21
Julho	3582	5560	-1978	3509	2807	702	2973	2812	161
Agosto	3397	5560	-2163	3026	2807	219	2849	2812	37
Setembro	3378	5560	-2182	3356	2807	549	2592	2812	-220
Outubro	3303	5560	-2257	3371	2807	564	3341	2812	529
Novembro	3009	2780	229	3276	2812	464	2893	2812	81
Dezembro	2453	2780	-327	2959	2812	147	3002	2812	190
TOTAL	40029	50040	-10011	39883	33744	6139	37624	33744	3880

Na tabela anterior pode verificar-se que número de contentores lavados se tem mantido constante ao longo do ano, à semelhança do ano anterior, tendo-se começado a visualizar a redução prevista na redução de custos da proposta de otimização aprovada em março de 2018 que alterou a frequência de lavagem de quinzenal entre maio a outubro para mensal. Assim sendo, a diferença entre a quantidade de contentores lavados e a lavar de acordo com o contratualizado aumentou substancialmente, passando de 10.011 (2017) para 6139 lavagens (2018) e 3880 lavagens em 2019 (não considerando os contentores das ilhas ecológicas), devendo-se este aumento à diminuição da frequência de lavagem, previsto na alteração do contrato.

Evolução da Frequência de Lavagens

Anos	Contentores existentes	Média contentores Lavados/mês	Frequência média contratualizada/ano	Frequência média lavagens/ano	Avaliação Serviço ERSAR (Boa Qualidade)
2016	2761	3384	18	14,77	12 e 24
2017	2800	3336	18	14,40	12 e 24

2018	2825	3324	12	14,12	12 a 24
2019	2836	3135	12	13,26	12 e 24

Em 2019 verificou-se uma frequência de lavagem dos contentores de 13,26 vezes por ano, valor que se situa no intervalo de **12 a 24 – Boa Qualidade**, recomendado pela ERSAR para ser considerado um serviço de boa qualidade, continuando este ano a estar a cima da frequência média contratualizada (desde 2018).

Lavagem de Ilhas Ecológicas - SUMA: As 54 ilhas ecológicas são lavadas entre maio a outubro quinzenalmente na parte exterior e na totalidade (interior e exterior) mensalmente, entre novembro a abril a parte exterior é lavada mensalmente e a totalidade bimensalmente, de acordo com o estipulado no contrato celebrado com a SUMA, confirmando-se estas lavagens.

Lavagem de Papeleiras: As papeleiras são lavadas mensalmente, de acordo com o contrato de prestação de serviços, no entanto sempre que necessário essa frequência é reforçada, confirmando-se essas lavagens.

Tabela 3: Renovação em 2011 – Serviços a realizar

DESCRIÇÃO	Observações	PESSOAL			EQUIPAMENTO			MATERIAIS	
		Motorista	Cantoneiro	Dias/mês	Tipo	Quant	Dias/mês	Tipo	Quant/mês
3. LAVAGENS									
3.1 Ilhas ecológicas	Maio a Outubro (Exterior quinzenal + Total mensal)		2	4	Viatura ligeira Depósito alta pressão	1	4	Ecolimper (l) Grasol (l)	5 21
	Novembro a Abril (Exterior mensal + Total bimensal)		2	2	Viatura ligeira Depósito alta pressão	1	2	Grasol (l)	10 42
			1	1	Viatura ligeira Depósito alta pressão	1	1		

Controle de Trabalhos Extraordinários realizados pela SUMA

Ao longo de 2019, a Suma prestou vários trabalhos extraordinários relativos à recolha de resíduos, todos eles incluídos no contrato de prestação de serviços. A maior parte destes trabalhos consistiram no reforço de contentorização nos locais de realização de eventos a maioria festas religiosas.

Com a renegociação do contrato em 2011 todas as despesas com trabalhos extraordinários estão incluídas no valor do contrato, sendo uma mais-valia para a Autarquia. De salientar que

os trabalhos acima apresentados contribuíram para um aumento considerável da qualidade do serviço, assim como para uma imagem bastante positiva no exterior, principalmente em Fátima, devido ao centenário das aparições.

Controle da Manutenção das Ilhas Ecológicas pela SUMA

O contrato também prevê a manutenção das ilhas ecológicas existentes. Foram realizadas 31 (45, em 2018) intervenções de reparação/substituição em 21 ilhas (24, em 2018) das existentes, salientando-se que as intervenções se relacionam com a reparação de contentores, substituição de amortecedores e duas substituições de marcos.

Serviços Normais de Limpeza Urbana

Em maio de 2018 entrou em vigor o acordo de redução de custos do contrato de prestação de serviços, o que envolveu a otimização dos serviços prestados, designadamente o serviço de limpeza urbana.

O serviço de limpeza urbana contratualizado é efetuado de 2ª feira a 4ª feira, 6ª feira e sábado com início às 6h e à 5ª feira com início às 07h30, abrangendo o núcleo central urbano da Cidade de Ourém e Fátima, incluindo a limpeza dos jardins em ambas as cidades, e a limpeza do recinto do mercado de Ourém com frequência trissemanal (das 07h às 10h30) e os núcleos das sedes de freguesias não abrangidas por Ourém e Fátima. Ao domingo é efetuado o serviço de limpeza urbana em Fátima, formalizado pela adenda ao contrato, das 07h às 11h, com recurso a dois cantoneiros.

O serviço de piquete (de tarde) é efetuado de 3ª feira a 6ª feira, sábado e domingo com início às 12h, para limpeza das ilhas ecológicas e papeleiras em Ourém e Fátima.

No âmbito da limpeza urbana, na varredura normal, são extraídas algumas ervas.

Aplicação de Herbicida

O contrato de prestação de serviço prevê a aplicação de herbicida em março e setembro por dois cantoneiros 24 dias (inteiros) por mês, no entanto verifica-se que tal não foi cumprido, ou seja, a herbicida não foi aplicada, tendo ficado nove cantões sem intervenção.

Renovação em 2011 – Serviços a realizar

DESCRIÇÃO	Observações	PESSOAL			EQUIPAMENTO			MATERIAIS	
		Motorista	Cantoneiro	Dias/mês	Tipo	Quant	Dias/mês	Tipo	Quant/mês
2.6	Corte de ervas e aplicação de herbicida		2	24	Viatura ligeira	1	24	Herbic. (l)	14
					Depósito monda química				
					Roçadora	1	24	Gasolina (l)	25

A Suma não cumpriu a aplicação do herbicida contratual, uma das razões apontadas prende-se com a proibição de aplicação do glifosato o que torna o herbicida pouco eficaz. Esta situação revelou-se um ponto fraco da limpeza urbana mais uma vez durante o ano de 2019, pelo que surge a necessidade da empresa, em detrimento da aplicação de herbicida, reforçar o corte mecânico de ervas. Por este motivo a cidade de Ourém esteve com a limpeza descontrolada no final de 2019, devido ao excesso de ervas nos passeios, situação que foi resolvida no início de 2020, com a utilização de herbicida.

Serviços Extraordinários: Os serviços extraordinários são efetuados em períodos que antecedem as festas religiosas e culturais, eventos desportivos e peregrinações religiosas. O contrato prevê que não ocorram custos com as limpezas extraordinárias dentro de certos limites, no quadro que se segue indicam-se aos trabalhos extraordinários efetuados para além da colocação de contentores para festas/eventos que se realizam todos os anos.

Serviços Extraordinários em 2019

Mês	Eventos	Serviços de limpeza extraordinários (lavagem)	Serviços de limpeza extraordinários (varredura)
Janeiro	Feira do Adro – Olival (31/01)		- Serviço de Varredura Mecânica Mista na zona envolvente à igreja paroquial (31/01) com recurso a: 1 viatura varredora aspiradora; 1 soprador; 1 motorista e 1 cantoneiro
Fevereiro	- Feriado de Carnaval – Núcleo Urbano de Fátima (08/02)	- Serviço de lavagem mecânica de todos os arruamentos do núcleo urbano de Fátima, com recurso: a 1 viatura lava ruas; e 1 motorista (08/02)	
Março	- Campeonato Nacional de Marcha em Estrada e Torneio Nacional de Marcha Jovem (7 e 8 /03)		- Serviço de varredura mecânica na zona circundante ao Centro de Negócios e Parque Linear em Ourém; - Serviço de varredura manual, com recurso a uma brigada composta de 1 operador de resíduos.
	- Raly Vila Medieval de Ourém (16 e 17/3)	- Serviço de lavagem mecânica dos arruamentos no núcleo urbano de Ourém, com recurso a 1 viatura lava ruas e 1 Operador de Equipamentos	- Serviço de limpeza urbana na zona circundante ao Mercado Municipal e Parque Linear
	- 8.ª Caminhada da Paz (24/3)	- Serviço adicional de lavagem mecânica no núcleo urbano de Fátima, ao longo de todo o percurso, com recurso a uma brigada de intervenção, composta por 3 operadores de resíduos, 1 operador de equipamentos e 1 viatura lava-ruas	
Abril	- Via Sacra (11 a 17/4)		- Serviço de limpeza adicional de todos os arruamentos no Castelo de Ourém circundantes, incluindo o serviço corte de ervas, com recurso a uma brigada composta de 3 operadores de resíduos, 1 roçadeira, 1 soprador
	- Dia da Liberdade -25 de Abril		- Serviço de limpeza do mercado municipal (de tarde) com recurso a 8 operadores de resíduos.

Maio	- Peregrinação do 13 em Fátima	- Serviço adicional de lavagem mecânica de arruamentos na Cidade de Fátima, com recurso a uma viatura lava ruas de 10m ³ e um motorista (12 e 13/5).	<p>- Limpeza das 05h00 às 12h15 e das 13:00 às 20:00, serviço extraordinário assegurado por duas brigadas compostas por 4 operadores de resíduos, para a limpeza dos arruamentos em Fátima, com incidência no núcleo central de Fátima (Domingo 12/5)</p> <p>- Serviço extraordinário de limpeza urbana das 15:00 às 16:00 garantido por uma brigada composta por 6 operadores de resíduos (13 de maio)</p> <p>- Serviço extraordinário de piquete das 22h00 às 24h00, com recurso a 2 operadores de resíduos, para assegurar a limpeza de contentores e papeleiras.</p> <p>- Serviço de piquete no dia 13 de maio (dia de descanso obrigatório, segunda-feira)</p>
Junho	- Dia de Portugal (10/06)	- Serviço adicional de lavagem mecânica de arruamentos na Cidade de Fátima, com recurso a uma viatura lava-ruas de 10m ³ e um operador de equipamentos	- Serviço de limpeza, com recurso a uma brigada de limpeza, composta por 4 operadores de resíduos no núcleo urbano de Fátima
	- Festas da Cidade, nos dias 15, 17, 18, 19 de junho,		- Serviço adicional de limpeza urbana, além do serviço normal, na zona envolvente ao Centro de Negócios e Parque Linear, com recurso a 2 operadores de resíduos
	- Praia Fluvial do Agroal		- Início do serviço de limpeza na zona balnear no Agroal até setembro
	- Feriado Municipal, 20 de junho		<p>- Serviço de limpeza urbana, para cobertura das festas da Cidade, serviço garantido por 4 operadores de resíduos</p> <p>- Serviço de limpeza do mercado municipal (de tarde) com recurso a 6 operadores de resíduos</p>
	- Festas de Vila de Freixianda (22/06)	- Serviço adicional de lavagem mecânica de arruamentos na Freixianda, com recurso a uma viatura lava-ruas de 10m ³ e um operador de equipamentos	
Julho	- 5 de julho		- Recolha e limpeza dos resíduos depositados indevidamente na Rua José Faustino (próximo da empresa Madeca), junto aos ecopontos em

			Caxarias, com recurso a 1 operador de equipamentos e 3 operadores de resíduos e uma viatura ligeira de mercadoria
	- Tasquinhas em Espite e da festa religiosa nas Matas (05/07)		- Serviço adicional de varredura mecânica mista com recurso a um operador de equipamentos pesados e 1 operador de resíduos e uma viatura varredora aspiradora, nos arruamentos envolventes aos eventos
	- 24 de julho		- Reforço de limpeza na estrada da Batalha devido ao corte de ervas efetuado pela Junta de Freguesia de Fátima
Agosto	- Comissão de Festas de Rio de Couros, no âmbito da festa religiosa (13/08)		- Serviço adicional de varredura mecânica, com recurso a um operador de equipamentos pesados e uma viatura varredora aspiradora, nos arruamentos envolventes ao evento
	- Peregrinação do Emigrante feriado dia 15 de agosto		- Reforço de limpeza urbana (de tarde), serviço garantido por um operador de resíduos (13/08) - Serviço extraordinário de limpeza urbana em Fátima, das 06h00 às 12h00, serviço garantido por 2 cantoneiros - Serviço de limpeza do mercado municipal (de tarde) com recurso a 8 operadores de resíduos - Serviço adicional de limpeza do Agroal das 06h00 às 12h00 devido ao aumento de afluência neste fim de semana
	- Festas de Espite 16 de agosto	- Serviço adicional de lavagem mecânica com recurso a um operador de equipamentos pesados e uma viatura lava-ruas	- Serviço de varredura mecânica mista nos arruamentos envolventes à Igreja em Espite, com recurso a um operador de equipamentos pesados, um operador de resíduos, uma viatura varredora aspiradora
	- Festas religiosas na Zona Histórica (Castelo Ourém) 22 e 23 de agosto		- Reforço de limpeza
	- 22 de agosto junto à Madeca		- Recolha e limpeza dos resíduos depositados indevidamente na Rua José Faustino (próximo da empresa Madeca), junto aos ecopontos em Caxarias, com recurso a 1 operador de equipamentos e 2 operadores de resíduos e uma viatura ligeira de mercadoria

Setembro	- Início do Ano Letivo		- Serviço de reforço de limpeza dos arruamentos devido ao começo do Ano Letivo, junto ao Colégio de S. Miguel e Centro de Estudos de Fátima em Fátima, com recurso a um motorista, um operador de resíduos, uma viatura varredora e um soprador.
	- Queda de folhas		- Reforço do serviço de limpeza urbana em Fátima com recurso a uma brigada de limpeza equipada com soprador mecânico, justificado pelo acréscimo de folhas a remover nesta época do ano
Outubro	- Peregrinação 13 de outubro	- Serviço adicional de lavagem mecânica de arruamentos com viatura lava-ruas na Cidade de Fátima (13/10)	<p>- Reforço do serviço de limpeza urbana em Fátima com recurso a 2 varredoras mecânicas, 2 equipas compostas por 1 operador de equipamentos pesados e 1 operador de resíduos equipado com soprador mecânico (4 a 11 de outubro)</p> <p>- Reforço do serviço de limpeza com apenas 1 varredora e 1 equipa, justificado pelo acréscimo de folhas a remover nesta época do ano (18 e 25 de outubro)</p> <p>- Serviço de limpeza assegurado por 4 operadores de resíduos, efetuando-se ainda o serviço adicional de varredura manual no período da tarde, das 14h00 às 18h00 (12/10)</p> <p>- Reforço de 3 operadores de resíduos (13/10)</p> <p>- Serviço extraordinário de Piquete, no período da tarde e no período da noite, das 22h00 às 24h00 (12/10)</p>
	Feira Nova Santa Iria 2019		<p>- Serviço adicional de varredura manual no Parque Linear e zona envolvente ao Centro de Negócios (29/10)</p> <p>- Limpeza da zona asfaltada frente ao Mercado (28/10)</p> <p>- Serviço adicional de piquete e limpeza (27/10 domingo)</p>
	- Dia da Implantação da República (5 de outubro)		- Serviço de piquete

Novembro	- Queda de folha		<ul style="list-style-type: none">- Reforço do serviço de limpeza urbana em Fátima com recurso a uma brigada composta por 2 operadores de limpeza equipada com soprador mecânico e gadanho (5 e 7/11)- Reforço do serviço de limpeza urbana em Fátima com recurso a um operador de limpeza equipada com soprador mecânico (12,14 e 15/11)
Dezembro	- Feriados (1 e 8/12)		- Serviço de limpeza em Fátima, com recurso a uma brigada composta de 2 operadores de resíduos
	Festejos de Natal		- Limpeza exterior e interior na Pista de Gelo e Tenda instalada na Praça Mouzinho de Albuquerque

Lavagem Mecânica de Ruas e Praças:

No contrato de prestação de serviços (aditamento), está prevista a lavagem semanalmente de maio a outubro (um motorista e camião quatro dias por mês) e quinzenalmente de novembro a abril (um motorista e camião dois dias por mês), pela análise dos dados reportados no quadro anterior podemos concluir que no período compreendido entre maio a setembro foram efetuadas 9 dias de lavagem, ficando aquém das 24 previstas no aditamento ao contrato.

No período de novembro a abril não foram efetuadas uma lavagem, estando previstos no contrato 12 dias de lavagens. Podemos então concluir que mais uma vez a Suma não está a cumprir na íntegra as lavagens previstas no contrato de prestação de serviços.

Tabela 4: Renovação em 2011 – Serviços a realizar

DESCRIÇÃO	Observações	PESSOAL			EQUIPAMENTO			MATERIAIS	
		Motorista	Cantoneiro	Dias/mês	Tipo	Quant	Dias/mês	Tipo	Quant/mês
3.3 Ruas e praças em Ourém e Fátima e Ruas nas Freguesias nas festas	Maio a Outubro	1		4	VLR10	1	4		
	Novembro a Abril	1		2	VLR10	1	2		

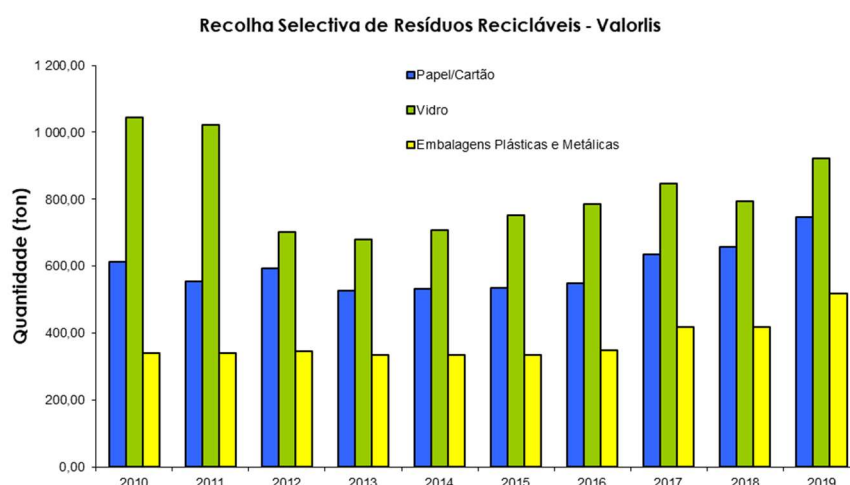
Atividade da Valorlis – Concessão do Serviço

Recolha de Recicláveis - Valorlis:

A VALORLIS é responsável pela recolha seletiva, tal como está estabelecido no contrato de concessão, podendo visualizar-se a evolução desta recolha ao longo dos anos, na tabela seguinte.

Quantidade de RU recicláveis depositados

Ano	Total Geral	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
		Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2016	1 684,55	550,36	2,78	786,28	4,23	347,91	3,42
2017	1 898,00	635,00	13,33	846,00	7,06	417,00	16,56
2018	1 871,00	658,00	3,50	795,00	-6,42	418,00	0,24
2019	2.085,25	745,54	11,74	921,61	13,74	518,10	19,32



Evolução na Recolha Seletiva

Em 2019 verifica-se um aumento de resíduos recicláveis em todas as fileiras, papel/cartão verifica-se um aumento de 11,74%, no vidro um aumento de 13,74% e na embalagem um aumento de 19,32%. Estes dados não contabilizam os resíduos seletivos depositados no ecocentro de Fátima nem a recolha porta a porta efetuada pela Valorlis. Esta situação leva a um aumento total dos resíduos recicláveis recolhidos nos Ecopontos e Ilhas ecológicas de 314,25 Ton.

O aumento de 16,8 % da quantidade de resíduos recicláveis recolhidos nos ecopontos e ilhas ecológicas supera largamente o aumento de 5,44% na recolha de resíduos indiferenciados. Este aumento deve-se ao aumento da quantidade de ecopontos colocados na via pública. Para melhorar o desempenho nestas fileiras, é ainda necessário:

- Aumentar os equipamentos de recolha destes materiais em zonas consideradas rurais, mas que, pela sua densidade populacional, justificam a sua existência;
- Aumentar as frequências de recolha dos materiais recicláveis, de acordo com as necessidades verificadas ao longo do ano;
- Continuar e reforçar as ações de sensibilização ambiental.

Equipamentos de Deposição de Resíduos Seletivos – Recolha Seletiva:

No ano de 2018 destacou-se a proposta e aprovação de colocação de cinquenta e três novos ecopontos no concelho de Ourém.

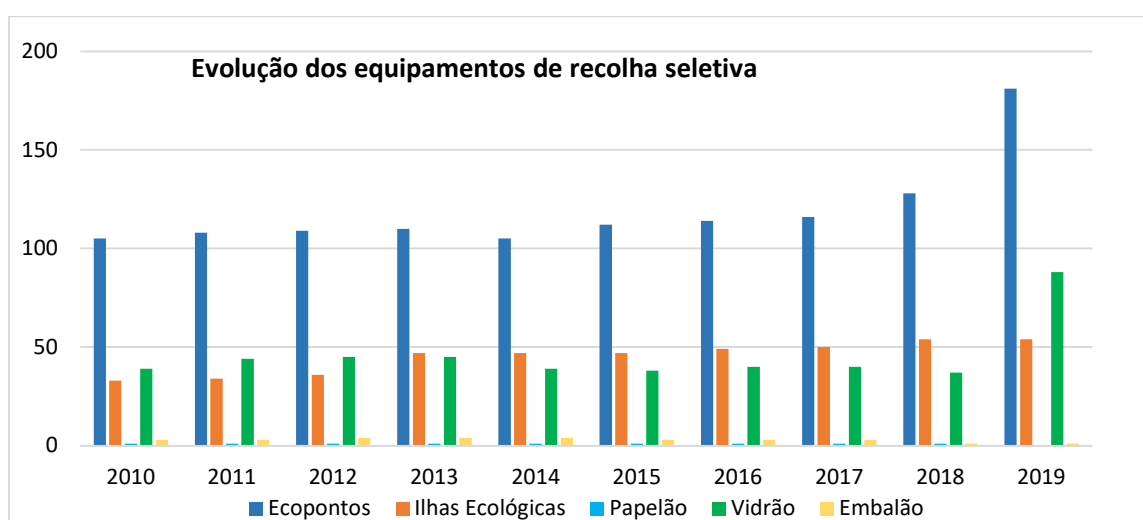
A colocação dos ecopontos efetuou-se no ano de 2019 juntamente com a colocação de 50 novos vidrões o que contribuiu para um aumento muito significativo do número de equipamentos de deposição seletiva de resíduos.

No quadro seguinte apresentam-se os Ecopontos/Ilhas ecológicas existentes e em funcionamento por anos:

Evolução do n.º de Equipamentos de Recolha Seletiva

Anos	Ecopontos	Ilhas	Outros Equipamentos			TOTAL
		Ecológicas (recicláveis)	Papelão	Vidrão	Embalão	
2016	114	49	1	40	3	207
2017	116	50	1	40	3	210
2018	128	54	1	37	1	218
2019	183	54	1	87	1	325

Evolução no n.º de equipamentos de recolha seletiva



Manutenção e Lavagem de Equipamentos: A manutenção e lavagem dos ecopontos é da responsabilidade da Valorlis. Nos últimos anos verificou-se que o serviço de lavagem de

contentores da recolha seletiva era bastante deficitário, no entanto verificou-se melhorias em 2018 com a lavagem de 396 contentores dos possíveis 457 contentores e em 2019 foram lavados 649 contentores ,segundo informações fornecidas pela Valorlis.

A manutenção e lavagem de ilhas ecológicas é da responsabilidade da Autarquia, estando o serviço previsto no contrato com a SUMA sem mais encargos. As ilhas são lavadas mensalmente no período de novembro a abril e quinzenalmente de maio a outubro. Contudo esta regra é flexível, uma vez que existem ilhas que necessitam de mais limpeza do que outras, atendendo à utilização. Relativamente à manutenção é necessário apurar os encargos que a autarquia está a ter (recicláveis) a fim de responsabilizar a empresa por danos resultantes da má utilização dos equipamentos, por parte dos operadores da recolha.

Trabalhos Extraordinários: Os trabalhos extraordinários efetuados pela Valorlis são realizados normalmente na peregrinação do 13 de maio e no 13 de outubro, onde a empresa assegura um piquete e reforço nas recolhas de recicláveis. Durante o verão existe por vezes a necessidade de solicitar serviços extraordinários de recolha, como por exemplo no dia da peregrinação da criança (10 de junho) e no dia da peregrinação do emigrante (15 de agosto). Para que a cidade se mantenha limpa, as recolhas extraordinárias durante o Verão são fundamentais.

Acompanhamento dos Utilizadores de Recolha Consignada

O sistema de recolha consignada da CMO consiste na recolha porta-a-porta dos resíduos urbanos dos produtores especiais, aqueles que têm uma produção que a sua deposição não deve ser feita na via pública, nos termos do Regulamento, sendo estes utilizadores acompanhados de forma mais controlada por parte dos serviços municipais. O ponto de situação está descrito no capítulo da Gestão de Utilizadores.

Recolha de Monos

No final do ano de 2018, o serviço de recolha de monos passou a ser efetuada pelos Serviço de Ambiente e Sustentabilidade. Verificou-se que, resultado de uma maior divulgação, em 2018 aumentou substancialmente a recolha de monos no concelho de Ourém, tendo sido efetuados 239 pedidos e 336 pedidos, em 2019, cujo impacto de visualiza na tabela seguinte.

Quantidade de Monos recolhidos

Ano	Empresa	Quantidades Recolhidas (ton)
2013	Ourémviva	20,26
2014		15,36
2015		13,58
2016		13,40
2017		18,28
2018	CMO (2 meses Ourémviva)	134,54(*)
2019	CMO	123,54[*)

(*) Este valor é estimado porque nesta fase não é possível determinar o valor, dada a inexistência de balança.

Acompanhamento da Entrega de RU do Santuário de Fátima

O Município de Ourém através de protocolo de cooperação assinado em abril de 2014 autoriza o Santuário de Fátima a entregar os seus resíduos na ETG. Esta iniciativa e estratégia de cooperação surgiu no âmbito do acordo que estava previsto no artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Ourém, tendo em consideração os pressupostos estabelecidos no DL n.º 178/2006, de 5/10, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2011, de 17/06.

Assim sendo, as quantidades de RSU's provenientes do Santuário de Fátima são mensalmente somadas e posteriormente é solicitado o reembolso da verba paga à Valorlis. As quantidades, assim como os respetivos encargos encontram-se discriminados no quadro seguinte por anos.

Quantidade e Valores (euros)

Ano	Quantidade (ton)	Custo suportado pela CMO com IVA (€)
2016	289,24	11.298,00
2017	358,62	13.390,37
2018	308,50	9.568,32

2019	284,68	10.407,73
-------------	--------	------------------

A tendência é uma redução ao longo dos anos, à exceção do ano de 2017 (vinda do Papa), devido ao esforço do Santuário de Fátima na colocação de equipamentos para a separação de resíduos recicláveis e a uma maior deposição de resíduos recicláveis no Ecocentro de Fátima. Esta diminuição contraria o n.º de visitantes, uma vez que em 2019 manteve-se a tendência de 2018, sendo que nos primeiros nove meses de 2019, o Santuário de Fátima acolheu cerca de 4,5 milhões de peregrinos.

Acompanhamento da Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados

No ano de 2009 foram colocados quatro Oleões no Concelho de Ourém, dois na cidade de Ourém e dois na cidade de Fátima, na via pública, ao abrigo de um protocolo celebrado com a empresa Oleotorres, aprovado em reunião de Câmara de 20/04/2009. Contudo cedo se verificou que os equipamentos eram mal utilizados, sendo depositados todo o tipo de resíduos e ocorrendo derrame de óleo no chão, colocando em causa, o asseio e a limpeza pública. A empresa Oleotorres quando era chamada para resolver os problemas não mostrava vontade de colaborar.

Por estes motivos no final de 2011, os equipamentos foram retirados da via pública, com o objetivo de serem cedidos às escolas inscritas no programa Eco-Escolas, através de um protocolo a celebrar entre escolas, Câmara Municipal e a empresa Bioeste. A Bioeste foi a empresa que apresentou as melhores contrapartidas, já que após um ano de recolha por cada 1000L recolhidos, a empresa entrega à escola 150 euros para atividades escolares.

No ano de 2012 foi elaborado protocolo de cedência de Oleão para uso da população em geral no Centro Comunitário de Voluntariado. Em 2015 o contrato foi denunciado pela Escola Profissional de Ourém e Escola de Hotelaria de Fátima. O Colégio Sagrado Coração de Maria tem entregue todos os anos óleos usados, bem como o Centro Comunitário.

Em 2018 foram feitas reuniões no sentido de prever uma rede de oleões no concelho, estudo que ainda não foi terminado, uma vez que existe a lacuna da lavagem e que depositam outros resíduos que se estragam, deitam cheiro e danificam. Em 2020 será necessário encontrar uma solução para esta fileira.

Acompanhamento da Recolha de Roupa/Calçado/Brinquedos



CYCLING
bike hire
bike to work
bike to school



SHOPPING
discount
outlets
outlets



PULSE
Pulse
Pulse



WALKING
walk
walkways
walkways



WATERWAYS
water
waterways
waterways

Free quality audio-visuals on site
everywhere available

Swan Tasting 015 579102 / 065 525 940
Office 01579 401 940 / 940




Todos os anos têm sido assinados protocolos com alterações: o protocolo de 2016 previa a colocação de mais seis contentores; o protocolo de 2018 previa a colocação de mais contentores e um aumento da contrapartida para 2.000,00€, com possibilidade desta ser entregue em géneros; e o protocolo de 2019 previa a colocação de mais equipamentos e uma alteração importante, tendo em consideração as diretivas da Agência Portuguesa do Ambiente, que não classificou este material como resíduo. Atualmente existem 29 equipamentos na via pública.

A tabela seguinte apresenta os resultados da recolha deste material nos equipamentos existentes na via pública.

Tabela 5: Deposição por anos

Equipamento	Morada	Lugar	Total (kg) 2016	Total (kg) 2017	Total (kg) 2018	Total (Kg) 2019
B504	Rua professor Mário Albuquerque	Espite	1422	1705	1516	1174
B510	Rua de São Bartolomeu	Atouguia	2558	2318	2714	2077
B512	Rua da Mina	Ribeira Fárrio	1382	1656	1130	1490
B514	Rua de Santo António	Formigais	705	719	1055	692
B520	Rua Padre Feliciano de Oliveira	Freixianda	1993	2014	2241	2013
B521	Rua do Pombalinho	Seiça	2318	2233	2591	3112
B534	Av. Beato Nuno Fátima	Fátima	2967	2411	2452	2671
B535	Estrada Principal	Rio Couros	995	1254	1023	734

B537	N113 Alburitel	Alburitel	1771	1698	2097	2157
B539	Imaculado Coração de Maria	Fátima	1089	1491	1882	1658
B541	Rua Padre Acácio de Paiva	Olival	2320	2127	2335	2173
B542	Av. 21 de junho	Caxarias	2319	2083	2359	3454
B543	Rua da Portela	Gondemaria	1618	1814	2194	1720
B545	Estrada da Alvega - Ecocentro	Fátima	2313	1846	1123	1392
B546	Rua 31 de Dezembro	Cercal	1338	1234	1458	906
B547	R. Dr. Joaquim Francisco Alves	Ourem	3622	4720	4835	5116
B548	Vilar de Prazeres EN349	Vilar	2502	2734	2483	1898
B552	N.ª Sr.ª do Patrocínio	Matas	585	1185	1104	949
B557	Av. Beato Nuno Fátima	Fátima	2656	2651	3087	3401
B558	Rua Luís de Camões Ourém	Ourém	4264	5119	4532	4727
B561	Rua da Igreja	Casal dos Bernardos	571	1077	1024	1130
B563	Rua do Rossio	Urqueira	837	1293	1721	1828
C132	Rua Principal	Bairro	*	1939	1538	1454
C133	Rua Principal	Casa Velha	*	1276	1420	2009
C135	Av. D. Afonso Henriques	Sobral	*	893	682	762
C138	Rua S. João de Deus	Fátima	*	*	*	2182
C142	Estrada Nacional 356	Casal dos Crespos	*	1711	2304	1481
C145	Rua São João Batista	Lomba d' Égua	*	2251	3211	3490
C146	Estrada da Moita	Moita Redonda	*	1808	2250	2821
Total (Kg)			42 145	55 260	58 361	54 360

Pode-se constatar que a quantidade de roupa/calçado recolhidos tem vindo a aumentar, ao longo dos anos, com uma ligeira quebra em 2019. Os equipamentos que registaram maior

deposição foram os localizados nas cidades e vilas e também em Atouguia e Seiça. Os equipamentos menos utilizados encontram-se nas freguesias mais pequenas e mais rurais. De um modo geral conclui-se que os equipamentos estão a funcionar bem e sem encargos para o município.

Para além da recolha nestes equipamentos, existentes na via pública, a empresa procede ainda a recolhas em particulares, reportando a esta edilidade as quantidades mensais, que perfazem o total apresentado no quadro que se segue.

Recolha de Roupas, Calçado e Brinquedos em Particulares

Equipamento	Morada	Lugar	2017 Total kg	2018 Total Kg	2019 Total kg
Associação IDE Fátima	Avenida Beato Nuno	Cova da Iria	5712	5098	6286
Junta de Freguesia de Freixianda		Freixianda	0	1350	0
Conferência de São Vicente de Paulo de Ourém	Estrada Nacional 113	N.ª Sr.ª da Piedade	3009	1939	1744
SPAS de Caxarias	Travessa da Escola, 1	Caxarias	3809	2451	4353
Junta de Freguesia de Casal dos Bernardos		Casal dos Bernardos	0	0	0
Centro Social Ribeira de Fárrio	Rua Padre João Pereira, 2	Ribeira do Fárrio	0	447	2483
Centro de Solidariedade Mão Amiga de Fátima	Rua Dr. Júlio Constantino	Fátima	19344	8206	7420
Município de Ourém	Praça D. Maria II, 1	Nossa Senhora da Piedade	617	558	1730
SVP – N.ª senhora da Piedade Urqueira	Rua Principal	Urqueira	0	0	375
Centro de Acolhimento S. Bento da Lebre	Fátima	Fátima	0	0	1677
Santuário de Fátima	Fátima	Fátima	0	0	3218
Total (Kg)			31. 874	20. 049	29.286

O desvio deste material do sistema municipal de resíduos indiferenciados contribuiu para a sustentabilidade financeira do sistema, para a redução da deposição de resíduos em aterro e não menos importante para a redução do abandono dos resíduos na natureza, com efeitos nefastos em termos de poluição do ar, do solo e da água superficial e subterrânea.

Em 2019, o desvio destes resíduos do sistema público de indiferenciados representou uma poupança para o município de aproximadamente 100 euros/tonelada, ou seja, **cerca de 8.360 euros** (contabilizando também o recolhido em particulares), a este valor soma-se ainda a contrapartida financeira de 2.000 euros, que a empresa estava obrigada a pagar ao município de Ourém, de acordo com o estipulado no protocolo.

Note-se que ao município apenas cabe decidir e aprovar os locais de deposição dos equipamentos, sendo que, a sua colocação, manutenção e recolha é da inteira responsabilidade da empresa.

Em 2020, será necessário dinamizar esta fileira, através do aumento e dinamização de ações de sensibilização.

Gestão do Ecocentro de Fátima

O Ecocentro foi inaugurado em 5 de junho de 2015, Dia Do Ambiente, sendo gerido por protocolo estabelecido em parceria com a Valorlis. Este Ecocentro tem sido uma mais valia para a colocação de materiais recicláveis, principalmente por parte dos grandes produtores, designadamente o do setor Horeca. O Ecocentro também recebe resíduos de construção e demolição, monos, óleos alimentares usados, roupas usadas e verdes. O Ecocentro de Fátima funciona entre as 9h e as 17 h, de segunda a sábado (manhã).

Em 2018 estavam registadas várias empresas que utilizavam o Ecocentro com alguma regularidade, bem como particulares que procediam à descarga dos resíduos sem necessidade de prévia autorização. Em 2019, estavam registadas de 164 empresas, apesar de existirem cerca de 258 empresas que o utilizaram algumas das quais sem registo, situação que tem de ser averiguada em 2020, sendo ainda utilizado por mais de três centenas de particulares que procederam a várias descargas dos resíduos.

Utilização do Ecocentro de Fátima

Anos	Utilizadores com Pedido	N.º de Despejos		Registo de Operações
	Empresas	Empresas	Particulares	Operadores
2015/2016/2017	18/22/11			
2018	33	2191	800	150
2019	80	3220	1035	200
Total	164			

Em seguida apresenta-se o resumo das quantidades de resíduos entregues no ecocentro por fileira, desde a sua entrada em funcionamento 15 de junho de 2015.

Quantidades de resíduos entregues no ecocentro (desde junho 2015)

<i>Fileiras</i>	<i>2015 (ton)</i>	<i>2016 (ton)</i>	<i>2017 (ton)</i>	<i>2018 (ton)</i>	<i>2019 (ton)</i>	<i>Custos 2019 (euros)</i>	<i>Operador</i>
RCD's*	8	32	(*)	(*)	47,100	1.098,92	Terrarito Lda
Verdes*	30 (m3)	50,16	39,96	25,74	8,400	212,00	Terrarito Lda
Madeiras	8,44	0	0	6,84	64,020	0	Luso Finsa SA
Plásticos	6,44	8,08	7,54	---	---	0	Valorlis, SA
Papel	12,8	35,74	29,6	58,00	80,160	0	Valorlis, SA
Monos	9,44	19,78	27,80	128,2	136,740	4.999,13	Valorlis, SA
Vidro	1,2	4,64	5,2	3,0		0	Terrarito Lda
REEE	2	17,44	3,18	1,48	11,214	0	Reci Qwerty, lda
Sucata	0	6,1	6,3	6,74	13,340	0	Valorlis, SA
Roupas	1,264	2,3	1,85	1,23	1,392	0	Sarah Trading
Total	39,584	94,08	81,47	231,93	362,399	6.310,05	---

* Resíduos que acarretam custos

Considerando que os resíduos depositados no ecocentro eram colocados anteriormente no contentor de RU da via pública, considerando ainda que 80% dos resíduos depositados no ecocentro iam anteriormente para sistema de recolha da Suma, e de seguida para aterro,

estima-se que ocorra uma **poupança anual considerável de aproximadamente 14.000€** e um importante contributo para a redução do abandono de resíduos na natureza.

A entrega das fileiras dos RCD's, Verdes e Monos para valorização acarreta custos para o município que carecem de ser colmatados, com a criação de uma taxa de deposição, principalmente quando estes são entregues por utilizadores não domésticos, como é a maior parte dos casos.

Recicláveis Recolhidos no Concelho de Ourém em 2019

Para além da recolha efetuada nos ecopontos disponibilizados na via pública, existem também outras formas de depósito ou entrega de resíduos, nomeadamente: o Ecocentro de Fátima; a Estação de Transferência de Ourém (Gondemaria); o Estaleiro Municipal; e a recolha porta-a-porta, dinamizada nos últimos anos pela Valorlis.

Consultando a tabela seguinte verifica-se que em 2019 ocorreu um aumento de 11% relativamente ao ano anterior (25% de aumento em relação a 2017) na quantidade de recicláveis recolhidos, o que reflete o trabalho das equipas envolvidas.

Quantidade de Recicláveis Recolhidos (ton)

Origem	2016	2017	2018	2019
Ecopontos	1 684,55	1 898,00	1 871,00	2085,25
Estaleiro CMO	1,90	2,00	---	---
ETG Ourém	8,26	7,00	---	---
Ecocentro de Fátima	42,54	34,00	58,00	80,16
Porta a Porta	*	*	292,18	269,7
Total	1 737,25	1 941,00	2 221,18	2.435,11

Elaboração de Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

Durante o ano de 2019 elaboraram-se os seguintes planos, no âmbito dos projetos de execução de empreitadas.

Quantidade de PPGRCD elaborados em 2019

N.º	Empreitada	Localização
1	Alargamento do Beco da Portela - Alburitel	Alburitel
2	Reabilitação da Rede Viária do Concelho de Ourém - Rua das Figueiras – Eira da Pedra,	Fátima
3	Reabilitação da Rede Viária do Concelho de Ourém – Rua Vale vinte Mouros e Rua da Valaria – Nossa senhora das Misericórdias	N.ª Sr.ª das Misericórdias
4	Centro escolar da Freixianda - Substituição de Vidros Partidos	Freixianda
5	Adaptação de espaço para mudança de Equipamento e Pessoal da Extinta Ourem viva	Estaleiro Municipal
6	Arranjos na Fonte João Loução e Envolvente – Freguesia da Atouguia	Atouguia
7	Construção de Centro de Recolha Oficial de Ourém (Canil/Gatil)	Estaleiro Municipal
8	Reparação e Substituição de Rails, Colocação de Saias Metálicas e de Terminais	Estradas Municipais
9	Requalificação da rede Viária Municipal, na EN356, com maior incidência num troço entre as Localidades de Mosqueiro e Caxarias	Mosqueiro/Caxarias
10	Aqueduto do Ribeirinho	Ribeirinho-Ourém
11	Execução de uma vedação em rede, na escola de Boleiros, freguesia de Fátima e concelho de Ourém.	Boleiros - Fátima
12	Requalificação paisagística da Rotunda de Eira da Pedra e de Minde - Fátima	Fátima
13	Sinalização Viária	Concelho de Ourém
14	Valorização da Casa do Administrador	Ourém
15	Requalificação da Rotunda de Minde e Eira da Pedra	Fátima
16	Centro de Documentação Joaquim Ribeiro	Atouguia
17	Execução de muros Av. D. Nuno Álvares Pereira	Ourém
18	Valorização da casa do administrador	Ourém

20	Requalificação da rede viária em N.ª Sr.ª das Misericórdias	N.ª Sr.ª das Misericórdias
21	Requalificação da rede viária na União de freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Freixianda
22	Reparação de Bermas EM522 Olival	Olival
23	Requalificação da rede viária rua do Barreiro e rua do Cubal, Matas	Matas
24	Requalificação da Zona Balnear do Agroal	Agroal
25	Requalificação da rua da Várzea em Moimento	Fátima
26	Requalificação das Piscinas Exteriores de Ourém	Ourém
27	Construção de Canil e Gatil Municipal	Pinheiro
28	Requalificação do Edifício da EB1 das Matas	Matas
29	Beneficiação de largo da Escolas e Escadaria de acesso à Rua Francisco Sá Carneiro	Ourém
30	Jardim Infantil de Ourém - Remodelações	Ourém
31	Trabalhos Diversos Freguesia de Caxarias EN 356	Caxarias
32	Iluminação Pública	Ourém
33	Trabalhos de manutenção e Reabilitação de Parques Infantis	Ourém
34	Requalificação de EB1/jardim Infantil de Casal dos Bernardos	Casal dos Bernardos

Alterações Climáticas

No âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Médio Tejo (PIAACMT), promovido pela CIMT e acompanhado pelos serviços, foram estudadas as prioridades relativas às seguintes ações, para o concelho de Ourém:

- manutenção e atualização periódica do perfil de impactos climáticos (pic-I) da região do médio tejo;
- promoção da integração das medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal;
- promoção do aumento da resistência e resiliência das áreas florestais aos incêndios;

- promoção do aumento da resistência e resiliência das áreas florestais aos incêndios;
- promoção do ordenamento florestal e a sua gestão;
- promoção do uso eficiente da água, reduzindo desperdícios, criando alternativas de fornecimento de água e promovendo o uso de espécies/variedades vegetais autóctones e menos exigentes ao nível do consumo de água;
- reutilização de águas tratadas de estações de tratamento de águas residuais para rega;
- promoção do controlo de espécies invasoras, pragas e doenças;
- valorização das áreas inundáveis associadas a fenómenos de ocorrência de excecionalidade média, através da implementação de usos compatíveis que contribuam para a melhoria do ecossistema fluvial, enquanto estruturante do território, podendo estar associadas a espaços verdes;
- proteção das linhas de águas e recuperação dos perfis naturais de troços de rio e planícies de inundação e respetiva vegetação ribeirinha;
- implementação de técnicas inovadoras e boas práticas comportamentais e tecnológicas que garantam a redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia ou de seca e promovam a eficiência hídrica;
- implementação de soluções de aproveitamento de águas residuais tratadas e águas pluviais e de melhoria da eficiência no consumo de água em espaços urbanos (incluindo na rega e manutenção de espaços exteriores) particularmente em regiões sujeitas a períodos recorrentes de escassez de água;
- implementação de medidas para contrariar o efeito de ilha de calor em espaços públicos urbanos.

O PIAACMT foi aprovado pela Médio Tejo no dia 6 de junho de 2019, reunindo 21 medidas, que se dividem em 8 setores: Agricultura, Florestas e Pescas; Biodiversidade; Energia e Indústria; Ordenamento do Território e Cidades; Recursos Hídricos; Saúde Humana; Segurança de Pessoas e Bens e Turismo. O PIAACMT resultou de uma candidatura submetida e aprovado no POSEUR, com a contribuição do Fundo Coesão e uma taxa de comparticipação de 85%.

Ruido e Ar

Em 2019 foram analisados vários processos de ruido, totalizando 27 informações internas sobre esta temática.

Processos de Ruído

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
Processo de 2019			
1	Antenas dos Abades - Telecom	Freixianda	Pedido de esclarecimentos à ANACOM
2	Luritalhos	Olival	Proprietário efetuou correções – não se registaram novas queixas
3	Lavandaria na Rua dos Combatentes	Caxarias	Resolvido
4	Reclamação Café Estrela	Ourém	Informado o proprietário
Processos anteriores			
1	Sociedade de Móveis Vilarense	Vilar dos Prazeres	Em avaliação
2	Taberna do Baco - Petisqueira	Estrada de Minde - Fátima	Advertido o estabelecimento para isolar o elevador de pratos
3	Praça Viva, estabelecimento de bebidas	Ourém	Notificado proprietário a tirar a coluna de som existente no exterior e a fechar as portas

Relativamente ao ruído, as situações reclamadas são referentes, na sua maioria, as atividades ruidosas permanentes (bares, indústrias) e equipamentos.

Setor de Gestão Industrial

Competências/Áreas de atividade: Indústria, Pecuárias, Pedreiras e Operações de Gestão de Resíduos

1. Gerir os processos industriais, em especial os do Sistema Indústria Responsável, dando acompanhamento aos industriais na resolução de problemas;
2. Dar parecer sobre processos em que a entidade coordenadora é externa ao município (pecuárias – DRAP, pedreiras – DGEG, OGR – CCDR e indústrias – IAPMEI);
3. Dar parecer sobre estudos de Avaliação de Impacte Ambiental;
4. Proceder à vistoria dos estabelecimentos industriais para verificação do cumprimento dos aspetos ambientais (ar, ruído, água, saneamento e resíduos), bem como dos aspetos de Higiene e Segurança (contrato com empresa externa)
5. Análise de processos de obras particulares e públicas, acompanhamento e vistoria;

6. Análise de reclamações dos serviços;
7. Promoção da atualização do cadastro;
8. As demais funções solicitadas superiormente, decorrentes da Lei e/ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.

Em 2019 destaca-se o andamento que foi dado aos processos de regularização extraordinária mais complexos, do regime publicado pelo DL n.º 165/2014, de 5/11, através da realização de conferências decisórias, que permitem aos empresários terem as ferramentas necessárias para regularizar ou ampliar as suas indústrias, tendo sido resolvidos vários processos em que a entidade coordenadora é a Câmara Municipal de Ourém e outros em que a entidade coordenadora pode ser a CCDRLVT, a DRAPLVT, o IPAMEI ou a DGEG.

Destacam-se também várias vistorias efetuadas aos estabelecimentos industriais que foram alvo de reclamações.

Regime Excecional de Regularização (DL n.º 165/2014, de 5/11)

No ano de 2019 foram analisados vários processos, tendo sido decididos 11 que constam da tabela seguinte.

Listagem de Processos do Regime Excecional de Regularização Decididos

Número de Registo	Nome do Requerente	PDM	Morada	Tipo Atividade	Deliberação de RIPM	Data Conferência Decisória	Decisão da Conferência Decisória
32539/2015	Marvo - Mármore & Granitos, Lda		Rua do Zambujo, 112 - Boleiros/Fátima	Indústria	28/09/2015	30/01/2019	Favorável
393/2016	António Simões Costa		Rua Principal, 55 - Salgueira do Meio/Rio de Couros	Indústria	30/06/2015	12/02/2019	Favorável condicionado
32147/2015	Construções JJR & Filhos, SA		Casal do Gato - Giesteira/Fátima	Indústria	30/06/2015	27/02/2019	Favorável
6380/2017	Fernando Lopes Mendes		Zambujeiro - Atouguia	Cunicultura	28/09/2015	11/01/2019	Favorável Condicionado
32539/2015	Marvo - Mármore & Granitos, Lda		Rua do Zambujo, 112 - Boleiros/Fátima	Indústria	28/09/2015	30/01/2019	Favorável
32612/2015	TransJM - Transportes e Logística, Lda		Rua S. Domingos, n.º 113 - Aldeia Nova/UF Gondemaria e Olival	Indústria	29/02/2016	19/02/2019	Favorável condicionado
32496/2015	Verdasca & Verdasca, SA		Rua de Fátima, n.º 3 - Areias/UF GondemariaOlival	Indústria	29/04/2015	07/02/2019	Favorável
30657/2015	Vigobloco - Pré-Fabricados, SA		Estrada Principal, n.º 43 – Urqueira	Indústria	29/04/2015	12/02/2019	Favorável condicionado
4361/2018	Aviário do Resouro – Produção de Ovos, Lda		Resouro - Urqueira	Pecuária	30/11/2015	22/02/2018	Favorável condicionado
34190/2019	Toucicoelho – Carlos Manuel Oliveira Santos		Rua da Fonte, Toucinhos - Alburitel	Pecuária	23/12/2015	29/07/2019	Favorável
34188/2019	Abel Rosa Simões		Rua dos Valinhos - Freixianda	Pecuária	23/12/2015	29/07/2019	Favorável

Até à vigência do regime excecional entraram nos serviços municipais mais de 77 pedidos de regularização. Até ao final de 2018, todos os processos tinham tido uma decisão favorável ou favorável condicionada, à exceção de uma OGR que não foi acompanhada pelos serviços do SAS. Atualmente já estão decididos 66 processos (11 no início de 2019), faltando decidir os processos da empresa Madeca – Madeiras de Caxarias, Vigobloco – Pré-Fabricados, SA, Sousa & Sousas, Lda, Tópicos e Inox, Vítor Gomes Cruz (Alburitel), Vítor Gomes Cruz (Carregal), Freixiovo - Produção e Comercialização de Ovos, Lda, Diamantina Gaspar de Frias Carvalho, Filstone - Comércio de Rochas, S.A. (n.º3), Rovigaspares, Lda e Petrolival - Petróleos do Olival.

Acompanhamento de Indústrias, Pedreiras, Pecuárias e OGR

Durante o ano de 2019 foram acompanhados vários processos de indústrias, pedreiras, pecuárias e OGR, destacando-se o trabalho realizado no âmbito do artigo 18.º do SIR, artigo este que permite o averbamento para indústria à licença de autorização de utilização inicial, desde que se comprove que não existe impacto significativo no ambiente e urbano.

Foram também efetuadas várias vistorias, na sequência de reclamações, ou da análise de processos:

- Vistoria aos Aviários do Resouro - Na sequência da convocatória da entidade licenciadora da DRAP-LVT e do solicitado no processo n.º 28/17.1PBTMR, os técnicos da Câmara Municipal, procederam a uma vistoria, aos Aviários do Resouro, para efeito de verificação da situação da salubridade e do edificado, tendo sido lavrado o auto;
- Vistoria à Sociedade de Móveis Vilarense – Foi efetuada uma vistoria, relativamente a uma reclamação de ruído e poeiras, tendo sido convocada a CCDRLVT. A empresa foi notificada a proceder a correções, uma vez que os ensaios acústicos efetuados confirmaram a incomodidade. A empresa procedeu às correções solicitadas. Atualmente aguarda-se a execução dos ensaios acústicos, para verificação se a incomodidade foi resolvida;
- Vistoria à serralharia de Daniel Abreu Vicente – Foi realizada uma vistoria na sequência de uma reclamação de ruído. Atualmente decorre o procedimento para a regularização do edificado, de acordo com as melhoras técnicas para evitar o incómodo;
- Vistoria ao lagar do Pinheiro – Foi realizada uma vistoria ao lagar do Pinheiro, tendo-se concluído que a lagoa era demasiado grande para o tratamento atual;

- Vistoria à Porval – Foi realizada uma vistoria à Porval, tendo-se verificado que não existiam ligações à linha de água e que as águas que apareciam eram resultantes do arrefecimento dos telhados;
- Vistoria à empresa Verdasca e Verdasca – Foi realizada uma vistoria à empresa na sequência de reclamações;
- Vistoria às instalações da Marsefal – Foi realizada uma vistoria na sequência de denúncias dos vizinhos, relacionadas com o horário de laboração, ruído e obras ilegais;
- Análise da denúncia do IGAMAOT sobre as obras do Pias Longas;
- Avaliação de Impacte Ambiental – Projeto de Ampliação da Pedreira “Cabeço da Raposa e Anexos” – Eurocálcio;
- Proposta de procedimento relativa aos horários de funcionamento das pedreiras de Casal Farto;
- Vistoria Prévia – Dom Caracol – SIR;
- Pedido de Interesse Público – Ovelheiro (RAN).

Setor de Gestão de Infraestruturas e Águas e Saneamento

Competências/Áreas de atividade: Ciclo Urbano de Água

No ano de 2019 destacam-se os seguintes processos mais emblemáticos:

Proposta de Adjudicação de Projetos de Saneamento e Águas – Em 2019 foi elaborada uma proposta para a execução de projetos de saneamento, para cumprir os compromissos assumidos a nível de rede de esgotos domésticos e de abastecimento de água e para ser possível pavimentar de forma integral a Estrada de Minde, tornando-a mais segura e limpa para a circulação pedonal, tendo sido aprovada a realização dos seguintes projetos:

- Projeto da Redes de Esgotos Domésticos de Rio de Couros (8,000 Km) – Sede de freguesia, com cerca de 331 alojamentos (CENSOS 2011) e rede de fácil ligação ao emissário que está em espera há vários anos. Possibilidade de ligação de equipamentos sociais e comerciais com elevada produção de esgotos domésticos;
- Projeto da Rede de Esgotos Domésticos e da Rede de Águas em Alburitel (2,00 Km e duas estações elevatórias) – Pretende-se resolver problemas existentes e assumir compromissos;

- Projeto de Ampliação da Rede de Ourém (6 Km) – Necessidade de aumentar a taxa de cobertura na periferia da cidade de Ourém, resolver problemas de insalubridade, etc;
- Projeto de Remodelação da Estrada de Minde (1.ª Fase e 2.ª Fase) – O objetivo deste projeto é aproveitar a necessidade de execução das redes de esgotos, entre o limite do concelho com Alcanena e o limite do perímetro urbano de Fátima, para proceder à pavimentação integral da via, mas de forma a assegurar a segurança pedonal e uma imagem mais cuidada.

Para a Estrada de Minde também foi proposto a elaboração de uma prospeção geotécnica, de modo a avaliar o existente no subsolo, para uma melhor definição da solução a adotar.

Análise dos projetos de execução – No final do ano de 2019 foram entregues os projetos de execução relativos aos projetos candidatados ao POSEUR, tendo os mesmos sido analisados e aprovados em reunião de Câmara.

Resolução do Problema da Colisão do Prédio da Rua Francisco de Assis com os coletores públicos
— Na sequência da construção de um prédio, na Rua Francisco de Assis, que colide com um coletor de esgotos domésticos e com um coletor de águas pluviais que passam neste terreno privado há vários anos, houve a necessidade de encontrar uma solução para resolver este problema. A solução encontrada foi desviar os dois coletores por uma serventia e posteriormente pela Rua do Arcanjo São Miguel até à ligação aos coletores existentes

Acompanhamento das empreitadas das redes de esgotos domésticos de Espite, Matas e Cercal e de Casa Velha, Fátima Antiga e Eira da Pedra – Em 2019, os serviços efetuaram apoio à fiscalização, em vários assuntos, tais como:

- Resolução de problemas de colisão do projeto com infraestruturas locais e estudo de alternativas, em consonância com o projetista;
- Visionamento das imagens relativas ao estado das redes no final da obra, na obra de Espite, Matas e Cercal;
- Elaboração dos requerimentos e pedidos de autorização de ligação das redes aos emissários da AdCL, incluindo vistorias e toda a documentação necessária, na obra de Espite, Matas e Cercal;

- Vistoria a todas as caixas de visita das redes construídas para efeito de receção provisória;
- Esclarecimento de dúvidas aos novos utilizadores do sistema e resolução ode problemas;
- Análise de terrenos alternativos para implantação das estações elevatórias em Fátima.

Abastecimento Público de Água

Gestão dos Processos de Abastecimento Público de Águas

Os processos de Águas estão principalmente relacionados com pedidos de ampliações de rede e alteração de localização de ramais, bocas de incêndio ou ventosas. No ano de 2019 deram entrada 54 processos, que constam da base de dados.

Pedidos de Ampliação da Rede de Água e Alteração de BI, Ramais e Hidrantes

Em 2019 estavam em tramitação 105 processos, dos quais 5 ficaram resolvidos. Mais se informa que, o problema principal da falta de resolução dos processos está relacionada com a facto da maior parte das moradias terem sido licenciadas com a condição das infraestruturas serem por conta do requerente.

Projetos de Ampliação e Remodelação da Rede Pública de Água

Em 2019 todos os projetos foram realizados pela Be Water. As soluções preconizadas para os projetos são analisadas localmente com a Be Water e com a Proteção Civil, de modo a garantir a satisfação de todos os interessados.

Varição no N.º de Projetos Realizados ao longo dos Anos

Ano	Pedidos de Ampliação	N.º Projetos elaborados	Extensão (m)	Orçamento	Varição Projetos por Anos	Custos de Elaboração de Projetos*
2016	19	20	5.477	411.117,72€	+13	13.608,00€
2017	14	13	2.109	152.405,75€	-7	5.044,63€

2018	48	11	1.360	93.442,00€	-2	3.092,93€
2019		0				0

* Custo estimado caso fossem executados por entidade externa (Portaria de 7.02.72 do MPTTC):

$H = 50\% \times 6.62\% \times \text{orç. (€)}$

Pedidos de Alteração de Ramais e Bocas de Incêndio

Em 2019 foram analisados 5 pedidos de alteração de localização de ramais domiciliários e BI da rede de água.

Empreitadas de Ampliações de Águas Executadas

No ano de 2019 foram realizadas várias obras, que foram adjudicadas à BW por parte da Autarquia, no âmbito do contrato de concessão.

Obras Realizadas em 2019

Tipo	Registo n.º	Fatura n.º	Trabalho	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Ampliações da rede de água	13466/19	65368	Instalação de válvula redutora pressão Rua Covão, Atouguia	5 995,00 €	7 373,85 €
	19054/19	66486	Ampliação rede Estrada Vinha Velha, Casal dos Crespos, N.ª Sr.ª Piedade	3 510,70 €	4 318,16 €
	45468/19	71349	Ampliação rede e ramal na Rua Outeiro, Amieira, Urqueira	3 325,50 €	3 325,50 €
	41765/19	70686	Ampliação rede e ramal Rua N.ª Sr.ª Fátima, Carvalhal de Baixo, Rio de Couros	2 184,18 €	2 184,18 €
	41767/19	70689	Ampliação rede e ramal na Rua Escola, Vale das Antas, Urqueira	3 185,59 €	3 185,59 €
	Total				20.387,28€
Alteração BI e ramais	18984/19	66312	Anulação de ramal de BI e ramal de abastecimento na Rua Sta Teresa Ourém	451,64 €	555,52 €
	48949/19	71898	Alteração BI Rua Arroiteia, Lagoa do Furadouro	439,05 €	540,03 €
	13464/19	65244	Alteração de ramais na Trav. Carapita, Misericórdias	1 930,04 €	1 930,04 €
	Total				3.025,59€

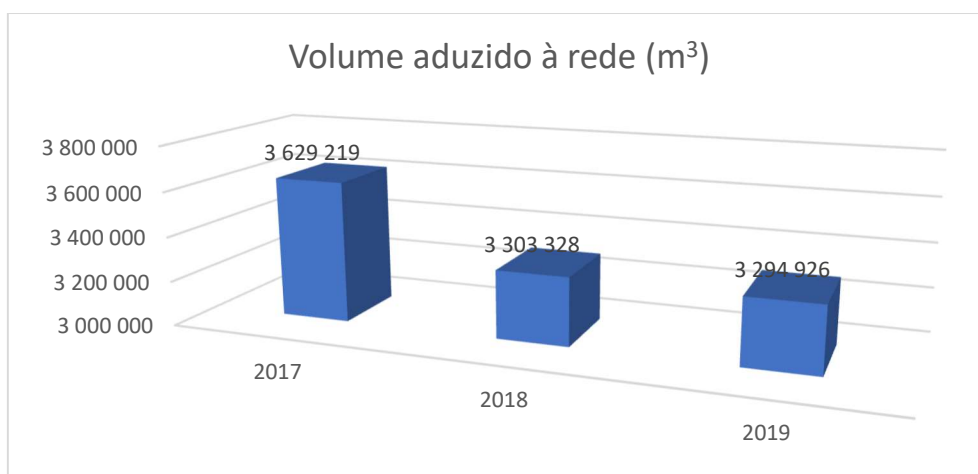
Ramais		65380	Remoção de ramais em Vilar dos Prazeres, Misericórdias		703,34 €
	30122/19	68248	Anulação de contador e ramal Universidade Sénior	301,93 €	371,37 €
	61581/19	73650	Anulação de contador e ramal	456,19 €	561,11 €
	Total				1.635,83€
Total					25.048,70€

Acompanhamento/Controle do Contrato de Concessão

O Sistema de Abastecimento de Água à população é explorado pela empresa CGE(P) (atualmente Be Water S.A.) no âmbito do contrato de concessão celebrado em 1996. As obrigações principais da empresa são o fornecimento de água, com qualidade, em quantidade e com a pressão adequada, cobrando para isso o tarifário acordado no contrato de concessão. No início do século XXI, a rede de água estava praticamente concluída. No entanto, os problemas na gestão dos sistemas continuavam, devido à antiguidade das condutas e com a falta de pressão em alguns lugares, pelo que foi imperioso promover a remodelação dos sistemas mais problemáticos. Assim, em 2015, foi feita uma renegociação ao contrato existente, tendo o tarifário sofrido um aumento de modo a ser possível proceder à remodelação das infraestruturas, através de um Plano de Investimentos no valor de 3.410.705 € (Anexo E-2 do Contrato de Concessão).

Acompanhamento da Atividade da Empresa (2019 – Fonte Be Water)

Volume de Água Aduzido à Rede - O volume total de água aduzido à rede de abastecimento de Ourém, ao longo do ano de 2019, foi de 3.294.926 m³, isto é, menos 0,25 % que o ano transato. Ao sistema de abastecimento de água de Fátima, foram aduzidos mais 10.861 m³ de água, representando um acréscimo de 0,78%, relativamente ao ano de 2018. Nos restantes sistemas de abastecimento de água verificou-se um decréscimo de 14.312 m³ de água aduzida à rede, o que significou uma redução de 0,75%, relativamente ao ano anterior. Nota: Ano de 2017 excecional devido ao Centenários das Aparições.



Volume de água aduzido à rede em 2019 – Fonte – Be Water

Volume de água captado – Em 2019 foram captados 1.886.332 m³ de água, nas diversas captações em exploração no concelho de Ourém, representando 57,3% do volume total de água aduzido à rede.

Volume de água adquirido “em Alta” - No período em análise, foram adquiridos “em Alta”: à EPAL, 1.408.370 m³ de água, representando 42,7 % do volume total aduzido à rede e ao município de Alvaiázere, 224 m³ de água.

Volume de água tratado - Os sistemas de tratamento existentes, asseguram na rede uma adequada taxa residual de cloro livre e promovem a correção do pH. A água adquirida em “Alta”, é entregue devidamente tratada. Em resumo, todo o volume de água aduzido ao sistema de abastecimento de água do concelho, é tratado.

Volume de água vendido - Foram faturados 2.512.617 m³ de água aos utilizadores, distribuída da seguinte forma:

Tabela: Mapa Comparativo

Categoria		2017	2018	2019
		m ³ /ano	m ³ /ano	m ³ /ano
Domésticos	1.º esc.	850.387	823.288	853.749
	2.º "	603.320	548.225	560.660
	3.º "	93.006	69.302	63.356
	4.º "	45.582	34.867	24.890
Domésticos - Famílias Sociais	1.º esc.	2.253	2.970	3.411
	2.º "	141	225	12
	3.º "	3	40	-4
Domésticos - Famílias Numerosas	1.º esc.	1.645	1.916	3.670
	2.º "	253	286	553
	3.º "	228	349	637
	4.º "	192	21	274
Domésticos - Roturas	1.º esc.	1.412	1.428	1.694
	2.º "	2.606	2.788	3.237
	3.º "	14.892	15.220	15.525
Não Domésticos		933.450	812.206	841.512
Não Domésticos - Sociais		132.054	131.833	123.583
CMLeiria		19.314	17.918	15.857
TOTAL		2.700.738	2.462.882	2.512.617

Número de Utilizadores - Em 2019, encontravam-se ligados à rede pública de abastecimento de água 26.506 utilizadores, representando um crescimento líquido, quando comparado com o ano de 2018, de **518 novos utilizadores**.

Cientes CMO - A 31 de dezembro de 2019, resumem-se a 701 os chamados «Clientes CMO» (886 em 2018), isto é, aqueles munícipes que não sendo utilizadores do serviço público de abastecimento de água, recebem mensalmente uma fatura emitida pela Be Water - Águas de Ourém, relativa ao serviço de saneamento de águas residuais urbanas e/ou de gestão de resíduos urbanos

Potenciais Utilizadores (ponto 1, do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20/8) – Os utilizadores que não procederam à ligação, deverão ser alvo de processos de contraordenação, que serão preparados pela concessionária e submetidos ao município, a quem compete a decisão final de aplicação da respetiva coima. Estes “potenciais utilizadores” são proprietários, na sua larga maioria, de fontes alternativas de abastecimento, o que os desmotiva a estarem ligados ou a serem utilizadores consumidores do serviço.

Consumos “ZERO” - Do mesmo modo se justifica que 7.743 utilizadores do sistema de abastecimento de água, a 31 de dezembro de 2019, sejam “consumidores 0m3”. São utilizadores

ligados, mas que decidiram ativar as suas fontes próprias de abastecimento de água, na expectativa da eventual poupança financeira, ou emigraram.

Interrupções de Funcionamento Acidentais – Em 2019, o número de avarias reparadas na rede pública de abastecimento de água ao Concelho de Ourém, registou um decréscimo de 2,2%, em relação ao ano anterior, tendo atingido um número de 955 avarias. Todas as interrupções do serviço de fornecimento de água, resultante de situações programadas ou imprevistas, foram objeto de comunicação oficial, no sítio da empresa e na internet.

Deteção de Fugas – A BW tem implementados e dinamizados procedimentos que visam a deteção e localização proactiva de fugas. Em 2016 detetaram-se 61 fugas, em 2017 detetaram-se 57, em 2018 detetaram-se 237 e em **2019 detetaram-se 206 fugas**.

Rendimento Comercial da Rede - Comparando períodos homólogos dos anos de 2017 e 2018, verificou-se um aumento de 0,4% no rendimento comercial. Em 2016 o rendimento comercial era de 64,7%, em 2017 era de 66,9% e em 2018 passou a ser de 67,3%. Comparando o ano de 2018 e o ano de 2019, verificou-se um aumento de 1,7% no rendimento comercial. Em 2018 o rendimento comercial era de 74,6% e em **2019 passou a ser de 76,3%**. Este resultado foi possível devido a uma diminuição da água não faturada em particular das perdas de água, diminuição esta motivada pela continuidade do trabalho de deteção de fugas, implementação de um plano de gestão de pressão, medidas de atuação sobre as perdas aparentes e procura de minimização do tempo de intervenção e da campanha de contadores por antiguidade.

Ramais de Abastecimento - No ano de 2019, registou-se um decréscimo de 7,02% no número de ramais executados, relativamente ao ano anterior.

Obras de Conservação e Manutenção da Rede: - Durante 2019 a BW efetuou as seguintes obras com capitais próprios:

- Substituição de válvulas - De modo a garantir uma correta operacionalidade da rede de abastecimento, foi efetuada a substituição de um conjunto de válvulas de seccionamento, em complementaridade aos investimentos efetuados aquando da renovação, setorização de redes ou outras obras. Neste âmbito foram substituídas no ano de 2019, meia centena de válvulas de seccionamento de diversos diâmetros, em zonas com maior número de intervenções e/ou não se prevê intervenções no âmbito do plano de investimento contratual (mais de quatro dezenas em 2018).

- Renovação de ramais - Foram renovados 164 ramais de abastecimento de água, dos quais cerca de 56 efetuados com investimento próprio (renovados 32 ramais em 2018).
- Renovação de ventosas - No período em análise, procedeu-se à realização de mais de duas dezenas de intervenções com o intuito da colocação e substituição de ventosas. Este investimento teve como motivação principal a melhoria da qualidade do serviço prestado e a proteção da integridade estrutural das componentes que integram o sistema de abastecimento.

Obras de Manutenção/Beneficiação de Infraestruturas - Durante o ano 2019 a BW efetuou as seguintes obras, com capitais próprios da empresa:

- Reservatório Cascalheira do Grilo - A instalação de Cascalheira do Grilo padecia de diversas patologias, nomeadamente fendilhação e fissuração na laje de cobertura do reservatório e demais elementos de alvenaria, degradação da pintura decorrentes da exposição às condições ambientais. A intervenção levada a cabo considerou a reparação das fissuras exteriores e interiores, impermeabilização em zonas pontuais das células do reservatório, colocação de cobertura na laje de cobertura, melhoria das condições de ventilação e pintura da totalidade da instalação.
- Reservatório dos Valados - No decurso de 2019 procedeu-se à renovação do reservatório de Valados e infraestrutura de suporte, permitindo incrementar a fiabilidade do sistema, melhoria da qualidade da água e incremento da eficiência hídrica. Para além da pintura procedeu-se ainda à realização de muro e à colocação de vedação. No seguimento desta intervenção procedeu-se também à substituição da instalação e quadro elétrico, melhorando-se as condições de segurança face a riscos elétricos.
- Reservatório da Lourinha - No reservatório da Lourinha, procedeu-se à substituição do ramal de alimentação de energia à instalação, assim como à substituição da cablagem e acessórios elétricos, instalação de calhas técnicas e identificação dos distintos circuitos elétricos.
- Impermeabilização de câmaras de manobras - De modo a impedir a infiltração de água na câmara de manobras, foi substituída a tela de impermeabilização nas seguintes instalações: Captação FR4; Captação FR5; Estação elevatória e reservatório de Castanheirinho R0; Reservatório Castanheirinho R1.

- Hidropressor Pederneira Sul - No decurso do ano de 2019, foi também reabilitada a instalação de Pederneira Sul. Tal intervenção contou com a impermeabilização da câmara de manobras, realização de murete e vedação e pintura. No âmbito desta intervenção, foi ainda levada a cabo, a renovação do ramal de energia.
- Renovação de ramal de energia Pedreira e Giesteira - Em cada uma das instalações, procedeu-se à substituição do ramal de alimentação de energia elétrica e à colocação do nicho de contador de energia no limite da instalação.
- Carapita – Substituição Quadro Elétrico (QE) - Motivado por questões de segurança dos operadores e da instalação, foi em 2019, levada a cabo, a substituição do quadro elétrico de potência da estação elevatória da Carapita.
- Captação FR1 - Atendendo à relevância da infraestrutura FR1, a qual integra o polo de captações da Caridade, procedeu-se à execução de murete e de vedação, assim como à pintura da infraestrutura existente.
- Estação Elevatória Cascalheira do Grilo - Numa perspetiva de incremento da eficiência dos recursos utilizados e consequentemente na minimização do impacto sobre o ambiente, procedeu-se à substituição dos equipamentos da estação elevatória da Cascalheira do Grilo. Esta ação permite também incrementar a fiabilidade e o risco de intervenções corretivas.
- Estação Elevatória de Valados - Dada a antiguidade das eletrobombas presentes na estação elevatória dos Valados e o seu baixo consumo energético específico, procedeu-se à substituição dos equipamentos eletrobomba e todos os acessórios hidráulicos e elétricos da referida estação.
- Válvulas Redutoras de Pressão - Tendo em vista o incremento da qualidade do serviço prestado, instalaram-se as seguintes válvulas redutoras de pressão: VRP Rio de Couros; VRP Lagoa do Furadouro; VRP Zambujal; VRP Pinheiro; VRP Cristovãos; VRP Vale de Leiria; e VRP Junqueira.

Hidropressor Pederneira Sul (antes e depois)



Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano (fonte Be Water)

Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) – Baixa: Durante o ano de 2019, a Concessionária realizou 1.885 determinações em várias torneiras de utilizadores do sistema de abastecimento público do concelho de Ourém, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares impostas pelo Decreto-Lei 306/2007 de 27 agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro. No que se refere à conformidade legal, face aos valores paramétricos estabelecidos, foi alcançada uma taxa de cumprimento de 99,9%, tendo-se verificado a ocorrência de 1 incumprimento.

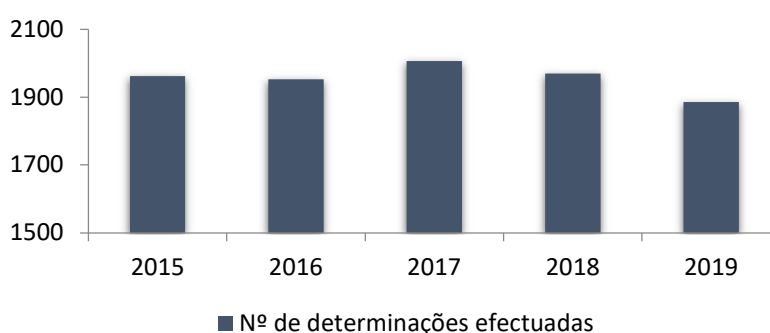
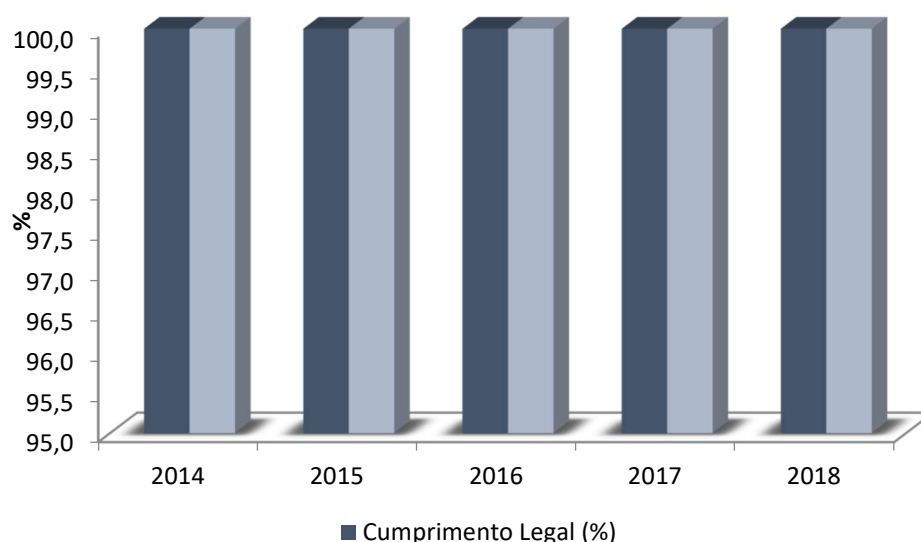


Gráfico 2: Evolução do número de determinações realizadas na torneira do utilizador (Fonte: BW)

O incumprimento ocorreu a 3 de outubro de 2019, ao parâmetro Níquel, na zona de abastecimento de Fátima. O resultado obtido foi de 26 µg/L, sendo o valor paramétrico 20 µg/L.

As análises de verificação feitas posteriormente deram resultados $m < 5 \mu\text{g/L}$. A averiguação das causas determinou que a contaminação ocorreu devido à migração de materiais pela rede predial, potenciado pela estagnação da água. Foi enviado um esclarecimento escrito, ao utilizador onde se verificou o valor anómalo, para os cuidados a ter com a rede predial, não tendo sido aplicadas outras medidas corretivas adicionais, porque das análises de verificação não confirmaram o incumprimento.

Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) – Alta: A Concessionária realizou durante o ano de 2019, 227 determinações em pontos da rede em alta, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares obrigatórias e cumprido o objetivo máximo no que se refere à conformidade legal.



Evolução da taxa de cumprimento legal e da taxa de determinações efetuadas (Fonte: BW)

Programa de controlo operacional (PCO) do Sistema de Abastecimento - O programa de controlo operacional visa assegurar a melhoria contínua e permanente da qualidade da água fornecida ao concelho desde a origem, reservatórios até aos pontos de finais de rede, com objetivo de detetar e corrigir, em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água.

Resultados da monitorização da qualidade da água, em controlo operacional:

- **Captações:** A monitorização frequente da água bruta permite-nos antever a deteção de potenciais problemas na captação, e desta forma, podemos atuar no sentido da sua

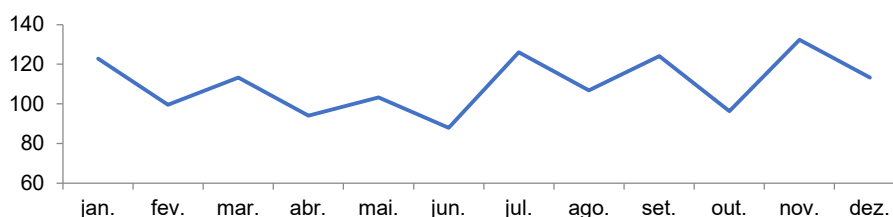
prevenção. Os parâmetros a controlar, e a sua frequência, são os que estão definidos para a classe A1 do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Em 2019 foram realizadas 2.958 determinações à qualidade da água das 19 captações, das quais obtivemos 1 incumprimento, ao valor máximo admissível. O incumprimento ocorreu na captação que abastece o sistema de abastecimento do Carvalhal, para o parâmetro cobre. As análises de verificação não confirmaram o desvio. Das 2.958 determinações, 162 referem-se a pesquisa de parâmetros radioactivos.

- **Pontos de Rede:** A amostragem de água para consumo humano nos reservatórios e bocas-de-incêndio do sistema de abastecimento, tem como objetivo a determinação de parâmetros microbiológicos, físico-químicos e organoléticos. Os valores paramétricos e recomendados estão definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. Em 2019, foram efetuadas 2.375 determinações, no âmbito do plano de controlo operacional realizado em laboratório, das quais se obteve uma taxa de cumprimento de 99,88% face ao valor paramétrico. Na sequência dos desvios, foram efetuadas análises de verificação nos pontos onde ocorreram os mesmos. Os resultados das análises de verificação não confirmaram os desvios iniciais. A investigação das causas dos desvios ocorridos levou a que se tomassem as medidas preventivas adequadas.

Resultados das Determinações Analíticas em campo (Controlo Operacional Interno) - O plano de colheitas do Controlo Operacional Interno é elaborado, tendo por base o histórico de resultados obtidos e situações anómalas. As recolhas à água de abastecimento são efetuadas em reservatórios e boca-de-incêndio localizadas em finais de rede e pontos de entrega em alta, pelos Técnicos do Serviço da Qualidade da Água.

Em complementaridade, são efetuadas purgas em pontos terminais do Sistema de Abastecimento Público de Água, com o propósito de melhorar a qualidade da água distribuída. No ano de 2019, o Serviço da Qualidade da Água realizou 16.820 determinações, tendo-se verificado uma taxa de cumprimento aos valores paramétricos de 99,84%, após a purga, o que reflete a importância do controlo operacional interno.

Para as situações onde o valor de cloro livre residual foi inferior a 0,20mg/L, valor mínimo recomendado, promoveu-se a renovação da água em condutas de fim de rede.



Volume purgado (m³), no âmbito do PCO interno (Fonte: BW)

Monitorização das substâncias radioativas no PCQA - Em relação à monitorização da radioatividade da água em 2019, não ocorreram incumprimentos aos parâmetros radão e dose indicativa. No que diz respeito à avaliação do parâmetro dose indicativa (recorda-se que o seu resultado é avaliado pela verificação dos parâmetros “alfa total” e do “beta total” e/ou pelo cálculo do somatório dos resultados obtidos na análise dos radionuclídeos específicos, sempre que o alfa e/ou beta sejam superiores ao valor recomendado), a Be Water – Águas de Ourém, desencadeou 6 processos de averiguação, pelo não cumprimento do valor recomendado de 0,10 Bq/L, ao parâmetro alfa total. A avaliação do cumprimento da dose indicativa, pelo cálculo do somatório dos resultados obtidos na análise dos radionuclídeos específicos, determinou que não existiu incumprimento.

Tratamento da Água - Para garantir a qualidade da água, esta concessionária trata a água captada em várias estações de tratamento de água, e procede à sua monitorização, em contínuo. O tratamento é adequado às características da água captada, e compreende a operação de regulação de pH, com hidróxido de sódio e de desinfecção, utilizando-se o hipoclorito de sódio, não se verificando alterações significativas no modo de operação.

Acompanhamento do Plano de Investimentos da Be Water

Enquadramento - Nos termos do artigo 86.º do Contrato de “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM”, na redação dada pelo contrato n.º 20/2005 (aditamento ao contrato de concessão) e pela decisão do Tribunal Arbitral, vem referido no n.º 2 que até 30 de setembro de cada ano, a concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

De acordo com o n.º 1, do artigo 86.º, este Programa Anual será aprovado pela Concedente e englobará obras até ao montante previsto no Plano de Investimentos, definindo detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. Este Programa Anual considera-se

tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º).

O Plano de Investimentos deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.º). Os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.º)

Plano de Investimentos Previsto no Contrato - De acordo com o Anexo E2, do contrato de concessão, referente ao Plano de Investimento, estava previsto executar obras, de acordo com a proposta da empresa concessionária, que entregou em 30/09/2019, e que considerava um montante de investimento atualizado de 871.991,04€, resultante de uma listagem de obras renegociadas com o Executivo, que teve em consideração a variação do IPC prevista no artigo 85.º, do Contrato de Concessão referido anteriormente

Previsão – Plano de Investimentos até 2019 - Atendendo ao desfasamento temporal e devido a acordos que foram sendo feitos com a autarquia, os vários Planos Anuais de Investimento foram aprovados com diferenças relativamente ao Anexo E2, resultando nas seguintes obras previstas:

Planos de Investimentos Anuais – Obras Previstas

Designação	Proposta 2016	Proposta 2017	Proposta 2018	Proposta 2019
	2016	2017		
Uma Captação na Pairia				
Uma Captação na Achada				
Um PT na Achada				
Rede adutora Pairia - Alto das Pinheiras + EE + Rede adutora +Ligações	185.834,00€		236.756,00€	158.633,38€
Reservatório no Estreito	115.257,00€		115.257,00€	
Rede de Distribuição da Chã – Caxarias			87.500,00€	
Remanescente Leirlislena				

Reservatório de S.Gens	485.898,00€	485.898,00€	
Recuperação de 4 Captações em exploração (AC4)	40.523,00€	29.471,00€	
Captação nova na Caridade – AC2B	34.248,00€		
Estrada da Mata - Caridade - N.ª Sra Piedade	281.250,00€		
Rua do Ribeirinho - Ourém - N.ª Sra Piedade			
Rua Principal - Fontainhas de Seixa + Hidropressor			
Avenida Beato Nuno Mac Donalds			
Renovação parcial da rede de abastecimento de água à Rua Jacinta Marto/Av. BN	30.644,00€		
Remodelação da conduta de água– Av. Beato Nuno (Troço - Rua das Terras Novas - Rua da Padroeira)	20.883,00€		
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Peras Ruivas	127.127,00€	396.883,00€	375.000,00€
D. Nuno Álvares Pereira, Cercal			
Rua Padre Sousa, Matos			
Rua do Barreirinho/Pessegueiro/Travessa dos Penedos			
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)			15.508,65€
Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda			
Rua da Tojeira - Atouguia			41.541,03€
Vale Porto			99.698,47€
Rua da Padroeira - Fátima			16.616,41€
Captação em Casal Ribeiro		33.920,00€	38.050,06€
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem	3.897,00€	11.641,00€	9.130,46€

Total	657.113,00€	668.449,00€	1.397.327,00€	1.129.178,48€
-------	-------------	-------------	---------------	---------------

Ponto de Situação do PI – 2019 a 31/12/2019 - No ano de 2019 foram realizados 751.955,17€ de obras do Plano de Investimentos, com se pode visualizar na tabela seguinte. Considerando que estava previsto investir 2.858.191,07€ a preços correntes até ao final de 2019 e que se investiu 1.660.686,00€, existe um atraso no investimento de 1.197.505,07€ (valor corrente em 2019), no final de 2019.

Obras Realizadas no PI de 2019 e Justificação

Designação	Total	Total	Justificação
	Faturado	Faturado	
	2015 a 2018	2019	
Uma Captação na Pairia	27.676,29€		Obra terminada
Uma Captação na Achada			Anulada (devido à ligação à Pairia)
Um PT na Achada			Anulada (devido à ligação à Pairia)
Rede adutora Pairia - Alto das Pinheiras + EE + Rede adutora +Ligações	58.913,26€	134.598,71€	Esta obra é essencial para o início da exploração do reservatório da Achada, que irá provocar melhoria de qualidade do abastecimento ao sistema do Olival. A obra está suspensa pois aguarda decisão dos trabalhos a mais.
Reservatório no Estreito			Obra terminada em 2019
Rede de Distribuição da Chã – Caxarias		95.790,90€	Falta
Reservatório de S.Gens	272.775,29€		Obra terminada em 2019
Recuperação de 4 Captações em exploração (AC4)	19.379,0€	377.416,45€	Obra terminada em 2019
Captação nova na Caridade – AC2B	37.470,00€		Obra terminada
Estrada da Mata - Caridade - N.ª Sra Piedade	126.441,10€		Obra terminada
Rua do Ribeirinho - Ourém - N.ª Sra Piedade	65.742,95€		Obra terminada

Rua Principal - Fontainhas de Seiça + Hidroressor	129.462,42€		Obra terminada
Avenida Beato Nuno Mac Donalds	14.751,58€		Obra terminada
Renovação parcial da rede de abastecimento de água à Rua Jacinta Marto/Av. BN	57.197,00€		Obra terminada
Remodelação da conduta de água– Av. Beato Nuno (Troço - Rua das Terras Novas - Rua da Padroeira)	27.139,00€		Obra terminada
Rede de distribuição para Ourém+Olaia+Perras Ruivas		56.000,00€	Este Projeto visa renovar a rede adutora que provém do reservatório novo de São Gens, a construir, até ao reservatório da Lourinha e à ligação da conduta adutora para o reservatório da Carapita e renovar a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao centro da cidade e a rede adutora desde o reservatório da Lourinha ao reservatório da Olaia, e a rede distribuidora, desde o reservatório da Lourinha ao loteamento "Jardins de São Miguel". Entre o "Buraca" e a rotunda do Álamos a obra foi realizada em 2019.
D. Nuno Álvares Pereira, Cercal	38.113,19€	5.803,54€	Obra terminada em 2019
Rua Padre Sousa, Matos	23.359,73€		Obra terminada
Rua do Barreirinho/Pessegueiro/Travessa dos Penedos		19.233,12€	Obra terminada em 2019
Zona Industrial de Fátima (estrada da Batalha)		0	Anulada, encontrou-se alternativa
Estrada da Póvoa - Póvoa - Freixianda		16.499,31€	Obra terminada em 2019
Rua da Tojeira - Atouguia		37.373,14€	Extensão de rede para abastecer várias moradias. Concluída em 2020
Vale Porto			A obra será concluída em 2020

Rua da Padroeira - Fátima			Renovação de rede, numa Rua que irá ser sujeita a
			infraestruturação de rede de saneamento, por parte do município (sugestão do município). A iniciar em meados de março de 2020.
Captação em Casal Ribeiro			Prevista para 2020
Avaliação dos Recursos Aquíferos do Município de Ourem	7.700,00€	9.240,00€	Estudo termina em fevereiro de 2020
Massa Insolvente Leirislana	2.610,51€		
Total (preços correntes)	908.731,32€	751.955,17€	
	1.660.686,00€		

Atividades Desenvolvidas no Saneamento de Águas Residuais

Os serviços da Subunidade Gestão de Infraestruturas informam os processos de saneamento que dão entrada na Autarquia. Os processos relacionados com a gestão dos sistemas de saneamento são de três tipos: os processos de ramais, relativos aos pedidos de ligação aos coletores domésticos e/ou pluviais; e os processos de saneamento relativos a pedidos de ampliação da rede de saneamento e reclamações; e os pedidos de descarga de efluentes nas ETAR.

Pedidos de Ligação de ramais - No ano de 2019, os processos de ramais foram relativos a 287 ligações domésticas 1 relativo a águas industriais e as 17 restantes relativas a ramais de águas pluviais.

Pedidos de Descarga de Efluentes nas ETAR

Os pedidos de descargas de efluentes nas ETAR são conduzidos pelo Serviço de Ambiente e Sustentabilidade, sendo solicitado parecer à Ourémviva ou à AdCL, consoante a ETAR pretendida para o despejo.

Acompanhamento da Atividade da Águas de Centro Litoral

No âmbito dos sistemas de saneamento, a AdCL é responsável pela:

- Exploração, Manutenção e Conservação da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Fátima, em Vale de Cavalos;

- Manutenção dos Emissários do Sistema de Fátima, incluindo o emissário nos túneis de Fátima e o emissário de Alvega;
- Manutenção dos Emissários do Sistema do Lis (Cercal, Espite e Matas), que ainda não estão em funcionamento.

Um dos principais problemas é devido à chegada de águas pluviais, que entram principalmente nos túneis de Fátima, sempre que há danos nos emissários, provocando um aumento do caudal nas ETAR's, com consequências a nível dos custos com o tratamento de água limpa e com a destabilização da comunidade microbiológica local. Um outro problema está relacionado com a elevada concentração de óleos e gorduras e por esse motivo devem ser dinamizadas campanhas de sensibilização.

Acompanhamento da entrega de Efluentes do SMAS de Leiria

Os serviços acompanham os SMAS de Leiria na leitura do medidor de caudal instalado em Atougua/Ulmeiro.

Investimentos em Águas Pluviais

Continua a ser necessário tratar a questão das águas pluviais, permanecendo os problemas mais difíceis de resolver em Fátima, considerando a configuração do terreno. Deste modo, foi adjudicado o projeto de águas pluviais de Fátima, que considera uma solução definitiva para a resolução dos problemas através da construção de um novo túnel, interceptor sul, que recebe as restantes áreas do perímetro urbano de Fátima e alivia o túnel antigo. O valor orçamentado no projeto para todos os trabalhos é de 18.846.655,00€, que inclui a remodelação e ampliação de redes na Cova da Iria, a execução do interceptor sul em vala e em perfuração, o desvio de águas do interceptor norte, a execução das bacias nos restantes lugares da cidade e o arranjo da descarga perto da Fonte Nova.

Setor de Gestão e Exploração de ETAR Municipais (SGEEM)

Competências/Áreas de atividade: Ciclo Urbano de Água

1. Efetuar a exploração das Estações de Tratamento de Águas Residuais;
2. Proceder à execução do serviço municipal de limpeza de fossas;
3. Promover ações de otimização do processo;

4. Parecer sobre pedidos de descarga nas ETAR;
5. Análise de processos de obras particulares e públicas, relacionados com efluentes industriais ou equiparados, acompanhamento e vistoria;
6. Análise de reclamações dos serviços;
7. Promoção da atualização do inventário;
8. As demais funções solicitadas superiormente, decorrentes da Lei e/ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.

O presente documento destina-se a resumir a atividade desenvolvida pelo Sector de Gestão e Exploração de ETAR Municipais - SGEEM, no âmbito da gestão e exploração das estações de tratamento de águas residuais (ETAR) de Seiça, Alto Nabão e ZIO, despejos de fossas e verificação dos pedidos de autorização de descarga de águas residuais industriais, no ano de 2019.

O SGEEM, foi criado em março de 2018, no âmbito da dissolução da empresa municipal OurémViva, que cessou atividade no fim de fevereiro de 2018.

Atividades de Destaque em 2019

- Instalação de novo sistema de gradagem automático na obra de entrada da ETAR, para substituição do sistema antigo;





Instalação de novo sistema de gradagem automático na obra de entrada da ETAR.

- Elaboração de vídeo alusivo ao Ciclo Urbano da água – A Fábrica da Água;
- Pintura e arranjos na ETAR da ZIO;
- Entrega de 100% das lamas das ETAR em operador licenciado;
- Seguros ambientais para as ETAR licenciadas;
- Limpeza de mato numa extensão de cerca de 100 metros da margem da ribeira de Seixa, junto à descarga de água tratada da ETAR, de acordo com imposições da APA.

Atividades do SGEEM

O SGEEM, tem como atividade primordial a gestão e exploração das ETAR de Seixa, Alto Nabão e Zona Industrial de Ourém (ZIO).

Indicadores de Desempenho das ETAR

Na tabela seguinte encontram-se os volumes de caudal afluente às ETAR e tratado em cada uma das ETAR, no ano de 2019.

Caudais totais afluentes às ETAR no ano de 2019.

ETAR	Caudal Total (m ³)	Caudal médio diário (m ³ /dia)	Caudal horizonte (m ³ /dia)
Alto Nabão	616056	1696.54	2829
Seixa	849621	2325.7	1965
ZIO	Sem medição de caudal	-	700 m ³ /dia

ETAR de Seixa

No período em análise afluiu à ETAR de Seiça um Caudal de 849.621 m³, representando assim uma média diária de 2.325.7 m³/dia de caudal tratado, acima do caudal de horizonte de projeto 1.965 m³/dia.

ETAR do Alto Nabão

No período em análise, afluiu à ETAR do Alto Nabão um caudal de 616.056 m³, representando uma média diária de 1.696 m³/dia de caudal tratado, abaixo do caudal de horizonte de projeto 2.829 m³/dia.

Manutenção dos Órgãos

O plano de trabalhos fixos foi elaborado, tendo em conta a natureza e o tipo de trabalho de manutenção que é necessário realizar, para conservar em bom estado os diferentes órgãos, edifícios, equipamentos e espaços verdes existentes nas ETAR.

Mensalmente é seguido um plano de tarefas fixas para garantir a execução de todas as manutenções necessárias. O plano mensal comporta todos os trabalhos fixos diários, semanais, quinzenais e mensais. O cumprimento do plano de manutenções fixas é assegurado pela equipa de exploração, composta por 2 operadores, um técnico e um CEI, o período de laboração das ETAR é de segunda a sábado, encontrando-se sempre alguém disponível para dar respostas a ocorrências que surjam fora do período de laboração. Na tabela abaixo estão contabilizados os trabalhos fixos realizados ao longo do período em análise.

Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva, efetuada com objetivo de reduzir falhas no desempenho dos equipamentos é feita de acordo com o plano de manutenções das ETAR. Compete à equipa de operadores, realizar esta rotina.

As lubrificações aos equipamentos, foram feitas de acordo com as necessidades de cada um, identificadas, no manual de manutenção dos equipamentos das ETAR.

A manutenção geral, anual, normalmente realizado no mês de março não foi realizada, devido a elevado registo de avarias, foi impossível cumprir o plano normal.

Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva é a atividade responsável pela correção de uma falha ou anomalia identificada num componente ou equipamento das ETAR, sempre que se verificam anomalias, é efetuado um registo que inclui as possíveis causas da avaria, descrição da avaria e a sua respetiva resolução.

Resíduos das ETAR

Neste período foram retiradas das estações um total de 874.5 toneladas de lamas desidratadas, das ETAR, sendo 704.8 toneladas de Seiça e 169.7 toneladas do Alto Nabão, com um consumo de polímero de cerca de 900 kg.

Relativamente à produção de areias e gradados, foram retirados das ETAR 61.04 toneladas – 28.24 toneladas da ETAR do Alto Nabão e 32.8 toneladas da ETAR de Seiça.

Na ETAR da ZIO a desidratação de lamas é feita em 4 leitos de secagem, no entanto, o aumento de afluente e de carga orgânica tem sido considerável, aumentando o volume de lamas na ETAR, tanto que os leitos de secagem não têm capacidade para este volume de lamas. Assim, para remover as lamas em excesso da ETAR, recorremos a uma cisterna que aspira e transporta as lamas para as ETAR de Seiça e Alto nabão, para aí serem desidratadas.

No período em análise o trator deslocou-se à ETAR 14 vezes para retirar 2 cisternas de 5 m³/dia, de lamas do fundo do decantador, retirando do sistema 140 m³ de lamas em excesso.

Controlo Analítico

Quinzenalmente foram efetuadas recolhas, nas ETAR de Seiça e do Alto Nabão de amostras compostas (7 horas) às entradas de afluente nas ETAR e nas saídas de água tratada, estas colheitas seguiram para laboratório externo acreditado.

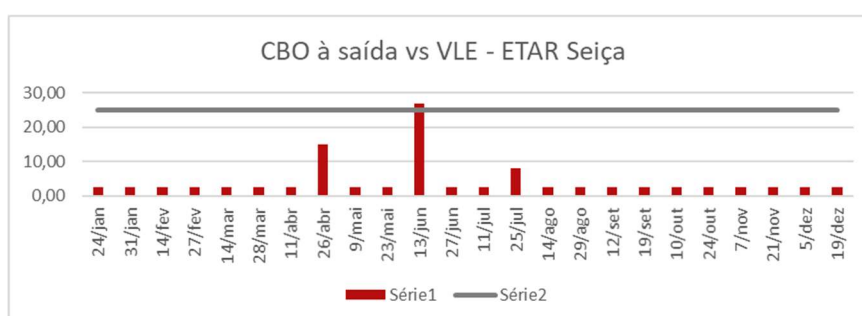
Controlo Analítico ETAR de Seiça

No período em análise foram realizados 24 controlos analíticos, em diferentes pontos de tratamento da água residual que aflui à ETAR de Seiça, para cumprimento do disposto no título de utilização da ETAR.

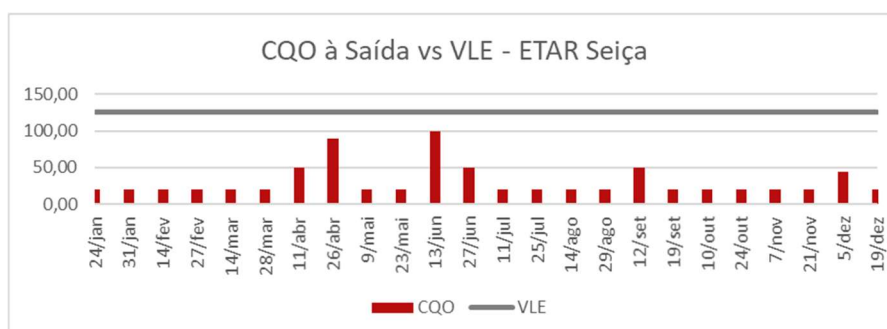
Ao longo do ano, podemos perceber que o afluente à ETAR apresenta características típicas de água residual doméstica. Na avaliação global, podemos dizer que as variações nos valores de

CBO, CQO e SST se encontram dentro dos parâmetros esperados para este tipo de afluente. As taxas de remoção, na maioria dos dias estão dentro do espetável para este tipo de tratamento.

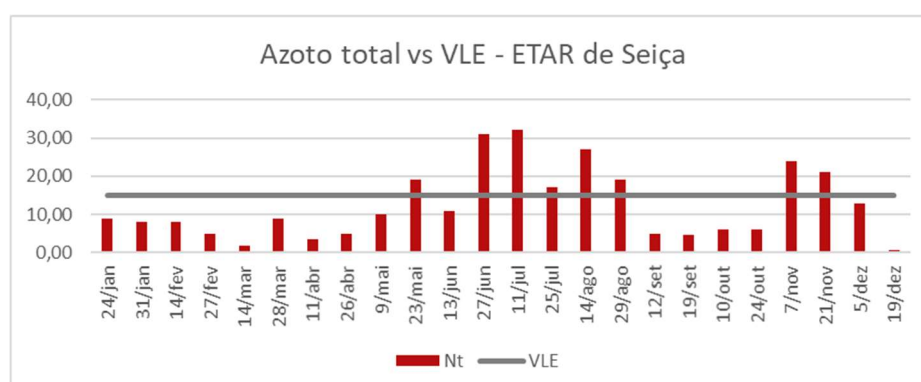
Como é visível no gráfico, a CBO da água de saída da ETAR de Seiça, mantém-se quase sempre abaixo do VLE (valor limite de emissão) estabelecido (25 mg/L O₂).



No gráfico, a CQO da água de saída da ETAR de Seiça, mantém-se sempre abaixo do VLE (valor limite de emissão) estabelecido (125 mg/L O₂).

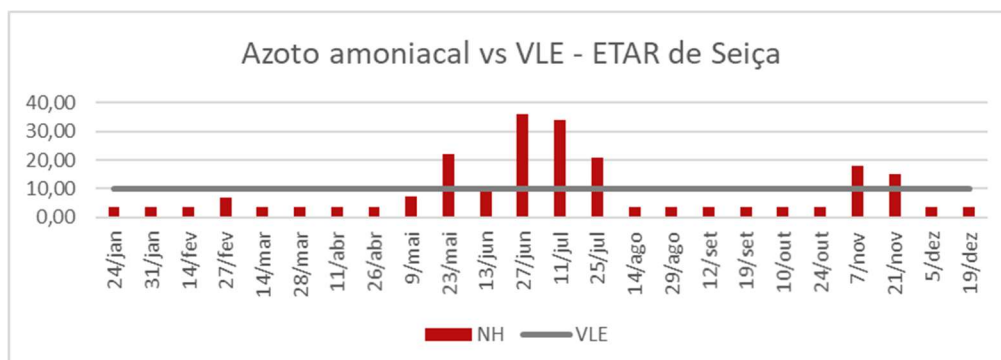


Relativamente aos sólidos presentes na água de saída da ETAR de Seiça, mantém-se quase sempre abaixo do VLE (valor limite de emissão) estabelecido (35 mg/l).



Os valores de azoto total presente na água de saída são bastante variáveis, ultrapassado 8 vezes o limite de emissão estabelecido, devido a um conjunto de fatores, sendo os principais lançamentos indevidos no sistema de drenagem de águas residuais e o mau estado do sistema

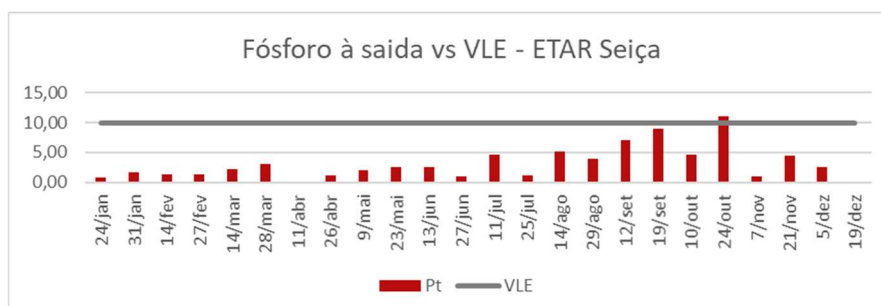
de difusão de ar do reator biológico, ainda assim, o valor médio de azoto total presente na água descarregada no meio recetor de 12.3 mg/l N, abaixo do VLE estabelecido, 15mg/L N.



Os valores de azoto amoniacal presente na água de saída são bastante variáveis, sendo o valor médio de azoto amoniacal presente na água descarregada no meio recetor de 9.33 mg/l NH, abaixo do VLE estabelecido, 10mg/L N.

Os valores elevados de azoto total e amoniacal devem-se presumivelmente a dificuldades de controlo do oxigénio dissolvido, devido essencialmente aos seguintes aspetos:

1. Aumento da temperatura - temperaturas elevadas (>25°) a solubilidade de oxigénio na água, impedindo a degradação aeróbica mediada por microrganismos que decompõe o azoto (Nitrificação).
2. Mau estado do sistema de arejamento da ETAR (tubagens + difusores) – no período de verão fornecemos mais ar ao tanque de arejamento, mas mesmo com 14 horas em 24h de arejamento, verifica-se que a dissolução de oxigénio não é suficiente, devendo-se muito provavelmente ao mau estado do sistema de arejamento que já não apresenta a taxa de transferência de ar para a água como originalmente, já que conta com cerca de 18 anos em funcionamento. Por este motivo, foi efetuada troca de linha no início de agosto.
3. Lançamentos indevidos no sistema de drenagem de águas residuais.



A quantidade de fósforo presente na água de saída da ETAR de Seiça apresenta variações. Os valores de fósforo registados apenas excederam o VLE, 10 mg/L P no dia 24 de outubro, nesse dia as cargas afluentes foram particularmente atípicas para uma ETAR urbana.

Relativamente ao parâmetro óleos e gorduras este está sempre muito abaixo do limite máximo de 10 mg/l, apresentando trimestralmente um valor de 0.5 mg/l.

Já o parâmetro coliformes fecais, está sempre muito acima do limite máximo de 100 NMP, tendo um valor médio de 1072 NMP, é o único parâmetro a incumprir o disposto pela licença de descarga, devido à inoperacionalidade do sistema de desinfecção UV. De referir que este parâmetro se aplica exclusivamente à água tratada reutilizada na ETAR, o facto de estar muito acima do VLE, não implica poluição da água residual descarregada na ribeira de Seiça.

Monitorização do Meio Recetor – Ribeira de Seiça

Mensalmente, de acordo com o disposto na licença de descarga da ETAR de Seiça, foram colhidas amostras pontuais a montante e a jusante da descarga da ETAR de Seiça que se localiza na Ribeira de Seiça.

Controlo Analítico ETAR do Alto Nabão

No período em análise foram realizados 14 controlos analíticos, em diferentes pontos de tratamento da água residual que aflui à ETAR do Alto Nabão.

Relativamente ao parâmetro óleos e gorduras este está sempre muito abaixo do limite máximo de 10 mg/l, apresentando mensalmente um valor de 0.5 mg/l.

Já o parâmetro coliformes fecais, está sempre muito acima do limite máximo de 100 NMP, é o único parâmetro a incumprir constantemente o disposto pela licença de descarga, devido à inoperacionalidade do sistema de desinfecção UV. De referir que este parâmetro se aplica exclusivamente à água tratada reutilizada na ETAR, o facto de estar muito acima do VLE, não implica poluição da água residual descarregada no rio Nabão.

Monitorização do Meio Recetor – Rio Nabão

Mensalmente, de acordo com o disposto na licença de descarga da ETAR do Alto Nabão, foram colhidas amostras pontuais a montante e a jusante da descarga da ETAR que se localiza no Rio Nabão.

Controlo Analítico ETAR da Zona Industrial de Ourém - ZIO

No seguimento do acima descrito e de uma reclamação de mau funcionamento da ETAR da ZIO, foram efetuados dois controlos analíticos ao meio recetor com amostras enviadas para laboratório externo, conclui-se que a qualidade da água a montante da descarga é excelente para os parâmetros analisados, mas a jusante da descarga da ETAR a qualidade da água só é boa para o parâmetro CBO, sendo preocupante para os parâmetros condutividade e cloretos, que estão muito acima dos valores máximos admissíveis, constantes no DL 236/98 de 250 mg para cloretos e de 1000 us/cm 20º para condutividade.

A qualidade da água tratada e descarregada pela ETAR da ZIO cada vez está mais comprometida, devido apenas a lançamentos indevidos no sistema de drenagem de águas residuais. Esses lançamentos, com elevadas cargas de cloretos, são realizados diariamente por uma unidade industrial de transformação de bacalhau e causam formação de espumas e lamas em excesso que por vezes são lançadas para o meio recetor.

Há uma preocupação crescente com a remoção de cloretos e com o valor de condutividade, esses dois parâmetros são raramente monitorizados, mas é frequente o afluente ter sal em excesso, sendo que este pode levar à contaminação permanente do meio recetor e da zona envolvente, podendo num cenário extremo ser causa de contaminação do lençol freático e de desertificação da zona, na medida em que causa morte da flora existente.

Setor Gestão de Utilizadores e Promoção Ambiental (SGUPA)

Competências/Áreas de atividade:

1. Gestão de Utilizadores (água, saneamento e resíduos), incluindo o controle de dívida, análise de reclamações e promoção do cadastro;
2. Análise de tarifários relacionados com águas, saneamento e resíduos;
3. Controle de encargos/receitas do serviço de Ambiente e Sustentabilidade;
4. Promoção de programas de educação e sensibilização ambiental (Programa ECO XXI, Bandeira Azul, Praia Acessível-Praia para Todos, Eco-Escolas, Projeto Rios, Programa Green Key, Agenda 21, Pacto dos Autarcas, Praia Saudável, entre outros);
5. Dinamização de ações de sensibilização ambiental em parceria com entidades externas (Be Water, Valorlis, SUMA; AdCL; Quercus);

6. Operações de licenciamento e intervenções em domínio hídrico com a Agência Portuguesa do Ambiente;
7. Promoção de ações que visem a sustentabilidade dos recursos;
8. As demais funções solicitadas superiormente, decorrentes da Lei e/ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.

No ano de 2019 destacam-se os seguintes processos mais emblemáticos do SGUPA:

- Anulação de créditos com mais de 5 anos – sempre que há lugar à devolução de taxas e tarifas de saneamento e/ou resíduos, deve-se aplicar a legislação em vigor, que permite a dispensa de entrega de créditos com mais de cinco anos, pelo que o procedimento de devolução começou a ser informado nestes termos;
- Levantamento de ramais e respetivos utilizadores – Na sequência das obras de saneamento de Cercal, Espite e Matas, foram realizados os levantamentos porta-a-porta, que possibilitaram posteriormente o envio de notificações para a ligação às redes de esgotos;
- Processo de Restaurante sem ligação à rede de água – Foi informado um processo sem ligação à rede de água, tendo pela primeira vez sido solicitada a intervenção da ASAE;
- Candidatura Fundo Ambiental – pela primeira vez foi efetuada uma candidatura ao programa Re-Educar do Fundo Ambiental. Concorreram 147 candidaturas, das quais 143 foram consideradas elegíveis para atribuição de financiamento. Porém, apenas as 13 primeiras puderam ter acesso ao fundo, que totalizava 500 mil euros. O Município de Ourém teve uma boa pontuação de 4,76 (em 5,00), tendo ficado em 23.º lugar, não tendo havido verba para a sua candidatura.
- Tarifários – Para além da análise usual do tarifário da BE Water, no ano de 2020 também foi realizada a análise do tarifário da TejoAmbiente, para 2020, tendo-se enquadrado os clientes CMO, no Regulamento das Relações Comerciais, da ERSAR.
- Melhoramentos na Praia do Agroal - Foi sugerido por este setor a aquisição para a praia fluvial, de 3 painéis informativos novos e de 8 ecopontos, feitos a partir de plástico 100% reciclado com vantagens ao nível da resistência à corrosão, ao vandalismo, inatacável por parasitas e fungos, insensível à humidade, entre outras.

Atividades Desenvolvidas

Programa Bandeira Azul, Praia Acessível e Praia Saudável

Todos os anos os serviços efetuam várias candidaturas no âmbito da Praia Fluvial do Agroal. O processo de candidatura mais moroso é o do Programa Bandeira Azul.

Em 2019 realizaram-se 8 atividades de sensibilização tendo acompanhado e prestado apoio às entidades.

- ✓ AEA 1 – Os suspeitos do costume – A ABAE, aquando da candidatura, definiu esta atividade como sendo obrigatória a nível nacional, com o intuito de alertar os veraneantes para o impacto que o lixo marinho tem nas praias levando à reflexão e tomada de consciência. Tendo em conta as inúmeras características que desunem as praias marítimas das praias fluviais, tentámos adaptar a campanha à realidade do Agroal.
- ✓ Esta ação consistiu na recolha de lixo depositado nas margens do rio Nabão e outras áreas utilizadas pelos veraneantes.
- ✓ AEA 2 – Fábrica de limpar a água – A ETAR no Alto Nabão recebeu entre os dias 18 e 23 de março, 117 alunos do concelho, para conhecerem o processo de tratamento das águas residuais que ali chegam. Tiveram também a oportunidade de fazer algumas experiências e ver microrganismos através de microscópio e visualizaram um filme sobre o Ciclo Urbano da Água. O objetivo foi apelar à utilização consciente da água enquanto recurso escasso, e à separação dos tipos de resíduos.
- ✓ AEA 3 – Projeto Sol e Saúde – Campanha desenvolvida pela ACES Médio Tejo nos dias 15 de julho e 5 de agosto, destinada aos utilizadores da Praia fluvial do Agroal, com o objetivo de alertar para os cuidados a ter com a exposição solar, com a segurança alimentar, com a qualidade da água e com a proteção do meio ambiente. Esta campanha contou com a presença duma unidade móvel de suporte a intervenções de educação para a saúde e de duas Técnicas de Saúde Ambiental, que abordaram os veraneantes e distribuíram alguns folhetos informativos.
- ✓ AEA 4 – Prova da Água – Esta ação foi desenvolvida pela empresa Be Water, S.A. nos dias 23 de julho e 27 de agosto e teve como público alvo os utilizadores da Praia. O intuito era sensibilizar para a preservação dos recursos hídricos e para o consumo de água da torneira. No stand eram oferecidas águas aromatizadas para consumo e era dinamizado um jogo em que os veraneantes eram convidados a provar duas águas, tentando identificar qual delas era do abastecimento público.
- ✓ AEA 5 – Verão a reciclar – Esta ação foi desenvolvida pela empresa Valorlis, no dia 31 de julho e teve como público alvo as famílias com crianças que ali se deslocaram para aproveitar o dia de sol. O objetivo foi promover a reutilização de materiais cujo destino seria o lixo ou a reciclagem, e a sensibilização para a separação através de jogos.

- ✓ AEA 6 – Praia Lixo Zero – Esta ação foi desenvolvida pela empresa SUMA, nas manhãs dos dias 3, 4, 10 e 11 de agosto e teve como público alvo os utilizadores da Praia. O intuito era alertar os veraneantes para o correto acondicionamento e deposição dos pequenos lixos produzidos em contexto de praia. Como oferta os utilizadores levaram uma pala electrostática.
- ✓ AEA 7 – 10 semanas 10 dicas – Esta ação foi desenvolvida pelo SGUPA, indo de encontro ao tema anual de 2019 do programa Bandeira Azul: “Do Rio ao Mar sem Lixo” (obrigatória a realização de duas AEA’s com este tema). Para cada semana da época balnear foi criada uma frase relacionada com a poluição dos oceanos e mares, que foi afixada na praia, em local bastante visível.
- ✓ AEA 8 – Sessão de esclarecimentos sobre “Preservação dos Recursos Hídricos” - Como inicialmente referido, é obrigatório o desenvolvimento duma AEA do tipo D, que pressupõe a disseminação da informação recolhida na ação, pelos participantes. Assim, no dia 1 de outubro a Be Water, S.A. desenvolveu a atividade no salão da Junta de Freguesia de Urqueira, contando com a presença de 95 pessoas, entre as quais 35 alunos da Escola Cónego Manuel Lopes Perdigão de Caxarias.

Programa Re-Educa do Fundo Ambiental

No Seguimento do Aviso n.º 4656-B/2019, na 2ª série do Diário da República, de 19/03, o SGUPA submeteu a candidatura ao programa “Re-Educa – Educar para a Economia Circular” do Fundo Ambiental, com o pedido de financiamento de 6.055,57€, para uma campanha de sensibilização que tinha o objetivo encorajar os destinatários a “pôr a mão na consciência”, procurando identificar o produtor de resíduos como o verdadeiro responsável pelas más práticas na origem das problemáticas identificadas, incentivando à mudança comportamental. Para este financiamento apenas eram elegíveis, no concelho de Ourém, os projetos a realizar nas freguesias de Espite, União de freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, União de freguesias de Matas e Cercal e União de freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos.

O projeto apresentado teve uma avaliação de 4,76 valores (escala de 0 a 5) ficando em 23º lugar de 147 candidaturas. Tendo em conta que o valor a financiar era de 500.000€, apenas os 13 primeiros lugares da classificação, obtiveram a aprovação para o financiamento.

Festa da Criança - 2019

O Município de Ourém organizou entre os dias 28 e 30 de maio, a Festa da Criança, uma iniciativa que englobou atividades lúdicas realizadas no Centro de Exposições de Ourém, Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Museu Municipal, entre outros.

Plano Estratégico de Intervenção da Suma

De acordo com o contrato de prestação de serviços, a empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. disponibiliza em cada ano, 1% das receitas procedentes do concelho de Ourém, para a realização de ações de sensibilização e educação ambiental. Tendo em conta a faturação do ano de 2018 e o valor transitado do plano de 2017/2018, em 2019 estava disponível o valor de 13.119,80€.

Este setor acompanhou as ações desenvolvidas no âmbito do Plano aprovado pelo Município, constituído por sete campanhas de educação e sensibilização ambiental, que totalizaram um investimento de 13.119,80€, com 15 dias de intervenção.

ECO-ESCOLAS - 2019

O Programa Eco-Escolas é um programa pedagógico coordenado a nível internacional pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), e a nível nacional pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), que pretende encorajar ações e ampliar o conhecimento no âmbito da educação ambiental para a sustentabilidade. Anualmente o Município celebra um protocolo de parceria com a ABAE, que se revela fundamental para garantir a inscrição e participação das escolas do concelho. Este serviço acompanha as escolas, dando o apoio necessário solicitado pelas mesmas, e participando nas reuniões dos Conselhos Eco-Escolas, e nas cerimónias de hastear das bandeira.

Sector dos Serviços Ambientais e Fiscalização

Competências/Áreas de atividade:

1. Verificação do cumprimento da legislação nacional e dos regulamentos municipais nas temáticas do ambiente;
2. Verificação do cumprimento dos contratos de prestação de serviços e os contratos de concessão;
3. Acompanhamento de intervenções no domínio hídrico do concelho;
4. Verificação de descargas indevidas no meio ambiente;
5. Atuação em caso de cumprimento de normas ambientais;

6. Análise de reclamações;
7. Execução de tarefas de natureza ambiental relacionadas com o cumprimento de legislação ou de metas;
8. As demais funções solicitadas superiormente, decorrentes da Lei e/ou necessárias no âmbito das tarefas do serviço.

SERVIÇO DE RECOLHA DE MONOS: Após a realização da campanha “Ourém Mais Limpo” e após a divulgação do folheto de monos e da colocação de placas a proibir a descarga de resíduos para terrenos e baldios, verificou-se um aumento exponencial de pedidos de recolha de monos, bem como um aumento do depósito destes resíduos junto aos ecopontos.

Pedidos de Recolha de Monos: Existem dois tipos de recolha de monos, a recolha de monos programada, a pedido, e a recolha de monos necessária para garantir a salubridade dos ecopontos e contentores RU, devido a depósitos indevidos.

Relativamente à recolha de monos, foram efetuadas 334 recolhas programadas e 86 não programadas.

LIMPEZA DE FLORESTAS – O SAF destacou-se ainda na promoção da limpeza de lixeiras e focos de lixo nos pinhais e florestas do concelho.

Avaliação Externa – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)


Análise da Qualidade do Serviço

Todos os anos a ERSAR avalia a informação reportada pelos Municípios, efetua auditorias aleatórias e por fim atribuiu a respetiva avaliação, sendo dado um período de contraditório, para audição dos Municípios, caso não concordem com os fundamentos da avaliação. Neste contexto foram publicados no portal da ERSAR as avaliações provisórias referentes aos serviços de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, relativas ao ano de 2018.

Gestão de Resíduos Urbanos

Análise da Classificação dos Indicadores de Serviço:

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2018	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2014 - 2018	Observações
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
RIJ 01 - Acessibilidade física do serviço		88 % [90,100]	★★		
RIJ 02 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva		27,2 % [70,100]	★★★		A entidade gestora em alta, responsável pela atividade de recolha seletiva, deve melhorar o acesso a este serviço.
RIJ 03 - Acessibilidade económica do serviço		0,13 % [0,0,50]	★★★		
RIJ 04 - Lavagem dos contentores		14,3 (-) [0,25,0]	★		
RIJ 05 - Resposta a reclamações e sugestões		11 % [00]	★★★		
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
RIJ 06 - Cobertura dos gastos		NR [100,100]			Não foi alcançada capacidade para o recorte dos dados de acordo com as especificações técnicas.
RIJ 07 - Reciclagem de resíduos de recolha seletiva		114 % [>100]	★★★		A responsabilidade pela atividade de recolha seletiva multivalorada é da entidade gestora em alta.
RIJ 11 - Renovação do parque de viaturas		128.781 enviaturas [0,250000]	★★★		
RIJ 12 - Rentabilização do parque de viaturas		448 lç/m²/ano [400,600]	★★		
RIJ 13 - Adequação dos recursos humanos		2,0 n.º/100h [1,0,2,5]	★★★		
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
RIJ 14 - Utilização de recursos energéticos		5,8 kgp/100h [0,5,5]	★★★		
RIJ 16 - Emissão de gases com efeito de estufa da recolha seletiva		NA [0,50]			A responsabilidade pela atividade de recolha seletiva multivalorada é da entidade gestora em alta.
RIJ 17 - Emissão de gases com efeito de estufa da recolha indiferenciada		17 kg CO ₂ /t [0,14]	★★★		





























Avaliação:  qualidade de serviço boa;  qualidade de serviço mediana;  qualidade de serviço insatisfatória;  não se aplica;  NR não respondeu

Fiabilidade dos dados:  a menor fiabilidade;  a maior fiabilidade

Recomendações:

A entidade gestora deve promover um esforço de melhoria particularmente do(s) indicador(es) com avaliação insatisfatória.
A entidade gestora deve criar condições para melhorar a recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores.
A entidade gestora deve adotar procedimentos para aumentar a fiabilidade da informação reportada.

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2018	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2014 - 2018	Observações
ADEQUAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR					
AR 01 - Acessibilidade física do serviço através de redes fixas		48 % [55; 100]	★		
AR 02 - Acessibilidade económica do serviço		0,20 % [0; 0,50]	★★★		
AR 03 - Ocorrência de inundações		15,20 (1000 ramais/ano) [0; 0,25]	★		
AR 04 - Resposta a reclamações e sugestões		0 % [0]	★★★		
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
AR 05 - Cobertura dos gastos		NR [100; 110]			Não foi evidenciada capacidade para o repore dos dados de acordo com as especificações pedidas.
AR 06 - Acesso ao serviço		84,0 % [85,0; 100]	★		O valor do indicador reflete a existência de equipamentos ligados ou com avarias de tratamento hidráulicas.
AR 07 - Recolha de resíduos		0,0 %/ano [1,0; 4,0]	★		
AR 08 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores		0,0 (100 km.ano) [0,0]	★		
AR 09 - Adequação dos recursos humanos		3,6 (100 km.ano) [5,0; 11,0]	★		
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
AR 10 - Eficiência energética de instalações elevatórias		NR [0,27; 0,45]			Não foi evidenciada capacidade para o repore dos dados de acordo com as especificações pedidas.
AR 11 - Acessibilidade física ao tratamento		100 % [100]	★		
AR 12 - Controlo de descargas de emergência		0 % [90; 100]	★★★		
AR 13 - Cumprimento da licença de descarga		78 % [100]	★★★		
AR 14 - Encaminhamento adequado de lamas do tratamento		100 % [100]	★★★		

RU 01 – Acessibilidade Física do Serviço – Embora o indicador tenha passado de 82% em 2017 para 88% em 2018, a qualidade do serviço continua mediana (amarela), pois o verde é somente acima de 90%.

Proposta: Para melhorar este indicador é necessário colocar mais contentores, em locais onde as distâncias são superiores às previstas no regulamento e ainda alterar o regulamento ajustando ao novo PDM.

RU 02 – Acessibilidade do Serviço de Recolha Seletiva – Com a colocação de ecopontos em 2019 espera-se que a próxima avaliação (2019) melhore este indicador. Em 2017 o valor era de 26% e em 2018 era de 27,2%.

Proposta: Para melhorar este indicador é necessário colocar mais ecopontos, que já estão previstos.

RU 05 – Resposta a Reclamações e Sugestões – Este indicador destina-se a avaliar o nível de resposta da entidade gestora a reclamações e sugestões escritas dos utilizadores, sendo definido como a percentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior ao prazo legal, anteriormente de 22 dias. Apenas 9% das reclamações foram respondidas no prazo legal em 2017 e 11 em 2018.

***Proposta:** Para melhorar este indicador é necessário estudar mecanismos de simplificação administrativa.*

RU 06 – Cobertura dos Gastos – Este indicador destina-se a avaliar a capacidade do Município para gerar meios próprios de cobertura dos encargos. Porém, a ERSAR considera que os dados não são válidos porque a CMO não consegue verificar a sua veracidade. A Be Water tem-se escudado com o Regulamento da Proteção de Dados, porém já foi solicitado à empresa que enviasse apenas a faturação/cobrança por locais de consumo não se tendo obtido resposta. Assim sendo, em 2017 e 2018 obteve-se uma classificação de Não Aplicável.

***Proposta:** Para melhorar este indicador é fundamental que a Be Water remeta os dados solicitados, bem como se aumenta o tarifário para alcançar o equilíbrio económico-financeiro.*

RU 11 – Renovação do Parque de Viaturas – Este indicador passou de qualidade do serviço má para boa, resultado da renovação do parque de viaturas.

RU 14 – Utilização de Recursos Energéticos – Este indicador é definido o consumo total de combustível por 1000 toneladas de resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente na área de intervenção da entidade gestora. A classificação foi mediana em 2017 e esperava que em 2018 fosse boa, atendendo renovação da frota da SUMA.

***Proposta:** É necessário otimizar circuitos tendo este indicador em consideração.*

RU 16 – Emissão de Gases com Efeito Estufa – Este indicador destina-se a avaliar a prevenção da emissão de gases com efeito de estufa com origem nos veículos de recolha de resíduos. A classificação foi mediana em 2017 (18 KgCO₂/t) e esperava que em 2018 (17 KgCO₂/t) fosse boa, atendendo renovação da frota da SUMA, pelo que se deve averiguar o ocorrido.

Saneamento de Águas Residuais

Análise da Classificação dos Indicadores de Serviço:

AR 01 – Acessibilidade Física do Serviço – Os valores de referência para áreas de intervenção mediantemente urbanas são: qualidade do serviço boa [85; 100]; qualidade do serviço mediana [70;85] e qualidade do serviço insatisfatória [0;70]. A taxa de cobertura é de 48%, logo a

qualidade do serviço é insatisfatória. **Proposta:** Para melhorar este indicador é necessário fazer mais investimento.

AR 03 – Ocorrência de Inundações – Este indicador tem por base o número de ocorrências de inundação na via pública e/ou em propriedades, com origem na rede pública de coletores, por 100 km de coletor/1000 ramais. Este dado está relacionado com o trabalho da DOMSU na manutenção das redes e emissários. **Proposta:** Para melhorar este indicador é fundamental um acompanhamento mais presente da DOMSU, para se evitarem inundações.

AR 04 – Resposta a Reclamações e Sugestões – Este indicador destina-se a avaliar o nível de resposta da entidade gestora a reclamações e sugestões escritas dos utilizadores, sendo definido como a percentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior ao prazo legal, anteriormente de 22 dias. **Proposta:** Para melhorar este indicador é necessário estudar mecanismos de simplificação administrativa.

AR 05 – Cobertura dos Gastos – O Município de Ourém nunca teria uma avaliação boa, uma vez que não há equilíbrio económico-financeiro. Porém, a ERSAR considera que os dados não são válidos porque a CMO não consegue verificar a sua veracidade. A Be Water tem-se escudado com o Regulamento da Proteção de Dados, porém já foi solicitado à Be Water que enviasse apenas a faturação/cobrança por locais de consumo não se tendo obtido resposta. Assim sendo, em 2018 obteve-se uma classificação de Não Aplicável, o que pode ter consequências negativas na elegibilidade a fundos comunitários. **Proposta:** Para melhorar este indicador é fundamental que a Be Water remeta os dados solicitados, bem como se aumente o tarifário para alcançar o equilíbrio económico-financeiro.

AR 06 – Adesão ao Serviço – Este indicador é medido através da percentagem do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas de acesso ao serviço de águas residuais se encontram disponíveis e têm serviço efetivo (com existência de ramal e de contrato). Os valores de referência são: qualidade do serviço boa [95; 100]; qualidade do serviço mediana [90;95] e qualidade do serviço insatisfatória [0;90]. Atualmente a taxa de adesão ao serviço é de 84% pelo que a classificação foi insatisfatória. **Proposta:** É fundamental que o SAS proceda a mais notificações para a ligação à rede de esgotos.

AR 07 – Reabilitação de coletores - Este indicador é medido através da percentagem média anual de coletores com idade superior a dez anos que foram reabilitados nos últimos cinco anos. O valor é de zero em 2018 pelo que a classificação foi insatisfatória. **Proposta:** Para melhorar este indicador é fundamental que se proceda a mais reabilitações.

AR 09 – Adequação dos Recursos Humanos - Este indicador é definido como o número total equivalente de empregados afetos a tempo inteiro afetos ao serviço de saneamento de águas residuais por 100 km de coletores. O valor de referência é de 3,6 (2,7 em 2018 aumentou com a entrada dos funcionários da Ourémviva), quando deveria estar entre [5;11] para a qualidade do serviço ser boa. **Proposta:** *Para melhorar este indicador é fundamental aumentar o n.º de funcionários afetos ao serviço de saneamento de águas residuais.*

AR 10 – Eficiência energética de instalações elevatórias – Este indicador é definido pelo consumo de energia normalizado das instalações elevatórias, calculando-se os rendimentos das bombas. A classificação foi de NR (não responde), uma vez que as estações elevatórias não têm contadores que permitam calcular os m3 elevados. **Proposta:** *Para melhorar este indicador é fundamental modernizar as estações elevatórias, através da aquisição de medidores de caudal, entre outros.*

AR 12 – Controlo de Descargas de Emergência – Este indicador é medido através da percentagem de descarregadores de emergência com descarga direta para o meio recetor monitorizados e com funcionamento satisfatório. Como não temos controle da saída, a classificação é insatisfatória. **Proposta:** *Para melhorar este indicador é fundamental modernizar adquirir equipamento de controle das descargas de emergência.*

AR 13 – Cumprimento das licenças de descarga – Este indicador é medido através da percentagem da população equivalente que é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga. Uma vez que a APA ainda não atualizou as licenças de descarga, embora fossem cumpridas as licenças anteriores, a ERSAR classificou este indicador como NA (não aplicável), embora tenhamos reclamado. **Proposta:** *Para melhorar este indicador é fundamental que a APA emita as licenças de descarga. A APA já emitiu as licenças.*

2.3.12 – SERVIÇO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE

O Serviço de Apoio ao Associativismo, Desporto e Juventude (SADJ), tem como finalidade promover e apoiar o desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer, que possibilitem aos cidadãos do concelho a adoção de práticas e hábitos de vida saudáveis numa clara assunção do contributo que fenómeno desportivo tem para a promoção de uma melhor qualidade de vida. Também o apoio à Juventude está sob a responsabilidade deste serviço, que procura através de programas nacionais incentivar os jovens do concelho a terem um papel mais ativo.

O Serviço de Apoio ao Associativismo, Desporto e Juventude desenvolveu ao longo do ano de 2019 as seguintes ações:

Área da Juventude:

- A) Preparação e divulgação do programa OTL 2019 de curta e longa duração que decorreram na Biblioteca e Arquivo Municipal
- B) Análise e encaminhamento de pedidos de estágios curriculares e profissionais.
- c) Celebração do Dia Internacional da Juventude 12 e 13 de agosto com entradas gratuitas nas Piscinas Municipais e Museu Municipal
- e) Iniciou-se o processo de reativação do Conselho Municipal de Juventude.

Na Área do Desporto / Associativismo

1. Foram apresentadas candidaturas das associações para atribuição de apoio 2019. Analisadas as candidaturas de apoio ao associativismo, no ano de 2019 candidataram-se:

- 27 associações desportivas;
- 32 associações culturais.

Foram atribuídos 68.600,00 euros a associações culturais/recreativas e 104.950,00 euros a associações desportivas.

2. Decorreu o Campeonato Olímpico Jovem e Campeonato Regional Sub 20, no Estádio Papa Francisco, provas de atletismo organizadas pela Associação de Atletismo de Santarém e Federação Portuguesa de Atletismo.

3. Ao longo do ano, foi organizado o programa “Caminhos d’Ourém” - Medida Recomendada pela Cidade Social no âmbito do projeto “*Municípios Amigo do Desporto*”, que decorreram a:

- 28 abril - Seiça
- 5 maio - N.S. Piedade
- 12 maio - Matas e Cercal
- 23 junho - Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- 30 junho - Rio de Couros e Casal dos Bernardos
- 7 julho - Espite
- 21 julho - Atougua
- 27 julho - Urqueira

15 setembro - Nsª Srª Misericórdias

22 setembro - Caxarias

29 setembro - Gondemaria e Olival

13 outubro - Fátima

Nesta iniciativa participaram 933 munícipes das diversas freguesias do concelho, tendo sido atribuído um valor de 1.386,00 euros.

4. O Encontro Nacional Pandas - Evento de cariz nacional que reuniu cerca de 60 carros clássicos Panda e que ao longo de dois dias percorreram o concelho de Ourém.

5. Realizou-se o Torneio da Amizade Município de Ourém, no dia 3 de Maio. O Torneio da Amizade Município de Ourém - Futebol veterano e que contou com a participação de 5 equipas do concelho e uma equipa convidada de *Pléssis-Trévisé*.

6. Apoio ao Torneio Traquinas CAO-Clube Atlético Ouriense

7. Apoio ao *Rally* Medieval de Ourém

8. Apoio à Caminhada da Paz em Fátima

9. Apoio ao Vasquinho Cup no campo de jogos do Vasco da Gama

10. Apoio ao Torneio da Páscoa organizado pelo Clube Vilarense

11. Apoio ao Torneio de Futsal dos Amigos da Liga de Freixianda

12. Apoio ao Trial de Espite *Challenger* Ibérico

13. Realização de Sessão de Ética e valores no desporto, no auditório dos Paços do concelho. Sessão organizada pelo Município em colaboração com o IPDJ.

14. Realizou se no dia 21 de junho o 40º Grande prémio Abimota- Ciclismo, com a partida da cidade de Ourém. Uma prova de referência do calendário nacional de estrada, e uma das mais antigas da história velocipédica portuguesa. A mesma contou com a participação de 120 ciclistas sub 23 e elite das principais equipas nacionais e 3 equipas Espanholas.

15. Encontro Nacional de Desporto Sénior

O Município de Ourém fez se representar no Encontro Nacional de Desporto Sénior, no dia 25 de maio, na cidade de Almeirim. O convite foi endereçado ao Município que convidou a Universidade Sénior para representar o concelho.

16. Torneio de Pentecostes - O Município foi convidado pela cidade de Lourdes para participar no torneio de futebol jovem que se realiza anualmente naquela cidade. Ourém fez se representar com 24 jovens atletas dos 4 clubes com formação. O Torneio decorreu de 7 a 10 de Junho.

17. Apresentação de Proposta de Regulamento de apoio ao associativismo, submetido a análise e remetido para publicação em Diário da República para consulta e recolha de contributos para elaboração de documento final. Academia de Música Banda de Ourém, Clube Atlético Ouriense e Sociedade Filarmónica remeteram sugestões ao regulamento assim como os Vereadores da Oposição e DAC. Neste momento o documento aguarda novas indicações para publicação final.

18. Campeonato Nacional de Atletismo Sub 18- Estádio Papa Francisco, provas de atletismo organizada pela Associação de Atletismo de Santarém e Federação Portuguesa de Atletismo, que decorreram nos dias 13 e 14 de julho.

19. Volta a Portugal Cadetes- Ciclismo, realizado no dia 4 de agosto, em que Ourém recebeu a chegada da última etapa da Volta a Portugal de Ciclismo no escalão de cadetes. Participaram 118 jovens promissores da modalidade.

20. Realizou se a 13 de julho pela primeira vez em Ourém, o “Troféu Dogpuller”, no campo da caridade, com apoio do Município. Trata se de um novo desporto que começou em Portugal no ano de 2017 com cães que ao longo da prova este deve estar a correr ou saltar ininterruptamente durante 90 segundos.

21. Apoio Festival Internacional de Folclore da Casa do Povo de Fátima

22. Apoio ao 4º Geocaching weekend de Ourém

23. Apoio à 15ª concentração Vespa Clube de Fátima

24. Apoio Sons e Sabores -Academia de Música Banda de Ourém

25. Apoio OuremFest- Ourearte

26. Apoio 13ª meia maratona de Teatro do Grupo de Teatro Apollo

27. Apoio Espite Trail

28. Festival Folclore Moleiros da Ribeira

29. Festival Marchas em Espite

30. Maratona BTT Ourém prova que integrou o trofeu BTT do Ribatejo Norte. Organizada pelo BTT Clube dos Pinheiros

31. Associação ao evento Europeu #BEACTIVE no âmbito da Semana Europeia do Desporto.

32. Apoio Trail de Fátima

33. Apoio Prova de Atletismo de Caxarias

34. Apoio Torneio Nacional de Ténis de Mesa-Montamora

35. Apoio Trail Ourém Vida Trail

36. Apoio ao evento FESTAMBO

Em 2019 foi concedido transporte a diversas associações do concelho, repartido da seguinte forma:

Associações Culturais: 20

Associações Desportivas: 93

2.3.13 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

ENQUADRAMENTO LEGAL

O concelho de Ourém está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sociogeográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o município de Ourém considerou que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido, o município criou, há alguns anos, no seu organigrama interno, o **Gabinete de Segurança e Proteção Civil**, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a segurança se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

A atuação na luta contra as catástrofes deve ter um cunho eminentemente local, por razões de ordem prática e porque a abordagem espacial restrita propicia um conhecimento mais direto e exato dos cidadãos, do seu grau de preparação face aos riscos a que estão sujeitos e ainda das suas próprias representações sociais, fatores indispensáveis para uma atuação que se pretende eficaz.

Pela imposição legal que resulta da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, foi extinto o Gabinete de Segurança e Proteção Civil e criado o **Serviço Municipal de Proteção Civil**, com a publicação

de um regulamento municipal próprio – Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, publicado a 14 de março de 2008, em Diário da República.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o Município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o **Gabinete Técnico Florestal**.

Com a publicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal foi inteiramente integrado no Serviço Municipal de Proteção Civil.

Em suma, o município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível a situações de acidente grave ou catástrofe, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica institucional quer do Serviço Municipal de Proteção Civil, quer do Gabinete Técnico Florestal.

RESUMO DAS ATIVIDADES

LISTA DE DOCUMENTOS ELABORADOS

- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém – Encontra-se na ANPC (Associação Nacional de Proteção Civil) para emissão de parecer;
- Plano de Prevenção e Emergência 01/2019 – Praia Fluvial do Agroal;
- Plano Prévio de Intervenção – Ativação dos meios de socorro no concelho de Ourém;
- Plano de Coordenação Municipal 01/2019 – Operação Peregrinação Nacional das Crianças 10 de junho;
- Plano de Coordenação Municipal 02/2019 – Operação Peregrinação dos Migrantes 13 e 15 de agosto;
- Plano de Coordenação Municipal 03/2019 – Operação Bênção dos Capacetes 22 de setembro;
- Plano de Coordenação Municipal 04/2019 – Operação Peregrinação Internacional Aniversaria 12 e 13 de outubro;
- Planeamento de Exercícios e Simulacros;
- Medidas de Autoproteção de 26 edifícios municipais;
- Entre outros.

TAREFAS OPERACIONAIS

- Colaboração e organização em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino, lares e centros de dia e em empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Participação em exercícios e simulacros fora do concelho;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Realização de ações de formação em todas as escolas públicas do concelho, no âmbito da implementação das Medidas de Autoproteção;
- Preparação e coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em maio, junho, agosto, setembro e outubro;
- Identificação e acompanhamento na exterminação dos ninhos de Vespa Velutina ou Asiática – 35 ninhos
- Participação nos briefings técnico-operacional distrital, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, abate de árvores, entre outros, no concelho de Ourém;
- Participação em seminários e jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos mensalmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação e realização de ações de formação no âmbito da implementação das Medidas de Autoproteção, em edifícios públicos, nomeadamente escolas e outros edifícios do Município;
- Preparação das ações de formação de Suporte Básico de Vida aos alunos do 9.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do Concelho de Ourém;
- Preparação das ações de formação de Sistema Integrado de Emergência Médica aos alunos do 6.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Preparação da Festa da Criança 2019, nomeadamente com a participação das Corporações de Bombeiros do concelho, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana;
- Atendimento semanal aos munícipes;
- Entre outras.

ARTIGOS PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Elaboração de diversos artigos para publicação nos meios de comunicação, nomeadamente na página de Facebook do SMPC e do Município de Ourém, no âmbito das medidas de autoproteção a aplicar ao longo do ano, de acordo com as problemáticas associadas a cada época, bem como dos trabalhos realizados;
- Elaboração de avisos a população, associados a Alertas da ANEPC, para publicação nas redes sociais.

TAREFAS ADMINISTRATIVAS

- Emissão de propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações da defesa da floresta contra incêndios;
- Gestão e arquivo de informações internas e despachos;
- Organização e manutenção de dossier analógico e digital, atualizado com a legislação relevante para o setor da proteção civil;
- Gestão de apoio ao munícipe nas mais diversas matérias de âmbito da proteção civil;
- Elaboração de correspondência aos munícipes, entre outros.

FORMAÇÃO E TREINO

- Participação, maioritariamente o título particular, em diversas ações de formação no âmbito da proteção civil, realizadas ao longo do ano

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o Município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino, entre as quais:

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano Operacional Municipal, participação nos processos de planeamento e de ordenamento dos espaços rurais e florestais;
- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Desenvolvimento Florestal, centralização da informação relativa a incêndios florestais, promoção do

cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, acompanhar e divulgar o índice diário do risco de incêndio florestal, relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), coadjuvar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara e vereador com pelouro designado na Comissão Municipal de Defesa da Floresta em reuniões e situação de emergência;

- Supervisão e controlo das obras municipais e subcontratadas relativas à DFCI, construção e gestão do sistema de informação geográfica para DFCI, gestão da base de dados para DFCI, envio de propostas e pareceres de DFCI;
- Elaboração de relatórios de atividade relativos aos programas de ação previstos no plano de defesa da floresta; elaboração de informações periódicas (mensais) acerca dos incêndios ocorridos no município, elaboração de informação especial sobre os grandes incêndios.

Foi publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, entre elas:

- Acompanhamento das políticas de fomento florestal;
- Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta;
- Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;
- Apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios a apresentar à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis;
- Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI);

Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta;

- Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;

- Aprovar pela assembleia municipal, e preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização do fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia municipal.

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), do Município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004 de 8 de maio) foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal sob a coordenação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no mandato anterior, tendo as seguintes atribuições:

- Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;
- Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional;
- Avaliar e propor ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- Desenvolver ações de sensibilização à população;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização rápida e eficaz por parte dos meios de combate;

- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações;
- Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

A CMDF do Município de Ourém reúne, em média, duas vezes por ano, sendo este serviço a assegurar todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

RESUMO DAS ATIVIDADES

LISTA DE DOCUMENTOS ELABORADOS

- Plano Operacional Municipal - 2019;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Atualização das fichas caracterizadoras dos pontos de água de abastecimento aos meios aéreos;
- Entre outros.

TAREFAS OPERACIONAIS

- Coadjuvação ao Sr. Presidente e/ou Vereador com o Pelouro da Proteção Civil em reuniões e em situações de emergência, quando relacionadas com incêndios florestais, designadamente na gestão dos meios municipais associados à Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Acompanhamento das ocorrências de incêndio florestal e análise técnica dos mais relevantes.
- Acompanhamento, ao longo do período crítico, das ocorrências de incêndios florestais no concelho de Ourém e zonas limítrofes;
- Apoio e participação, nos processos de contraordenação respeitantes a queimas de sobrantes agrícolas e florestais;
- Atendimento semanal aos munícipes;
- Execução dos programas de ação previstos nos Planos Operacionais Municipais;
- Ações de sensibilização nas freguesias e nas escolas do concelho;
- Construção da base de dados das ocorrências de incêndios florestais;

- Entre outras tarefas.

ARTIGOS ESCRITOS PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Foi publicada informação ao longo deste último ano, nos mais diversos meios de comunicação local, artigos referentes a:

- Medidas de proteção (incêndios florestais);
- Medidas de mitigação relativas à doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro;
- Vespa Velutina ou Vespa Asiática;
- Fogueiras, Queima e Queimadas;
- Divulgação das atividades do Gabinete Técnico Florestal;
- Entre outros.

TAREFAS DE GESTÃO E CONTROLO

- Identificação, priorização, supervisão e controlo de situações de risco de incêndio, através de queixas dos munícipes, de identificação de zonas críticas por parte do GTF;
- Realização de informações especiais (com caracterização da área ardida e cartografia associada) sobre os incêndios verificados no município, para envio ao CDOS de Santarém, GNR e Bombeiros do local.

TAREFAS ADMINISTRATIVAS

- Emissão de propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações da defesa da floresta contra incêndios;
- Emissão de pareceres nos processos de arborizações e rearborizações com recurso a espécies florestais;
- Gestão e arquivo de informações internas e despachos;
- Fiscalização e notificação para a gestão de combustíveis nas faixas da rede secundária;
- Preparação dos processos de construção/ampliação de construções fora de solo urbano ou aglomerado rural para que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta emita o parecer de acordo com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação.
- Organização e encaminhamento dos processos de incumprimento de gestão de combustíveis nas faixas da rede secundária e substituição do proprietário em incumprimentos;

- Organização e manutenção de dossier analógico e digital, atualizado com a legislação relevante para o setor florestal;
- Manutenção de arquivos analógicos e digitais, de ficheiros e imagens de atividades, processos e ocorrências registadas pelo GTF;
- Gestão de apoio ao município nas mais diversas matérias de âmbito florestal;

2.3.14 – GABINETE DE SALUBRIDADE ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA

As competências do Médico Veterinário Municipal estão vertidas em Legislação específica, em particular o Decreto Lei 116/98, de 5 maio.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIRÁBICA E IDENTIFICAÇÃO ELECTRÓNICA

Campanha de vacinação antirábica e identificação eletrónica

No âmbito das competências atribuídas ao Gabinete de Salubridade Animal e Saúde Pública, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 484 Canídeos Vacinados contra a Raiva;
- 210 Canídeos Identificados com Microchip;
- 200 Novos Boletins Sanitários;
- 210 Novas Fichas SICAFE;
- 22 Canídeos restituídos/adotados aos respetivos detentores.

Respostas/Perícias solicitadas pelo Ministério Público de Ourém

- Processo: 179/19.8GAVNO – 07/06/2019;
- Processo: 252/19.2GDGBR – 08/11/2019.

Processamento de relatórios de informações, serviços e diligências externas da Guarda Nacional Republicana

- 4 Autos;

- Solicitações frequentes para verificação eletrónica de animais envolvidos em agressões/acidentes na tentativa de encontrar os detentores responsáveis.

Ofícios oriundos da PSP de Ourém, processados

- 2 Ofícios;
- Solicitações frequentes para verificação eletrónica de animais envolvidos em agressões/acidentes na tentativa de encontrar os detentores responsáveis.

Colaboração solicitada ao Médico Veterinário de Ourém pela DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária em Concelho limítrofe – Alcanena

- Como Autoridade Sanitária Veterinária participei em conjunto com outras autoridades do Município de Alcanena na resolução de uma situação limite de insalubridade e atentado a saúde pública em Pousados, Freguesia de Bugalhos, Concelho de Alcanena.

Atividades desenvolvidas em conjunto com a Unidade de Saúde de Ourém

- **Reclamações:**

Data	Serviço	Nome	Local
jan/19	Reclamação animais	Identificado no processo	Rua Dr. Justiniano da Luz Preto - Ourém
jan/19	Reclamação animais	Identificado no processo	Rua dos Álamos - Ourém
mar/19	Reclamação ratos	Identificado no processo	Zambujal
mar/19	Reclamação ratos	Identificado no processo	Zambujal
mar/19	Reclamação animais	Identificado no processo	Caxarias
jul/19	Reclamação animais/salubridade	Por solicitação do Ministério Público de Tomar, em conjunto com Exmo. Sr. Delegado Saúde, Dr. José Martins.	Mossomodia/Olival

2.3.15 – EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE IMAGEM CORPORATIVA, EVENTOS E PROTOCOLO

A EMICEP – Equipa Multidisciplinar de Imagem Corporativa, Eventos e Protocolo, criada através do Despacho n.º 9660/2018, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, de 24 de

setembro, veio assumir parte das funções em que a extinta Direção Intermédia do 3º Grau de Relações Institucionais e Comunicação (RIC) esteve investida, acrescida de outras, como veremos.

A EMICEP, decorrendo do conteúdo funcional que lhe foi atribuído tem por missão assegurar um serviço multidisciplinar e especializado de apoio e assessoria técnica aos membros do executivo em permanência nos domínios da comunicação, imagem e protocolo, bem como a promoção de eventos desportivos e recreativos da responsabilidade do Município.

Detalhando o contexto do serviço executado pela EMICEP temos:

1. a produção de conteúdos informativos de raiz institucional (em suporte de papel e eletrónicos) bem como na esfera do relacionamento com os *media*;
2. na produção de dispositivos gráficos a utilizar na esfera de toda a Organização, dando colaboração às associações e Juntas de Freguesia;
3. a gestão e produção de eventos organizados na esfera municipal e/ou em colaboração com o movimento associativo (Feirourém, Feira de Santa Iria, Festividades de Natal, entre outros eventos);
4. a gestão das telecomunicações dos serviços municipais;
5. a gestão do Centro Municipal de Exposições; e
6. o Protocolo Municipal

A face mais visível da EMICEP resulta do exercício de funções enquanto veículo difusor da atividade do município suscetível de poder vir a interessar aos munícipes e assim, produz e torna pública através dos meios eletrónicos como sejam o site oficial e as redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube e Instagram) e tradicionais (jornal, cartazes e outdoors) a informação que se mostre, em cada momento, de relevante importância, transmitindo-a de forma genérica, ou mais localizada.

A EMICEP mantém a produção noticiosa através da publicação em papel “Ourém Município – Informação Municipal”, com uma tiragem de 4.000 exemplares, distribuídos conjuntamente com os jornais Notícias de Ourém e Notícias de Fátima e colocados à disposição do público, gratuitamente, em locais de grande acesso. Trata-se de uma opção estratégica que se tem revelado adequada para difusão da publicação, ponderando os públicos-alvo e aspetos relacionados com a contenção financeira, que importa acautelar. A partir de 2018 essa difusão passou a estender-se também a França.

A EMICEP, para além de assumir a sua missão em termos informativos neste universo de plataformas e dispositivos mediáticos, reparte ainda as suas atividades em contexto diferente, mas igualmente relevante, nomeadamente no que se refere às relações com os órgãos de comunicação social (jornais, rádios e televisões de expressão regional e nacional), para os quais se produz um número significativo de “notas de imprensa” relativas às atividades do município, assim como de outras entidades com relevante interesse público, que solicitam à Câmara Municipal colaboração na difusão das suas iniciativas.

Complementarmente, tem sido a EMICEP o elo de ligação entre os meios de comunicação social e a Administração Municipal para a gestão informativa de um vasto conjunto de assuntos, dos quais se relevam os imensos pedidos de informação veiculados pelos meios, sobre assuntos concretos e que carecem de informação mais especializada com origem em diferentes Divisões, ou no Gabinete da Presidência.

Importa referir a capacidade técnica instalada, que tem permitido à EMICEP realizar vários diretos relacionados com a atividade autárquica, nomeadamente as sessões da Assembleia Municipal e as sessões públicas promovidas pelo executivo em todo o espaço do concelho.

Outra área que a EMICEP gere, é a da publicidade e propaganda estática do Município, o que inclui a conceção, gestão e implementação de dispositivos fixos em todo o concelho, seja ao nível de informação de interesse público em circunstâncias concretas, seja na publicitação de eventos. Ainda na área da produção gráfica o EMICEP produz dispositivos visuais estáticos para suportes próprios e de outras entidades (*outdoors*) incluindo os suportes eletrónicos. Nesta vertente da produção gráfica restará aludir à imensa panóplia de produtos gráficos que diariamente são solicitados por parte de todo o universo municipal, pelo movimento associativo e pelas Juntas de Freguesia.

Complementarmente, esta vertente funcional da EMICEP produz anúncios e publicações para jornais, rádios e televisões, fazendo a gestão da tipologia e dos custos associados a esses serviços, numa lógica da maior economia e eficácia.

A EMICEP ao ser dotada de recursos audiovisuais de nova geração, permite-se produzir documentos em vídeo de elevada qualidade, suscetíveis de virem a integrar os vários dispositivos de difusão mediática disponíveis, bem como para arquivo e memória futura.

Na generalidade da sua intervenção direta, a EMICEP recorreu essencialmente aos seus recursos endógenos, excetuando as contratações logísticas inerentes à contratação de meios materiais inerentes às suas funções, dada a carência de recursos que experimenta na área da produção gráfica, apenas com 1 funcionária para produzir e executar todo esse tipo de serviços.

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3.1 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 13 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Impostos diretos	9 684 398,54	10 201 189,59	5,34	11 452 559,69	12,27
Imposto municipal sobre imóveis	6 279 458,15	6 536 876,64	4,10	6 511 204,82	-0,39
Imposto único de circulação	1 096 835,13	1 150 341,49	4,88	1 190 582,55	3,50
Imposto municipal sobre transmissões	1 682 992,17	1 636 290,33	-2,77	2 861 950,81	74,90
Derrama	625 113,09	877 681,13	40,40	888 821,51	1,27
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impost. indiretos, taxas, multas ...	2 208 496,11	1 999 004,14	-9,49	2 211 266,87	10,62
Mercados e feiras	102 389,83	116 441,14	13,72	106 903,61	-8,19
Loteamentos e obras	598 641,08	554 372,19	-7,39	649 071,70	17,08
Ocupação da via pública	1 339,46	3 905,50	191,57	8 880,49	127,38
Publicidade	36 115,56	33 339,79	-7,69	31 309,56	-6,09
Saneamento	1 156 022,95	1 140 451,55	-1,35	1 156 316,61	1,39
Multas	231 859,42	59 711,92	-74,25	171 733,94	187,60
Outras	82 127,81	90 782,05	10,54	87 050,96	-4,11
Rendimentos de Propriedade	1 808 991,56	1 782 648,14	-1,46	1 764 534,21	-1,02
Transferências correntes	13 625 995,93	14 194 310,11	4,17	14 456 379,64	1,85
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	211 003,10	--	150 602,42	-28,63
Administração Central - Estado	13 589 232,17	13 953 591,16	2,68	14 227 736,13	1,96
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	0,00	0,00	--	46 843,93	--
Outras (transferências correntes)	36 763,76	29 715,85	-19,17	31 197,16	4,98
Venda de bens e serviços correntes	1 949 817,83	2 193 726,91	12,51	2 498 041,28	13,87
Venda de bens	14 220,41	31 995,09	124,99	13 341,22	-58,30

Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	35,07	119 798,28	--	202 223,36	68,80
Saneamento - Ligação	13 095,92	59 873,98	357,20	33 248,83	-44,47
Resíduos Sólidos	1 678 617,38	1 529 240,29	-8,90	1 556 428,09	1,78
Trabalhos por conta de particulares	10 362,22	22 006,89	112,38	15 722,08	-28,56
Cemitérios	14 619,10	21 761,70	48,86	31 989,16	47,00
Mercados e Feiras	11 350,64	48 496,94	327,26	113 023,44	133,05
Parques de estacionamento	0,00	85 576,49	--	243 480,90	184,52
Rendas	50 259,60	77 945,51	55,09	63 110,77	-19,03
Outras (venda de bens e serv. correntes)	274 979,32	352 922,76	28,35	225 473,43	-36,11
Outras receitas correntes	270 721,62	197 301,41	-27,12	198 749,21	0,73
Venda de bens de investimentos	4 896 551,66	207 177,43	-95,77	275 032,55	32,75
Transferências de capital	2 369 279,63	2 455 715,01	3,65	4 094 156,30	66,72
Administração Central - Estado	1 758 058,55	994 099,00	-43,45	2 162 745,99	117,56
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	198 929,09	998 124,02	401,75	1 302 089,50	30,45
Outras (transferências de capital)	412 291,99	463 491,99	12,42	629 320,81	35,78
Ativos financeiros	23 089,71	188 536,07	716,54	69 833,23	-62,96
Passivos financeiros	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	30 109,54	176 726,88	486,95	0,00	-100,00
Saldo da gerência anterior	4 155 756,98	2 350 507,06	-43,44	5 455 669,26	132,11
Total	42 523 209,11	37 446 842,75	-11,94	43 976 222,24	17,44
Total ¹	31 970 900,47	33 389 158,26	4,44	36 745 520,43	10,05

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior)

Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2019, as receitas relativas a estes impostos, denotam um aumento na ordem dos 12,3% que, em termos absolutos, significa um acréscimo das receitas num valor próximo de 1,3 milhões de euros.

Para a referida circunstância contribuíram os aumentos verificados, no imposto único de circulação (+40,2 mil euros), no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (+1,2 milhões de euros) e na derrama (+11,1 mil euros).

De salientar a quebra verificada no imposto municipal sobre imóveis (-25,7 mil euros).

Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagos por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se, neste capítulo, as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Estas receitas denotam um acréscimo em 10,6% (variação absoluta positiva próxima de 212,3 mil euros), essencialmente por influência do aumento verificado nas receitas inerentes a loteamentos e obras (+94,7 mil euros), saneamento (+15,9 mil euros) e multas (+112 mil euros)

Ao invés, observa-se uma diminuição das receitas com mercados e feiras (- 9,5 mil euros).

As receitas mais representativas inseridas neste capítulo respeitam ao saneamento, ao atingirem um valor próximo de 1,2 milhões de euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam um decréscimo, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 1%, representando uma variação absoluta negativa na ordem dos 18,1 mil euros.

Note-se que a expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 49,2 mil euros e 47 mil euros referentes a antenas de telecomunicações.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram uma variação positiva de 1,9%, denotando, a variação verificada nas transferências do Estado (+274,1 mil euros) e de projetos correntes financiados com fundos comunitários (+31 mil euros). Ao invés, verifica-se uma diminuição das transferências correntes de empresas públicas municipais e intermunicipais, em 60,4 mil euros, sendo de salientar o efeito extraordinário verificado em 2018, resultante do encerramento da empresa municipal Ourémviva.

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva próxima de 262,1 mil euros. As receitas totais, neste âmbito, ascendem a um valor na ordem dos 14,5 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2019, verifica-se um aumento absoluto destas receitas em 304,3 mil euros, o que significa uma variação em 13,9%.

Este facto repercute, um aumento nos serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (+82,4 mil euros), nos resíduos sólidos (+27,2 mil euros), nos cemitérios (+10,2 mil euros), nos mercados e feiras (+64,5 mil euros) e nos parques de estacionamento (+157,9 mil euros).

Em sentido inverso, observou-se uma quebra absoluta nas receitas com a venda de bens (-18,7 mil euros), na ligação de saneamento (-26,6 mil euros), trabalhos por conta de particulares (-6,3 mil euros), rendas (-14,8 mil euros) e nas outras vendas de bens e serviços correntes (-127,4 mil euros).

De referir que as receitas com resíduos sólidos, as quais ascendem a um valor próximo de 1,6 milhões de euros, representam 62,3% do total das receitas desta natureza económica.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma pequena variação positiva em 0,7%, significando uma variação positiva absoluta na ordem de 1,4 mil euros

A receita mais representativa, neste capítulo, reporta-se ao IVA reembolsado, o qual ascendeu a 100 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam um aumento em 32,8%, que em termos absolutos significa uma variação positiva em 67,9 mil euros.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e, ainda, as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2019, denota um acréscimo em 66,7% que, em termos absolutos, significa um aumento destas receitas ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros, refletindo, o aumento das receitas relativas a financiamentos à Administração Central – Estado (+1,2 milhões de euros), financiamentos comunitários consignados a investimento (+304 mil euros) e outras transferências de capital da Administração Central (+165,8 mil euros).

Neste capítulo, importa reportar que as transferências de capital da Administração Central se situaram próximas de 2,2 milhões de euros e as relativas aos fundos comunitários, em 1,3 milhões de euros.

No cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor próximo de 4,1 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2019 denota uma variação absoluta negativa em 118,7 mil euros (-63%), salientando que 2018, sofreu a influencia da dissolução da empresa municipal Ourémviva.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, não se registou qualquer variação, sendo de salientar que o valor de 1,5 milhões de euros ocorrido se reporta, integralmente, ao empréstimo de curto prazo, o qual foi totalmente amortizado no exercício em análise, pelo que não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, refletindo-se igual montante no orçamento de despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de *know-how*.

Durante o ano de económico de 2019, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

No decurso do ano em reporte, não se registaram quaisquer receitas neste âmbito.

Saldo da gerência anterior

Abrange as receitas resultantes do saldo da gerência referente ao ano económico anterior (2018). Neste contexto, o valor ascendeu a um montante próximo de 5,5 milhões de euros, significando uma variação positiva em 132,1% (+3,1 milhões de euros).

Resumo das Receitas Liquidadas

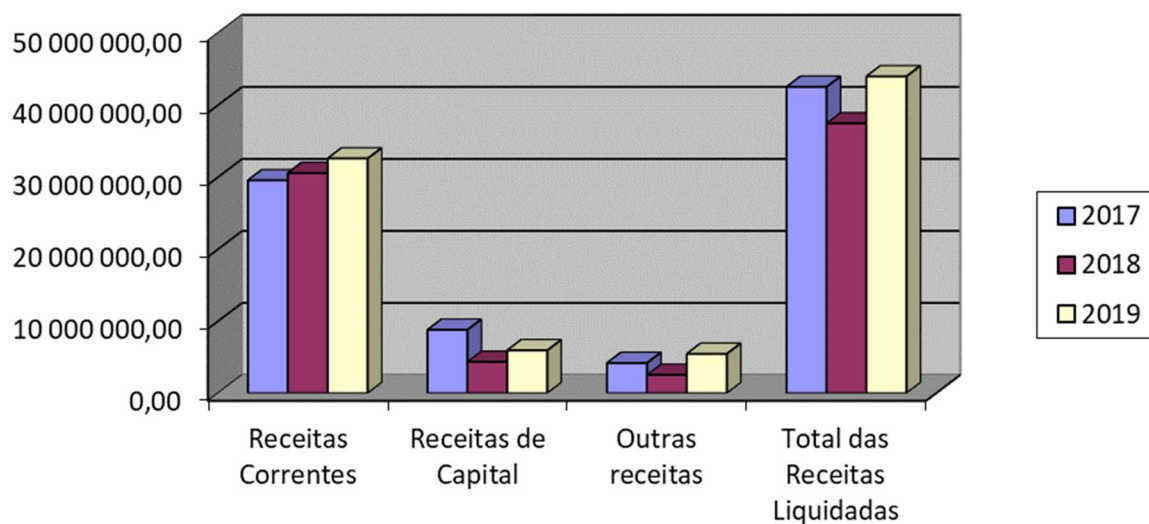
No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um aumento na ordem dos 17,4%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2018, verificou-se um aumento das receitas liquidadas na ordem dos 10,1% que, em termos absolutos, representou um aumento na ordem dos 3,4 milhões de euros.

Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um aumento ligeiramente superior a 6,5 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor próximo de 44 milhões de euros.

Quadro 14 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro					
Descrição da Receita Liquidada	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Receitas Correntes	29 548 421,59	30 568 180,30	3,45	32 581 530,90	6,59
Receitas de Capital	8 788 921,00	4 351 428,51	-50,49	5 939 022,08	36,48
Outras receitas	4 185 866,52	2 527 233,94	-39,62	5 455 669,26	115,88
Total das Receitas Liquidadas	42 523 209,11	37 446 842,75	-11,94	43 976 222,24	17,44

Gráfico 3 – Resumo das Receitas Líquidas



3.2 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Despesas com pessoal	6 886 374,95	8 579 698,17	24,59	9 704 753,98	13,11
Remunerações certas e permanentes	5 290 910,45	6 666 438,17	26,00	7 465 278,83	11,98
Abonos variáveis ou eventuais	46 958,72	88 995,29	89,52	126 321,56	41,94
Segurança social	1 548 505,78	1 824 264,71	17,81	2 113 153,59	15,84
Aquisição de bens	660 390,24	616 494,62	-6,65	1 080 342,32	75,24
Matérias-Primas e subsidiárias	147 833,65	140 046,59	-5,27	116 201,23	-17,03
Combustíveis e lubrificantes	179 438,10	198 660,44	10,71	262 296,47	32,03
Limpeza e higiene	3 941,08	23 299,34	491,19	21 248,48	-8,80
Alimentação - refeições confeccionadas	83 352,79	29 423,28	-64,70	388 966,98	1221,97
Material de escritório	77 231,66	71 255,84	-7,74	76 690,40	7,63
Material de transporte-peças	31 042,42	34 421,37	10,88	28 892,74	-16,06

Outros bens	83 671,68	119 387,76	42,69	186 046,02	55,83
Aquisição de serviços	11 127 557,30	8 513 119,70	-23,50	8 586 028,47	0,86
Encargos das instalações	842 716,78	850 218,64	0,89	899 605,78	5,81
Limpeza e Higiene	75 996,00	37 998,00	-50,00	1 045,50	-97,25
Conservação de bens	447 220,84	198 479,52	-55,62	169 588,42	-14,56
Locação de edifícios	32 683,68	47 421,84	45,09	36 429,48	-23,18
Comunicações	68 592,24	72 609,75	5,86	58 207,05	-19,84
Transportes	961 463,47	921 380,65	-4,17	947 250,98	2,81
Seguros	35 688,25	68 451,10	91,80	67 717,98	-1,07
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	437 589,83	251 507,77	-42,52	118 018,54	-53,08
Publicidade	77 584,25	59 964,93	-22,71	38 608,25	-35,62
Vigilância e segurança	88 164,05	55 056,08	-37,55	38 421,00	-30,21
Assistência Técnica	41 037,67	15 836,96	-61,41	31 119,51	96,50
Encargos de cobrança	250 067,93	247 853,68	-0,89	250 663,48	1,13
Manutenção de espaços verdes	690 904,28	202 296,91	-70,72	196 791,22	-2,72
Exploração e manutenção de ETAR's	614 663,99	595 382,88	-3,14	652 133,36	9,53
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1 506 155,08	1 481 879,58	-1,61	1 578 576,33	6,53
Iluminação Pública	1 743 243,95	1 515 083,69	-13,09	1 498 307,58	-1,11
Outros serviços	3 213 785,01	1 891 697,72	-41,14	2 003 544,01	5,91
Juros e outros encargos	140 900,96	72 960,34	-48,22	63 143,68	-13,45
Transferências correntes	2 098 337,25	2 276 909,65	8,51	2 110 703,47	-7,30
Administração Local	814 345,33	686 366,55	-15,72	929 785,81	35,46
Instituições sem fins lucrativos	590 152,31	578 396,24	-1,99	601 352,79	3,97
Famílias	693 839,61	683 223,63	-1,53	491 584,68	-28,05
Outras (transferências correntes)	0,00	328 923,23	--	87 980,19	-73,25
Subsídios	766 670,57	310 479,12	-59,50	4 485,95	-98,56
Outras despesas correntes	354 432,44	537 720,15	51,71	1 375 946,65	155,89
Aquisição de bens de capital	6 905 256,68	5 041 709,49	-26,99	5 283 101,16	4,79
Investimentos	1 450 352,32	1 350 659,85	-6,87	2 204 593,05	63,22
Locação financeira	0,00	0,00	--	26 422,95	--
Bens de domínio público	5 454 904,36	3 691 049,64	-32,34	3 052 085,16	-17,31
Transferências de capital	1 444 489,37	977 779,96	-32,31	1 135 890,51	16,17
Administração Local	634 956,29	334 678,75	-47,29	360 338,54	7,67

Instituições sem fins lucrativos	809 533,08	643 101,21	-20,56	775 551,97	20,60
Empresas Públicas	0,00	0,00	--	0,00	--
Empresas Privadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras (transferências capital)	0,00	0,00	--	0,00	--
Ativos financeiros	220 059,00	165 044,25	--	304 266,50	84,35
Passivos financeiros	3 493 457,27	3 494 475,70	0,03	3 028 448,01	-13,34
Outras despesas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Total	34 097 926,03	30 586 391,15	-10,30	32 677 110,70	6,84

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam um aumento em 13,1% que, em termos absolutos, significou um acréscimo ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros. Importa salientar a influência que decorre da internalização de postos de trabalho, em resultado da dissolução da empresa municipal Ourémviva e da reposição remuneratório estabelecida pela LOE/2019.

Deste modo, as despesas incidentes neste capítulo ascenderam a um valor na ordem dos 9,7 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2019 regista um acréscimo destas despesas em 75,2%, influenciadas pelo aumento verificado, essencialmente, na alimentação – refeições confeccionadas (+359,5 mil euros) e combustíveis e lubrificantes (+63,6 mil euros).

Em sentido inverso, destaca-se a diminuição observada na aquisição de matérias-primas e subsidiárias (-23,8 mil euros).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor próximo de 1,1 milhão de euros, tendo registado um acréscimo em 463,8 mil euros, face ao ano anterior.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2018, o ano económico de 2019 regista um acréscimo em 0,9%, traduzindo, essencialmente, o aumento verificado nos encargos das instalações (+49,4 mil euros), transportes (+25,9 mil euros), assistência técnica (+15,3 mil euros), exploração e manutenção de ETAR's (+56,8 mil euros) e recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos (+96,7 mil euros).

Em oposição, verifica-se uma diminuição das despesas com limpeza e higiene (-37 mil euros), conservação de bens (-28,9 mil euros), comunicações (-14,4 mil euros), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (-133,5 mil euros), publicidade (-21,4 mil euros), vigilância e segurança (-16,6 mil euros), e iluminação pública (-16,8 mil euros).

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor próximo de 8,6 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 72,9 mil euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma diminuição em 13,5%, significando uma quebra absoluta na ordem dos 9,8 mil euros, continuando a persistir a permanência de taxas de juro historicamente baixas, circunstância que associada à diminuição do volume de endividamento de médio e longo prazo, induz esta tendência.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram uma diminuição em 7,3% (-166,2 mil euros), refletindo a diminuição para as famílias (-191,6 mil euros) e as outras transferências correntes (-240,9 mil euros). De salientar o aumento verificado nas transferências correntes para a administração local em 35,5% (+243,4 mil euros).

No total, estas despesas representaram um valor ligeiramente superior a 2,1 milhões de euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Estas despesas sofreram um decréscimo em 9,6% e reportam na sua totalidade a indemnizações compensatórias concedidas a empresas municipais, resultantes da vigência de preços sociais, quebra que reflete os efeitos do encerramento da empresa municipal Ourémviva.

Em termos globais, as despesas reportadas a subsídios atingiram um valor próximo de 4,5 mil euros.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma variação absoluta em 838,2 mil euros, por influência de um volume anormalmente elevado de restituição de impostos cobrado pela Autoridade Tributária.

Deste modo, destacam-se as restituições de impostos e taxas promovidas pela Autoridade Tributária (1,045 milhões de euros), o IVA pago (106,1 mil euros), as quotizações (124,9 mil euros) e as custas judiciais (15,4 mil euros).

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor próximo de 1,4 milhões de euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2019, por comparação ao ano anterior, verifica um aumento em 4,8%, que em termos absolutos representa uma variação positiva de 241,4 mil euros, para um total de despesas desta natureza ligeiramente superiores a 5,3 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam um acréscimo em 16,2%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta positiva na ordem de 158,1 mil euros. Neste contexto, será de reportar o aumento ocorrido para a administração local (+25,7 mil euros) e para as instituições sem fins lucrativos (+132,5 mil euros). Estas despesas assinalaram um valor total ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2019 verificou-se uma despesa de 304,3 mil euros, referentes integralmente, à participação do Município de Ourém no Fundo de Apoio Municipal (110 mil euros) e à empresa intermunicipal Tejo Ambiente, E.I.M. S.A. (194,2 mil euros).

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam uma variação negativa em 13,3%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor na ordem de 1,5 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, não se verificou qualquer despesa, pelo que se regista uma variação nula face ao ano anterior.

Resumo das Despesas Realizadas

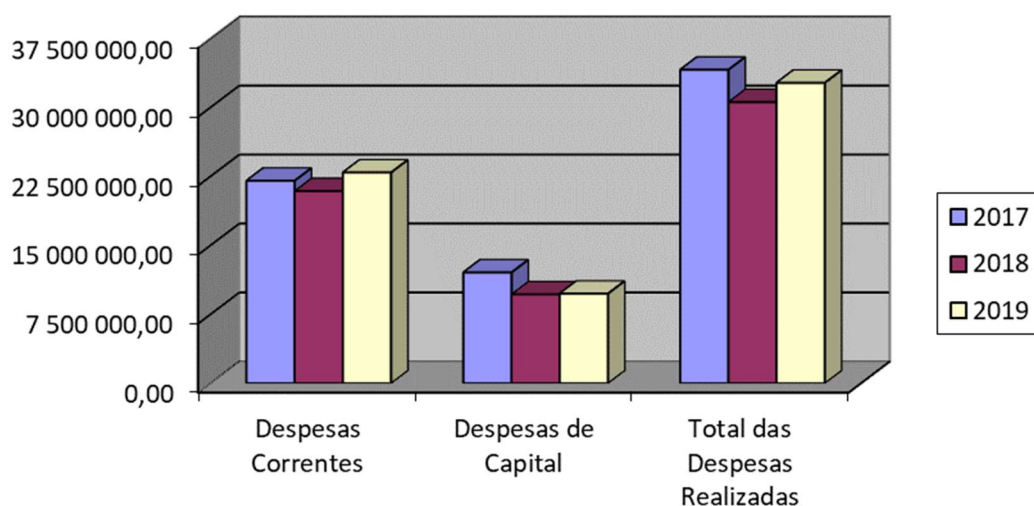
No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação positiva de 6,8%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido ligeiramente superior a 32,6 milhões de euros.

As despesas correntes assinalam um aumento em 9,7% (variação absoluta positiva na ordem dos 2 milhões de euros), ascendendo a um valor ligeiramente superior a 22,9 milhões de euros. De sentido idêntico, mas de ligeira expressividade, assinala-se um aumento das despesas de capital (0,8%), denotando uma variação absoluta positiva próxima de 72,7 mil euros.

Quadro 16 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro					
Descrição da Despesa	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Despesas Correntes	22 034 663,71	20 907 381,75	-5,12	22 925 404,52	9,65
Despesas de Capital	12 063 262,32	9 679 009,40	-19,76	9 751 706,18	0,75
Total das Despesas Realizadas	34 097 926,03	30 586 391,15	-10,30	32 677 110,70	6,84

Gráfico 4 – Resumo das Despesas Realizadas



3.3 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DAS GOP'S POR OBJETIVOS E PROGRAMAS

3.3.1 – EVOLUÇÃO DAS GOP'S

Quadro 17 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Educação	2 815 225,84	2 949 250,74	4,76	2 726 553,46	-7,55
Ensino Básico	131 367,43	759 800,07	478,38	352 330,23	-53,63
Ensino Secundário e Profissional	0,00	0,00	--	0,00	--
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	2 683 858,41	2 189 450,67	-18,42	2 374 223,23	8,44
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1 768 528,68	983 680,82	-44,38	950 195,54	-3,40
Cultura	424 253,39	299 483,46	-29,41	231 541,26	-22,69

Desporto e lazer	1 341 093,39	683 867,04	-49,01	718 654,28	5,09
Património	3 181,90	330,32	-89,62	0,00	-100,00
Ação Social	419 000,59	338 273,18	-19,27	259 619,71	-23,25
Saúde	0,00	0,00	--	109 720,70	--
Habituação e Urbanismo	4 339 389,44	3 860 342,06	-11,04	3 034 109,32	-21,40
Habituação	6 404,38	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	330 465,33	172 760,88	-47,72	106 754,31	-38,21
Iluminação	1 752 031,15	1 515 913,35	-13,48	1 509 067,65	-0,45
Urbanização	2 250 488,58	2 171 667,83	-3,50	1 418 287,36	-34,69
Saneamento e Salubridade	2 823 181,79	2 954 359,02	4,65	4 130 528,10	39,81
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	908 735,57	1 090 119,28	19,96	2 160 760,28	98,21
Resíduos Sólidos	1 891 055,15	1 864 239,74	-1,42	1 967 767,82	5,55
Higiene Pública	20 623,57	0,00	-100,00	0,00	--
Cemitérios	2 767,50	0,00	--	2 000,00	--
Proteção Civil	307 108,72	471 324,66	53,47	722 224,76	53,23
Serviços Municipais de Protecção Civil	65 949,51	95 655,12	45,04	186 106,14	94,56
Bombeiros	241 159,21	375 669,54	55,78	536 118,62	42,71
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1 577 539,08	658 062,50	-58,29	1 181 840,00	79,59
Água	84 461,58	42 162,64	-50,08	31 683,22	-24,85
Energia	21 076,05	0,00	-100,00	0,00	--
Turismo	754 232,86	76 265,79	-89,89	9 214,92	-87,92
Feiras e Mercados	140 164,71	55 309,72	-60,54	58 213,30	5,25
Apoio ao Tecido Empresarial	0,00	0,00	--	390 484,84	--
Outras Ações de Desenvolvimento	499 530,21	453 941,69	-9,13	654 251,07	44,13
Ações de Cooperação com o Exterior	78 073,67	30 382,66	-61,08	37 992,65	25,05
Comunicações e Transportes	3 230 493,89	1 191 205,72	-63,13	805 956,23	-32,34
Rede Viária e Sinalização	3 222 595,76	1 147 631,73	-64,39	705 006,94	-38,57
Transportes	7 898,13	43 573,99	--	100 949,29	131,67
Defesa do Meio Ambiente	844 362,52	320 298,43	-62,07	211 495,73	-33,97
Parques e Jardins	740 125,13	217 241,41	-70,65	206 507,73	-4,94
Proteção Ambiental	104 237,39	103 057,02	-1,13	4 988,00	-95,16

Freguesias	1 488 241,35	1 031 133,76	-30,71	1 248 249,07	21,06
Apoio ao Investimento	634 956,29	176 129,50	-72,26	167 205,73	-5,07
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	0,00	149 679,78	--	725 790,98	384,90
Apoio a despesas correntes	127 939,12	154 759,44	20,96	180 400,00	16,57
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	725 345,94	550 565,04	-24,10	174 852,36	-68,24
Instalações e Serviços Municipais	1 189 956,49	673 534,16	-43,40	807 063,55	19,83
Edifícios	155 483,19	10 564,98	-93,21	70 724,68	569,43
Medidas de Modernização e Eficiência	842 558,58	590 107,73	-29,96	639 836,40	8,43
Outros investimentos	191 914,72	72 861,45	-62,03	96 502,47	32,45
Total	20 803 028,39	15 431 465,05	-25,82	16 187 556,17	4,90

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram um aumento em 4,9%, face ao valor ocorrido em 2018. O volume total realizado situou-se próximo de 16,2 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2019, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam uma variação negativa em 7,6%. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente superior a 2,7 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Atividades de Animação e Apoio à Família;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Aquecimento das escolas;
- Combate ao insucesso e abandono escolar (projeto PEDIME);
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Medida extraordinária para suprimimento de ausências – recurso a empresas de trabalho temporário;
- Ação social escolar;
- Apoio à Natalidade e Infância;
- Aquisição de equipamento informático;

- Centro Escolar de Caxarias.
- Requalificação da Escola EB1/JI de Pisão Matas;
- Beneficiação da EB2/3 de Freixianda;
- Requalificação da EB1 de Rio de Couros;
- Beneficiação da EB2/3 IV Conde de Ourém;
- Beneficiação da EB1 de Moita Redonda.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objetivo evidencia um decréscimo em 3,4%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se uma diminuição no programa “Cultura” (-67,9 mil euros). A invés será de referir um aumento no programa “Desporto e Lazer” (+34,8 mil euros).

Em termos absolutos a diminuição representa uma variação negativa na ordem dos 33,5 mil euros. O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor ligeiramente superior a 950 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Programa Cultural;
- Projeto Artéria – Cultura em Rede;
- Apoios ao investimento concedidos a associações de desporto e lazer (sendo mais representativo o apoio concedido ao Centro Desportivo de Fátima para beneficiação das infraestruturas desportivas sitas na Rua Padre Martins Pereira, em Fátima e ao Clube Desportivo Vilarense para Requalificação do Recinto de Jogos e Campo de Futebol);
- Indemnizações compensatórias (preços sociais praticados nas piscinas municipais em equipamentos desportivos municipais e na Galeria e Museu Municipal);
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Programa desportivo e de lazer do município;
- Serviço de transporte de apoio ao associativismo;
- Centro Joaquim Ribeiro.

Ação Social

O ano de 2019 registou um decréscimo das despesas verificadas neste objetivo em 23,3%. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante ligeiramente superior a 259,6 mil euros, as quais se reportam, essencialmente, ao apoio ao investimento das IPSS.

Os apoios aos investimentos realizados mais representativos foram os seguintes:

- 10 mil euros para melhoramentos de instalações do Jardim Infantil de Ourém;
- 200 mil euros relativos ao Centro de Cuidados Contínuos do Centro Social de Ribeira do Fárrio;
- 33,8 mil euros no âmbito do apoio à aquisição de viaturas por diversas IPSS's.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um decréscimo, o qual se pautou numa variação negativa em 21,4%, atingindo, este objetivo, um valor ligeiramente superior a 3 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se a quebra verificada no programa “Planeamento Urbanístico” (-66 mil euros) e “Urbanização” (-753,4 mil euros).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal;
- Iluminação Pública (essencialmente, consumos);
- Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira (Ourém);
- Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (Conservação e Musealização);
- Reabilitação do Cine-Teatro Municipal;
- Expansão e Reabilitação do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira;
- Estudos e projetos referentes à requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém);
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objetivo sofreu um aumento em 39,8%, assinalando um valor de despesas realizadas ligeiramente superior a 4,1 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Exploração e manutenção de ETAR's;
- Recolha, tratamento e transporte de RSU's;
- Limpeza urbana;
- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Casa, Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga;
- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Espite, Matas e Cercal.

Proteção Civil

As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma variação positiva em 53,2%, apresentando um valor total realizado de 722,2 mil euros. Os programas “Serviços Municipais de Proteção Civil” e “Bombeiros” denotaram uma variação positiva em 94,6% e 42,7%, respetivamente.

Neste objetivo destacam-se os seguintes projetos:

- Limpeza e manutenção de florestas e caminhos florestais;
- Operações de Peregrinação – Fátima;
- Equipa de sapadores florestais;
- Apoio financeiro às corporações de bombeiros do concelho.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objetivo, apresenta uma expressiva variação positiva, a qual se situa em 79,6%, reportando um valor total das despesas realizadas na ordem dos 1,2 milhões euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Ações de apoio ao emprego;
- Feira de Santa Iria;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu;
- START UP Ourém;
- Participação no Fundo de Apoio Municipal;
- Participação na empresa intermunicipal Tejo Ambiente;
- Ações de Natal;

- Ações de cooperação com entidades geminadas e territórios congéneres.

Comunicações e Transportes

O ano de 2019 apresentou um decréscimo das despesas afetas a este objetivo em 32,3%. Em termos totais, estas despesas situaram-se num valor ligeiramente superior a 805,9 mil euros (variação absoluta negativa em 385,2 mil euros face a 2018).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Sinalização viária do concelho;
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões – referente à Ponte 175 – Lameirinha/Barreira (Freguesia de Seiça e Caxarias);
- Beneficiação de diversos caminhos municipais:
 - Rua dos Valados/Rua dos Depósitos (troço) – Freguesia de Caxarias;
 - Estrutura de Contenção junto da EM 561 (Atouguia);
 - Deslizamento de terras em Espite – Regularização;
 - Diversas outras.
- Aquisição de equipamentos em leasing
 - Trator agrícola;
 - Retroescavadora.

Defesa do Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam uma diminuição em 34%, para o qual contribuiu um decréscimo verificado no programa “Parques e Jardins” (-4,9%) e “Proteção Ambiental” (-95,6%). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi próximo de 211,5 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de espaços verdes públicos;
- Limpeza de linhas de água.

Freguesias

O presente objetivo denota um aumento em 21,1%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros.

Neste contexto, importa destacar a delegação de competências, resultante do contrato estabelecido com as Freguesias no âmbito da rede viária municipal e os apoios ao investimento concedidos, essencialmente no âmbito de casas mortuárias e cemitérios.

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2019 assinala um aumento nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (variação absoluta positiva de 133,5 mil euros). Estas despesas totalizaram um valor na ordem de 807,1 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Beneficiação de Edifícios municipais
- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais.

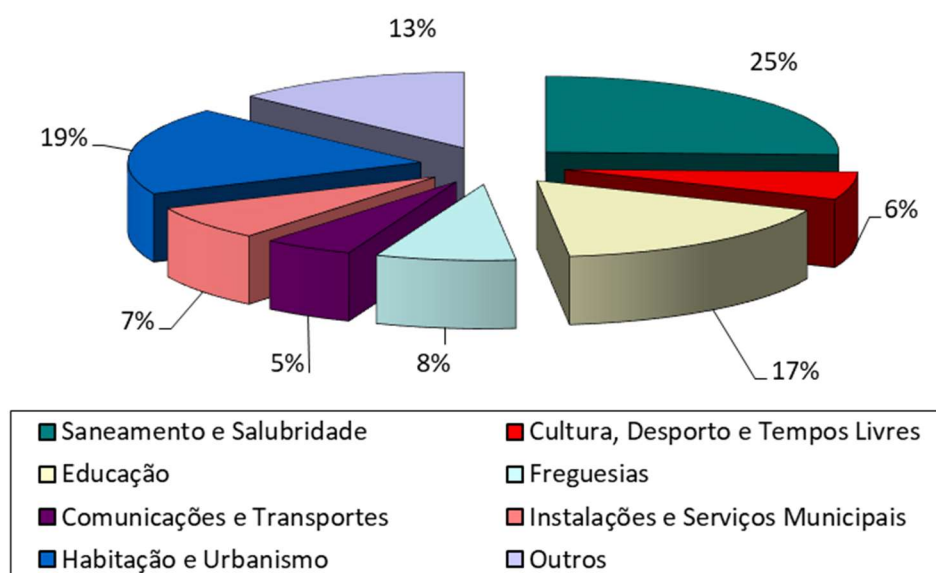
3.3.2 – ESTRUTURA DAS GOP'S

Quadro 18 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	2019	Uni:Euro
		Peso (%)
Educação	2 726 553,46	16,84
Cultura, Desporto e Tempos Livres	950 195,54	5,87
Acção Social	259 619,71	1,60
Saúde	109 720,70	0,68
Habituação e Urbanismo	3 034 109,32	18,74
Saneamento e Salubridade	4 130 528,10	25,52
Protecção Civil	722 224,76	4,46
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1 181 840,00	7,30

Comunicações e Transportes	805 956,23	4,98
Defesa do Ambiente	211 495,73	1,31
Freguesias	1 248 249,07	7,71
Instalações e Serviços Municipais	807 063,55	4,99
Total	16 187 556,17	100,00

Gráfico 5– Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2019, reporta-se ao objetivo “Saneamento e Salubridade” com um peso no cômputo das despesas em GOP's de 25%.

Importa ainda destacar os objetivos “Habitação e Urbanismo”, e “Educação”, tendo um peso de, respetivamente, 18,7% e 16,8%.

3.4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.4.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

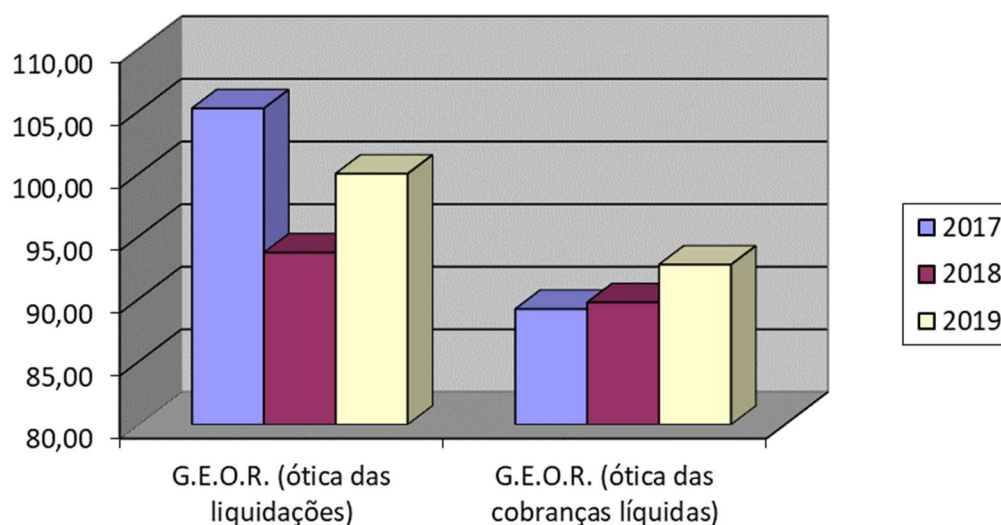
O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
<i>(ótica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	108,77	108,54	-0,21	108,11	-0,39
G.E.O.R (Capital)	96,76	46,89	-51,54	71,13	51,69
G.E.O.R. (Total)	105,25	93,74	-10,94	100,03	6,71
<i>(ótica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	104,23	104,60	0,35	101,14	-3,31
G.E.O.R (Capital)	39,11	41,69	6,60	58,11	39,38
G.E.O.R. (Total)	89,23	89,76	0,59	92,78	3,36

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico 6 –Grau de Execução do Orçamento da Receita



Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 100%, sofrendo uma variação positiva em 6,3 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente, na ótica das liquidações, foi de 108,1% e de capital, na mesma ótica, situou-se em 71,1%.

Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 92,8%, tendo observado uma variação positiva em 3 p.b. face ao grau obtido no ano anterior.

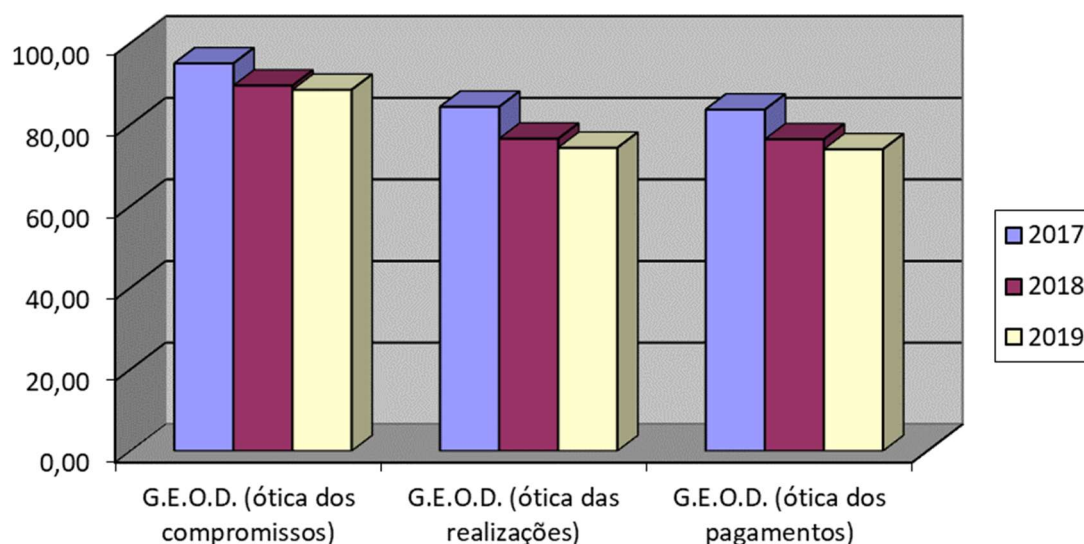
Importa realçar que, face ao valor obtido, o Município de Ourém superou a meta definida no n.º 3 do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual promove alertas precoces para a DGAL, para o membro do Governo responsável pela área das finanças e ainda para os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, sempre que a autarquia registar em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%.

3.4.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro 20 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	94,86	91,95	-3,07	91,04	-0,98
G.E.O.D (Capital)	95,29	85,54	-10,23	84,40	-1,34
G.E.O.D. (Total)	95,03	89,59	-5,72	88,55	-1,16
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	87,56	82,95	-5,26	83,48	0,63
G.E.O.D (Capital)	79,16	65,66	-17,05	59,11	-9,98
G.E.O.D. (Total)	84,39	76,57	-9,27	74,33	-2,92
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	86,71	82,79	-4,52	83,25	0,56
G.E.O.D (Capital)	78,76	65,54	-16,79	58,51	-10,72
G.E.O.D. (Total)	83,71	76,42	-8,71	73,97	-3,21

Gráfico 7 –Grau de Execução do Orçamento da Despesa



O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 88,6%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 74,3% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 74%.

3.4.3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

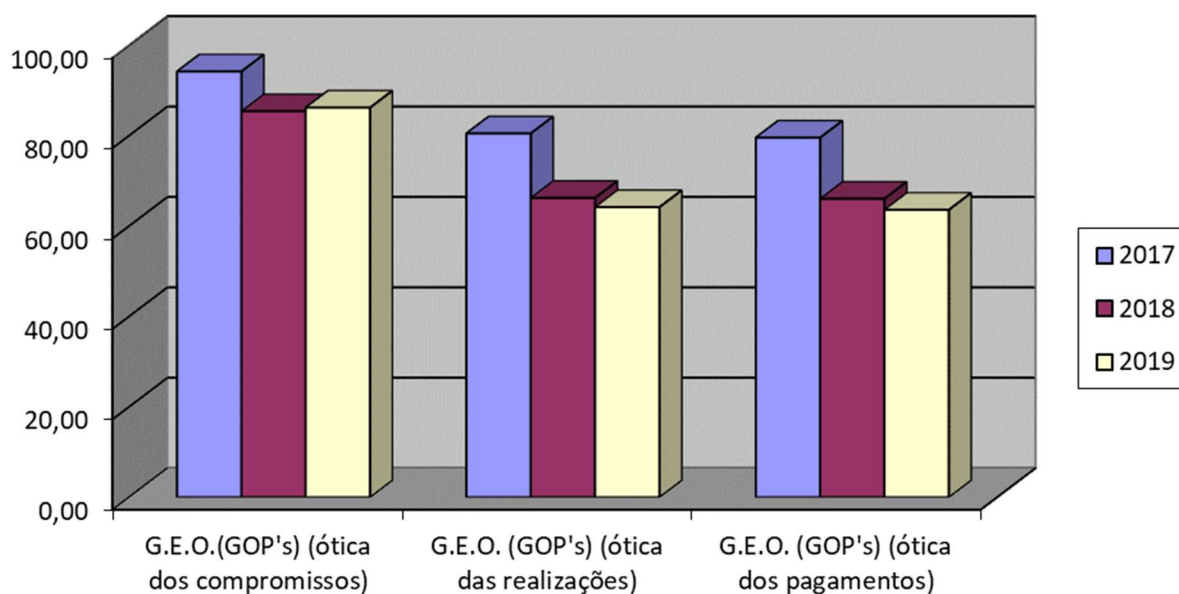
O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

Quadro 21 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	94,21	85,39	-9,36	86,21	0,96
G.E.O. (PPI)	94,82	79,68	-15,97	78,66	-1,28
G.E.O. (AMR's)	93,86	89,33	-4,83	92,58	3,64
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	80,51	66,24	-17,72	64,18	-3,10
G.E.O. (PPI)	73,10	52,95	-27,56	45,76	-13,58
G.E.O. (AMR's)	84,77	75,44	-11,01	79,74	5,69
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	79,58	66,06	-16,99	63,60	-3,72
G.E.O. (PPI)	72,75	52,77	-27,46	44,91	-14,89
G.E.O. (AMR's)	83,51	75,26	-9,88	79,38	5,47

Gráfico 8 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 86,2%, 64,2% e 63,6%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações de 45,8% e dos pagamentos de 44,9%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 79,7% e na ótica dos pagamentos de 79,4%.

3.5 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ANOS SEGUINTES

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 20,5 milhões de euros de compromissos. Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, no ano económico de 2020 (13,3 milhões euros).

Note-se que os compromissos assumidos, com exceção do que se reporta a empréstimos de médio longo prazo, não se reportam a dívida a terceiros, mas somente a atos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do contratualmente estabelecido, se podem constituir como uma dívida municipal.

Quadro 22 – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁶

uni: euro

Ano	Montantes
2020	13 268 024,73
2021	3 652 904,19
2022	1 368 674,22
Seguintes	2 252 818,21
TOTAL	20 542 421,35

⁶ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

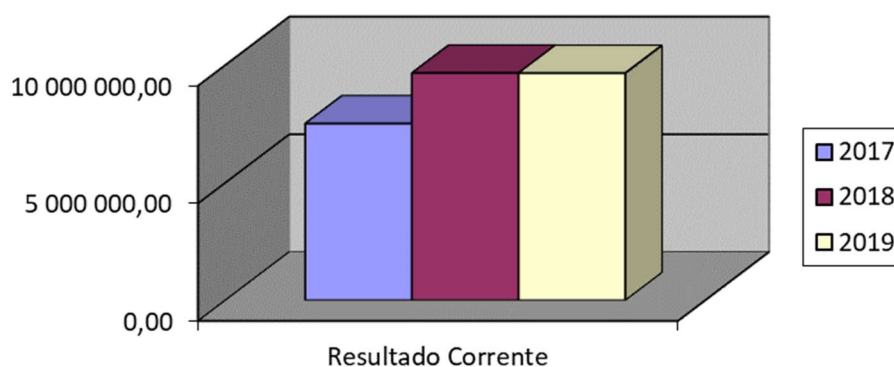
3.6 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

3.6.1 – RESULTADO CORRENTE

Quadro 23 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

uni: Euro					
Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	29 548 421,59	30 568 180,30	3,45	32 581 530,90	6,59
Despesas correntes realizadas	22 034 663,71	20 907 381,75	-5,12	22 925 404,52	9,65
Resultado Corrente	7 513 757,88	9 660 798,55	28,57	9 656 126,38	-0,05
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico 9 – Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2019 evidencia a ocorrência de um superavit corrente próximo de 9,7 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado. O primeiro fator reporta-se

às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Quadro 24 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes

Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	uni:
					Euro
					var. (%)
Resultado corrente obtido	7 513 757,88	9 660 798,55	28,57	9 656 126,38	-0,05
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	1 218 780,12	1 234 740,88	1,31	1 109 908,08	-10,11
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	35 660,17	215 214,81	503,52	41 178,54	-80,87
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	6 330 637,93	8 641 272,48	36,50	8 587 396,84	-0,62

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa na ordem dos 8,6 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta negativa, próxima de 53,9 mil euros, face ao valor apurado para o ano económico de 2018 (na ordem dos 8,6 milhões de euros).

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 116,2 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

3.6.2 – RESULTADO ORÇAMENTAL

O ano de 2019 regista um superavit orçamental próximo de 11,3 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 25,7% do total das receitas liquidadas e 34,6% das despesas realizadas e evidencia uma variação absoluta positiva deste resultado num valor ligeiramente superior a 4,4 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental na ordem dos 9,8 milhões de euros.

Quadro 25 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

					uni: Euro
Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	42 523 209,11	37 446 842,75	-11,94	43 976 222,24	17,44
Total das Despesas Realizadas	34 097 926,03	30 586 391,15	-10,30	32 677 110,70	6,84
Resultado Orçamental	8 425 283,08	6 860 451,60	-18,57	11 299 111,54	64,70
Nota Orçamental	Superavit Orçamental	Superavit Orçamental		Superavit Orçamental	

Quadro 26 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.

					uni: Euro
Descrição	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Resultado orçamental obtido	8 425 283,08	6 860 451,60	-18,57	11 299 111,54	64,70
Receitas liquidadas que transitaram de ano	6 636 134,35	6 471 272,03	-2,48	1 591 918,96	-75,40
Despesas realizadas que transitaram de ano	84 576,79	275 871,93	226,18	58 089,52	-78,94
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	1 873 725,52	665 051,50	-64,51	9 765 282,10	1368,35

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

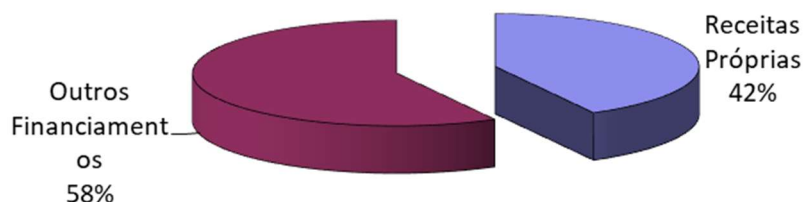
4.1 – RECEITAS PRÓPRIAS

4.1.1 – ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

Gráfico 10 – Estrutura da Receita

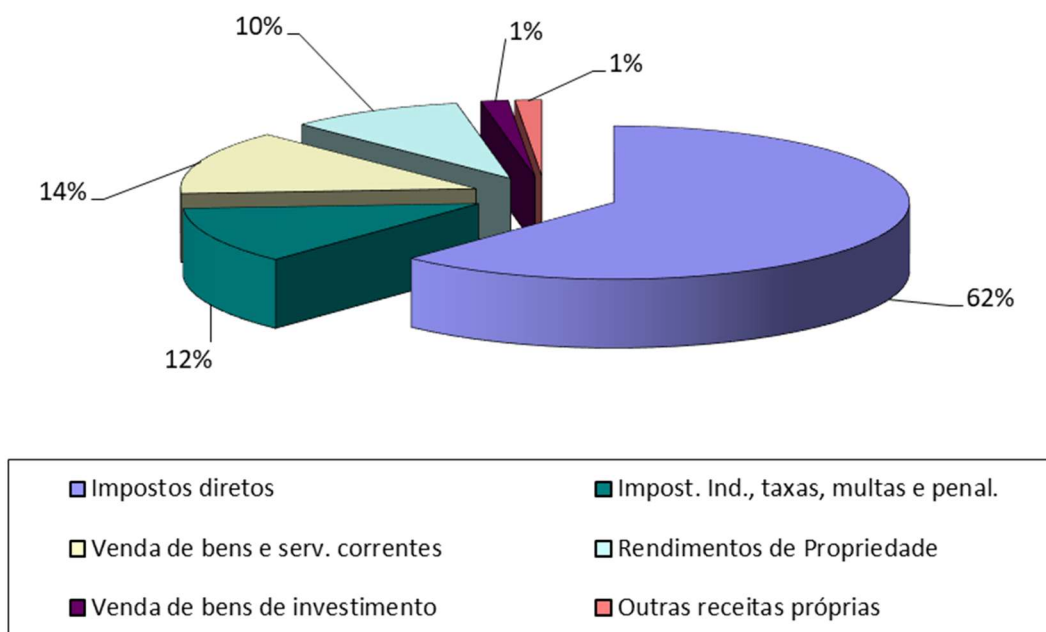


O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 42% das receitas totais. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma deterioração deste indicador em 3 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 62%, seguidos da venda de bens e serviços correntes (14%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e penalidades representam 12% do total das receitas próprias. Os rendimentos de propriedade revelam 10% do total das receitas próprias.

Gráfico 11 – Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Quadro 27 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro					
Receitas Próprias	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	20 842 067,03	16 769 583,69	-19,54	18 470 017,04	10,14

Em 2019, as receitas próprias assinalam um valor próximo de 18,5 milhões de euros, denunciando uma variação positiva na ordem dos 10,1% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 – INDICADORES

Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias diminuíram a sua representatividade nas receitas totais em 6,2%. O grau de cobertura

das despesas pelas receitas próprias é de 57%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 419,13 euros (+11%), e, por Km², de 44.335,13 euros (+10,1%).

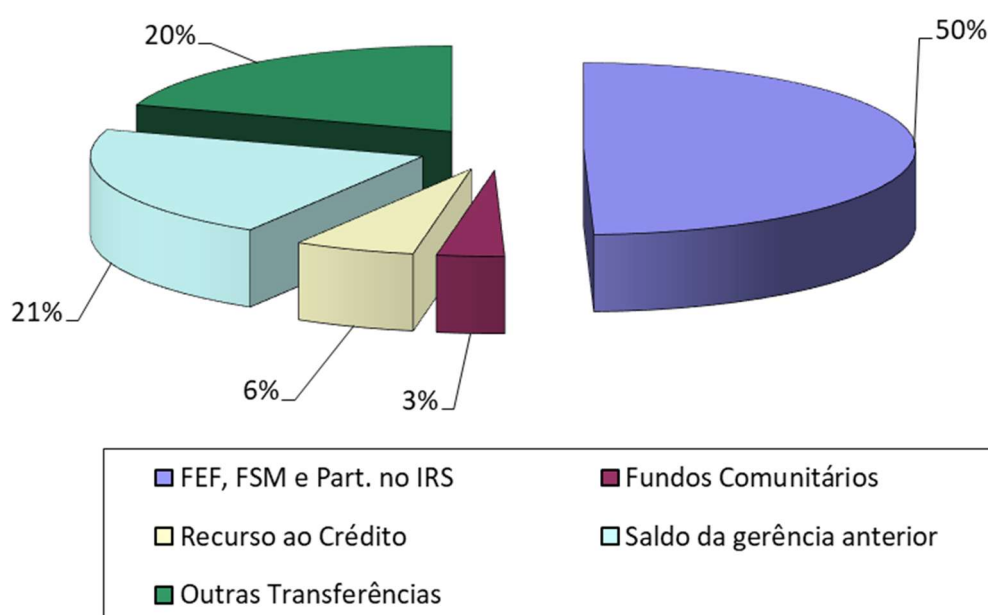
Quadro 28 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,49	0,45	-8,63	0,42	-6,21
Receitas Próprias / Despesa Total	0,61	0,55	-10,30	0,57	3,09
Receitas Próprias por Km2	50 028,97 €	40 253,44 €	-19,54	44 335,13 €	10,14
Receitas Próprias <i>per capita</i>	465,73 €	377,64 €	-18,91	419,13 €	10,98

4.2 – OUTROS FINANCIAMENTOS

4.2.1 – ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Gráfico 12 – Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico que se apresentou na página anterior, em 2019, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (50%), do saldo da gerência anterior (21%) e das outras transferências (20%).

De salientar que o recurso ao crédito representou 6% do total destas receitas (influência do crédito de curto prazo, cujo impacto orçamental é de efeito nulo).

Os fundos comunitários apenas representaram 3% do total dos outros financiamentos

4.2.2 – EVOLUÇÃO DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Quadro 29 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro					
Outros Financiamentos	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	21 681 142,08	20 677 259,06	-4,63	25 506 205,20	23,35

Os “Outros Financiamentos” manifestam um aumento na ordem dos 23,4%, sendo o volume total verificado, em 2019, na ordem dos 25,5 milhões de euros.

4.2.3 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

No decurso de 2019, a participação dos municípios nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente

nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:

- os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80000 – 1.
- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
 - 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal (FCM) visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;

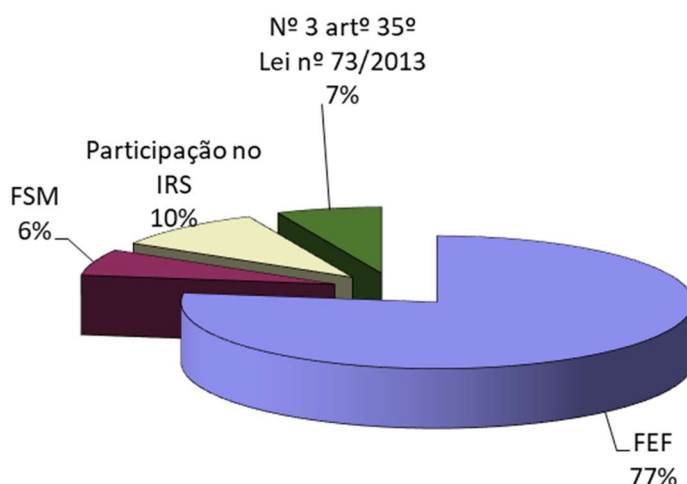
- 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 77% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 6% dos fundos municipais e a participação no IRS representa 10% destas receitas. Por fim, referir que a receita resultante da aplicação do n.º 3 do artigo 35º da Lei 73/2013, representa 7% do total dos fundos municipais obtidos em 2019.

Gráfico 13 – Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro que se expõe, verifica-se que o FEF sofreu uma variação negativa em 2% e a participação no IRS um aumento de 5,7%. Já no que concerne ao FSM, verificou-se uma estagnação do valor obtido. De referir a ocorrência, pela primeira vez, de uma receita resultante da aplicação do n.º 3 do artigo 35º da Lei 73/2013, num valor que ascendeu a 840,3 mil euros.

No conjunto, estas receitas observam um acréscimo próximo de 6%, significando uma variação absoluta positiva em 7 mil euros.

Quadro 30 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Municipais	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
FEF	9 884 577,00	9 940 986,00	0,57	9 747 423,00	-1,95
FSM	808 796,00	808 796,00	0,00	808 796,00	0,00
Participação no IRS	1 045 963,00	1 165 644,00	11,44	1 231 871,00	5,68
Nº 3 artº 35º Lei nº 73/2013	0,00	0,00	--	840 288,00	--
Total	11 739 336,00	11 915 426,00	1,50	12 628 378,00	5,98

4.2.4 – COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Quadro 31 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes

uni: Euro					
Coop. Técnica e Financeira	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	769 600,55	0,00	--	0,00	--

Em 2019, não se verificaram quaisquer receitas neste âmbito, sendo de referir que as receitas obtidas em 2017, resultaram de um protocolo extraordinário estabelecido com a Administração Central para beneficiação de infraestruturas em Fátima, no âmbito do Centenário das Aparições.

4.2.5 – FUNDOS COMUNITÁRIOS

No decurso de 2019, verificou-se um aumento das receitas relativas a fundos comunitários em 35,15%. Estas receitas situaram-se num valor ligeiramente superior a 1,3 milhões de euros, denotando uma variação absoluta positiva próxima de 350,8 mil euros.

Quadro 32 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Comunitários	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	198 929,09	998 124,02	401,75	1 348 933,43	35,15

4.2.6 – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

4.2.6.1 – Curto Prazo

Em 2019 utilizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo

Em 2019, tal como nos anos anteriores, não se obteve qualquer receita inerente a empréstimos de médio e longo prazo.

4.2.7 – INDICADORES

O quadro que se apresenta na página seguinte permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita aumentou 5%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 78% das despesas totais realizadas em 2019. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 578,79 euros e, por Km², de 61.224,69 euros.

Em 2019, os fundos municipais representaram 29% do total das receitas e cobriram 39% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 286,57 euros e, por Km², de 30.312,96 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram apenas 4% do total das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 30,61 euros.

Quadro 33 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,51	0,55	8,30	0,58	5,04
Outros Financ. / Despesa Total	0,64	0,68	6,32	0,78	15,46
Outros Financiamentos por Km2	52 043,07 €	49 633,36 €	-4,63	61 224,69 €	23,35
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	484,48 €	465,64 €	-3,89	578,79 €	24,30
Fundos Municipais / Receita Total	0,28	0,32	15,26	0,29	-9,75
Fundos Municipais / Despesa Total	0,34	0,39	13,15	0,39	-0,80
Fundos Municipais por Km2	28 178,92 €	28 601,60 €	1,50	30 312,96 €	5,98
Fundos Municipais <i>per capita</i>	262,33 €	268,33 €	2,29	286,57 €	6,80
Coop. Tén. Financ. / Receita Total	0,02	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financ. / Despesa Total	0,02	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financeira por Km2	1 847,34 €	0,00 €	--	0,00 €	--

Coop. Tén. Financeira <i>per capita</i>	17,20 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,00	0,03	469,77	0,03	15,08
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,01	0,03	459,35	0,04	26,50
Fundos Comunitários por Km2	477,51 €	2 395,88 €	401,75	3 237,96 €	35,15
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	4,45 €	22,48 €	405,65	30,61 €	36,18
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

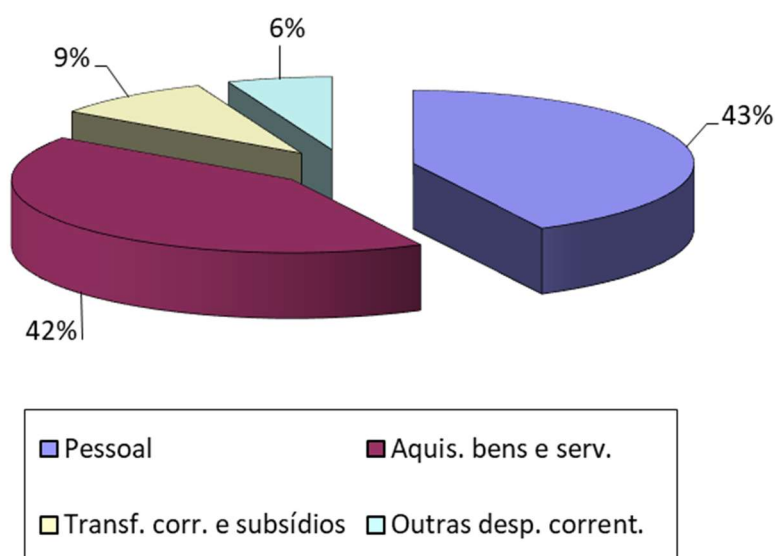
5.1 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Gráfico 14 – Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2019 reporta-se a despesas com pessoal (43%) e à

aquisição de bens e serviços (42%). De salientar ainda as despesas com a transferências correntes e subsídios, as quais representam 9% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Quadro 34 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	21 893 762,75	20 834 421,41	-4,84	22 862 260,84	9,73

As despesas de funcionamento sofreram um aumento em 9,7%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou em 0,3% no decurso de 2019).

5.1.3 – INDICADORES

Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,74	0,68	-8,01	0,70	2,95
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,99	1,00	0,29	1,00	0,07
Desp. Func. / Despesas Totais	0,64	0,68	6,09	0,70	2,71
Despesas de Funcionamento por Km ²	52 553,44 €	50 010,61 €	-4,84	54 878,21 €	9,73
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	489,24 €	469,18 €	-4,10	518,80 €	10,57

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou um acréscimo em 3%. No ano em análise, estas despesas representam 70% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 518,80 euros, e, por Km², de 54.878,21 euros.

5.2 – DESPESAS COM PESSOAL

5.2.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro 36 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	6 886 374,95	8 579 698,17	24,59	9 704 753,98	13,11

Estas despesas sofreram uma variação em 13,1%, assinalando uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 1,1 milhões de euros.

5.2.2 – INDICADORES

Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,23	0,28	20,43	0,30	6,12
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,31	0,41	31,31	0,42	3,16
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,20	0,28	38,89	0,30	5,88
Despesas de Pessoal por Km ²	16 529,94 €	20 594,57 €	24,59	23 295,14 €	13,11
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	153,88 €	193,21 €	25,56	220,22 €	13,98

As despesas com pessoal consumiram 30% das receitas correntes liquidadas. A representatividade das despesas com pessoal, no total das despesas, foi de 42% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 220,22 euros e por Km² de 23.295,14 euros.

5.3 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

5.3.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS RELATIVAS À AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Quadro 38 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	11 787 947,54	9 129 614,32	-22,55	9 666 370,79	5,88

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um aumento destas, face ao ano anterior, em 5,9%, tendo atingido um valor próximo de 9,7 milhões de euros.

5.3.2 – INDICADORES

Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,40	0,30	-25,13	0,30	-0,66
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,53	0,44	-18,38	0,42	-3,44
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,35	0,30	-13,66	0,30	-0,89
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	28 295,60 €	21 914,58 €	-22,55	23 203,00 €	5,88
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	263,41 €	205,59 €	-21,95	219,35 €	6,69

Em 2019, 30% das receitas correntes foram afetas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma ligeira diminuição deste fator em 0,7%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi, respetivamente, de 42% e 30%. As despesas com a aquisição de bens e serviços, *per capita*, foram de 219,35 euros e, por Km², de 23.203,00 euros.

5.4 – SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal, no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Quadro 40 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro					
Serviço da Dívida	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	3 634 358,23	3 567 436,04	-1,84	3 091 591,69	-13,34
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	2 134 358,23	2 067 436,04	-3,14	1 591 591,69	-23,02

Estas despesas sofreram uma quebra em 13,3%. Importa ter em consideração que este volume de despesa se encontra influenciado pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um decréscimo em 23%.

5.4.2 – INDICADORES

Nos indicadores expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 4% das receitas totais e absorve 5% do cômputo das despesas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 36,12 euros e, por Km², de 3.820,43 euros.

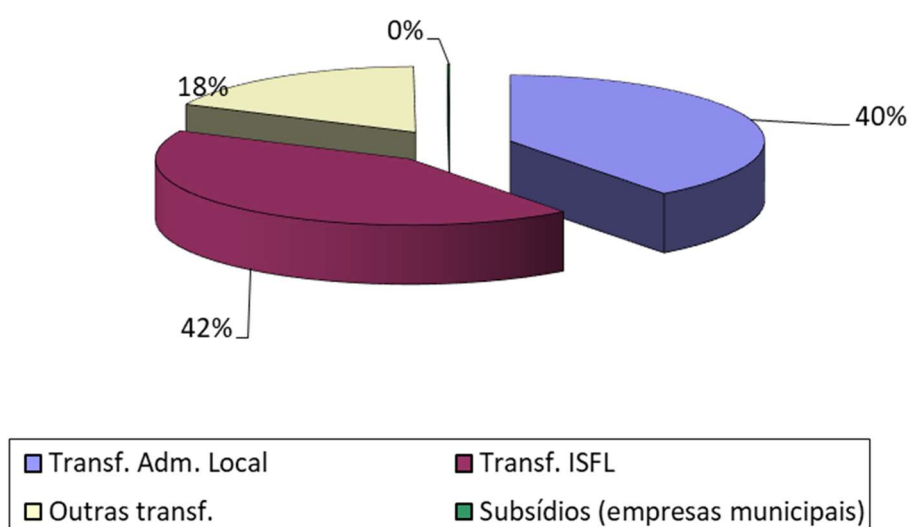
Quadro 41 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,05	0,06	10,00	0,04	-34,45
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,06	0,07	7,99	0,05	-27,94
Serviço da Dívida por Km2	5 123,28 €	4 962,64 €	-3,14	3 820,43 €	-23,02
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	47,69 €	46,56 €	-2,38	36,12 €	-22,43

5.5 – APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

5.5.1 – ESTRUTURA DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Gráfico 15 – Estrutura dos apoios concedidos



Aproximadamente 42% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas às instituições sem fins lucrativos e 40% referentes a apoios concedidos à Administração Local (essencialmente, freguesias).

5.5.2 – EVOLUÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Quadro 42 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios Concedidos	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	4 309 497,19	3 565 168,73	-17,27	3 251 079,93	-8,81

No decurso de 2019, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor próximo de 3,3 milhões de euros, denotando uma variação negativa em 8,8%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 – INDICADORES

Quadro 43 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,10	0,10	-6,06	0,07	-22,35
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,13	0,12	-7,77	0,10	-14,64
Apoios concedidos por Km ²	10 344,45 €	8 557,77 €	-17,27	7 803,84 €	-8,81
Apoios concedidos <i>per capita</i>	96,30 €	80,29 €	-16,63	73,77 €	-8,11

Os apoios concedidos afetam cerca de 7% das receitas totais, significam 101% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 73,77 euros.

5.6 – INVESTIMENTO MUNICIPAL

5.6.1 – INVESTIMENTO DIRETO

5.6.1.1 – Evolução do investimento direto

Quadro 44 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

uni: Euro

Investimento Directo Municipal	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	6 905 256,68	5 041 709,49	-26,99	5 256 678,21	4,26

O período em análise evidencia um acréscimo do volume de investimento direto municipal em 4,3%, tendo o montante realizado ascendido a um valor próximo de 5,3 milhões de euros.

5.6.1.2 – Indicadores

Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,16	0,13	-17,09	0,12	-11,22
Investimento Direto / Despesas Totais	0,20	0,16	-18,61	0,16	-2,41
Investimento Direto por Km ²	16 575,27 €	12 102,04 €	-26,99	12 618,05 €	4,26
Investimento Direto <i>per capita</i>	154,30 €	113,54 €	-26,42	119,29 €	5,06

Em 2019 o investimento direto municipal realizado absorveu 12% das receitas totais e significou 16% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 119,29 euros e, por Km², de 12.618,05 euros.

5.6.2 – INVESTIMENTO TOTAL (DIRETO E INDIRETO)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 – Evolução do investimento total

Quadro 46 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

uni: Euro

Investimento Total Municipal	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Total	8 349 746,05	6 019 489,45	-27,91	6 418 991,67	6,64

O investimento total municipal reporta um acréscimo em 6,6% e representa um volume ligeiramente superior a 6,4 milhões de euros.

5.6.2.2 – Indicadores

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento total situou-se nos 15%, registando uma diminuição em 9,2%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 20% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 145,66 euros, e por Km², de 15.408,05 euros.

Quadro 47 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,20	0,16	-18,14	0,15	-9,20
Investimento Total / Despesas Totais	0,24	0,20	-19,63	0,20	-0,19
Investimento Total por Km ²	20 042,60 €	14 449,09 €	-27,91	15 408,05 €	6,64
Investimento Total <i>per capita</i>	186,58 €	135,56 €	-27,35	145,66 €	7,45

5.6.3 – O INVESTIMENTO MUNICIPAL E AS SUAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Através da análise efetuada ao quadro seguinte, verifica-se que, no ano de 2019, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, na ordem dos 8,4 milhões.

Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada, a qual se situou na ordem dos 9,5 milhões de euros.

Quadro 48 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

uni:
Euro

Designação	2017	Peso (%)	2018	Peso (%)	2019	Peso (%)
Investimento Total a)	8 349 746,05	--	6 019 489,45	--	6 418 991,67	--
Receitas de Capital (1)	8 788 921,00	53,91	4 351 428,51	31,05	5 326 413,35	35,87
Venda de Bens de Investimento	4 896 551,66	30,04	207 177,43	1,48	275 032,55	1,85
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	988 458,00	6,06	994 099,00	7,09	994 189,00	6,69
Cooperação Técnica e Financeira	769 600,55	4,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Comunitários (Capital)	198 929,09	1,22	998 124,02	7,12	805 509,59	5,42
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	1 500 000,00	9,20	1 500 000,00	10,70	1 500 000,00	10,10
Outras Receitas de Capital	435 381,70	2,67	652 028,06	4,65	1 751 682,21	11,80
Poupança Corrente (2)	7 513 757,88	46,09	9 660 798,55	68,95	9 524 339,10	64,13
Total das Fontes de Financiamento (b)	16 302 678,88	--	14 012 227,06	--	14 850 752,45	--
Fontes de Financiamento / Investimento	1,95	--	2,33	--	2,31	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	7 952 932,83		7 992 737,61		8 431 760,78	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

6. CUMPRIMENTOS LEGAIS NA DESPESA

6.1 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM PESSOAL

Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2019 (Lei 71/2018), de 31 de dezembro.

Deste modo, os municípios que se encontrem em situação de saneamento financeiro, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é aplicável o artigo 55.º da LOE/2018, o qual estabelece um notório controlo ao recrutamento de trabalhadores, permitindo o seu recrutamento excecional, condicionado à observância de um conjunto de pressupostos cumulativos, designadamente que não induza um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro 2018.

Já no que concerne aos municípios que não se encontrem em situação de saneamento financeiro (circunstância aplicável ao Município de Ourém), aplicam-se os princípios gerais subjacentes à Lei 73/2013, no que diz respeito às regras do equilíbrio, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Complementarmente, será relevante considerar as metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, definidas ao abrigo do PAEL e que serão monitorizadas e expostas em ponto próprio (vide capítulo 9 do presente documento).

Observando o quadro que se expõe na página seguinte, verifica-se que, após imputação das diversas variáveis a considerar neste âmbito, o Município de Ourém apresenta um encargo com as despesas decorrentes de pessoal, superior ao volume existente no início do PAEL (2012), próximo de 1,4 milhões de euros, denotando um aumento em 483,4 mil euros face ao volume líquido registado no ano anterior.

Quadro 49 – Despesas com pessoal

		(2012)	2017	2018	2019
		(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)
(A)	Despesas com pessoal (capítulo 01)	6 386 549,87 €	6 886 374,95 €	8 579 698,17 €	9 704 753,98 €
(B)	Aquisição de serviços (rubrica 02.02, referentes a pessoas singulares - NIF iniciado por 1 ou por 2)	86 689,74 €	118 054,26 €	228 235,41 €	164 236,09 €
(C)	Subtotal(C)= (A)+(B)	6 473 239,61 €	7 004 429,21 €	8 807 933,58 €	9 868 990,07 €
Impactos a excluir					
(D)	Despesas com pessoal resultantes da contratualização de competências a administração central na administração local (MEC)	2 154 083,77 €	2 030 505,03 €	2 465 157,90 €	2 741 146,75 €
(E)	Reposição da redução remuneratória*	--	52 600,00 €	52 600,00 €	52 600,00 €
(F)	Decisão legislativa ou judicial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(G)	Processos de dissolução e da internalização de atividades do município	0,00 €	0,00 €	1 096 990,23 €	1 398 674,63 €
(H)	Despesas no âmbito do atendimento digital assistido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(I)	Subtotal (I) = (D)+(E)+(F)+(G)+(H)	2 154 083,77 €	2 083 105,03 €	3 614 748,13 €	4 192 421,38 €
(J)	TOTAL (J) = (C) - (I)	4 319 155,84 €	4 921 324,18 €	5 193 185,45 €	5 676 568,69 €
Variação face ao ano de início do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), ou seja, 2012					1 357 412,85 €
Variação face ao ano anterior					483 383,24

* Valores apurados por estimativa constante, face ao efeito gradual estabelecido anualmente nas LOE

6.2 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites, destacando-se, neste âmbito:

- Artigo 52.º – Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º da Lei 73/2013, definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. Deste modo, as entidades que relevam são:

- Os serviços municipais e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4, do artigo 16.º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresariais do Estado ou regional, por força do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º daquela lei;

- As cooperativas e fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifiquem, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º)

6.2.1 – ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO – SEC/2010

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, considerando que cerca de 2 milhões de euros do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo estão excecionados dos limites, resulta num endividamento líquido de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, após exclusão do capital em dívida excecionado.

Quadro 50 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2019

Designação	(€)	
	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	4 945 235,63	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	0,00	(D) = Passivos - Ativos da linha (A) do Quadro 2. Ativos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos* (1)
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido* (1)
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	2 016 798,08	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	2 928 437,55	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	0,00	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

6.2.2 – ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para acorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio e longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros não apresentando no final do exercício, qualquer valor em dívida neste âmbito.

6.2.3 – ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira

municipal, tendo as sucessivas Leis do Orçamento do Estado induzido notórias restrições à sua contratualização, embora agora esteja associada ao limite da dívida total.

No decurso de 2019, esta autarquia não contraiu qualquer empréstimo desta natureza. Consequentemente, o capital em dívida de médio e longo prazo situava-se ligeiramente superior a 4,9 milhões de euros, ao qual acresce montante de 55 mil euros referente à participação no Fundo de Apoio Municipal, 85 mil euros inerentes a aquisição de imobilizado em locação financeira, e 47 mil euros referentes à aquisição de imobilizado com acordos de médio prazo estabelecidos.

6.2.4 – VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO

A LOE/2017 e a LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Neste contexto, reporta-se que em 31 de dezembro de 2019, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da LCPA.

6.2.5 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Conforme se pode verificar no quadro que se apresenta na página seguinte, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem próxima de 35,8 milhões de euros.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento de entidades participadas, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente associações de municípios.

Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

Quadro 51 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2016	27 768 669,95
Receitas correntes líquidas cobradas - 2017	28 313 680,71
Receitas correntes líquidas cobradas - 2018	29 458 272,22
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	42 770 311,44
Dívida Total apurada em 31/12/2019	7 588 619,87
Exclusão da participação no FAM	55 014,75
Dívida referente a Operações de Tesouraria (OT)	515 043,54
Dívida Total a considerar (exclui o efeito do FAM e OT)	7 018 561,58
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013 (a)	35 751 749,86

(a) Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

7.1 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

7.1.1 – CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Quadro 52 – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2019	2018
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	0,28%	0,52%
1.2 Económica	0,22%	0,40%
1.3 Vendas	21,30%	44,08%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	0,004	0,006
2.2 Grau de alavancagem	-1,278	-1,302
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	0,002	0,004
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,010	0,009
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,09	0,11
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,010	0,009
4. Gestão		
4.1 de Matérias	0,98	1,14
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	80,5	97,8
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	21	18

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

(b) Cálculo em conformidade com a fórmula estabelecida pela DGAL e divulgação da respetiva entidade

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração, decorrente da diminuição do volume do resultado líquido do exercício obtido, quando efetuada comparação com o valor obtido no ano anterior.

Contudo, salienta-se a existência de uma rendibilidade financeira e económica positiva, de 0,28% e 0,22%, respetivamente.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos fundos próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu ativo. Este rácio regista um ligeiríssimo valor positivo (0,004), o qual deriva do resultado do exercício obtido.

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2019 (1,27) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos positiva.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso sofreu uma diminuição, face ao ano anterior, na ordem dos 17 dias. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 80,5 dias, persistindo algumas dificuldades de cobrança no que concerne às áreas do saneamento e dos resíduos sólidos.

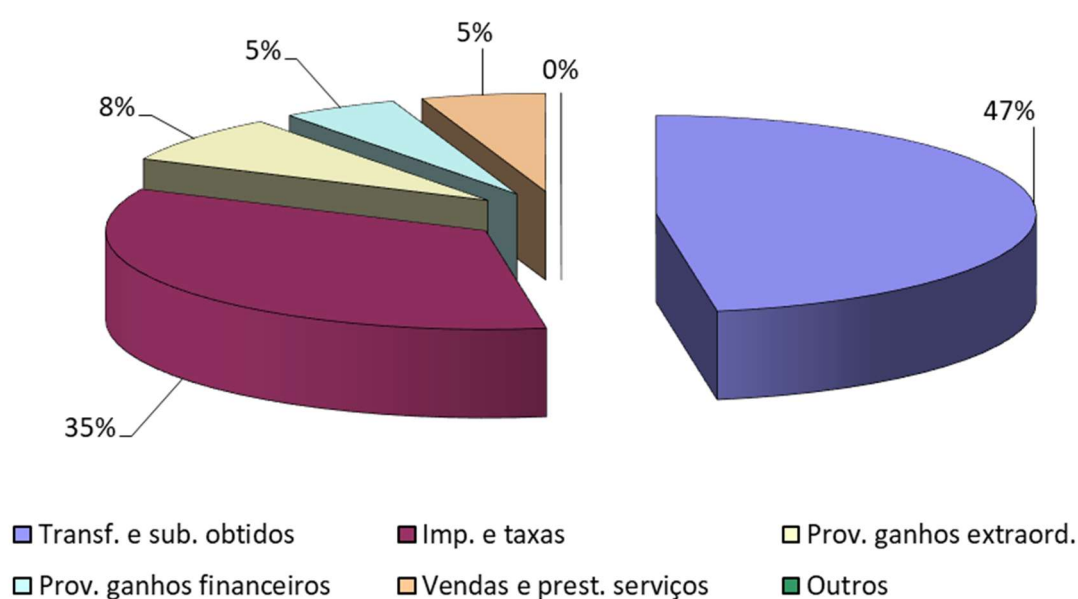
O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c indica um prazo médio de pagamentos, no decurso de 2019, conforme a fórmula de cálculo definida pela DGAL e que visa garantir a

comparabilidade entre municípios, indica um prazo médio de 21 dias (18 dias em 2018), ou seja, evidenciando uma deterioração, em termos absolutos, em 3 dias.

7.1.2 – PROVEITOS

7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos

Gráfico – Estrutura dos Proveitos



A estrutura dos proveitos demonstra que 47% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam 35 % dos proveitos totais. Os proveitos e ganhos extraordinários significam 8% do total dos proveitos. Os proveitos e ganhos financeiros, e as prestações de serviços representam, individualmente, 5% do total dos proveitos.

7.1.2.2 – Evolução dos proveitos

Quadro 53 – Evolução dos proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	1 307 367,43	1 616 994,06	23,68	1 845 608,33	14,14
Vendas	4 102,81	20 289,25	394,52	5 693,49	-71,94
Prestação de serviços	1 304 026,07	1 597 759,73	22,53	1 839 924,16	15,16
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	17 549,61	103 551,43	490,05	142 777,40	37,88
Saneamento - Tarifa de Ligação	9 055,25	56 076,78	519,27	13 212,17	-76,44
Resíduos Sólidos	1 245 249,71	1 255 223,74	0,80	1 284 725,16	2,35
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	0,00	356,52	--	1 590,61	346,15
Trabalho por conta de particulares	6 201,76	1 529,32	-75,34	11 797,82	671,44
Cemitérios	14 619,10	21 761,70	48,86	31 989,16	47,00
Parques de Estacionamento	0,00	69 691,90	--	198 290,02	184,52
Outros	11 350,64	33 787,80	197,67	65 208,27	92,99
Impostos e taxas	11 217 378,67	11 547 331,93	2,94	12 061 046,83	4,45
Impostos diretos	9 571 711,46	9 915 313,57	3,59	11 188 034,81	12,84
Imposto municipal sobre imóveis	6 193 367,40	6 375 874,45	2,95	6 469 620,12	1,47
Impostos único de circulação	1 088 577,65	1 151 951,38	5,82	1 182 444,87	2,65
Imposto municipal sobre transmissões	1 669 498,50	1 636 090,63	-2,00	2 652 718,50	62,14
Derrama	620 267,91	751 397,11	21,14	883 251,32	17,55
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos indiretos e taxas	1 720 012,00	1 693 310,70	-1,55	1 786 947,70	5,53
Mercados e feiras	103 558,78	101 363,06	-2,12	103 419,81	2,03
Loteamentos e obras	580 944,71	543 328,97	-6,47	611 300,86	12,51
Ocupação da via pública	1 339,46	3 955,66	195,32	8 831,77	123,27
Publicidade	36 092,21	33 339,79	-7,63	31 766,60	-4,72

Saneamento (Conserv. e tratamento)	914 917,40	922 145,24	0,79	943 818,82	2,35
Outros	83 159,44	89 177,98	7,24	87 809,84	-1,53
Proveitos Suplementares	5 251,49	14 289,65	172,11	5 799,94	-59,41
Transferências e subsídios obtidos	14 636 216,58	15 328 440,29	4,73	16 589 046,29	8,22
Outros proveitos e ganhos operac.	0,00	0,00	--	0,00	--
Trabalho para a própria entidade	0,00	0,00	--	0,00	--
Proveitos e ganhos financeiros	1 803 601,19	1 774 334,10	-1,62	1 726 231,01	-2,71
Juros obtidos	1 536,11	0,00	--	0,00	--
Rendimentos de participações de capital	34 604,30	0,00	-100,00	0,00	--
Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00	--	0,00	--
Rendimentos de imóveis	1 767 460,78	1 774 334,10	0,39	1 726 231,01	-2,71
Proveitos e ganhos extraordinários	2 396 836,86	3 990 491,66	66,49	2 739 444,57	-31,35
Ganhos em imobilizações	8 990,22	545 497,50	5967,68	212 288,52	-61,08
Benefícios de penalidades contratuais	35 759,22	36 056,34	0,83	134 865,53	274,04
Transferências de capital	1 921 100,37	2 250 961,71	17,17	1 649 022,39	-26,74
Outros proveitos e ganhos extraordinários	430 987,05	1 157 976,11	168,68	743 268,13	-35,81
Total	31 366 652,22	34 271 881,69	9,26	34 967 176,97	2,03

Os proveitos totais evidenciam uma variação positiva em 2% (+695,3 mil euros) refletindo, essencialmente, o aumento verificado nas vendas e prestações de serviços (+228,6 mil euros), nos impostos e taxas (+513,7 mil euros), nas transferências e subsídios obtidos (+1,3 milhões euros).

Em sentido oposto, será de registar a quebra observada nos proveitos e ganhos extraordinários, num valor próximo de 1,3 milhões de euros.

Vendas e Prestações de Serviços

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente. Complementarmente, registam-se ainda os proveitos referentes aos trabalhos e serviços prestados, que sejam próprios dos objetivos ou das finalidades principais da autarquia.

Estes proveitos ostentam um valor ligeiramente superior a 1,8 milhões de euros e assinalam uma variação positiva em 14,1%, face ao volume verificado no ano anterior.

Os proveitos de maior relevância neste âmbito são os relativos aos resíduos sólidos, os quais ascendem a um valor próximo de 1,3 milhões de euros, os parques de estacionamento (198,3 mil euros), e os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto, com um valor na ordem dos 142,8 mil euros.

Impostos e Taxas

Esta conta destina-se ao registo das operações respeitantes a impostos e taxas das autarquias locais, os quais são discriminados de acordo com a elencagem destas receitas definidas no regime financeiro das autarquias locais.

Os proveitos com impostos e taxas situaram-se na ordem dos 12,1 milhões de euros e evidenciam um aumento próximo de 4,5% (variação absoluta de 513,7 mil euros).

No âmbito dos impostos diretos regista-se um aumento no imposto municipal sobre imóveis (+93,7 mil euros), imposto único de circulação (+30,5 mil euros), no imposto municipal sobre transmissões (+ 1 milhão de euros) e na derrama (+131,9 mil euros).

Relativamente aos impostos indiretos e taxas, no seu cômputo denota-se uma variação positiva em 5,5% (+93,6 mil euros), com aumentos loteamentos e obras (+68 mil euros) e no saneamento (+21,7 mil euros).

De referir a reduzida expressividade dos proveitos inerentes à ocupação da via pública (8,8 mil euros), e publicidade (31,8 mil euros), este último, manifestando uma queda continuada.

De reportar que as taxas inerentes ao saneamento ascenderam a 943,8 mil euros, representando 52,8% dos proveitos totais enquadráveis neste capítulo.

Proveitos Suplementares

Neste contexto, são registados os proveitos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia.

Estes proveitos apresentam uma variação absoluta negativa em 8,5 mil euros, face ao volume verificado no ano anterior. No seu cômputo geral, estes proveitos situam-se próximos de 5,8 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Nesta conta registam-se as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos do regime financeiro das autarquias locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente ou de capital, excecionando as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinados por lei, por protocolo ou por contrato-programa, as quais configuram um subsídio ao investimento.

O ano de 2019 denota um acréscimo em 8,2%, ou seja, verificando-se uma variação absoluta positiva próxima de 1,3 milhões de euros.

Neste contexto assume importância a influência decorrente da aplicação, em 2019, do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 73/2013, com uma verba de 840,3 mil euros, o aumento verificado na participação do IRS (+66,2 mil euros) e o acréscimo na verba referente à cobertura das transferências de competências na área da educação (+250,7 mil euros).

Importa referir que o FSM se mantém com uma variação nula, face ao ano anterior, circunstância similar aos últimos anos económicos.

Em sentido inverso, assinala-se a quebra referente ao FEF (-193,6 mil euros).

No seu cômputo geral estes proveitos situaram-se próximos de 16,6 milhões de euros.

Outros proveitos e ganhos operacionais

Nesta conta registam-se os proveitos, alheios ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos principais da autarquia.

Em 2019 não se verifica a existência de qualquer proveito desta natureza.

Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica regista os trabalhos que a autarquia realiza para si mesma, sob a sua administração direta, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que sejam destinados ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios.

Relativamente a estes proveitos, verifica-se que, desde 2015, não se apresentam quaisquer proveitos neste capítulo.

Proveitos e ganhos financeiros

Nesta conta registam-se designadamente, os proveitos inerentes aos juros obtidos, aos ganhos em entidades participadas, aos rendimentos de imóveis, aos rendimentos de participações de capital, às diferenças de câmbio favoráveis, aos descontos de pronto pagamento obtidos e aos ganhos na alienação de aplicações de tesouraria.

Os proveitos totais apurados neste capítulo evidenciam uma diminuição em 2,7%, face ao volume verificado no ano anterior (-48,1 mil euros).

No ano de 2019, a totalidade destes proveitos reportam-se aos rendimentos de imóveis, onde assume particular relevo a renda de concessão da energia elétrica em baixa e média tensão à EDP.

Proveitos e ganhos extraordinários

Nesta conta são registados, nomeadamente, os proveitos relativos à restituição de impostos, à recuperação de dívidas, aos ganhos em existências, aos ganhos em imobilizações, aos benefícios de penalidades contratuais, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes proveitos manifestam um decréscimo em 31,4%, sofrendo a influência da variação absoluta ocorrida nos ganhos em imobilizações (-333,2 mil euros), nas transferências de capital (-601,9 mil euros) e nos outros proveitos e ganhos extraordinários (-414,7 mil euros).

Em oposição, salienta-se o aumento verificado nos benefícios de penalidades contratuais (+98,9 mil euros).

Em suma, os proveitos e ganhos extraordinários, verificados em 2019, situaram-se num valor ligeiramente superior a 2,7 milhões de euros.

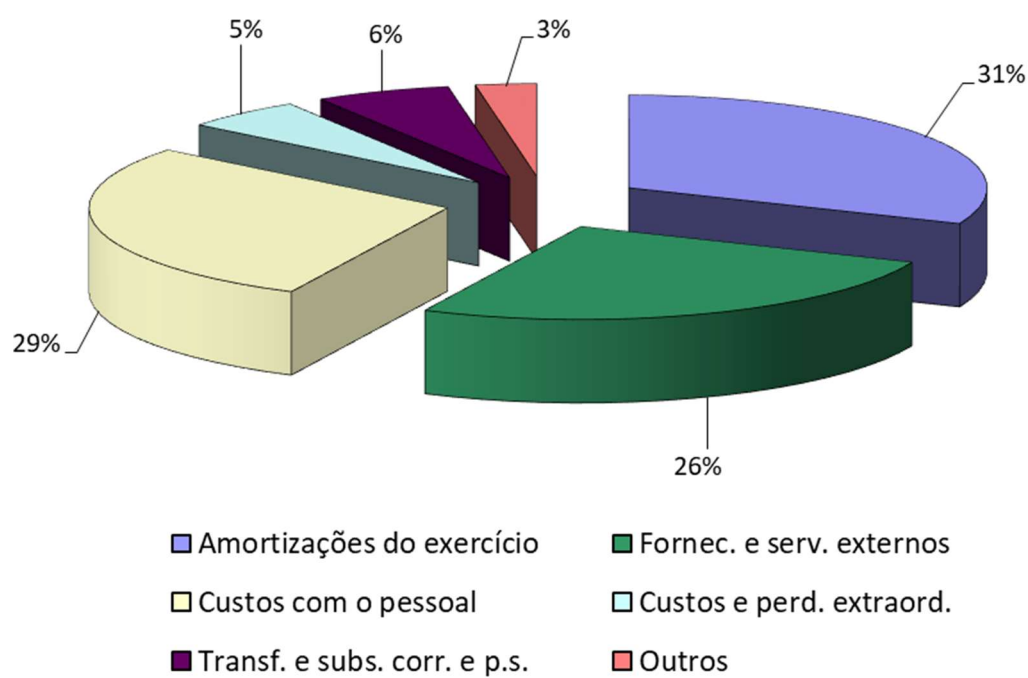
7.1.3 – CUSTOS

7.1.3.1 – Estrutura dos custos

Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem as amortizações, as quais representam 31% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso dos custos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, com um peso de 29% e 26%, respetivamente.

Gráfico 16 – Estrutura dos Custos



7.1.3.2 – Evolução dos custos

Quadro 54 – Evolução dos custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	455 732,11	563 286,07	23,60	496 006,49	-11,94
Fornecimentos e Serviços Externos	10 961 857,98	8 423 137,23	-23,16	8 935 952,03	6,09
Eletricidade	2 082 718,03	2 099 573,30	0,81	2 010 042,89	-4,26
Combustíveis	62 282,52	108 524,46	74,25	164 692,48	51,76
Água	236 416,50	231 952,06	-1,89	303 652,50	30,91
Material de Escritório	43 428,11	74 779,25	72,19	38 712,77	-48,23
Rendas e Alugueres	116 547,99	153 942,26	32,08	110 867,39	-27,98
Comunicação	67 945,53	72 846,38	7,21	54 951,56	-24,57
Seguros	36 504,89	56 747,05	55,45	65 142,46	14,79
Deslocações e Estadas	50 279,01	7 474,39	-85,13	19 723,78	163,88
Patrocínio					
Jurídico/pareceres jurídicos	178 416,67	128 388,90	-28,04	65 320,85	-49,12
Conservação e reparação	701 132,67	457 419,14	-34,76	353 626,61	-22,69
Publicidade e propaganda	71 016,18	59 786,09	-15,81	45 258,79	-24,30
Limpeza, Higiene e Conforto	131 711,19	45 288,20	-65,62	1 261,11	-97,22
Vigilância e Segurança	177 488,50	90 608,16	-48,95	45 683,07	-49,58
Trabalhos Especializados	648 363,40	634 799,45	-2,09	464 834,22	-26,77
Exploração e Manutenção de ETAR's	614 269,45	610 396,30	-0,63	637 630,98	4,46
Encargos de Cobrança	239 815,91	245 088,75	2,20	249 199,46	1,68
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1 418 171,96	1 311 980,41	-7,49	1 430 866,35	9,06
Transportes Escolares	1 031 684,96	854 228,64	-17,20	796 306,03	-6,78
Manutenção de espaços verdes	600 559,29	172 345,25	-71,30	201 579,05	16,96
Limpeza Urbana	379 986,98	361 475,93	-4,87	380 491,01	5,26
Fornecimento de refeições	105 926,70	34 428,32	-67,50	232 227,71	574,53
Atividades educativas	533 020,03	359 136,48	-32,62	432 862,87	20,53
Acordos de prolongamento de horários	0,00	0,00	--	165 130,34	--

Outros Fornecimentos e Serviços Externos	1 434 171,51	251 928,06	-82,43	665 887,75	164,32
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	2 819 644,68	2 552 280,98	-9,48	2 107 487,06	-17,43
Transferências Correntes Conced.	2 073 533,07	2 249 356,86	8,48	2 103 001,11	-6,51
Freguesias	807 115,46	671 314,56	-14,91	910 960,50	35,70
Associações de Municípios	5 491,83	15 436,90	--	19 658,60	27,35
Instituições s/fins lucrativos	590 152,31	574 446,24	-2,66	598 806,79	4,24
Famílias	670 773,47	655 985,93	-2,20	483 845,03	-26,24
Outras transferências correntes concedidas	0,00	332 173,23	--	94 216,14	-71,64
Subsídios Correntes Concedidos	746 111,61	302 924,12	-59,40	4 485,95	-98,52
Sociedades e quase sociedades não financeiras	746 111,61	302 924,12	-59,40	4 485,95	-98,52
Custos com o Pessoal	7 127 525,56	8 749 350,44	22,75	9 882 907,78	12,96
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	326 317,10	317 090,12	-2,83	271 250,29	-14,46
Remunerações do pessoal	5 318 732,80	6 619 345,37	24,45	7 524 163,32	13,67
Pensões	2 088,43	5 638,84	170,00	8 657,25	53,53
Encargos sobre remunerações	1 245 045,99	1 503 979,86	20,80	1 651 325,37	9,80
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50 642,11	105 030,40	107,40	113 307,53	7,88
Outros custos com pessoal	184 699,13	198 447,85	7,44	314 204,02	58,33
Outros custos e perdas operacionais	271 104,56	395 426,43	45,86	318 735,25	-19,39
Amortizações do exercício	11 400 356,13	11 131 765,45	-2,36	10 823 892,83	-2,77
Provisões do Exercício	802 348,90	86 106,85	--	23 280,76	-72,96
Custos e perdas financeiros	165 158,85	97 988,71	-40,67	112 670,96	14,98
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	137 890,00	71 389,42	-48,23	62 302,19	-12,73
Outros custos e perdas financeiros	27 268,85	26 599,29	-2,46	50 368,77	89,36
Custos e Perdas Extraordinários	1 760 452,08	1 559 708,83	-11,40	1 873 208,91	20,10

Transf. de capital concedidas	1 444 489,37	968 981,61	-32,92	1 128 912,26	16,51
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	--	0,00	--
Freguesias	634 956,29	325 809,28	-48,69	342 058,09	4,99
Associações de Municípios	0,00	27 149,92	--	11 302,20	--
Instituições s/fins lucrativos	809 533,08	615 531,33	-23,96	775 551,97	26,00
Outras transferências de capital concedidas	0,00	491,08	--	0,00	--
Outros custos e perdas extraord.	315 962,71	590 727,22	86,96	744 296,65	26,00
Total	35 764 180,85	33 559 050,99	-6,17	34 574 142,07	3,02
Total (s/amortizações)	24 363 824,72	22 427 285,54	-7,95	23 750 249,24	5,90

Os custos totais apresentam um aumento em 3%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 34,6 milhões de euros, ou seja, denotando uma variação absoluta positiva num montante ligeiramente superior a 1 milhão de euros. Extraíndo dos custos totais os custos relacionados com as amortizações, a variação ocorrida terá sido positiva em 5,9%.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo).

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas refletem uma quebra em 11,9% e estão relacionadas, com o aumento nas matérias-primas e subsidiárias consumidas durante o período em análise, quando efetuada comparação com o ano anterior (-67,3 mil euros).

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os custos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente (não armazenáveis) e/ou de serviços prestados por terceiros.

Os custos desta natureza sofreram um aumento em 6,1%, que em termos absolutos representa uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 512,8 mil euros, atingindo no seu cômputo um valor na ordem de 8,9 milhões de euros.

Os custos com eletricidade, recolha, transporte e tratamento de RSU's, transportes escolares, e exploração e manutenção de ETAR's são os mais representativos,

Os custos com eletricidade, recolha, tratamento e transporte de RSU's, exploração e manutenção de ETAR's, transportes escolares e trabalhos especializados são os mais representativos, significando 59,8% do total destes fornecimentos e serviços externos.

No âmbito dos aumentos, será de destacar os encargos com combustíveis (+56,2 mil euros), água (71,7 mil euros), recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos (+118,9 mil euros), fornecimento de refeições (+197,8 mil euros), atividades educativas (73,7 mil euros) e acordos de prolongamento de horários (165,1 mil euros).

Em oposição, será de registar a quebra verificada nos custos com eletricidade (-89,5 mil euros), material de escritório (-36,1 mil euros), rendas e alugueres (-43,1 mil euros), patrocínio jurídico/pareceres jurídicos (-63,1 mil euros), conservação e reparação (-103,8 mil euros), limpeza higiene e conforto (-44 mil euros), trabalhos especializados (-170 mil euros) e transportes escolares (-57,9 mil euros)

Transferências e subsídios correntes concedidos

Nesta conta são registadas as transferências correntes concedidas às unidades institucionais, ou seja, as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador. Complementarmente incluem-se, ainda, os subsídios concedidos com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção, sem contrapartida a unidades produtivas, como é o caso das empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas.

Os custos desta natureza ostentam um decréscimo em 17,4%, o que representa uma variação absoluta negativa em 444,8 mil euros, atingindo no seu cômputo, um valor ligeiramente superior a 2,1 milhões de euros.

Neste âmbito, no que concerne às transferências correntes concedidas, salientam-se as quebras nas transferências para as famílias (-172,1 mil euros) e nos subsídios correntes concedidos (-298,4 mil euros), esta última diminuição refletindo os efeitos do encerramento da empresa municipal Ourémviva. Note-se que os subsídios correntes concedidos se reportavam à prática de preços sociais nos serviços prestados pela empresa municipal.

Custos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações ilíquidas de todo o pessoal afeto ao Município, bem como todos os encargos patronais associados, designadamente: subsídio de refeição; abono para falhas; ajudas de custo; vestuário e artigos pessoais; prestações sociais diretas e a ADSE.

Estes custos denotam um aumento em 13% (+1,1 milhões de euros), resultante do aumento observado nos custos inerentes à remuneração do pessoal (+904,8 mil euros), encargos sobre remunerações (+147,3 mil euros) e outros custos com pessoal (+115,8 mil euros).

Em sentido inverso, será de referir a quebra com a remuneração dos órgãos autárquicos (-45,8 mil euros).

Deste modo, os custos totais com pessoal situaram-se próximos de 9,9 milhões de euros.

Outros custos e perdas operacionais

Esta conta de caráter residual regista uma diminuição em 19,4% (-76,7 mil euros). Em termos globais, estes custos situaram-se na ordem dos 318,7 mil euros.

Ao nível destes custos, assumem particular relevância os encargos com a taxa de recursos hídricos (140,5 mil euros) e as quotizações (120,3 mil euros).

Amortizações do exercício

Esta conta destina-se ao registo da depreciação das imobilizações corpóreas (exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens do domínio público, atribuída ao exercício, e desde que não tenham caráter extraordinário. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Estes custos denotam uma variação negativa em 2,8%, ascendendo a um valor total na ordem dos 10,8 milhões de euros (variação absoluta em -307,9 mil euros).

Provisões do exercício

Esta conta regista, de forma global, no final do período contabilístico, a variação positiva da estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão entre dois períodos contabilísticos que tiver características de custo operacional.

Estes custos, em 2019 assinalam um valor próximo de 23,3 mil euros.

Note-se que as provisões se encontram explicitadas na nota 27 das notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Custos e perdas financeiras

Nesta conta registam-se designadamente, os custos inerentes aos juros suportados, perdas em entidades participadas, amortizações de investimentos em imóveis, provisões para aplicações financeiras, diferenças de câmbio desfavoráveis e perdas na alienação de aplicações de tesouraria.

Os custos totais apurados neste âmbito são na ordem de 112,7 mil euros e denotam um acréscimo, face ao volume verificado no ano anterior, em 15% (variação absoluta positiva em 14,7 mil euros).

Custos e perdas extraordinárias

Nesta conta são registados, nomeadamente, os custos relativos às transferências de capital concedidas, às dívidas incobráveis, às perdas em existências, às perdas em imobilizações, às multas e penalidades, aos aumentos de amortizações e de provisões, às correções relativas a exercícios anteriores ou outros diversos não especificados.

Estes custos manifestam um aumento absoluto na ordem de 313,5 mil euros, refletindo um acréscimo verificado nas transferências de capital concedidas (+159,9 mil euros) e nos outros custos e perdas extraordinárias (+153,6 mil euros). Este último assinala um aumento nas perdas

em imobilizações (+107,1 mil euros) e correções relativas a exercícios anteriores (+144,6 mil euros).

7.1.4 – RESULTADOS

7.1.4.1 – Resultado operacional

O resultado operacional apresentou uma melhoria em 38,5%. Desta forma, o resultado negativo apurado, situou-se num valor próximo de 2,1 milhões de euros.

Quadro 55 – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Resultado Operacional	-6 672 355,75	-3 394 297,52	-49,13	-2 086 760,81	-38,52

7.1.4.2 – Resultado financeiro

Este indicador denota uma diminuição deste resultado em 3,8%, atingindo um valor positivo ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros.

Quadro 56 – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Resultado Financeiro	1 638 442,34	1 676 345,39	2,31	1 613 560,05	-3,75

7.1.4.3 – Resultado corrente

Quadro 57 – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Resultado Corrente	-5 033 913,41	-1 717 952,13	65,87	-473 200,76	72,46

O quadro apresentado demonstra que o resultado corrente sofreu uma expressiva diminuição da dimensão da sua negatividade em 72,5%, ou seja, uma melhoria ligeiramente superior a 1,2 milhões de euros (melhoria num valor próximo de 4,6 milhões de euros se observado o resultado apurado em 2017) , assinalando agora um valor negativo na ordem de 473,2 mil euros.

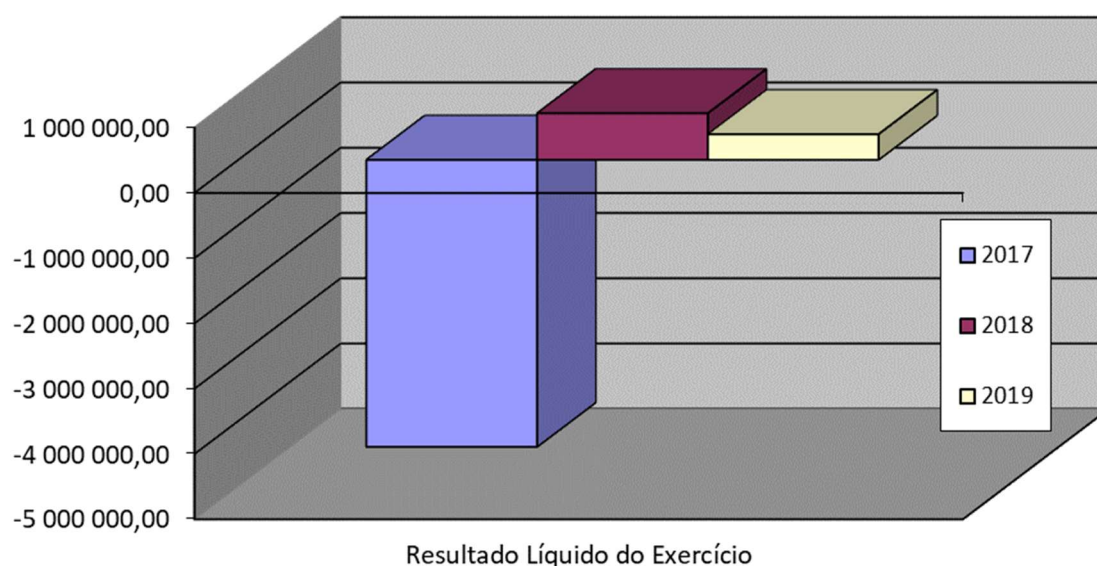
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício

Quadro 58 – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes

	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	-4 397 528,63	712 830,70	116,21	393 034,90	-44,86

uni: Euro

Gráfico 17 – Resultado Líquido do Exercício



Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo, quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica concetual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina, que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Porém, será importante constatar que esta autarquia apresenta, em 2019, pelo segundo ano consecutivo, um valor positivo, agora na ordem dos 393 mil euros, permanecendo a inversão da tendência negativa que se tinha verificado até 2017 e que se alterou em 2018 (resultado positivo em 712,8 mil euros).

Note-se que 2005, o último ano em que o exercício se apresentou positivo (à data a autarquia ainda não disponha da totalidade do património inventariado). Nos anos seguintes até 2017, o Município de Ourém acumulou resultados negativos num montante próximo de 36 milhões de euros.

Quadro 59 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2018)

Municípios	Custos com Amortizações	Valor do Ativo Bruto
Abrantes	6 150 642 €	290 209 068 €
Ourém	11 131 765 €	329 151 800 €
Pombal	9 440 343 €	327 974 049 €
Santarém	4 645 580 €	317 800 449 €
Tomar	4 859 223 €	172 597 588 €
Torres Novas	6 115 789 €	230 162 876 €

Não obstante o resultado obtido, será relevante mencionar que dimensão dos custos com amortizações verificados em 2019 (10,8 milhões de euros), estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias locais, veja-se, por exemplo o quadro acima apresentado (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2018).

Neste contexto, verifica-se que o Município de Ourém dispõe de um ativo bruto mais elevado do que, por exemplo, o Município de Santarém e quase o dobro, se observado o ativo bruto de Tomar. Consequentemente, poderão estar em causa os seguintes aspetos que tenderão a serem cumulativos (hipóteses não avaliadas e consequentemente não demonstradas):

- a comparabilidade dos dados entre municípios está comprometida, por eventual ausência de fiabilidade nos reportes apresentados por algumas autarquias (não dispõem da totalidade do património inventariado/valorizado);
- a excessiva dispersão dos aglomerados populacionais terá induzido?
 - o Município de Ourém a dispor de uma duplicação de equipamentos e infraestruturas com uma utilização manifestamente aquém do seu efetivo potencial, circunstância que se reflete na existência de um ativo imobilizado manifestamente expressivo;
 - A representatividade de infraestruturas, cuja vida útil é mais reduzida, apresenta-se mais expressiva, na composição do imobilizado do Município de Ourém, designadamente, rede viária, saneamento, iluminação pública, entre outros. Note-se que, segundo o CIBE, uma rede viária terá um período de vida útil máximo de 20 anos, enquanto um edifício (ex. centro escolar), o período de vida útil mínimo se situa nos 60 anos.

Efetivamente, não obstante a problemática inerente à comparabilidade dos dados apresentados pelos diferentes municípios, parece notória e marcante, a conclusão de que o modelo de sustentabilidade do Município de Ourém carece de uma ponderada análise, em virtude da forte pressão gerada pela atual configuração territorial, impelindo um desequilíbrio estrutural que induz uma pressão substancial num conjunto significativo de custos, em áreas tão díspares como a educação, o ambiente, os transportes, entre muitos outros.

A alteração deste paradigma, se reconhecida a problemática inerente à gestão territorial subjacente, será uma tarefa hercúlea a desenvolver, certamente, durante décadas.

7.2 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

7.2.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 60 – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2019	2018
(Fundo de Maneio)	14 269 331,88 €	9 435 676,06 €
(Cash Flow Estático (MLL))	11 240 208,49 €	11 930 703,00 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	4,65	4,39
1.2 Autonomia	0,78	0,77
1.3 Estabilidade (s.r.)	3,65	3,39
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,78	0,77
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,81	0,80
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	89,00%	91,74%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	3,72	2,78
3.2 Liquidez Reduzida	3,62	2,69
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	2,59%	3,35%
3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,73	0,64
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,27	0,29
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,00	0,00
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	26,51	26,02
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,09	0,10
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,02	0,03
4.6 Racio de envelhecimento do Imobilizado	0,50	0,48

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneio reflete-se um valor positivo próximo de 14,3 milhões de euros, significando uma melhoria deste indicador num valor ligeiramente superior a 4,8 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O *cash flow* revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2019 denota um valor positivo, neste âmbito, na ordem de 11,2 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um excelente nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Ativo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se um aumento da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 89%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados continuam a demonstrar uma melhoria continuada destes indicadores, denotando valores que demonstram uma assinalável capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A representatividade das existências no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 2,6% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota um valor positivo, refletindo a melhoria observada no que concerne ao fundo de maneo obtido.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida no regime financeiro das autarquias locais, pelo que, para melhor compreensão, se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 2% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 – DÍVIDAS DE TERCEIROS

No que concerne a dívidas de terceiros de curto prazo, estas situam-se ligeiramente superiores a 1,4 milhões de euros, tendo sofrido um aumento substancial em 84,5%.

O volume total das dívidas de terceiros de médio e longo prazo, não apresenta qualquer valor, tal como já verificado no ano anterior.

Quadro 61 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Dívida de Terceiros	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	618 226,38	779 085,44	26,02	1 437 746,59	84,54
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	6 837,65	14 954,37	118,71	15 407,43	3,03
Contribuintes c/c	159 936,44	184 294,62	15,23	149 606,51	-18,82
Utentes, c/c	183 708,18	233 907,20	27,33	241 991,61	3,46
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	100 238,20	113 437,14	13,17	109 992,03	-3,04
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros Devedores	167 505,91	232 492,11	38,80	920 749,01	296,03
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	4 801 500,00	0,00	-100,00	0,00	--
Total da dívida de terceiros	5 419 726,38	779 085,44	-85,63	1 437 746,59	84,54

Neste contexto, verificou-se que no portal da Autoridade Tributária, no acesso restrito do Município de Ourém, consta disponível informação referente à Lei dos Compromissos Pagamentos em atraso, no qual são dispostos recebimentos em atraso inerentes ao Imposto Municipal de Imóveis, ao Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis e ao Imposto Único de Circulação, que à data de 31/12/2019, ascendiam a 1.558.921,41 euros.

Embora a divulgação em causa não nos pareça adequar-se ao princípio de divulgação estabelecido na LCPA, porquanto este se reporta exclusivamente a pagamentos em atraso referentes ao setor Estado, e verificando que na circunstância em análise, o reporte é inerente a pagamentos em atraso de contribuintes para com o Estado, concretamente de impostos que

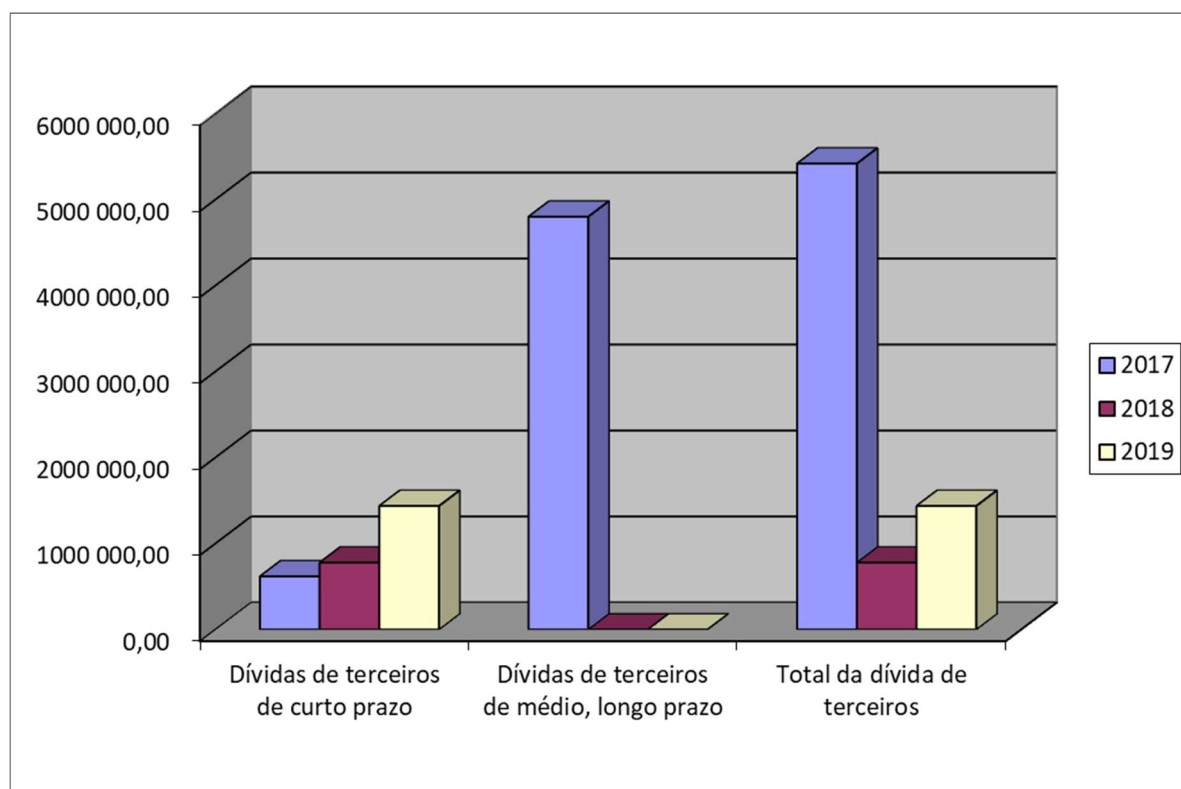
são receitas municipais, tornou-se fundamental aferir os dados que sustentam esta informação, considerando que se encontra disposta por agregado.

Consequentemente, foi solicitado à Autoridade Tributária que disponibilizasse os dados inerentes ao reporte em causa, particularmente os dias de atraso dos pagamentos em causa, para que o município promovesse o reconhecimento deste direito, mas constituindo as adequadas provisões.

Em resposta a Autoridade Tributária remeteu um quadro com agregados por mês da antiguidade do processo executivo (de 2007 a 2019), não evidenciando a que impostos se reportam e configurando um valor total que ascende a 2.025.444 euros, ou seja, ostentando divergência face ao valor disponibilizado no portal e sem informação suficiente, que permita o reconhecimento contabilístico adequado deste direito.

Face ao exposto, embora esteja em causa um montante materialmente relevante, mas face a impossibilidade do município em ter acesso a informação rigorosa e que identifique a efetiva natureza da receita subjacente, não foi possível, até ao encerramento das contas municipais, a incorporação destes dados nas peças contabilísticas desta autarquia.

Gráfico 18 – Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 – DÍVIDAS A TERCEIROS

Quadro 62 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Dívida a Terceiros	2017	2018	var. (%)	2019	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	4 534 535,12	3 915 924,04	-13,64	3 461 271,08	-11,61
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos de m/l prazo (amort. prox. 12 meses)	1 994 449,37	1 528 258,44	-23,37	1 004 910,38	-34,24
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores, c/c	188 298,25	39 930,31	-78,79	59 768,09	49,68
Fornecedores, c/c - Faturas em receção e conferência	890 699,16	1 231 219,30	38,23	1 030 628,76	-16,29
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/cauções	121 457,07	128 991,60	6,20	148 572,05	15,18
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	23 483,16	11 360,91	-51,62	98 128,13	763,73
Estado e outros entes públicos	99 097,95	100 965,75	1,88	108 957,28	7,92
Administração autárquica	17 124,00	0,00	--	0,00	--
Outros Credores	359 632,75	649 653,21	80,64	512 296,45	-21,14
Fornecedores de imobilizado - Fat. em receção e conferência	620 234,41	170 529,77	-72,51	498 009,94	192,04
FAM - Fundo de Apoio Municipal	220 059,00	55 014,75	--	--	--
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	7 133 886,95	5 055 454,70	-29,13	4 127 348,79	-18,36
Dívidas a instituições de crédito	6 473 709,97	4 945 425,20	-23,61	3 940 325,25	-20,32
Dívida a fornecedores imobilizado - locação financeira	0,00	0,00	--	85 008,79	--
Dívidas a fornecedores Imobilizado - aquis. mlp	0,00	0,00	--	47 000,00	--
FAM - Fundo de Apoio Municipal - mlp	660 176,98	110 029,50	--	55 014,75	-50,00

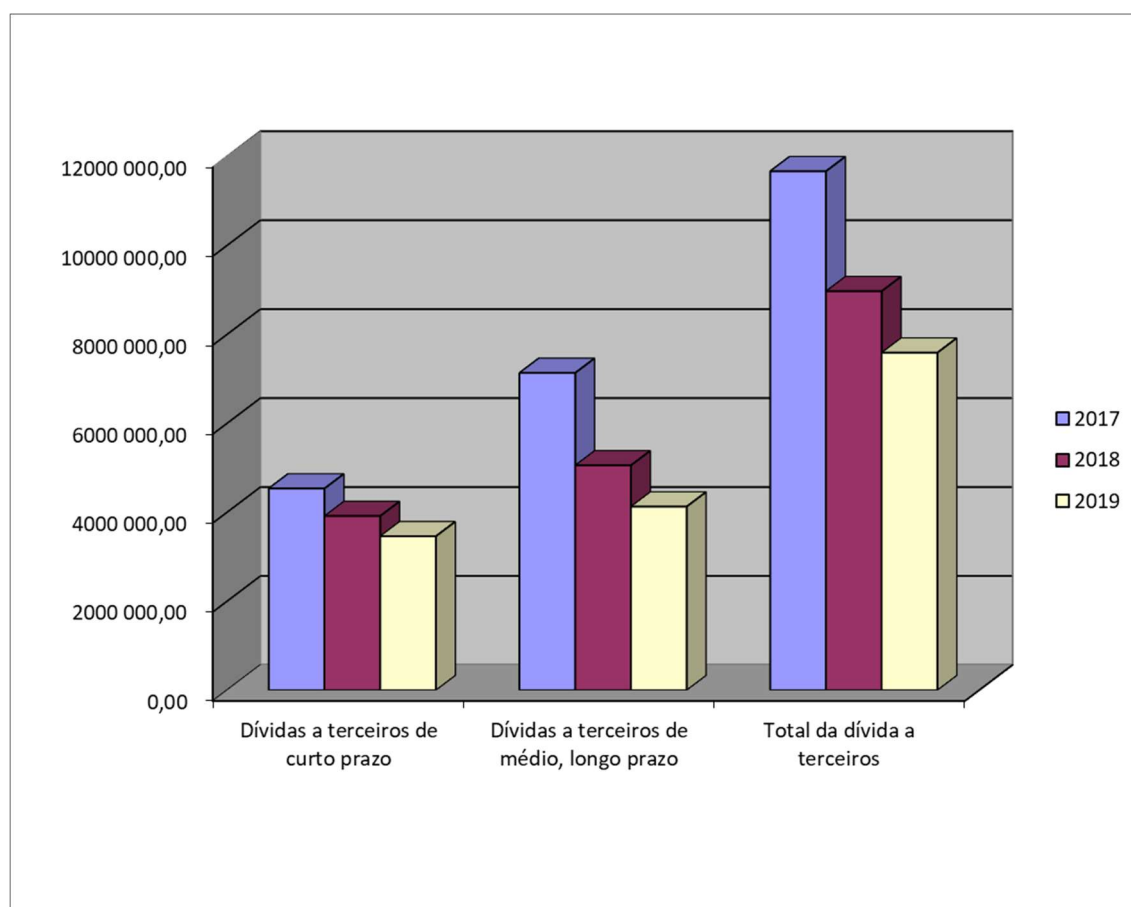
No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, verificou-se uma diminuição em 11,6%, ascendendo a um valor próximo de 3,5 milhões de euros, evidenciando uma quebra absoluta

em 454,7 mil euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo, que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo), teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem de 2,5 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 18,4% que, em termos absolutos, significou uma quebra na ordem dos 928,1 mil euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 4,1 milhões de euros (5,1 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se na ordem dos 7,6 milhões de euros apresentando uma diminuição em 15,4%, face ao valor registado em 2018 (quebra absoluta próxima de 1,4 milhões de euros).

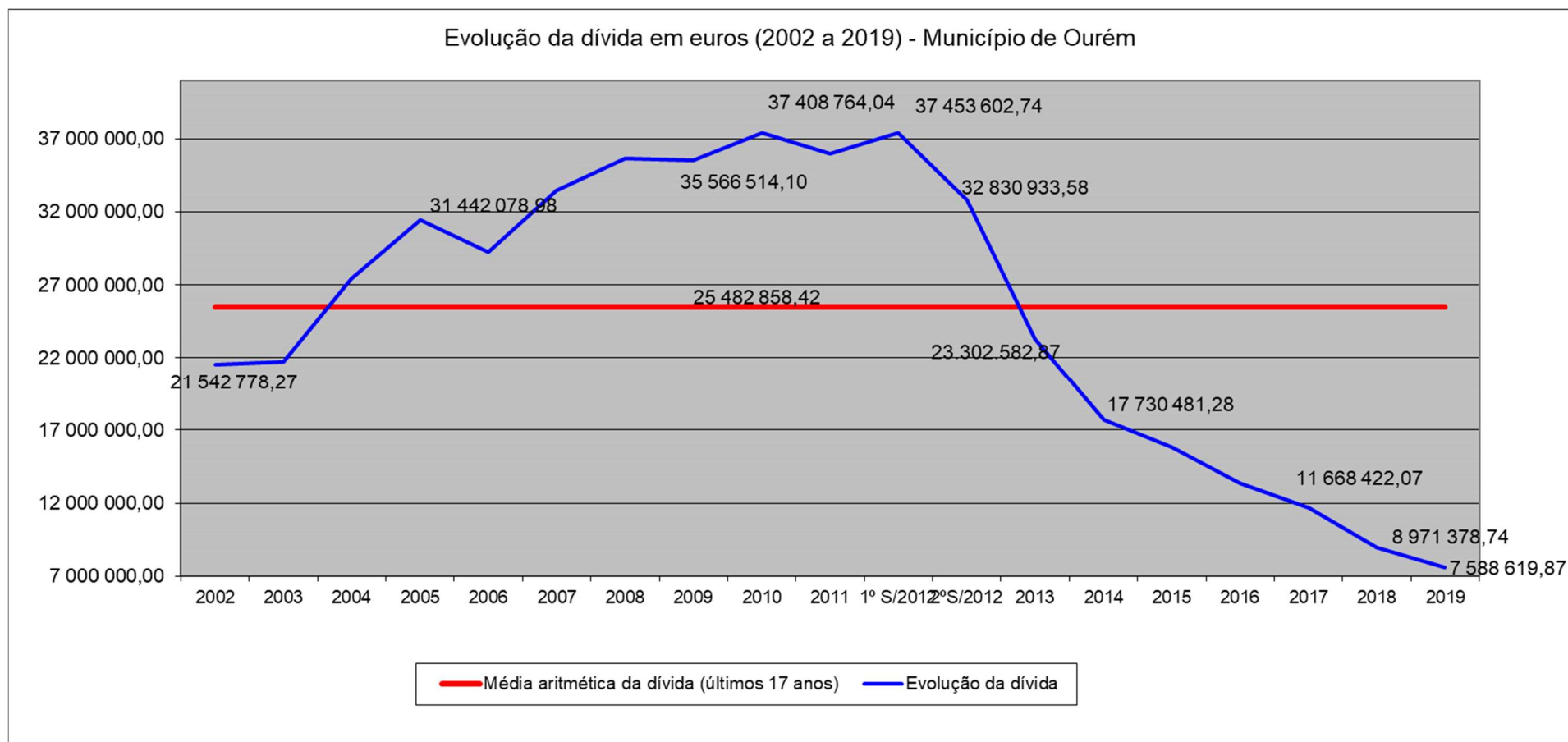
Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros



Se efetuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 100 meses), na ordem dos 30,1 milhões.de euros.

Importa salientar que a dívida total apurada, apresenta o seu valor mais baixo (7,6 milhões de euros), quando efetuada análise a todo o período comparável. Note-se que, em 2002, o valor da dívida total se situava na ordem dos 21,5 milhões de euros. Se efetuada comparação à média aritmética dos últimos 17 anos (25,5 milhões de euros), verifica-se que em 31 de dezembro de 2019, a dívida se situa inferior à média num montante na ordem dos 17,9 milhões de euros.

Gráfico 20 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2019)



8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Enquadramento

No cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do DL 54-A/99 de 22/2 - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o Município de Ourém, continuou o trabalho desenvolvido no âmbito da Contabilidade de Custos (CC).

A implementação da Contabilidade de Custos no Município de Ourém ocorreu no ano 2009, pelo que este foi o decimo ano em que se dispôs de tão importante instrumento de gestão.

Atendendo ao disposto na Lei n.º 53-E/2006 de 29 de dezembro, a informação obtida na Contabilidade de Custos contribuirá de forma decisiva para a fixação de Taxas, Tarifas e Preços, dos bens e serviços produzidos e prestados pelo Município de Ourém.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

O Município de Ourém tratou também os proveitos, embora o POCAL não exija o seu registo. Os proveitos são reconhecidos quando estes são obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeira.

A imputação dos custos indiretos foi efetuada, após o apuramento dos custos diretos por função através de coeficientes. O coeficiente de imputação dos custos indiretos de cada função corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

Apuramento de resultados da Contabilidade de Custos

Através da análise dos resultados finais produzidos pela aplicação AIRC/SCA relativa aos quadros CC7 – apuramento de custos por bens, serviços e CC9 – apuramento de custos por funções e relação de movimentos, procedemos à construção de alguns mapas que consideramos mais relevantes na atividade do município.

É de referir que da análise do resultado dos mapas CC's atrás referidos, não foram incluídos os custos indiretos, pelo facto destes, nalgumas funções, serem elevados e poderem vir a desvirtuar a análise dos dados. No entanto, tem-se trabalhado no sentido de diminuir ao máximo os custos indiretos.

Função Administração Geral

A Função Administração Geral compreende os custos com as atividades de âmbito geral do município.

No decurso de 2019, e no que à função 111 diz respeito, verifica-se algumas variações devido à reestruturação das unidades orgânicas do Município.

Quadro – Apuramento de custos da função Administração Geral

Administração Geral					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Atas	15 300,84 €	14 904,05 €	-2,66	15 202,81 €	1,97
Receção e registo de correspondência	23 115,75 €	23 762,70 €	2,72	24 421,80 €	2,70
Formação de Pessoal	4 708,92 €	7 364,33 €	36,06	6 362,92 €	-15,74
Reparação/Manutenção e Limpeza de edifícios Municipais	233 138,10 €	151 260,89 €	-54,13	646 548,57 €	76,60
Verificação Metrológica	2 374,40 €	5 623,98 €	57,78	4 523,66 €	-24,32
Patrocínio Jurídico	176 040,94 €	134 247,35 €	-31,13	65 320,85 €	-105,52
Gastos Gerais da Assembleia Municipal	1 422,08 €	29 871,86 €	95,24	37 579,72 €	20,51

Gastos Gerais do Executivo e Gab. de Apoio	61 182,40 €	94 061,90 €	34,96	60 297,95 €	-56,00
Gastos Gerais da Divisão de Ordenamento do Território	67 559,30 €	28 046,41 €	-140,88	45 246,57 €	38,01
Gastos Gerais da Divisão de Gestão Financeira	44 784,66 €	66 238,94 €	32,39	36 177,73 €	-83,09
Gastos Gerais Apoio Fundos Comunitários, expediente	16 417,21 €	27 398,76 €	40,08	13 377,59 €	-104,81
Serviço de Fiscalização e Contencioso	5 891,35 €	14 582,15 €	59,60	4 924,13 €	-196,14
Gastos Gerais do Serviço de Turismo e Relações Internacionais	4 195,56 €	16 759,54 €	74,97	50 298,37 €	66,68
Gastos Gerais da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	75 740,34 €	127 368,45 €	40,53	119 065,40 €	-6,97
Gastos Gerais do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade	56 161,27 €	25 795,08 €	-117,72	29 389,66 €	12,23
Gastos Gerais da Divisão de Educação e Ação Social e Saúde	27 731,44 €	17 052,72 €	-62,62	14 463,51 €	-17,90
Gastos Gerais da Divisão de Ação Cultural	15 830,93 €	12 096,84 €	-30,87	9 256,63 €	-30,68
Gastos Gerais Equipa Multidisciplinar Imagem Corporativa, Eventos e R. Inte.	-----	-----	-----	9 455,58 €	100,00
Divisão de Recursos Humanos e Informática	18 776,86 €	29 982,05 €	37,37	25 466,88 €	-17,73
Promoção e Imagem do Município	84 397,53 €	47 485,30 €	-77,73	36 752,68 €	-29,20
Encargos com Frota	26 913,43 €	46 568,90 €	42,21	38 671,46 €	-20,42
Comunicação e imagem	64 362,96 €	27 261,06 €	-136,10	0,00 €	0,00
Gestão Centro de Negócios	87 974,99 €	16 304,25 €	-439,58	32 479,89 €	49,80

Função proteção civil e luta contra-incêndios

A função proteção civil e luta contra-incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às instituições que prosseguem tais objetivos.

Quadro – Apuramento de custos da função proteção civil e luta contra-incêndios

Proteção civil e luta contra incêndios					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caxarias	68 668,28 €	57 270,47 €	-19,90172	81 199,50 €	29,47

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima	39 570,93 €	158 845,22 €	75,088372	262 525,39 €	39,49
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	129 713,97 €	160 440,06 €	19,15	198 668,14 €	19,24
Construção e Beneficiação de Pontos de Água	10 209,69 €	9 725,97 €	-4,97	8 963,86 €	-8,50
Construção / Manutenção Bocas de Incêndio	6 408,26 €	4 212,37 €	-52,13	535,99 €	-685,90
Combate a catástrofes e situações de emergência	8 196,18 €	3 164,36 €	-159,02	4 983,42 €	36,50
Equipa de Intervenção Permanente	26 348,35 €	33 586,09 €	21,55	62 118,62 €	45,93
Limpeza Coerciva Terrenos/Faixa Interrupção Combustível	-----	75 886,02 €	-----	146 646,84 €	100,00
Centro Municipal Proteção Civil	56 735,77 €	27 683,31 €	-104,95	39 189,25 €	29,36

Função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, fornecimento de refeições, do complemento de apoio à família, as atividades de enriquecimento curricular e de apoio às artes, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Quadro – Apuramento de custos da função ensino não superior / serviços auxiliares de ensino

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Prolongamento de horário	204 709,59 €	191 669,22 €	-6,80	165 130,34 €	-16,07
Fornecimento de refeições pré - escolar	260 389,42 €	217 660,28 €	-19,63	200 828,12 €	-8,38
Atividades de enriquecimento escolar	61 808,33 €	59 636,10 €	-3,64	73 075,79 €	18,39
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	133 941,06 €	116 400,59 €	-15,07	107 886,14 €	-7,89
Fornecimento de refeições Ensino Básico	380 306,64 €	295 211,00 €	-28,83	310 851,84 €	5,03
Transporte de alunos p/refeições	13 837,51 €	12 229,21 €	-13,15	11 162,37 €	-9,56
Transporte pré-escolar e 1º CEB e Vigilantes	724 014,42 €	459 682,60 €	-57,50	455 434,14 €	-0,93
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	17 639,92 €	16 231,06 €	-8,68	15 229,99 €	-6,57

Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	6 733,11 €	7 928,89 €	15,08	4 960,66 €	-59,84
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	367 217,11 €	424 415,67 €	13,48	409 715,39 €	-3,59
Transporte escolar Secundário e Profissional	75 257,89 €	68 878,57 €	-9,26	71 104,88 €	3,13
Vigilantes escolares - Auxiliares	322 690,99 €	194 177,44 €	-66,18	43 836,15 €	-342,96
Visitas de Estudo	21 643,49 €	22 922,67 €	5,58	22 145,65 €	-3,51
Manutenção de espaços verdes nas escolas	141 402,12 €	24 307,40 €	-481,72	25 237,87 €	3,69
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Inf.	194 455,84 €	40 305,18 €	-382,46	32 872,66 €	-22,61
Aquecimento das escolas	73 142,78 €	65 662,93 €	-11,39	69 606,20 €	5,67
Recolha de efluentes e limpeza de fossas das Escolas	16 715,28 €	2 785,88 €	-500,00	795,00 €	-250,43
Conservação Equipamentos Educativos EB 2/3	62 054,28 €	10 943,45 €	-467,04	2 863,06 €	-282,23
Ação Social Escolar	16 300,94 €	20 218,39 €	19,38	16 883,97 €	-19,75
Fórum Estudante	6 167,97 €	5 844,82 €	-5,53	3 830,75 €	-52,58
PEDIME	-----	-----	-----	174 110,32 €	100,00
Encargos com instalações escolares	208 302,94 €	239 053,57 €	12,86	341 500,51 €	30,00

Função ação social

A função ação social absorve designadamente subsídios a infantários, terceira idade, deficientes e a outras instituições de assistência e de solidariedade social. Importa referir que o centro de custo Contratos-programa com IPSS's se refere a apoios financeiros para infraestruturas de âmbito social.

Quadro – Apuramento de custos da função ação social

Ação Social					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Contratos-programa com IPSS	297 509,08 €	321 727,59 €	7,53	284 703,50 €	-13,00
Ação Social	102 996,92 €	27 616,00 €	-272,96	7 866,66 €	-251,05
Apoio á Natalidade	-----	23 067,19 €	-----	155 062,04 €	100,00
Comissão de Proteção de Menores	13 359,95 €	5 940,52 €	-124,90	386,71 €	-1436,17
Centro Comunitário- Banco de Ajudas	2 871,68 €	1 752,62 €	-63,85	8 466,52 €	79,30
Manutenção de Instalações de âmbito Social	87 140,64 €	14 550,70 €	-498,88	57,18 €	-25347,18

Função saneamento

A função saneamento compreende todo o sistema de drenagem de águas residuais, bem como as áreas relacionadas com a higiene pública.

Quadro – Apuramento de custos da função saneamento

Saneamento					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Exploração e manutenção de Etar's	663 138,45 €	648 639,49 €	-2,24	844 883,49 €	23,23
Manutenção das redes e sistemas de saneamento	89 321,55 €	52 905,87 €	-68,83	137 406,65 €	61,50
Ampliação e Remodelação sistema de águas residuais	51 724,88 €	50 024,63 €	-3,40	679,51 €	-7261,87
Ramais Domiciliários de Esgotos	49 246,77 €	6 040,07 €	-715,33	0,00 €	-100,00
Higiene Pública					
Recolha de animais abandonados / Canil e Gatil Municipal	5 739,20 €	3 683,41 €	-55,81	3 838,24 €	4,03
Sanitários públicos	20 487,19 €	12 359,54 €	-65,76	6 679,71 €	-85,03

Função resíduos sólidos

Na função resíduos sólidos, está representada a recolha, transporte, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos.

Quadro – Apuramento de custos da função resíduos sólidos

Resíduos Sólidos					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Recolha, transporte e tratamento de RSU's	1 406 557,41 €	1 337 538,88 €	-5,16	1 454 971,02 €	8,07
Ilhas Ecológicas	12 152,64 €	12 152,64 €	0,00	12 273,72 €	0,99
Manutenção de Cemitérios	3 644,85 €	5 901,66 €	38,24	3 101,85 €	-90,26

Função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

A função proteção do meio ambiente e conservação da natureza compreende a higiene pública, e a proteção, conservação e valorização do património natural.

Quadro – Apuramento de custos da função proteção do meio ambiente e conservação da natureza

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Limpeza Urbana					
Fátima	197 681,19 €	194 115,15 €	-1,84	204 298,06 €	4,98
Ourém	131 637,80 €	129 427,89 €	-1,71	135 636,71 €	4,58
Sedes de Freguesia	50 705,23 €	48 691,70 €	-4,14	50 876,99 €	4,30
Defesa do meio ambiente					
Manutenção de espaços verdes públicos	246 538,70 €	29 760,41 €	-728,41	31 075,87 €	4,23
Vigilância de espaços verdes públicos	34 049,24 €	5 685,54 €	-498,87	238,44 €	-2284,47
Limpeza de terrenos e lixeiras ilegais	45 631,02 €	7 783,31 €	-486,27	49,00 €	-15784,31
Poda de Árvores	0,00 €	20 071,59 €	0,00	7 734,89 €	-159,49
Limpeza de Linhas de Água	23 709,57 €	9 399,77 €	-152,24	8 011,56 €	-17,33
Equipa de Sapadores Florestais	23 259,77 €	21 834,25 €	-6,53	26 760,22 €	18,41
Gabinete Técnico Florestal	74 171,04 €	37 160,11 €	-99,60	0,00 €	-100,00
Gestão do Agroal / Parque Aventura Agroal	44 877,81 €	27 740,89 €	-61,77	30 132,88 €	7,94
Gestão da Mata Municipal	19 763,28 €	3 300,06 €	-498,88	5 093,50 €	35,21
Gestão, Promoção e Desenvolvimento Rural	66 230,40 €	33 177,36 €	-99,63	0,00 €	-100,00
Parques, jardins e outros espaços verdes públicos	411 603,59 €	329 451,45 €	-24,94	444 992,54 €	25,96

Função cultura

Quadro – Apuramento de custos da função cultura

Cultura					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Feirourém	110 105,77 €	175 241,39 €	37,17	252 958,07 €	30,72
Via-sacra	15 041,39 €	15 338,85 €	1,94	12 191,68 €	-25,81
Passeio Sénior	34 548,68 €	24 126,90 €	-43,20	18 188,30 €	-32,65
Projeto Artéria	-----	55 834,52 €	-----	4 530,00 €	100,00

Ações coop. c/cidades geminadas e territórios congéneres	77 192,34 €	28 434,25 €	-171,48	9 947,15 €	-185,85
Comemoração Dia da Criança	13 697,48 €	17 323,03 €	20,93	15 316,72 €	-13,10
Comemoração 25 de abril	25 646,59 €	1 456,05 €	-1661,38	1 463,20 €	0,49
Agenda Cultural	114 591,78 €	28 877,97 €	-296,81	9 590,79 €	-201,10
Natal Ourém/Fátima	28 249,74 €	129 432,73 €	78,17	181 319,92 €	28,62
Eventos animação e desporto	57 079,04 €	8 852,85 €	-544,75	0,00 €	-100,00
Manutenção Instalações âmbito Cultural	40 276,44 €	6 725,34 €	-498,88	0,00 €	-100,00
Apoio ao Associativismo Cultural	105 162,56 €	128 099,48 €	17,91	157 793,28 €	18,82
Atividades Desportivas	28 621,56 €	5 181,97 €	-452,33	25 322,06 €	79,54
Oficina do Património	29 883,31 €	31 671,00 €	5,64	3 904,86 €	-711,07
Fontenários	66 766,19 €	46 164,33 €	-44,63	11 228,99 €	-311,12
Biblioteca Municipal e Arquivo histórico	53 280,99 €	46 979,36 €	-13,41	58 757,42 €	20,05
Galeria Municipal	30 042,04 €	13 229,04 €	-127,09	1 609,04 €	-722,17
Caminhos da Pedra	-----	-----	-----	18 977,54 €	100,00
Gestão do Cine-Teatro	47 676,52 €	22 048,70 €	-116,23	12 802,04 €	-72,23

Função turismo

Quadro – Apuramento de custos da função turismo

Turismo					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Apoio à Internacionalização	55 155,82 €	69 789,00 €	20,97	0,00 €	-100,00
Museu Municipal de Ourém	50 086,43 €	51 111,87 €	2,01	31 939,79 €	-60,03
Ucharia do Conde	30 529,54 €	28 590,74 €	-6,78	11 234,57 €	-154,49
Piscina do Agroal	90 457,20 €	90 924,45 €	0,51	96 472,16 €	5,75

Função desporto

Quadro – Apuramento de custos da função desporto

Desporto					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Parques Infantis	50 568,62 €	17 691,31 €	-185,84	15 102,46 €	-17,14
Apoio ao Associativismo Desportivo	471 306,87 €	318 979,02 €	-47,75	347 589,78 €	8,23
Piscinas Municipais	301 824,55 €	151 450,98 €	-99,29	159 884,78 €	5,27
Pavilhões Gimnodesportivos	155 460,97 €	61 571,41 €	-152,49	85 300,87 €	27,82
Viver + Saudável	-----	-----	-----	5 585,51 €	100,00
Estádios Municipais	130 947,18 €	109 867,99 €	-19,19	139 666,40 €	21,34

Função comunicação e transportes

O quadro abaixo apresentado, indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração direta e que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Quadro – Apuramento de custos da função transportes rodoviários

Comunicação e Transportes					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Rede Viária					
Freguesia de Alburitel	12 416,49 €	11 518,65 €	-7,79	3 393,75 €	-239,41
Freguesia de Atouguia	16 557,06 €	28 791,69 €	42,49	16 707,21 €	-72,33
Freguesia de Caxarias	19 646,25 €	26 562,95 €	26,04	14 138,70 €	-87,87
Freguesia de Espite	18 782,74 €	11 392,11 €	-64,87	13 339,73 €	14,60
Freguesia de Fátima	15 798,62 €	52 937,87 €	70,16	38 803,89 €	-36,42
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	40 708,45 €	18 862,31 €	-115,82	26 565,84 €	29,00
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	20 015,83 €	19 383,29 €	-3,26	28 675,20 €	32,40
Freguesia de Seiça	12 294,91 €	32 317,34 €	61,96	9 377,20 €	-244,64
Freguesia de Urqueira	23 226,41 €	9 918,62 €	-134,17	11 055,25 €	10,28
União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	63 296,30 €	22 680,19 €	-179,08	28 323,79 €	19,93
União de Freg. Gondemaria e Olival	20 215,65 €	10 921,33 €	-85,10	13 194,23 €	17,23

União de Freg. Matas e Cercal	22 890,91 €	32 885,18 €	30,39	11 058,31 €	-197,38
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	26 812,18 €	33 679,58 €	20,39	15 681,24 €	-114,78
Construção e/ou Beneficiação Pontes e Pontões	25 847,42 €	24 733,11 €	-4,51	41 908,51 €	40,98
Construção e Beneficiação de Abrigos de Passageiros	15 707,86 €	5 757,59 €	-172,82	8 535,63 €	32,55
Sinalização Viária do Concelho					
Sinalização semafórica	40 021,05 €	40 588,34 €	1,40	31 502,92 €	-28,84
Sinalização vertical diversa	154 220,13 €	140 810,92 €	-9,52	42 320,23 €	-232,73
Sinalização horizontal	8 126,49 €	3 664,95 €	-121,74	8 293,36 €	55,81

Apoio às Freguesias

Ainda no âmbito da rede viária, apresentamos os apoios concedidos às juntas de freguesia com as quais foram estabelecidos protocolos com o período de vigência de 2018 a 2021, com o objetivo da gestão operacional na rede viária, em caminhos municipais, na reparação e limpeza de espaços verdes escolares.

Quadro – Apuramento de custos no apoio às freguesias

Apoio às Freguesias					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Rede Viária					
Protocolo Apoio Rede Viária	778 706,42 €	551 380,39 €	-41,23	661 548,66 €	16,65
Protocolo Apoio Caminhos Vicinais	-----	155 829,78 €	-----	193 302,36 €	19,39
Protocolo Apoio Pequenas rep/limpeza espaços verdes Escolares	-----	17 126,01 €	-----	36 901,36 €	53,59
Protocolo Recurso Humano	-----	105 000,00 €	-----	138 600,00 €	24,24
Apoios de Investimento					
Apoio à Const. Parques de Lazer Sedes de Freguesia	7 500,00 €	7 778,78	3,58	6 262,98 €	-24,20
Apoio à Const. e/ou benef. Sedes de Freguesia	189 805,50 €	10 000,00 €	-1798,06	0,00	0,00
Apoio à Const. e/ou benef. de Cemitérios	213 821,14 €	36 995,78 €	-477,96	387,55 €	-9446,07
Apoio á Const. e/ou benef. de Casas Mortuárias	164 105,71 €	78 000,00 €	-110,39	78 000,00 €	0,00

Função ordenamento do território

Quadro – Apuramento de custos da função ordenamento do território

Ordenamento do Território					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Urbanização					
Sede do Município	46 346,22 €	39 156,62 €	-18,36	45 081,22 €	13,14
Cidade de Fátima	65 822,93 €	66 112,49 €	0,44	14 812,93 €	-346,32
Arranjos Espaços Públicos	19 401,44 €	15 271,96 €	-27,04	13 971,45 €	-9,31

Função mercados e feiras

Relativamente à função mercados e feiras, salientamos o serviço de Conservação e Manutenção do Mercado Municipal, por ser a atividade mais relevantes da função.

Quadro – Apuramento de custos da função mercado municipal

Mercados e Feiras					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Mercado Municipal	166 709,60 €	116 284,03 €	-43,36	81 803,22 €	-42,15
Realização da Feira de Santa Iria	446,91 €	27 069,99 €	98,35	36 896,85 €	26,63

Função energia

Relativamente à indústria e energia, salientamos o serviço de iluminação pública, por ser a atividade mais relevantes da função.

Quadro – Apuramento de custos da função energia

Energia					
	2017	2018	Var. (%)	2019	Var. (%)
Iluminação Pública	1 586 447,78 €	1 599 252,25 €	0,80	1 526 126,13 €	-4,79
Iluminação de Natal	10 149,12 €	10 149,12 €	0,00	1 309,34 €	-675,13

Análise da Distribuição dos Custos

O POCAL não obriga à apresentação da demonstração de resultados por funções, no entanto, esta permite analisar comparativamente o peso da cada função do Município, pelo que optamos pela sua apresentação.

A análise é efetuada de forma comparativa entre as várias funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das funções tem na distribuição dos custos municipais.

Da análise da demonstração de resultados por funções, verifica-se que em relação a 2019 houve um aumento dos custos em termos absolutos, em cerca dos 1,8 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores são as funções sociais que absorvem maior volume de recursos municipais, representando cerca de 55% dos custos do Município. No entanto, é a função 331 – Transportes Rodoviários (que abrange viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias, caminhos e sinalização e, ainda a construção, beneficiação e conservação de parques de estacionamento e terminais) que maior peso tem nos custos totais do município, seguida da função 211 – Ensino não Superior, que compreende toda a atividade relacionada com o ensino pré-escolar, básico, secundário.

Com a extinção da empresa municipal Ourémviva, houve a necessidade de reajustar os centros de custos no ano de 2019.

Quadro – Demonstração de Resultados por Funções

Função	2017		2018		Var.	2019		Variação Absoluta	Var.
	Custos p/ função	%	Custos p/ função	%	%	Custos p/ função	%		
1 Funções Gerais	2 018 622,16 €	6,53	1 977 756,34 €	7,10	-2,07	3 356 705,82 €	11,31	1 378 949,48 €	69,72
110 Serviços gerais de administração pública									
111 Administração geral	1 607 603,16 €	5,20	1 357 659,33 €	4,87	-18,41	2 442 597,37 €	8,23	1 084 938,04 €	79,91
120 Segurança e ordem públicas									
121 Proteção civil e luta contra incêndios	411 019,00 €	1,33	620 097,01 €	2,22	33,72	914 108,45 €	3,08	294 011,44 €	47,41
122 Polícia Municipal	0,00 €		0,00 €			0,00 €		0,00 €	--
2 Funções Sociais	18 474 917,34 €	59,78	15 805 571,58 €	56,70	-16,89	16 401 728,12 €	55,25	596 156,54 €	3,77
210 Educação									
211 Ensino não superior	5 455 686,96 €	17,65	5 228 659,32 €	18,76	-4,34	5 422 580,98 €	18,27	193 921,66 €	3,71

212	Serviços auxiliares de ensino	1 435 784,62 €	4,65	1 115 392,25 €	4,00	-28,72	1 087 432,40 €	3,66	-27 959,85 €	-2,51
220	Saúde									
221	Serviços individuais de saúde	87 101,40 €	0,28	75 974,79 €	0,27	0,27	94 554,96 €	0,32	0,00 €	0,00
230	Segurança e ação sociais									
231	Segurança Social	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
232	Ação social	562 706,73 €	1,82	598 377,62 €	2,15	5,96	556 940,33 €	1,88	-41 437,29 €	-6,92
240	Habituação e serviços coletivos									
241	Habituação	40 259,58 €	0,13	43 750,61 €	0,16	7,98	38 286,95 €	0,13	-5 463,66	-12,49
242	Ordenamento do território	268 747,04 €	0,87	281 068,81 €	1,01	4,38	340 076,57 €	1,15	59 007,76	20,99
243	Saneamento	1 861 760,10 €	6,02	1 714 804,86 €	6,15	-8,57	1 863 581,55 €	6,28	148 776,69	8,68
244	Abastecimento de água	1 719 485,65 €	5,56	1 659 436,94 €	5,95	-3,62	1 707 406,85 €	5,75	47 969,91	2,89
245	Resíduos Sólidos	1 853 224,27 €	6,00	1 497 242,45 €	5,37	-23,78	1 571 994,07 €	5,30	74 751,62	4,99
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	1 580 127,41 €	5,11	1 086 518,85 €	3,90	-45,43	1 114 153,96 €	3,75	27 635,11	2,54
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos									
251	Cultura	1 880 033,96 €	6,08	1 199 038,23 €	4,30	-56,80	957 883,10 €	3,23	-241 155,13 €	-20,11
252	Desporto, recreio e lazer	1 602 517,39 €	5,19	1 303 139,17 €	4,68	-22,97	1 638 083,61 €	5,52	334 944,44 €	25,70
253	Outras atividades cívicas e religiosas	127 482,23 €	0,41	2 167,68 €	0,01	-5 781,04	8 752,79 €	0,03	6 585,11 €	303,79
3	Funções Económicas	10 331 634,26 €	33,43	10 051 141,06 €	36,06	-2,79	9 926 811,63 €	33,44	-124 329,43 €	-1,24
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
320	Indústria e energia	1 626 840,98 €	5,26	1 639 727,21 €	5,88	0,79	1 563 838,07 €	5,27	-75 889,14 €	-4,63
330	Transporte e comunicações									
331	Transportes rodoviários	8 157 044,66 €	26,39	8 011 549,05 €	28,74	-1,82	7 896 254,67 €	26,60	-115 294,38 €	-1,44
332	Transportes aéreos	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	--	0,00 €	0,00	0,00	--
333	Transportes fluviais	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
340	Comércio e turismo									
341	Mercados e Feiras	175 788,65 €	0,57	152 765,76 €	0,55	-15,07	118 800,24 €	0,40	-33 965,52 €	-22,23
342	Turismo	254 978,84 €	0,83	145 903,02 €	0,52	-74,76	147 423,21 €	0,50	1 520,19 €	1,04
350	Outras funções económicas	116 981,13 €	0,38	101 196,02 €	0,36	-15,60	200 495,44 €	0,68	99 299,42 €	98,13
4	Outras funções	81 119,76 €	0,26	39 682,13 €	0,14	-104,42	218,50 €	0,00	-39 463,63 €	-99,45
410	Operações da dívida autárquica	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
420	Transferências entre administrações	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
430	Diversas não especificadas	81 119,76 €	0,26	39 682,13 €	0,14	-104,42	218,50 €	0,00	-39 463,63 €	-99,45
TOTAL		30 906 293,52 €	100,00	27 874 151,11 €	100,00	-10,88	29 685 464,07 €	100,00	1 811 312,96 €	6,50

Considerações complementares-contabilidade de custos

Não obstante a Contabilidade de Custos estar implementada no Município de Ourém há cerca de dez anos, continuamos a verificar inúmeras resistências à colaboração atempada e completa

de registos, nomeadamente, por parte de alguns colaboradores do município, o que dificulta a análise e a fiabilidade desta informação, a qual se constitui como um importante instrumento de gestão.

Perante o acréscimo das competências dos Municípios e da necessidade constante de prestação de informação a entidades externas, a Contabilidade de Custos assume aí um papel preponderante, pelo que seria fundamental, um maior empenho de toda a estrutura organizacional, no desenvolvimento desta valência.

9. MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), com o Estado Português (representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que a interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30 de setembro de 2013.

Monitorização da Plano de Ajustamento Financeiro

Identificação das medidas

Quadro 63 – Identificação das medidas do PAF

Ano 2019			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reavaliação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado, tendo recentemente sido implementada uma empresa intermunicipal com

			esta responsabilidade funcional.
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014 e efeito nulo nos seguintes	X		Em 2019, decorreram diversos procedimentos de recrutamento de pessoal, com impacto significativo, em resultado da internalização de postos de trabalho existentes em empresa municipal que se determinou a sua dissolução.
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Meta cumprida.
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Meta cumprida.

5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Meta cumprida.
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Meta cumprida.
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Meta cumprida.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Meta cumprida.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Meta cumprida.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	X		Meta cumprida.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	X		Meta obrigatória.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	As despesas aumentaram face ao ano 0.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	X		Meta cumprida.
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as

5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		metas foram cumpridas.
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as metas foram cumpridas.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.

Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)			
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	X		Meta cumprida.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado.
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	

Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2019 no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita e da poupança gerada, seria na ordem dos 3,6 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se próximo de 3 milhões de euros, pelo que, no que respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia um desvio negativo em 663,9 mil euros. Contudo, excluindo o impacto decorrente da delegação de competências com as freguesias, verifica-se uma superação das metas estabelecidas em 319,7 mil euros.

No âmbito do valor obtido será ainda de considerar a influência decorrente do aumento dos encargos com pessoal observados que emanam das atualizações remuneratórias, das progressões, do processo de internalização resultante do encerramento da empresa municipal Ourémviva, bem como o aumento observado nas despesas com remunerações inerente ao pessoal não docente, decorrentes da delegação de competências vigente na área da educação.

Quadro 64 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2019			Observações
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Variação executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2019): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)	
B.1 Aumento da receita				
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	450 000	0	-450 000	Medida prevista executar no plano aprovado, gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	50 000	0	-50 000	Medida prevista executar no plano aprovado, gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita	0	0	0	
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	1 250 000	2 326 194	1 076 194	Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionário	50 000	0	-50 000	
3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas	-936 500	-5 149	931 351	
Total de Aumento da receita (B.1)	863 500	2 321 045	1 457 545	
B.2 Redução da despesa				
4. Redução /contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0	
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			0	
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014, efeito nulo nos seguintes	0	-2 110 149	-2 110 149	(reporta o efeito do pessoal não docente, das atualizações remuneratórias, das progressões ocorridas e da internalização resultante do encerramento de empresa municipal)
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	20 000	-8 643	-28 643	
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	25 000	72 241	47 241	
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	0	18 868	18 868	

5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	17 500	234 497	216 997	
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	1 250	-22 049	-23 299	
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	3 750	45 593	41 843	
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	37 500	107 498	69 998	
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7 500	-2 355	-9 855	
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	4 500	26 661	22 161	
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	2 500	6 973	4 473	
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	200 000	206 027	6 027	
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	6 000	20 357	14 357	
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	2 000	-885 570	-887 570	
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	50 000	52 589	2 589	
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	258 500	1 996 648	1 738 148	
5.17 Redução nas infra-estruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	7 000	98 446	91 446	

5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	250 000	194 163	-55 837	
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	350 000	200 320	-149 680	
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	75 000	135 432	60 432	
5.27 Concessão do saneamento			0	
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento	998 916	157 403	-841 513	
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento	455 853	106 367	-349 486	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)	0	0	0	
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	2 772 769	651 317	-2 121 452	
B.3 Outras medidas				
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)			0	
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)			0	
8. Outras medidas b)			0	
... discriminar cada medida numa linha			0	
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0	0	0	
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	3 636 269	2 972 362	-663 907	
Impacto da Delegação de Competências (Domínio da Rede Viária - Lei 75/2013)			983 630	
Apuramento da meta (excluindo o impacto da Delegação de Competências)			319 723	

Evolução da dívida a terceiros

Quadro 65 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.º sem. 2012	2.º sem. 2012	2019 (previsto)	2019 (apurado)	Desvio obtido em 2019
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP	0	500 000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	3 081 379	3 351 115	3 351 351	973 243	1 004 910	31 667
Outra	11 839 064	14 442 141	12 316 536	1 026 432	2 456 361	1 429 929
Fornecedores c/c	5 124 210	5 862 208	6 581 091	182 250	1 090 397	908 147

Fornecedores de imobilizado c/c	3 340 119	3 216 935	2 823 239	546 750	596 138	49 388
Estado e Outros Entes Públicos	149 776	131 261	163 045	36 450	108 957	72 507
Clientes, contribuintes e utentes	26 830	33 847	34 558	24 057	148 572	124 515
Administração autárquica	265 045	586 097	450 814	54 675	0	-54 675
Outros credores	2 933 085	4 611 793	2 263 789	182 250	512 296	330 046
Participação no FAM	0	0	0	0		0
Subtotal Curto prazo	14 920 444	18 293 256	15 667 888	1 999 675	3 461 271	1 461 596
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos	19 367 903	17 938 621	15 998 046	5 862 932	4 072 334	-1 790 598
No âmbito do PAEL			0	2 004 689	1 434 923	-569 766
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19 367 903	17 938 621	15 998 046	3 858 243	2 637 411	-1 220 832
Outra	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	55 015	55 015
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0
Participação no FAM	0	0	0	0	55 015	55 015
Subtotal Médio e longo prazo	21 086 294	19 430 082	17 163 046	5 862 932	4 127 348	-1 735 584
Total da dívida	36 006 737	37 723 338	32 830 934	7 862 607	7 588 619	-273 988
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	45 338	45 338	135 441	150 000	515 044	365 044
Total da Dívida de natureza orçamental	35 961 399	37 678 000	32 695 493	7 712 607	7 073 576	-639 031
Exclusão da dívida resultante da participação no FAM				7 712 607	7 018 561	-694 046
Valor de disponibilidades existentes em 31/12/2019						9 709 949
Apuramento final considerando o impacto potencial das disponibilidades existentes						-2 691 338

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2019, em 7.862.607 euros. Observando o quadro exposto na página seguinte, verifica-se que a dívida total de natureza orçamental se situou em 7.018.561 euros, ou seja, situando-se inferior à meta definida em 639.031 euros.

Sobre este assunto, importa ainda observar que se deverá excluir a dívida referente à participação do Município de Ourém no FAM, conforme indicações na DGAL, sendo evidente que se trata de circunstância não prevista aquando da elaboração do Plano de Ajustamento

Financeiro. Deste modo, verifica-se que a meta estabelecida é atingida, havendo uma superação em 694.046 euros.

Complementarmente ao disposto, será de salientar que esta autarquia transitou de ano económico com um montante em disponibilidades de 9.709.949 euros.

Consequentemente, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante disponível em instituições financeiras e caixa para abater parte da dívida existente, a dívida total (excluída do FAM) situar-se-ia em 0 euros, evidenciando ainda disponibilidades em 2.691.388 euros.

Deste modo, o Município de Ourém evidencia uma superação da meta definida no PAF num valor ligeiramente superior a 10,4 milhões de euros.

Em suma, a evolução da dívida a terceiros encontra-se superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF: ± 37,7 milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2019 uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total que, em termos absolutos, representou uma quebra na ordem dos 30,7 milhões de euros (-81,4%).

Se excluída a influência decorrente da participação no FAM e o impacto potencial das disponibilidades, a quebra ocorrida face ao volume existente no início do PAF, será integral, ou sem na ordem dos 37,7 milhões de euros.

10. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO COM O GRUPO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

O n.º 3, do artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais concetualizam a existência ou presunção de controlo.

Em virtude da dissolução da empresa municipal Ourémviva, em 31 de dezembro de 2018, o Município de Ourém não dispôs, no período em relato, de qualquer participação que, nos termos da legislação aplicável, imponha a apresentação de contas consolidadas, no decurso do exercício de 2019.

11. OUTRAS DISPOSIÇÕES

11.1 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo aos pontos 2.7.3.1 e 2.7.3.2 e considerando que os resultados transitados apresentam um acumulado negativo, como consequência de inúmeros anos consecutivos em que se obtiveram resultados negativos, propomos que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2019, no montante positivo de 393.034,90 euros, seja transferido para os “Resultados Transitados”.

11.2 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2020 e Opções do Plano para o quadriénio 2020-2023, com os constrangimentos reportados no ponto seguinte do relatório.

11.3 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

A economia mundial está assolada por um forte choque, cuja extensão e efeitos não é possível aferir, nesta fase, em consequência da pandemia COVID-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março.

Neste contexto, a economia portuguesa encontra-se num momento ímpar, no que concerne a uma redução da atividade económica decorrente das medidas de contenção que foram sendo implementadas, cujas consequências embora comecem a ser perceptíveis, a sua extensão irá depender do período temporal, manifestamente imprevisível, em que irá permanecer este surto pandémico.

Este flagelo terá consequências nefastas nos diversos setores da sociedade, designadamente nas empresas, nas instituições, nas famílias, antevendo-se quebras de produtividade bastante expressivas, diminuição de rendimentos, aumento do desemprego e, sobretudo, um ressurgir de carências e desigualdades sociais.

Neste contexto, o setor público, onde se inserem as autarquias, terá um papel relevante na tentativa de mitigar nas empresas e nas famílias o impacto da crise que se perspetiva, circunstância que irá impelir períodos de desequilíbrios orçamentais e financeiros, resultantes de expectáveis quebras nas receitas municipais, induzidas pela diminuição da atividade económica, mas também dos apoios fiscais e tributários que possam ser implementados para dinamizar a economia, ao qual se associa a constituição de novas despesas, tendentes a suprir novas necessidades que irão emanar desta crise.

Se considerada a importância que o turismo representa para o território deste município, por influência direta e indiretamente, e antevendo-se que o referido setor de atividade será dos que deverão observar uma recuperação mais lenta, decorrente dos constrangimentos ao seu funcionamento que deverão perdurar durante um período ainda logo, cumulativamente com uma retoma de procura lenta, face às barreiras à circulação internacional de pessoas, torna-se perentório que a atividade económica deste concelho será fortemente fustigada e impelida a enfrentar com determinação e entreaajuda este enorme desafio.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional	67
Gráfico 2: Evolução do número de determinações realizadas na torneira do utilizador (Fonte: BW).....	301
Gráfico 3 – Resumo das Receitas Líquidas	352
Gráfico 4 – Resumo das Despesas Realizadas	359
Gráfico 5– Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's	367
Gráfico 6 –Grau de Execução do Orçamento da Receita	368
Gráfico 7 –Grau de Execução do Orçamento da Despesa.....	370
Gráfico 8 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's	371
Gráfico 9 – Evolução dos Resultados Correntes.....	373
Gráfico 10 – Estrutura da Receita	376
Gráfico 11 – Estrutura das Receitas Próprias	377
Gráfico 12 – Estrutura dos Outros Financiamentos	378
Gráfico 13 – Estrutura dos Fundos Municipais	382
Gráfico 14 – Estrutura das Despesas de Funcionamento	386
Gráfico 15 – Estrutura dos apoios concedidos.....	391
Gráfico 16 – Estrutura dos Custos.....	411
Gráfico 17 – Resultado Líquido do Exercício	419
Gráfico 18 – Evolução das dívidas de terceiros.....	426
Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros.....	428
Gráfico 20 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2019)	430

Índice de quadros

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE28	18
Quadro 2 – Legislação do ano 2019 mais relevante, com impacto nas autarquias.....	20
Quadro 3 – Ranking e indicadores do <i>Doing Business 2020</i>	33
Quadro 4 – Informação Estatística 2018 referente à área do Município de Ourém	41
Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas.....	64
Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional	66

Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo	67
Quadro 8 – Evolução do Absentismo	68
Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço	69
Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2019.....	72
Quadro 11: Comparticipação do Município de Ourém por instituição – Apoio à Aquisição de Viaturas	161
Quadro 12: Tarifário Social para Tarifa de Venda de Água – análise de processos 2019	170
Quadro 13 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes	345
Quadro 14 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes.....	351
Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes	352
Quadro 16 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes	358
Quadro 17 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes	359
Quadro 18 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's.....	366
Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita	368
Quadro 20 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa	369
Quadro 21 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's	371
Quadro 22 – Mapa resumo dos compromissos assumidos	372
Quadro 23 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes	373
Quadro 24 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes	374
Quadro 25 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes	375
Quadro 26 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.	375
Quadro 27 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes	377
Quadro 28 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias	378
Quadro 29 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes	379
Quadro 30 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes	382
Quadro 31 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes	383
Quadro 32 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes	383
Quadro 33 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos.....	384
Quadro 34 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes	387
Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento	387
Quadro 36 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes	388

Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal	388
Quadro 38 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes...	389
Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	389
Quadro 40 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes	390
Quadro 41 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida	391
Quadro 42 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes.....	392
Quadro 43 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros	392
Quadro 44 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes.....	393
Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto	393
Quadro 46 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes	394
Quadro 47 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto).....	394
Quadro 48 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes	395
Quadro 49 – Despesas com pessoal.....	397
Quadro 50 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2019.....	400
Quadro 51 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)	402
Quadro 52 – Mapa de Condições Económicas.....	403
Quadro 53 – Evolução dos proveitos a preços correntes	406
Quadro 54 – Evolução dos custos a preços correntes	412
Quadro 55 – Evolução do Resultado Operacional a preços correntes.....	418
Quadro 56 – Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes	418
Quadro 57 – Evolução do Resultado Corrente a preços correntes.....	418
Quadro 58 – Evolução do Resultado Líquido do Exercício a preços correntes	419
Quadro 59 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2018).....	420
Quadro 60 – Mapa de condições financeiras.....	422
Quadro 61 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes	425
Quadro 62 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes	427
Quadro 63 – Identificação das medidas do PAF.....	446
Quadro 64 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF	451
Quadro 65 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)	453